

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... VI



IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... VI

Índice

11 **Prefácio**

31 **I. Portugal Inteiro**

- 35 **Sessão Solene de Tomada de Posse como Presidente da República**
Lisboa, 9 de março de 2011
- 49 **Cerimónia de Homenagem aos Combatentes da Guerra em África**
Lisboa, 15 de março de 2011
- 53 **Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial de 2011**
Lisboa, 16 de março de 2011
- 59 **Cerimónia de Tomada de Posse dos Representantes da República**
Lisboa, 11 de abril de 2011
- 63 **Cerimónia Comemorativa do XXXVII Aniversário do 25 de abril**
Palácio de Belém, 25 de abril de 2011
- 67 **Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal**
Castelo Branco, 9 de junho de 2011
- 69 **Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho**
Castelo Branco, 10 de junho de 2011
- 73 **Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas**
Castelo Branco, 10 de junho de 2011
- 81 **Cerimónia de Tomada de Posse do XIX Governo Constitucional**
Lisboa, 21 de junho de 2011
- 89 **Cerimónia Comemorativa dos 101 Anos da Proclamação da República**
Lisboa, 5 de outubro de 2011
- 95 **Mensagem de Ano Novo**
Palácio de Belém, 1 de janeiro de 2012
- 99 **Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial**
Lisboa, 31 de janeiro de 2012

103 II. Economia e Crescimento Sustentável

- 107 **Sessão de Abertura do Congresso do Empreendedor Lusófono**
Porto, 5 de maio de 2011
- 111 **Cerimónia de Entrega do Prémio “Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa”**
Lisboa, 8 de junho de 2011
- 115 **Cerimónia de Inauguração da Obras de Reversão e Modernização da Refinaria de Matosinhos**
Matosinhos, 28 de setembro de 2011
- 117 **Cerimónia Comemorativa do Centenário da Presença do Grupo Bosch em Portugal**
Lisboa, 30 de setembro de 2011
- 121 **Sessão de Encerramento do VII Encontro COTEC Europa**
Génova, 13 de outubro de 2011
- 125 **Sessão de Abertura do IV Congresso Nacional dos Economistas**
Lisboa, 19 de outubro de 2011
- 133 **Sessão de Encerramento da Semana Global do Empreendedorismo e do Evento “Silicon Valley Comes to Lisbon”**
Lisboa, 18 de novembro de 2011
- 137 **Sessão de Encerramento do Congresso do Centenário do Crédito Agrícola**
Lisboa, 27 de novembro de 2011
- 141 **Cerimónia de Entrega do Prémio Jovem Empreendedor da Associação Nacional de Jovens Empresários**
Porto, 24 de fevereiro de 2012
- 145 **Sessão de Encerramento do I Congresso Mundial de Empresários das Comunidades Portuguesas e Lusofonia**
Lisboa, 1 de março de 2012

149 III. Desenvolvimento e Coesão Social

- 153 **Conferência Anual do Centro Europeu de Fundações**
Cascais, 26 de maio de 2011
- 157 **Sessão de Encerramento do X Congresso Nacional das Misericórdias**
Arganil, 18 de junho de 2011
- 161 **Cerimónia de Inauguração do Monumento ao Fuzileiro**
Barreiro, 2 de julho de 2011
- 163 **Sessão Solene na Câmara Municipal de Caminha**
Caminha, 16 de julho de 2011
- 167 **Almoço Oferecido pelo Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores**
Lagoa, 24 de setembro de 2011
- 171 **Visita ao Município do Porto**
Porto, 20 de janeiro de 2012
- 175 **Sessão de Abertura da Conferência “Nascer em Portugal”**
Cascais, 17 de fevereiro de 2012

- 179 **Sessão de Encerramento da Conferência “Nascer em Portugal”**
Cascais, 17 de fevereiro de 2012
- 181 **IV. Saúde, Educação, Ciência e Cultura**
- 185 **Sessão Solene Comemorativa do Centenário da Universidade do Porto**
Porto, 22 de março de 2011
- 189 **Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Instituto Superior de Economia e Gestão**
Lisboa, 23 de maio de 2011
- 195 **Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Instituto Superior Técnico**
Lisboa, 23 de maio de 2011
- 201 **Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Instituto dos Pupilos do Exército**
Lisboa, 25 de maio de 2011
- 205 **Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Castelo Branco**
Castelo Branco, 9 de junho de 2011
- 209 **Cerimónia de Inauguração da 16ª Bienal de Cerveira**
Vila Nova de Cerveira, 16 de julho de 2011
- 213 **Cerimónia de Entrega do Prémio Champalimaud de Visão 2011**
Lisboa, 9 de setembro de 2011
- 217 **Cerimónia de Atribuição do Prémio D. Dinis**
Vila Real, 16 de setembro de 2011
- 221 **Cerimónia de Inauguração do Centro de Estudos Natália Correia**
Ponta Delgada, 24 de setembro de 2011
- 223 **Cerimónia de Entrega dos Prémios Literários Fernando Namora e Agustina Bessa-Luís**
Estoril, 3 de outubro de 2011
- 225 **Cerimónia de Atribuição do Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores**
Lisboa, 22 de outubro de 2011
- 229 **Cerimónia de Homenagem por Ocasião do Centenário da Universidade de Lisboa**
Palácio de Belém, 23 de novembro de 2011
- 233 **Cerimónia de Homenagem ao Fado por Ocasião da sua Inscrição como Património Cultural Imaterial da Humanidade**
Palácio de Belém, 2 de dezembro de 2012
- 237 **Cerimónia de Inauguração das Novas Instalações das Faculdades de Medicina e de Farmácia e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar**
Universidade do Porto, 20 de janeiro de 2012
- 241 **Inauguração de “Guimarães, Capital Europeia da Cultura”**
Guimarães, 21 de janeiro de 2012

245 V. Portugal na Europa e no Mundo

- 249 **Banquete Oficial em Honra do Príncipe de Gales e da Duquesa da Cornualha**
Lisboa, 28 de março de 2011
- 251 **Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2011 do Conselho da Europa**
Lisboa, 29 de março de 2011
- 255 **Conferência “União Europeia: lições de uma crise” no Instituto Universitário Europeu**
Florença, 12 de outubro de 2011
- 263 **Jantar Comemorativo do 99º Aniversário da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil**
São Paulo, 27 de outubro de 2011
- 267 **Sessão Plenária da XXI Cimeira Ibero-Americana**
Assunção, 29 de outubro de 2011
- 271 **Debate Aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre “Proteção de Civis em Conflitos Armados”**
Nova Iorque, 9 de novembro de 2011
- 275 **Encontro com Portugueses e Lusodescendentes por Ocasão do X Aniversário do 11 de setembro de 2001**
Nova Iorque, 10 de novembro de 2011
- 277 **Receção Oferecida pela Câmara de Comércio Portugal-Estados Unidos e pela Câmara de Comércio Luso-Americana de Nova Jersey**
Nova Iorque, 11 de novembro de 2011
- 281 **II Encontro de Legisladores, Presidentes de Câmara e Vereadores Americanos de Origem Portuguesa**
Washington, 12 de novembro de 2011
- 285 **Gala do Encontro Anual do Concelho de Liderança Luso-Americano dos Estados Unidos**
Washington, 12 de novembro de 2011
- 289 **Jantar em Honra da Comunidade Portuguesa da Califórnia**
São José, 13 de novembro de 2011
- 293 **Conferência “Portugal: a outra história – ligação ao futuro”**
Universidade de Stanford, 14 de novembro de 2011
- 303 **Sessão de Abertura da Conferência sobre a Estratégia Marítima da União Europeia para a Região Atlântica**
Lisboa, 28 de novembro de 2011
- 309 **Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático**
Palácio de Queluz, 11 de janeiro de 2012
- 317 **Cerimónia de Inauguração da Sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**
Lisboa, 6 de fevereiro de 2012

323 Anexos

- 325 **Comunicação ao País na sequência da reunião do Conselho de Estado**
Palácio de Belém, 31 de março de 2011
- 329 **Comunicação ao País a propósito do acordo de assistência financeira internacional a Portugal**
Palácio de Belém, 6 de maio de 2011
- 333 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que aprova o regulamento orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos**
24 de maio de 2011
- 335 **Artigo de Opinião “A Economia do Mar”**
Revista CADERNOS DE ECONOMIA, n.º95, abril/junho de 2011
- 341 **Mensagem a propósito da realização de Eleições Legislativas**
Palácio de Belém, 4 de junho de 2011
- 345 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que altera a regulamentação do apoio do Estado aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo**
6 de junho de 2011
- 347 **Artigo de Opinião “Os Jovens Agricultores”**
Semanário EXPRESSO de 10 de junho de 2011
- 351 **Entrevista concedida ao semanário EXPRESSO**
30 de julho de 2011
- 359 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da promulgação do diploma que transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República**
20 de novembro de 2011
- 363 **Entrevista concedida à revista TIME**
12 de dezembro de 2011

365 Passos da Agenda



Prefácio

A magistratura ativa

Em 9 de março de 2011, iniciei o meu segundo mandato como Presidente da República, na sequência da vitória nas eleições presidenciais de 23 de janeiro, depois de uma campanha eleitoral bastante dura, sobre a qual este não é ainda o momento de escrever.

Pela quarta vez, numa disputa eleitoral em que pessoalmente me submetia ao julgamento dos meus concidadãos, obtive mais de 50 por cento dos votos. Tratou-se de um gesto de confiança dos Portugueses que muito me honra. Senti, naturalmente, o peso desta responsabilidade histórica. A vitória nas eleições de 2011 teve um sabor especial, que reforçou em mim a admiração profunda e o sentimento de gratidão para com o povo português.

Durante a campanha, o calor humano que senti nas ruas fazia-me esperar a vitória, ciente do sentido de responsabilidade cívica que, nas alturas decisivas, os Portugueses sempre revelaram. Nos momentos de pausa, numa campanha em que percorri oitenta e um concelhos, esboçava aquilo que, caso ganhasse, iria ser o meu discurso de tomada de posse para um segundo mandato como Presidente da República. O discurso deveria corresponder aos compromissos assumidos perante os Portugueses: falar verdade, exercer uma magistratura ativa e apontar com clareza linhas de rumo e caminhos de futuro. Não poderia ser um discurso de ocasião. Teria de ser uma intervenção de fundo que levasse o Governo a reorientar o sentido da sua ação, adotando as políticas adequadas para ultrapassar uma crise cujos efeitos dramáticos se tornavam visíveis de dia para dia.

Haveria que mostrar a todos, de uma forma objetiva, que o País se encontrava numa situação de emergência económica, financeira e social, para deixar claro que era urgente mudar de rumo. Para chegar a essa conclusão, bastava recorrer aos indicadores oficiais, insuscetíveis de serem desmen-

tidos, e que evidenciavam já, de forma inequívoca, a gravidade da situação que Portugal atravessava: o agravamento do desemprego, a estagnação económica, a insustentabilidade do défice das contas externas e do endividamento para com o estrangeiro, o nível preocupante da dívida do setor público administrativo e empresarial, a escassez de crédito disponível para as empresas, os riscos de pobreza e exclusão social em vastas camadas da população. Eram indicadores oficiais, objetivos, mas que muitos persistiam em ignorar ou dissimular.

Não tinha sido por falta de alertas, feitos em público e em privado, que o Governo não tinha ajustado as suas políticas, de modo a conter o agravamento da situação económica e social do País.

Eu próprio, tendo em vista a preparação da campanha eleitoral, fizera um levantamento dos muitos avisos que havia lançado, em diversas intervenções públicas, para os riscos que o País estava a correr, além das múltiplas chamadas de atenção que, em privado, transmitira ao Primeiro-Ministro nas audiências de quinta-feira.

Iniciei a campanha tendo feito esse trabalho e reunindo a máxima informação publicamente disponível sobre o estado do País, pois sempre foi meu propósito que a disputa eleitoral me desse a oportunidade de, num debate elevado e informado com os outros concorrentes, alertar os Portugueses para os perigos que corríamos.

No passado, fizera avisos particularmente fortes, chegando mesmo ao limite da terminologia que um Presidente da República pode utilizar no uso da palavra pública. Tal aconteceu, em especial, na Mensagem de Ano Novo de 1 de janeiro de 2010, em que afirmei que “com este aumento da dívida externa e do desemprego, a que se junta o desequilíbrio das contas públicas, podemos caminhar para uma situação explosiva”. A expressão “situação explosiva”, que na altura usei, seria mais tarde recordada por muitos; mas, em janeiro de 2010, foi ignorada pelos decisores políticos.

Pouco depois, em março desse mesmo ano, escrevi: “A gravidade da situação atual exige ação imediata. (...) Isso comporta, nomeadamente, apresentar um plano claro e credível da redução do défice e da dívida pública até 2013”.

Na sessão solene do 10 de junho de 2010, disse claramente aos Portugueses: “Como avisei na altura devida, chegámos a uma situação insustentável. Pela frente, temos grandes trabalhos, enormes tarefas, inevitáveis sacrifícios”. Nunca escondi dos meus concidadãos que teríamos de nos preparar para um tempo de exigências e sacrifícios. Mas, surpreendentemente, foram vários os agentes políticos, analistas e comentadores que me criticaram pelo dramatismo daquelas afirmações, quando já era evidente que a situação económica portuguesa era insustentável a curto prazo, como, aliás, vinha a ser também referido por entidades internacionais independentes. Perante as críticas de que fui alvo, interroguei-me: como é possível este grau de desconhecimento ou distração? Será pura ignorância da realidade ou, o que é mais grave, desejo de escondê-la dos Portugueses?

Ainda hoje, alguns insistem em afirmar que o Presidente da República não alertou o País, em devido tempo, para a gravidade da situação que vivíamos. A esta acusação, pretendeu-se juntar uma outra, a de que pactuava com uma política de ocultação da verdade, pois era movido por razões de calculismo eleitoralista com vista ao sufrágio de janeiro de 2011. A abundante informação que todos podem encontrar nos volumes dos Roteiros que anualmente publiquei, a par de todas as intervenções que estão devidamente registadas na página oficial da Presidência da República na Internet, desmentem de forma categórica os que formulam acusações que, pela sua ignorância ou má-fé, me abstenho de comentar.

Os alertas que atrás transcrevi, a título meramente exemplificativo, porque muitos mais podia apresentar, são a melhor prova de que falei verdade ao País – e falei verdade na altura certa, quando havia ainda tempo para corrigir políticas e para mudar de rumo. Porque penso na situação que agora vivem milhares de Portugueses, não me congratulo pelo facto de a História me ter dado razão. Lamento, isso sim, que perante uma evidência tão objetiva e tão clara, interesses de ocasião, aliados a uma forma obstinada de ação política, tenham contribuído para que a palavra serena, firme e imparcial do Presidente da República haja sido menosprezada, quando deveria ter merecido uma reflexão séria por parte dos responsáveis políticos. Ao invés, preferiu desviar-se as atenções dos Portugueses para polémicas e contro-

vérsias, abrindo “questões fraturantes” que tinham como propósito marcar a agenda política e mediática e, assim, iludir os cidadãos sobre as opções essenciais que o País devia ter tomado no tempo certo.

Não me deixei enredar nessa estratégia, mesmo sabendo que daí poderiam decorrer custos políticos, que assumi frontalmente em nome da ética da responsabilidade. Os que me acusam de calculismo e de eleitoralismo devem hoje, graças ao distanciamento temporal que já existe, fazer uma avaliação serena da minha atitude e reconhecer os erros cometidos.

Foi a constatação de que os meus alertas, assim como os de vários economistas prestigiados e independentes, não eram devidamente escutados, num cenário de progressiva degradação da situação económica e social, que me levou a propor aos Portugueses uma magistratura presidencial ativa. Fi-lo em plena campanha eleitoral, pelo que o julgamento dos cidadãos foi também um sinal de adesão ao compromisso político que assumi perante os eleitores. E, ao contrário do que alguns sustentaram, a noção de magistratura ativa não colide nem infirma o princípio da cooperação estratégica. Este último, como eu próprio escrevi em 2006, traduz o empenho do Presidente da República na concretização de grandes objetivos nacionais, dotados de um amplo consenso. Nenhum Presidente da República pode abdicar da cooperação estratégica com os demais órgãos de soberania. A magistratura ativa, por seu turno, corresponde a uma intervenção do Presidente que se intensifica em função das necessidades do país, nomeadamente nos momentos de emergência social e económica.

Foi neste contexto que, em novembro de 2010, ao elaborar o meu manifesto eleitoral, deixei afirmado de forma transparente que, se acaso os meus alertas tivessem sido devidamente escutados, a correção da linha de rumo poderia ter sido feita atempada e faseadamente, poupando as famílias, sobretudo as de menores recursos, aos enormes sacrifícios que agora têm de enfrentar de uma forma abrupta.

Em 10 de janeiro de 2011, quando decorria em pleno a campanha eleitoral, também o Governador do Banco de Portugal alertou para a situação que vivíamos, dizendo serem “insustentáveis tanto a trajetória da dívida pública como as trajetórias da dívida externa e da posição de investimento inter-

nacional do nosso País”. Levei muito a sério estas declarações. O facto de uma afirmação desta gravidade, produzida por uma entidade independente e dotada de informação privilegiada, como o Governador do Banco de Portugal, não ter provocado um sobressalto na sociedade portuguesa constituiu para mim a prova definitiva de que a classe política – pelo menos, uma parte significativa dela – não estava plenamente consciente da gravidade da situação. Ou, o que era pior, ignorava-a de forma deliberada.

Fiquei, então, firmemente convicto de que não podia deixar de sublinhar de novo a urgência de mudar de rumo na cerimónia da tomada de posse. Por outro lado, com base na minha experiência e nos meus conhecimentos, a que se aliava o contacto com a realidade e com interlocutores na esfera económica, laboral e social, senti o imperativo patriótico de apontar os caminhos que, em meu entender, deveriam ser seguidos.

Contribuir ativamente para uma nova linha de orientação estratégica para a economia nacional tornou-se, para mim, ainda antes do final da campanha, um imperativo de consciência. Se me candidatava para servir os Portugueses, não poderia agir de outro modo. Caso contrário, não valeria a pena ter-me submetido de novo ao juízo dos eleitores e a uma campanha eleitoral particularmente dura, em que alguns não hesitaram sequer em pôr em causa o valor que mais prezo: a minha honorabilidade pessoal.

Os titulares de cargos públicos têm um dever de verdade e um imperativo de lealdade para com os seus concidadãos. Naquela ocasião, era imperioso que a palavra do Presidente despertasse consciências e convocasse a atenção dos agentes políticos para a urgência em ajustar as políticas económicas, sob pena de nos aproximarmos de uma situação explosiva. Eu tinha afirmado várias vezes que, na ausência de correção dos desequilíbrios da economia portuguesa, haveria sempre um momento em que alguém teria de pagar a fatura, e a experiência ensinava que a fatura seria paga, acima de tudo, pela classe média e pelos mais desfavorecidos.

Apontar caminhos de futuro, linhas de orientação estratégica, grandes objetivos e desígnios nacionais, deixar alertas e avisos, contribuir para o diagnóstico correto das dificuldades e oportunidades, chamando a atenção para problemas que urge enfrentar, constitui uma prática que se enquadra

no espaço autónomo de intervenção política do Presidente da República, tal como foi sedimentado ao longo dos anteriores mandatos presidenciais. Esta é uma função que adquire especial relevância em momentos graves da vida nacional.

Por vezes, há quem acuse o Presidente da República de não especificar as medidas que entende que devem ser tomadas para alcançar os objetivos. Em princípio, não o deve fazer em público, mesmo que delas tenha conhecimento e sobre elas tenha uma opinião formada, podendo fazê-lo, em privado, nos encontros regulares que mantém com o Primeiro-Ministro. A definição e a execução das medidas concretas que dão conteúdo às estratégias e linhas de orientação competem ao Governo, enquanto órgão constitucionalmente responsável pela política geral do País.

Quando, na sequência do pedido de ajuda externa, formulado pelo Governo em abril de 2011, os técnicos da chamada “troika” procederam ao diagnóstico da situação económica e financeira nacional, os problemas da economia portuguesa identificados coincidiram, no essencial, com aqueles para os quais, em devido tempo, tinha alertado.

Como é do conhecimento público, foi só em 6 de abril de 2011 que o Governo anunciou a decisão de recorrer à ajuda externa, poucas horas depois da publicação de uma entrevista concedida pelo então Ministro das Finanças a um jornal económico, em que afirmou, a dado passo, que era “necessário recorrer aos mecanismos de financiamento disponíveis no quadro europeu”. Imediatamente após o anúncio da decisão do Governo, e em articulação com o Primeiro-Ministro, iniciei os contactos com os líderes dos partidos da oposição. Referi-lhes a gravidade da situação financeira em que Portugal se encontrava e procurei sensibilizá-los para uma atitude de cooperação responsável com o Governo e para a importância de uma posição consensual, tão ampla quanto possível, nas negociações com as instituições internacionais que iriam seguir-se.

Havia cerca de duas semanas que se avolumavam sinais muitíssimo preocupantes, multiplicando-se os indicadores sobre a impossibilidade de Portugal obter os meios necessários para assegurar o financiamento da economia e do Estado. Haveria que atuar com prudência e reserva, dado que uma inter-

venção do Presidente naquele contexto iria contribuir negativamente para um aumento da instabilidade e da falta de confiança externa. O Governo – a única entidade detentora de toda a informação sobre os meios financeiros detidos ou suscetíveis de ser obtidos pelo Tesouro – tinha colocado como ponto de honra não solicitar a ajuda do Fundo Monetário Internacional; e afirmara-o publicamente, o que adensava os problemas de gestão da crise. Pela minha parte, tivera o cuidado de, na comunicação ao País que fiz em 31 de março de 2011, sobre a dissolução da Assembleia da República, garantir publicamente que o Governo contaria com todo o meu apoio para que não deixassem de ser adotadas as medidas indispensáveis a salvaguardar o superior interesse nacional e assegurar os meios de financiamento necessários à nossa economia. Confirmava, assim, publicamente, o que em privado transmitira ao Primeiro-Ministro. Se o Governo decidisse solicitar a ajuda externa, teria todo o apoio do Presidente da República.

O facto de, após a demissão do Primeiro-Ministro, se ter começado a viver um ambiente de pré-campanha eleitoral certamente contribuiu para o atraso no pedido de auxílio financeiro. Esta questão convertera-se num tema de controvérsia político-partidária, quando, pela sua gravidade, deveria ser tratada numa perspetiva de salvaguarda do interesse nacional, que não conhece partidos nem fações.

A crise política de 2011

Dois dias depois da minha tomada de posse como Presidente da República, para o exercício de um segundo mandato, acelerou-se o desenvolvimento de uma crise política cujos sinais já se vinham avolumando no horizonte.

A 11 de março de 2011, o Governo divulgou ao País um amplo conjunto de medidas de austeridade e de reformas estruturais que tinham acabado de ser apresentadas às instâncias comunitárias, o chamado “PEC IV”, visando reduzir o défice das contas públicas e o reforço da competitividade da economia portuguesa. O anúncio inesperado deste programa suscitou de imediato uma reação negativa de todos os partidos da oposição, que criticaram quer o seu conteúdo quer a forma como o mesmo fora apresentado à

União Europeia, sem previamente ser comunicado às diversas forças políticas. Por imperativos de defesa do interesse nacional, sempre fora prática na vida política portuguesa os governos informarem antecipadamente as outras forças partidárias das posições que iriam tomar em Bruxelas.

Não dispondo o Governo de apoio maioritário na Assembleia da República, rapidamente se disseminou o sentimento de que aquele programa seria rejeitado se fosse submetido a votação no Parlamento. Em menos de 24 horas, todos os partidos da oposição manifestaram-se pública e inequivocamente no sentido da rejeição do “PEC IV”. Percebi claramente que o risco de eclosão de uma crise política, já latente há alguns meses, se agravara de forma súbita.

Desde que iniciara funções, o Governo revelava grande dificuldade em adaptar-se à situação decorrente da perda de maioria absoluta nas eleições legislativas de setembro de 2009. Era sempre com grande contrariedade, e só depois de muito pressionado, que aceitava dialogar com os partidos da oposição para aprovar leis na Assembleia da República e para obter consensos imprescindíveis no tratamento de matérias de interesse nacional. Ao mesmo tempo, recorria frequentemente a uma linguagem de inusitada contundência no tratamento dos seus adversários, a que estes respondiam em tom muito duro, adensando um clima de conflitualidade e de crispação de que os Portugueses se iam apercebendo com preocupação.

Ao longo do tempo, fui detetando, nos contactos regulares que mantive com os líderes partidários, um aumento da falta de confiança recíproca entre o Governo e a oposição. Existia, desde logo, uma crescente dificuldade em alcançarem entendimentos em torno de medidas essenciais – e urgentes – para enfrentar os problemas económicos e sociais do País.

O modo como foi apresentado publicamente o novo Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC IV) tornou-se o sinal mais evidente daquela falta de confiança. O Governo decidira avançar isoladamente, sem a precaução de, em devido tempo, desenvolver esforços para criar condições de diálogo com as forças da oposição, que permitissem obter um consenso capaz de garantir o indispensável apoio político à aprovação de novas e mais exigentes medidas de consolidação orçamental.

O anúncio do “PEC IV” apanhou-me de surpresa. O Primeiro-Ministro não me deu conhecimento prévio do programa, nem me tinha dado conta das medidas de austeridade orçamental que o Governo estava a preparar e da sua imprescindibilidade para atingir as metas do défice público previstas para 2011, 2012 e 2013. Pelo contrário, a informação que me era fornecida referia uma situação muito positiva relativamente à execução orçamental nos primeiros meses do ano. O Primeiro-Ministro não informou previamente o Presidente da República da apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento às instituições comunitárias. Tratou-se de uma falta de lealdade institucional que ficará registada na história da nossa democracia. O Presidente da República, nos termos constitucionais, deve ser informado acerca de assuntos respeitantes à condução da política interna e externa do País.

Esta atitude contrastou de forma flagrante com aquela que o Governo tinha adotado meses antes, no processo de aprovação do Orçamento para 2011. Logo a seguir às férias do verão, o Primeiro-Ministro começou a informar-me, com algum detalhe, sobre as intenções do Governo e sobre as dificuldades que poderiam surgir nas negociações com os partidos da oposição, em particular com o PSD. Foi-me assim possível, durante cerca de dois meses, acompanhar de perto as questões políticas e financeiras relacionadas com a aprovação do Orçamento, desenvolver contactos com dirigentes partidários, apoiar as negociações e favorecer os entendimentos. Em suma, consegui evitar-se a ocorrência de uma crise política que, a precipitar-se naquela altura, seria particularmente grave, uma vez que, nos termos da Constituição, me encontrava impedido de dissolver a Assembleia da República e convocar novas eleições. Se acaso tivesse ocorrido uma crise nesse momento, a sua resolução e a clarificação da situação política só poderiam verificar-se passados vários meses, com indiscutível prejuízo para o interesse nacional.

Foram vários os agentes políticos que, simulando não ver que o comportamento do Governo em relação ao Presidente da República, no caso do Orçamento para 2011 e no caso do “PEC IV”, eram diametralmente diferentes, assim como eram bem distintas as posições dos partidos da oposição, me acusaram de não ter atuado por forma a evitar a crise política, como fizera no primeiro caso.

No processo de aprovação do Orçamento para 2011, estando devidamente informado das questões em aberto e dos pontos sob controvérsia, pude atuar de modo a estimular as negociações em curso, respeitando o quadro de competências que a Constituição me atribui. Nesse sentido, convoquei o Conselho de Estado para o dia 29 de outubro de 2010, tendo, no final dessa reunião, feito uma comunicação ao País em que realcei que os conselheiros de Estado “se pronunciaram no sentido de o Governo e os partidos representados na Assembleia da República realizarem um esforço adicional para chegar a um compromisso tão rapidamente quanto possível” para a aprovação do Orçamento.

Não restava a mínima dúvida, para qualquer observador atento, que a situação criada em 11 março de 2011 tinha contornos completamente distintos. Não tendo sido informado previamente sobre o conteúdo ou sequer a existência do “PEC IV”, o Presidente foi impedido de exercer a sua magistratura de influência com vista a evitar o deflagrar de uma crise política. Em pouquíssimos dias, a crise acabaria por se precipitar a uma velocidade vertiginosa, tendo um desfecho previsível. Em face da rejeição do “PEC IV” pela Assembleia da República, o Primeiro-Ministro apresentou-me a sua demissão, no dia 23 de março, por considerar que não dispunha de condições políticas para se manter em funções.

Sem perder tempo, convoquei os partidos políticos com representação parlamentar, que recebi em audiência dois dias depois da demissão do Primeiro-Ministro. Todos os partidos expressaram a opinião de que, naquele quadro parlamentar, não era possível gerar outra solução governativa com condições para enfrentar os problemas do País e defenderam a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições legislativas.

Depois de ouvir os dirigentes partidários, reforcei a minha convicção pessoal de que não existia qualquer hipótese de constituir um governo alternativo com um mínimo de solidez e consistência, dado o grau de desconfiança recíproca que se formara entre o Governo demissionário e todos os partidos da oposição. Estes últimos, aliás, excluíram liminarmente a possibilidade de participarem num Governo com o Partido Socialista liderado pelo então Primeiro-Ministro.

Insistir na tentativa de encontrar uma solução governativa sem convocar eleições teria sido uma inútil perda de tempo, que prejudicaria o País em face do crescente agravamento da situação financeira. Impunha-se ultrapassar com rapidez o impasse político criado pelo pedido de demissão do Primeiro-Ministro, restituindo a palavra ao povo.

Decidi, assim, atuar com determinação e celeridade, desencadeando o processo de dissolução da Assembleia da República, ouvindo o Conselho de Estado – que, por unanimidade, se pronunciou favoravelmente à dissolução parlamentar e à realização de eleições – e, no final, convocando os Portugueses para um novo sufrágio.

A posição dos partidos da oposição em nada me surpreendeu. Tinha muito presente as posições inequívocas que já me tinham transmitido em outubro de 2009, na sequência das eleições legislativas. Nessa altura, todos afastaram a ideia de participar num governo de coligação com o Partido Socialista. De igual modo, tinha em mente as posições manifestadas pelos partidos em setembro de 2010, quando os ouvi no âmbito do processo de aprovação do Orçamento, em que repetiram o que haviam afirmado em outubro de 2009. Agora, em março de 2011, reiteravam, pela terceira vez, a posição que sempre manifestaram desde as eleições.

Quando ouvi os partidos da oposição, em outubro de 2009, com vista à designação do Primeiro-Ministro do novo Governo, detetei neles fortes marcas de ressentimento e de desconfiança em relação ao Partido Socialista e, sobretudo, ao seu líder, deixadas pela experiência de governo de maioria absoluta na legislatura anterior.

Por seu turno, o Partido Socialista também não manifestou interesse genuíno na formação de um Governo de coligação, preferindo uma solução governativa monopartidária, ainda que minoritária. Da proposta então feita pelo Partido Socialista a todos os partidos para integrarem um governo de coligação nunca poderia resultar uma solução política com solidez e consistência.

Há quem tenha a ilusão de que o Presidente da República pode impor aos partidos, contra a vontade destes, a sua participação em governos de coligação, por vezes apelidados de “salvação nacional”.

O Presidente da República pode exercer a sua magistratura de influência para que sejam encontradas soluções governativas estáveis e coerentes, dentro dos limites que decorrem do estrito imperativo de imparcialidade no tratamento das diversas forças partidárias, compromisso que assumi perante os eleitores e do qual não me afastarei um milímetro. No entanto, mesmo admitindo que o Presidente, através de uma forte pressão, consiga alterar a posição e a estratégia de um partido, levando-o a aceitar, a contragosto, coligar-se com outro para formar governo, entendo que não o deve fazer. A solução de governo que daí resultaria, não correspondendo a uma autêntica vontade de coligação estável e duradoura, seria sempre artificial e precária, consumindo-se rapidamente em lutas internas e dando lugar a uma instabilidade política muito prejudicial ao País.

Se um partido manifesta a posição firme de não querer coligar-se com outro, designadamente por este não lhe merecer confiança ou por com ele manter profundas divergências quanto ao rumo da governação, não poderão o empenhamento e a influência do Presidente, por maiores que sejam, criar condições de solidez e durabilidade governativa onde à partida não existem, como, aliás, a história da nossa democracia o demonstra à sociedade. Não tenho dúvidas de que seria isso o que teria acontecido se, em outubro de 2009, tivesse forçado, para além do razoável, a constituição de um governo de coligação, contra a vontade inequívoca manifestada em privado e em público pelos partidos.

Considerarei, por isso, na linha das opiniões que reuni junto das diversas forças partidárias, que a solução mais adequada ao interesse nacional consistia em, por um lado, respeitar os resultados do sufrágio e, por outro, conferir posse ao Governo do partido vencedor das eleições, com o qual nenhum outro quis coligar-se. Mas nem por isso deixei de ter presentes as especiais responsabilidades de diálogo que recaem sobre um Governo minoritário, como, de resto, deixei claramente afirmado no discurso que proferi na tomada de posse do XVIII Governo Constitucional, em 26 de outubro de 2009. Na ocasião, disse que, naquele contexto, “o diálogo e a concertação na procura dos consensos possíveis ganham uma relevância acrescida”. E acrescentei, de forma clara: “É necessário encontrar compro-

missos com as outras forças políticas, ouvir os agentes sociais e as organizações da sociedade civil, estar particularmente atento aos problemas reais que as famílias enfrentam no seu dia-a-dia”.

Na verdade, as dificuldades de um Governo de maioria relativa tendem a ser substancialmente potenciadas quando antes o governo dispunha de maioria absoluta e a perdeu por vontade do povo, manifestada em eleições. Na altura, tive ocasião de lembrar essa realidade, que inquestionavelmente exigia do Governo minoritário uma atitude de humildade democrática e empenho num diálogo frutuoso, construtivo e sério com as demais forças políticas. A ausência desse diálogo, que ficou patente na falta de informação sobre o “PEC IV”, acabaria por ditar o destino do Governo minoritário do Partido Socialista.

Aquando das eleições legislativas de 5 de junho de 2011, conhecedor dos antagonismos existentes entre as forças partidárias, dirigi-lhes um forte apelo para que a campanha decorresse com elevação nas palavras e nas atitudes e se evitassem crispações que inviabilizassem, após as eleições, o diálogo e os compromissos de governabilidade de que o País tanto necessitava. Na intervenção que proferi na cerimónia comemorativa do 25 de abril, no Palácio de Belém, afirmei que o Governo saído das eleições deveria dispor de apoio maioritário na Assembleia da República. Era um sinal dirigido aos partidos políticos, que se baseava na minha visão das exigências do País naquela conjuntura. O resultado eleitoral acabou por facilitar a formação de um Governo de coligação com maioria parlamentar.

Durante o período de Governo minoritário, constatei que existiam – e continuam ainda a existir –, na sociedade portuguesa, algum desconhecimento e diversos equívocos sobre o relacionamento entre o Presidente da República e o Governo e quanto aos poderes presidenciais no contexto do nosso sistema semipresidencial.

São muitos aqueles que julgam, erroneamente, que o Presidente da República dispõe, nos termos da Constituição, do poder de demitir o Primeiro-Ministro e de o substituir por um outro.

Importa esclarecer que, de acordo com o artigo 195º da Constituição, o Presidente da República só pode demitir o Governo – e não o Primeiro-Ministro – quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamen-

to das instituições democráticas. Após a revisão constitucional de 1982, o Governo deixou de ser politicamente responsável perante o Presidente da República e, como assinalam diversos constitucionalistas, aquele é um pressuposto que sempre suscita grandes dificuldades de concretização. Por outras palavras, a falta de confiança política no Governo não é um motivo constitucionalmente válido para o demitir. Se, porventura, o Presidente da República considerar que se impõe uma clarificação da situação política, deve, isso sim, dissolver a Assembleia da República e convocar eleições, faculdade que o Presidente está inibido de exercer nos últimos seis meses do seu mandato, o que ocorreu, sensivelmente, entre o início de setembro de 2010 e o início de março de 2011.

Estando o Presidente da República impedido de demitir o Governo por falta de confiança política, aí residirá, muito provavelmente, a razão pela qual, após a revisão constitucional de 1982, nunca um Presidente tenha demitido o Executivo para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas. Já várias vezes vi escrito que o meu antecessor, o Dr. Jorge Sampaio, demitiu o Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Santana Lopes, em novembro de 2004. Trata-se de uma afirmação que não corresponde à verdade. O então Presidente da República dissolveu, isso sim, a Assembleia, e o Primeiro-Ministro apresentou a sua demissão.

Neste quadro constitucional, em que o Presidente da República não pode livremente demitir o Governo, o que se tem verificado, na prática, é os Presidentes da República dissolverem o Parlamento quando entendem que o Governo já não reúne condições para se manter em funções.

Os Portugueses sabem que sou um defensor da estabilidade política, ainda que não a qualquer preço. Mas, como já declarei várias vezes, considero que, gozando o Governo da confiança da Assembleia da República, perante a qual responde politicamente, só em circunstâncias excecionais deve o Presidente proceder à dissolução do Parlamento. Se esta leitura da Constituição é válida em tempos de normalidade, ela ganha relevância acrescida sempre que o País se vê confrontado com uma situação financeira, económica e social que, pela sua inusitada gravidade, reclama ponderação, equilíbrio e sentido de Estado por parte de todos os agentes políticos.

Desde que assumi funções como Presidente da República, foram rejeitadas todas as moções de censura ao Governo votadas na Assembleia, incluindo na fase em que o Executivo dispunha apenas de maioria relativa. Os partidos da oposição, embora manifestassem sérias reservas quanto à confiança política que o Governo do Partido Socialista lhes inspirava, não só não rejeitaram o Programa de Governo que este apresentou, na sequência das eleições de 2009, como, em nenhuma ocasião, aprovaram na Assembleia da República uma moção de censura ao Executivo.

Na profunda reflexão que fiz, e que não deixou de atender à circunstância de me encontrar constitucionalmente impedido de dissolver a Assembleia nos últimos seis meses do meu mandato, concluí que não se verificava o pressuposto constitucionalmente necessário para demitir o Governo, já que o regular funcionamento das instituições não se encontrava em causa. Não existiam, pois, motivos para utilizar uma faculdade presidencial a que, desde 1982, nenhum dos meus antecessores recorreu.

Neste quadro político, só dissolvi a Assembleia da República quando, após o pedido de demissão do Primeiro-Ministro, em março de 2011, obtive a certeza de que não havia solução alternativa de governo na atual composição do Parlamento. Ficou claro que me guiava exclusivamente por aquilo que, em consciência, considerava ser o superior interesse nacional, respeitando o equilíbrio de poderes previsto na Constituição e não permitindo qualquer partidarização ou instrumentalização do Presidente da República.

Foram também muitas as vozes, algumas das quais esclarecidas e de boa-fé, que pediram que o Presidente da República se substituisse ao Governo, exercendo funções executivas, o que representaria uma violação grosseira do princípio da separação de poderes inscrito na Lei Fundamental. Ainda hoje, subsiste em alguns a ideia de que o Presidente da República deve intervir na ação governativa para resolver diretamente os problemas nacionais, os dos grupos a que pertencem ou até mesmo os seus problemas pessoais. Esquecem-se de que, nos termos da Constituição, o Governo é o órgão responsável pela condução da política geral do País.

Como escreveu o Presidente da República que me antecedeu no cargo, o Presidente não governa e não é responsável ou sequer corresponsável pela

política prosseguida pelo Governo. De facto, o Presidente não pode, nem deve, substituir-se ao Governo nem à oposição, a quem cabe encontrar as alternativas políticas à solução governativa existente.

O Presidente da República detém, todavia, um importante conjunto de poderes efetivos, ainda que não diretamente executivos, como o poder de veto, o poder de dissolução da Assembleia da República, o poder de demissão do Governo, nas circunstâncias estritas atrás enunciadas, ou o de nomeação do Governo e de altas figuras do Estado, a que se junta a magistratura de influência, que resulta da legitimidade que advém da sua eleição por sufrágio direto e universal.

Para o exercício dos seus poderes, o Presidente da República tem o direito de ser informado pelo Governo sobre a condução da política geral do País, seja no plano interno, seja no plano externo. Justamente por isso, desde há várias décadas que foi instituída a prática de uma audiência semanal de trabalho com o Primeiro-Ministro, o que não se verifica com os máximos representantes dos demais órgãos de soberania. Existe, além disso, um contacto permanente com o Governo, seja no domínio do processo legislativo, seja nos variados domínios da ação governativa.

É certo que à Presidência da República aflui muita outra informação que não a veiculada pelo Governo. Desde o início do meu mandato, tenho procurado manter-me informado através de contactos frequentes com agentes políticos, económicos e sociais e, por outro lado, possuir uma relação de proximidade com o poder autárquico, a sociedade civil e as populações através das minhas deslocações pelo País. Recebo, com regularidade, personalidades estrangeiras, representantes diplomáticos, representantes empresariais e sindicais, personalidades eminentes da vida pública portuguesa, da economia à cultura, passando pelas mais variadas instituições e associações. De todos recebo um conjunto muito rico e diversificado de informação, nem sempre coincidente com aquela que me é transmitida pelo Governo.

Estabeleci, no entanto, uma regra que julgo ser elementar no contexto de uma democracia adulta e consolidada, em que os titulares de cargos públicos desempenham as suas funções com sentido de responsabilidade e de Estado. Dou prevalência à informação do Governo; caso contrário, teria de

admitir que este a deturpava. Creio que se trata de um princípio fundamental que decorre da confiança e da lealdade que deve existir entre os diversos órgãos de soberania.

Tendo de acompanhar as questões mais variadas da vida nacional, cumpro ao Presidente da República identificar a informação relevante para a sua avaliação e formação do seu juízo e, em caso de necessidade, tomar posição.

Uma estatística esclarecedora

Durante o meu primeiro mandato recebi do Governo, para efeitos de promulgação, 1741 diplomas, dos quais 696, ou seja, 40 por cento, deram lugar a contactos entre a Presidência da República e o Governo, tendo em vista o esclarecimento do seu conteúdo. Daí resultaram alterações em 381, ou seja, em 22 por cento do total dos diplomas submetidos a promulgação.

Esta estatística ilustra bem a intensidade das relações entre a Presidência da República e o Governo no processo legislativo, a que acresce a análise de diplomas específicos feita nas minhas reuniões com o Primeiro-Ministro. Trata-se de uma importante dimensão da magistratura de influência do Presidente da República, tanto mais eficaz quanto exercida discretamente, fora do alcance dos holofotes da comunicação social.

Os contactos regulares com o Governo no sentido de obter esclarecimentos sobre os diplomas submetidos a promulgação e de introduzir-lhes aperfeiçoamentos, quer de carácter formal, quer de âmbito mais substancial, é uma prática que tem sido seguida por todos os Presidentes da República desde 1976.

Trata-se de uma prática que decorre do poder de veto que a Constituição concede ao Presidente da República, o qual, relativamente a diplomas do Governo, é absoluto, uma vez que é insuscetível de confirmação pelo executivo.

Entendo que, nestas circunstâncias, o Presidente da República possui o direito de, para formar a sua decisão, solicitar a informação que considere adequada. De igual modo, tem sido minha posição não recusar os ajustamentos que o Governo, face a dúvidas ou objeções por mim suscitadas, entenda introduzir nos diplomas. Isto não significa, naturalmente, que o

Presidente da República atue como co-legislador nem, tão-pouco, pode prejudicar a decisão final sobre o destino de cada diploma. Como afirmei em várias ocasiões, a promulgação de um diploma não traduz a adesão do Presidente da República a todas as normas e soluções nele contidas. Todavia, tal como sustentam os constitucionalistas Gomes Canotilho e Vital Moreira, “nada impede que o Presidente da República, em vez de vetar formalmente à partida os diplomas, prefira sugerir primeiro ao Governo as alterações necessárias à superação das objeções presidenciais”.

Assim, ao longo do meu primeiro mandato, sempre segui esta prática, no quadro de uma interpretação alargada de cooperação institucional com o Governo. Por esta razão, e ao contrário do que havia ocorrido em outros mandatos presidenciais, não requeri a fiscalização preventiva da constitucionalidade, tendo apenas exercido o direito de veto relativamente a um diploma do Governo.

A prática seguida nas relações entre o Presidente da República e a Assembleia da República, em matéria legislativa, é muito diferente da seguida nas relações com o Governo.

Existe uma total separação entre os procedimentos de aprovação dos diplomas por parte da Assembleia da República e de promulgação pelo Presidente da República. Os diplomas aprovados pela Assembleia da República chegam à Presidência da República em versão definitiva, sem que sobre eles tenham ocorrido contactos prévios entre os dois órgãos de soberania, sem prejuízo do acompanhamento do procedimento legislativo que é feito pelo meu assessor para os assuntos parlamentares.

Uma vez entrados na Presidência da República, os decretos da Assembleia da República só têm três caminhos possíveis: serem promulgados, vetados politicamente ou submetidos à apreciação do Tribunal Constitucional.

A prática seguida tem sido, contrariamente ao que sucede quanto aos diplomas aprovados pelo Governo, a da inexistência de contactos formais com a Assembleia da República visando a obtenção de esclarecimentos relativamente aos diplomas ou a introdução de aperfeiçoamentos.

A justificação para a existência de práticas distintas, consoante se trate de diplomas do Governo ou da Assembleia da República, assenta, por um lado,

na especificidade e natureza pública do processo parlamentar de aprovação dos decretos e, por outro, no facto de, quer o veto político quer mesmo o veto por inconstitucionalidade do Presidente da República, relativamente aos decretos da Assembleia da República, não terem carácter absoluto, podendo, pois, nos termos da Constituição, ser objeto de uma votação de confirmação que ultrapasse aqueles vetos.

Dos diplomas da Assembleia da República submetidos a promulgação durante o meu primeiro mandato, 398 foram promulgados, 14 foram objeto de veto político e 6 vetados por inconstitucionalidade, na sequência de uma pronúncia nesse sentido pelo Tribunal Constitucional.

O número de diplomas da Assembleia da República e do Governo submetidos a promulgação, alguns de grande complexidade, a que se juntam os decretos presidenciais (787 durante o meu primeiro mandato) dão uma ideia do espaço que a sua análise ocupa na agenda do Presidente da República.

Com os Portugueses

No meu segundo mandato como Presidente da República, serei fiel aos compromissos que assumi perante os Portugueses: cumprir e fazer cumprir a Constituição, manter uma rigorosa independência no tratamento das diversas forças políticas e desenvolver uma magistratura ativa perante os desafios que Portugal atravessa no atual momento histórico.

Acima de tudo, assumi um compromisso de proximidade com todos os cidadãos. Sou Presidente de Portugal inteiro, de todos os Portugueses, sem exceção. Tenho consciência da responsabilidade singular que decorre do exercício das funções de Presidente da República. Conheço o País, conheço Portugal e os Portugueses. Sei as dificuldades que atravessamos, mas tenho também presentes as enormes potencialidades de que Portugal dispõe. O nosso maior potencial é humano. O nosso maior potencial são os Portugueses, especialmente os jovens – os jovens que não se conformam, que aspiram a um futuro melhor. Essa é a nossa maior razão de esperança, o grande desígnio coletivo que nos deve unir. Em nome de um Portugal melhor, mais desenvolvido e mais justo, não me resigno nem me conformo.

Ao longo deste segundo mandato, iniciado há precisamente um ano, irei ser o Presidente do inconformismo e da esperança. Os Portugueses podem contar comigo.

Aníbal Cavaco Silva

Março, 2012

Portugal Inteiro **I**





Sessão Solene de Tomada de Posse como Presidente da República

Lisboa, 9 de março de 2011

Ao iniciar funções como Presidente da República, quero começar o meu mandato saudando o Povo português de uma forma muito calorosa.

Saúdo todos os Portugueses, quer os que vivem no nosso País, no Continente e nas Regiões Autónomas, quer os que engrandecem o nome de Portugal nas comunidades da Diáspora.

Saúdo os Portugueses que me ouvem, mas também aqueles que, através da língua gestual, acompanham a palavra fraterna que lhes quero dirigir neste dia.

De todos serei Presidente.

Serei Presidente dos Portugueses que me honraram com o seu voto, mas também daqueles que o não fizeram. É perante todos, sem exceção, que aqui assumo o compromisso solene de cumprir e fazer cumprir a Lei Fundamental da nossa República.

Ao Senhor Presidente da Assembleia da República, que desempenha com grande sentido de Estado a exigente missão de presidir à instituição onde a democracia e o pluralismo se realizam todos os dias, agradeço as palavras que me dirigiu.

Assumo perante vós, Senhores Deputados, o firme e sincero propósito de colaborar com a Assembleia da República, na certeza de que o momento que o País atravessa exige uma especial cooperação entre as diversas instituições democráticas.

Ao Governo e ao Senhor Primeiro-Ministro reitero o compromisso de cooperação que há cinco anos assumi perante os Portugueses. Pela minha parte, pode contar o Governo com uma magistratura ativa e firmemente empenhada na salvaguarda dos superiores interesses nacionais.

Enquanto Presidente da República, cumprirei escrupulosamente os compromissos que assumi perante os Portugueses no meu manifesto eleitoral. No quadro de todos os poderes que me são conferidos pela Constituição, serei rigorosamente imparcial no tratamento das diversas forças políticas, mantendo neutralidade e equidistância relativamente ao Governo e à oposição.

Irei cooperar com os demais órgãos de soberania para que Portugal ultrapasse as dificuldades do presente e atuarei como elemento moderador das tensões da vida política e como fator de equilíbrio do nosso sistema democrático.

Agradeço a presença nesta cerimónia dos representantes de países amigos, em particular dos países de língua oficial portuguesa. Reconheço no vosso gesto um sinal de apreço por uma nação soberana de muitos séculos, orgulhosa do seu passado e confiante no seu futuro.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Como sempre tenho afirmado, só um diagnóstico correto e um discurso de verdade sobre a natureza e a dimensão dos problemas económicos e sociais que Portugal enfrenta permitirão uma resposta adequada, quer pelos poderes públicos, quer pelos agentes económicos e sociais e pelos cidadãos em geral. A informação objetiva sobre a situação económica e social do País é um bem público que beneficia a sociedade no seu conjunto, porque estimula comportamentos favoráveis à resolução das dificuldades.

Os indicadores conhecidos são claros. Portugal vive uma situação de emergência económica e financeira, que é já, também, uma situação de emergência social, como tem sido amplamente reconhecido.

Acredito que conseguiremos ultrapassar os problemas atuais se formos capazes de dar uma resposta verdadeiramente coletiva aos desafios que temos à nossa frente, o que exige transparência e um conhecimento rigoroso e completo da situação em que nos encontramos. Como em tudo na vida, para delinear o melhor caminho para atingirmos o futuro que ambicionamos, temos de saber de onde partimos.

Nos últimos dez anos, a economia portuguesa cresceu a uma taxa média anual de apenas 0,7 por cento, afastando-se dos nossos parceiros da União Europeia. Esta divergência foi ainda mais evidente no caso do Rendimento Nacional Bruto, que constitui uma medida aproximada do rendimento efetivamente retido pelos Portugueses. O Rendimento Nacional Bruto *per capita*, em termos reais, cresceu apenas 0,1 por cento ao ano, refletindo, na prática, uma década perdida em termos de ganhos de nível de vida.

De acordo com as últimas estimativas do Banco de Portugal, “o crescimento potencial da economia portuguesa, o qual determina a capacidade futura de reembolso do endividamento presente”, é atualmente inferior a 1 por cento e, em 2010, o valor real do investimento ficou cerca de 25 por cento abaixo do nível atingido em 2001.

O défice externo de Portugal tem permanecido em valores perto de 9 por cento do produto, contribuindo, por força do pagamento de juros ao exterior, para a deterioração do saldo da balança de rendimentos, cujo défice anual, de acordo com o Banco de Portugal, se aproxima rapidamente dos 10 mil milhões de euros, privando a nossa economia de recursos fundamentais para o seu desenvolvimento.

Simultaneamente, a taxa de poupança nacional tem vindo a decair, passando de cerca de 20 por cento do Produto, em 1999, para menos de 10 por cento nos últimos dois anos.

Em 2010, o desemprego atingiu mais de 600 mil pessoas, o que contrasta com cerca de 215 mil em 2001. Nestes dez anos, a taxa de desemprego subiu de 4 por cento para um valor de 11 por cento.

Os dados publicados pela Comissão Europeia indicam que, em 2008, o número de residentes em Portugal que se encontravam em “risco de pobreza ou exclusão social” superava os 2 milhões e 750 mil, o que equivale a cerca de 26 por cento da nossa população. De acordo com as informações qualitativas disponibilizadas pelas instituições que operam no terreno, esta situação ter-se-á agravado nos últimos dois anos.

A margem de manobra do Estado português para acudir às necessidades de crescimento da economia e para combater os problemas de natureza social encontra-se severamente limitada, como o provam os níveis da despesa pública, da dívida pública e do endividamento do Setor Empresarial do Estado, a que acrescem os encargos futuros com as parcerias público-privadas.

Também a capacidade de os agentes nacionais acederem ao crédito e de financiarem, quer as suas necessidades de capital quer o crescimento da economia, está cada vez mais dificultada. O saldo devedor da Posição de Investimento Internacional, que corresponde ao grau de endividamento líquido da economia, é superior a 100 por cento do Produto.

Os mercados continuam a limitar fortemente o recurso ao financiamento por parte do sistema bancário nacional, o que se reflete num agravamento das restrições de acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas e num aumento das taxas de juro.

Além disso, o financiamento do Estado continua a ser feito a taxas anormalmente elevadas, condicionando o funcionamento do sistema financeiro português e da nossa economia. É elementar perceber que, como escreve o Banco de Portugal no seu último Boletim Económico, e cito, “o atual contexto de elevados prémios de risco da dívida soberana para Portugal implica um serviço da dívida externa acrescido”. Existe, assim, um risco sério de o pagamento de juros ao exterior travar a indispensável redução do desequilíbrio externo, mesmo no caso de um comportamento positivo das exportações.

Vários outros indicadores podiam ser apresentados para confirmar que Portugal se encontra numa situação particularmente difícil.

Neste contexto, surpreende que possa ter passado despercebido nos meios políticos e económicos o alerta lançado pelo Governador do Banco de Portugal, em janeiro passado, de que, e cito, “são insustentáveis tanto a trajetória da dívida pública como as trajetórias da dívida externa e da Posição de Investimento Internacional do nosso País”.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Portugal está hoje submetido a uma tenaz orçamental e financeira – o orçamento apertando do lado da procura e o crédito apertando do lado da oferta. Este quadro afetará negativamente o crescimento económico e a qualidade de vida das famílias, a não ser que os responsáveis políticos, económicos e financeiros correspondam, com firmeza e sem ambiguidades, à obrigação que têm de libertar o país desta situação. Esta é a realidade que não deve ser ignorada e que é minha obrigação deixar bem clara, no início do meu segundo mandato, como contributo para que a urgência de atuar seja por todos apreendida. A resolução dos problemas exige plena consciencialização da situação em que estamos. É urgente encontrar soluções, retomar o caminho certo e preparar o futuro. Esta é uma tarefa que exigirá um esforço coletivo, para o qual todos somos chamados a contribuir.

Ao Estado cabe definir com clareza as linhas estratégicas de orientação, as prioridades e os principais desígnios para o todo nacional. Estas serão referências essenciais não apenas para o setor público mas também para a iniciativa privada. Além disso, é imperativo melhorar a qualidade das políticas públicas. Em particular, é fundamental que todas as decisões do Estado sejam devida e atempadamente avaliadas, em termos da sua eficiência económica e social, do seu impacto nas empresas e na competitividade da economia, e das suas consequências financeiras, presentes e futuras. Não podemos correr o risco de prosseguir políticas públicas baseadas no instinto ou em mero voluntarismo.

Só com políticas públicas objetivas, consistentes com uma estratégia orçamental sustentável e com princípios favoráveis ao florescimento da iniciativa privada, poderemos atrair investimento para a economia portuguesa e ambicionar um crescimento compatível com as nossas necessidades. Sem crescimento económico, os custos sociais da consolidação orçamental serão insuportáveis.

Neste contexto difícil, impõe-se ao Presidente da República que contribua para a definição de linhas de orientação e de rumos para a economia nacional que permitam responder às dificuldades do presente e encarar com esperança os desafios do futuro.

Em coerência com o que tenho defendido e com o que está inscrito no meu manifesto eleitoral, entendo que há princípios muito claros de orientação estratégica que Portugal deve assumir. Face à situação em que o País se encontra, há que atuar simultaneamente no domínio estrutural, visando a resolução dos desequilíbrios que têm afetado a economia portuguesa, e no domínio conjuntural, visando mitigar o impacto negativo da atual crise sobre o emprego, sobre as empresas e sobre os Portugueses mais carenciados.

A nível estrutural, e como há muito venho a insistir, temos de apostar de forma inequívoca nos setores de bens e serviços transacionáveis. Só com um aumento da afetação de recursos para a produção competitiva conseguiremos iniciar um novo ciclo de desenvolvimento. Este é um desafio que responsabiliza, em primeiro lugar, o Estado e o sistema financeiro. De resto, é fundamental que os Portugueses assimilem, de forma convicta, a necessidade de produzir mais bens que concorram com a produção estrangeira. Um défice externo elevado e permanente é, por definição, insustentável.

Ainda no âmbito da afetação de recursos, é necessário estimular a poupança interna e travar a concessão indiscriminada de crédito, em especial para fins não produtivos e para sustentar gastos públicos. É imperioso reafetar o crédito disponível para as pequenas e médias empresas criadoras de valor económico e de emprego e para as exportações.

Em paralelo, é essencial traçar um caminho que permita o reforço da nossa competitividade e o aumento da produtividade do trabalho e do capital. A perda de competitividade da economia portuguesa é talvez o sintoma mais grave das nossas fragilidades.

Neste contexto, é crucial a realização de reformas estruturais destinadas a diminuir o peso da despesa pública, a reduzir a presença excessiva do Estado na economia e a melhorar o desempenho e a eficácia da administração pública.

Só com uma gestão rigorosa, determinada e transparente das contas públicas será possível um crescimento económico duradouro, a criação de novos e melhores empregos e a consolidação da credibilidade externa. A sustentabilidade das finanças públicas portuguesas é uma questão iniludível para a confiança dos investidores internacionais. Quando a taxa de juro da dívida pública é superior à taxa de crescimento nominal da economia aumenta a exigência em relação ao saldo primário das contas públicas.

É preciso valorizar a iniciativa empresarial e o conceito de empresa como espaço de diálogo e cooperação entre gestores e trabalhadores, captar e manter investimento de qualidade e aproveitar as vantagens comparativas de que Portugal dispõe.

É crucial aprofundar o potencial competitivo de setores como a floresta, o mar, a cultura e o lazer, as indústrias criativas, o turismo e a agricultura, onde detemos vantagens naturais diferenciadoras. A redução do défice alimentar é um objetivo que se impõe levar muito a sério, tal como a remoção dos entraves burocráticos ao acesso da iniciativa privada à exploração económica do mar.

O futuro da economia portuguesa depende bastante da capacidade de acrescentar valor, de inovar e de incorporar mais conteúdo tecnológico nos nossos produtos. A interligação entre as empresas e os estabelecimentos de ensino superior e centros de investigação é da maior relevância.

Ainda no plano estrutural, é necessário garantir uma fiscalidade mais simples, transparente e previsível, melhorar a qualidade do investimento em formação e

qualificação dos recursos humanos, assim como assegurar mais eficiência, credibilidade e rapidez no funcionamento do sistema de justiça. A Justiça desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico, como fonte de segurança e de previsibilidade, e funciona como referência para a captação de investimento internacional.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Na atual situação de emergência impõem-se, também, medidas de alcance conjuntural, que permitam minorar os efeitos imediatos da crise e criar o suporte económico e social necessário às transformações estruturais. Exige-se, em particular, um esforço determinado no sentido de combater o flagelo do desemprego. A expectativa legítima dos Portugueses é a de que todas as políticas públicas e decisões de investimento tenham em conta o seu impacto no mercado laboral, privilegiando iniciativas que criem emprego ou que permitam a defesa dos postos de trabalho.

Por outro lado, é essencial valorizar o papel das empresas e do empreendedorismo, da mesma forma que se celebra, por exemplo, o sucesso dos nossos atletas na obtenção de títulos internacionais.

É importante reconhecer as empresas e o valor por elas criado, em vez de as perseguir com uma retórica ameaçadora ou com políticas que desincentivam a iniciativa e o risco. No atual contexto, são elas que podem criar novos empregos e dar esperança a uma geração com formação ampla e diversificada e que não consegue entrar no mercado de trabalho. São as empresas que podem dinamizar as exportações e contribuir para a contenção do endividamento externo. Não podemos assistir de braços cruzados à saída de empresas do nosso País. Pelo contrário, temos que pensar seriamente no que é que podemos fazer para atrair mais empresas.

O essencial do investimento rentável e virado para os setores transacionáveis vem das empresas privadas. Precisamos de valorizar, em particular, quem tem vontade e coragem de inovar e de investir sem precisar dos apoios do Estado.

É especialmente decisivo atrair os jovens para a iniciativa empresarial. O empreendedorismo jovem é hoje uma realidade em desenvolvimento no nosso país

que deve ser apoiada para que surjam muitos mais casos de sucesso. Portugal precisa de uma nova vaga de empreendedores. Empreendedores com autonomia do poder político, que não esperem qualquer tipo de proteção ou de favores, cidadãos empenhados na qualidade e na inovação, dispostos a assumir riscos e a competir no mercado global.

Os nossos autarcas, que saúdo nesta ocasião solene, já compreenderam que o poder local adquiriu um novo perfil, a que correspondem novas exigências.

As autarquias podem assumir um papel fulcral na valorização da iniciativa empresarial, na criação de emprego e, genericamente, na resposta às dificuldades económicas e sociais das respetivas regiões.

Para além do contributo em iniciativas de apoio aos mais carenciados, tenho constatado que existe um número crescente de autarcas que estão a reorientar as suas prioridades para o tecido produtivo e para a valorização económica das suas regiões e dos seus recursos. Este é um caminho de futuro e também aquele que poderá ter um impacto mais rápido na economia nacional.

As iniciativas locais de emprego e os investimentos de proximidade são aqueles que podem produzir resultados de forma mais imediata e que melhor podem ser avaliados, reformulados ou reproduzidos.

Urge remover os obstáculos à reabilitação urbana, cujas potencialidades de criação de emprego e de promoção turística, embora há muito reconhecidas, permanecem em larga medida desaproveitadas.

Não podemos privilegiar grandes investimentos que não temos condições de financiar, que não contribuem para o crescimento da produtividade e que têm um efeito temporário e residual na criação de emprego. Não se trata de abandonar os nossos sonhos e ambições. Trata-se de sermos realistas.

As políticas ativas de emprego desempenham também um papel importante no combate ao desemprego. A concertação social tem uma responsabilidade particular na definição de políticas de rápido efeito, avaliando resultados, corrigindo erros e servindo a criação efetiva de emprego.

A inovação e a incorporação de conteúdo tecnológico nos bens que produzimos são essenciais. Contudo, não podemos deixar de ver o potencial e a importância dos chamados setores tradicionais. As vantagens competitivas adquiridas e aprofundadas por estes setores, bem como a experiência que já têm do mercado

internacional, não podem ser desaproveitadas nem vítimas de preconceitos. Estão em causa setores tipicamente criadores de emprego, contribuintes positivos para a nossa balança externa e que são, além disso, elementos essenciais de coesão social e territorial.

Aumentar a eficiência e a transparência do Estado e reduzir o peso da despesa pública são prioridades não apenas de natureza estrutural, mas também conjuntural.

Realismo, avaliação rigorosa das decisões, justiça na distribuição dos sacrifícios e melhoria do clima de confiança são exigências impostas pelo presente, mas que devemos também às gerações futuras. O caminho é possível, mas não será fácil nem rápido.

Reitero a minha convicção de que está em causa um esforço coletivo. É importante, por isso, que Governo, Assembleia da República e demais responsáveis políticos assumam uma atitude inclusiva e cooperante, que seja também fator de confiança e de motivação para os nossos cidadãos. A estabilidade política é uma condição que deve ser aproveitada para a resolução efetiva dos problemas do País. Seria desejável que o caminho a seguir fosse consubstanciado num programa estratégico de médio prazo, objeto de um alargado consenso político e social.

Espero que todos os agentes políticos e poderes do Estado e os agentes económicos e financeiros estejam à altura das dificuldades do momento e deem sentido de futuro aos sacrifícios exigidos aos Portugueses.

Da União Europeia, devemos esperar não apenas que assegure a estabilidade e a sustentabilidade da zona euro, mas também que desenvolva uma estratégia comum e solidária que promova o crescimento, o emprego e a coesão.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

A nossa sociedade não pode continuar adormecida perante os desafios que o futuro lhe coloca. É necessário que um sobressalto cívico faça despertar os Portugueses para a necessidade de uma sociedade civil forte, dinâmica e, sobretudo, mais autónoma perante os poderes públicos.

O País terá muito a ganhar se os Portugueses, associados das mais diversas formas, participarem mais ativamente na vida coletiva, afirmando os seus direitos

e deveres de cidadania e fazendo chegar a sua voz aos decisores políticos. Este novo civismo da exigência deve construir-se, acima de tudo, como um civismo de independência face ao Estado.

Em vários setores da vida nacional, com destaque para o mundo das empresas, emergiram nos últimos anos sinais de uma cultura altamente nociva, assente na criação de laços pouco transparentes de dependência com os poderes públicos, fruto, em parte, das formas de influência e de domínio que o crescimento desmesurado do peso do Estado propicia.

É uma cultura que tem de acabar. Deve ser clara a separação entre a esfera pública das decisões coletivas e a esfera privada dos interesses particulares.

Os cidadãos devem ter a consciência de que é preciso mudar, pondo termo à cultura dominante nas mais diversas áreas. Eles próprios têm de mudar a sua atitude, assumindo de forma ativa e determinada um compromisso de futuro que traga de novo a esperança às gerações mais novas.

É altura de os Portugueses despertarem da letargia em que têm vivido e perceberem claramente que só uma grande mobilização da sociedade civil permitirá garantir um rumo de futuro para a legítima ambição de nos aproximarmos do nível de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia.

Esta é uma tarefa de todos. Cada um tem de assumir as suas próprias responsabilidades. É essencial que exista uma união de esforços, em que cada português se sinta parte de um todo mais vasto e realize o quinhão que lhe cabe.

Necessitamos de recentrar a nossa agenda de prioridades, colocando de novo as pessoas no fulcro das preocupações coletivas. Muitos dos nossos agentes políticos não conhecem o país real, só conhecem um país virtual e mediático. Precisamos de uma política humana, orientada para as pessoas concretas, para famílias inteiras que enfrentam privações absolutamente inadmissíveis num país europeu do século XXI. Precisamos de um combate firme às desigualdades e à pobreza que corroem a nossa unidade como povo. Há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos.

A pessoa humana tem de estar no centro da ação política. Os Portugueses não são uma estatística abstrata. Os Portugueses são pessoas que querem trabalhar, que aspiram a uma vida melhor para si e para os seus filhos. Numa República social e inclusiva, há que dar voz aos que não têm voz.

No momento que atravessamos, em que à crise económica e social se associa uma profunda crise de valores, há que salientar o papel absolutamente nuclear da família. A família é um espaço essencial de realização da pessoa humana e, em tempos difíceis, constitui o último refúgio e amparo com que muitos cidadãos podem contar. A família é o elemento agregador fundamental da sociedade portuguesa e, como tal, deve existir uma política ativa de família que apoie a natalidade, que proteja as crianças e garanta o seu desenvolvimento, que combata a discriminação dos idosos, que aprofunde os elos entre gerações.

O exercício de funções públicas deve ser prestigiado pelos melhores, o que exige que as nomeações para os cargos dirigentes da Administração sejam pautadas exclusivamente por critérios de mérito e não pela filiação partidária dos nomeados ou pelas suas simpatias políticas.

A coesão entre as gerações representa um importante ativo de que Portugal ainda dispõe. Os jovens não podem ver o seu futuro adiado devido a opções erradas tomadas no presente. É nosso dever impedir que aos jovens seja deixada uma pesada herança, feita de dívidas, de encargos futuros, de desemprego ou de investimento improdutivo.

O exemplo que temos de dar às gerações mais novas é o exemplo de uma cultura onde o mérito, a competência, o trabalho e a ética de serviço público sejam valorizados. Entre as novas gerações, Portugal dispõe de recursos humanos altamente qualificados. Se nada fizermos, os nossos melhores jovens irão fixar-se no estrangeiro, processo que, aliás, já começa a tornar-se visível.

É fundamental que a sociedade portuguesa seja despertada para a necessidade de um novo modo de ação política que consiga atrair os jovens e os cidadãos mais qualificados. O afastamento dos jovens em relação à atividade política não significa desinteresse pelos destinos do País; o que acontece, isso sim, é que muitos jovens não se reveem na atual forma de fazer política nem confiam que, a manter-se o atual estado de coisas, Portugal seja um espaço capaz de realizar as suas legítimas ambições. Precisamos de gestos fortes que permitam recuperar a confiança dos jovens nos governantes e nas instituições.

Seria extremamente positivo que os jovens se assumissem como protagonistas da mudança, participando de forma construtiva, e que as instituições da nossa democracia manifestassem abertura para receber o seu contributo.

A geração mais jovem deve ser vista como parte da solução dos nossos problemas.

Numa sociedade que valoriza o mérito, a educação é o elemento-chave da mobilidade social. Aqueles que dispõem de menores recursos, mas que revelem méritos e capacidades, têm de ser apoiados, para que não se aprofundem situações intoleráveis de desigualdade entre os Portugueses.

Temos de despertar toda a sociedade para a importância do investimento na excelência da nossa educação. Todos os estabelecimentos de ensino que se destacam pelos seus resultados têm de merecer o reconhecimento da sociedade e do Estado. Só assim se cumprirá o ideal de premiar o mérito que norteou a nossa República centenária.

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Ao tomar posse como Presidente da República, estou firmemente convicto de que existem razões de esperança para o nosso país.

Ao longo da sua História, Portugal viveu dificuldades e, com coragem, determinação e vontade de vencer, foi capaz de ultrapassá-las.

Logo a seguir à revolução do 25 de abril, a sociedade civil deu uma prova excepcional da sua vitalidade na forma como acolheu, sem convulsões, quase um milhão de Portugueses que regressaram de África, em condições extremamente difíceis. Graças ao apoio das famílias e de diversas instituições, a sua integração no País processou-se sem sobressaltos de maior, apoiada naquela que é uma das melhores qualidades do nosso povo: a capacidade que revela para, nas horas difíceis, dar provas de um espírito de solidariedade e de entreatajuda que é absolutamente extraordinário. Esse espírito é nosso, é único, é o espírito de Portugal.

Todos os dias, encontramos esse espírito solidário nas diversas campanhas de apoio aos mais desfavorecidos. Os jovens participam nessas campanhas como voluntários, aos milhares. Sem nada pedirem em troca, sem pensarem em cargos ou proveitos para si próprios. Aos jovens, que nos dão tantas lições de vida, quero deixar aqui, neste dia, o testemunho da minha admiração mais profunda. Temos jovens talentosos que ombreiam com os melhores do mundo, em inovação empresarial, em qualidade académica e científica, em criatividade artística e

cultural. Há uma nova geração que ganha sucessivos prémios nas mais diversas áreas da investigação, que assume papéis de liderança nos mais variados projetos, que participa com grande entusiasmo e admirável generosidade em ações de voluntariado social ou nas campanhas de defesa do ambiente.

Os nossos jovens movem-se hoje à escala planetária com uma facilidade que nos surpreende. Cidadãos do mundo, familiarizados com as novas tecnologias e a sociedade em rede, dispõem de um capital de conhecimento e de uma vontade de inovação que são admiráveis. Muitos dos académicos, investigadores, profissionais de sucesso e jovens empresários que trabalham no estrangeiro aspiram a regressar ao seu país, desde que possuam condições para aqui fazerem florescer as suas capacidades. Temos de aproveitar o enorme potencial desta nova geração e é nela que deposito a esperança de um Portugal melhor.

Foi especialmente a pensar nos jovens que decidi recandidatar-me à Presidência da República. A eles dediquei a vitória que os Portugueses me deram. Agora, no momento em que tomo posse como Presidente da República, faço um vibrante apelo aos jovens de Portugal: ajudem o vosso País!

Façam ouvir a vossa voz. Este é o vosso tempo. Mostrem a todos que é possível viver num País mais justo e mais desenvolvido, com uma cultura cívica e política mais sadia, mais limpa, mais digna. Mostrem às outras gerações que não se acomodam nem se resignam.

Sonhem mais alto, acreditem na esperança de um tempo melhor. Acreditem em Portugal, porque esta é a vossa terra. É aqui que temos de construir um País à altura das nossas ambições. Estou certo de que, todos juntos, iremos vencer.

Obrigado.

Cerimónia de Homenagem aos Combatentes da Guerra em África

Lisboa, 15 de março de 2011

Evocamos, hoje, o início de um conflito em que as Forças Armadas portuguesas estiveram envolvidas, durante quase 14 anos, em África. Fazemo-lo frente ao monumento aos Mortos da Guerra do Ultramar, numa homenagem sentida àqueles que, entre 1961 e 1974, foram chamados a combater por Portugal e se dispuseram a perder as suas vidas pela Pátria.

Foi um esforço tamanho da Nação. Foram anos de incorporações sucessivas, envolvendo cerca de um milhão de jovens de todas as regiões do País que, de forma exemplar, cumpriram a sua missão por terras africanas.

Ao percorrer com o olhar a parede em redor do monumento, encontramos os nomes dos cerca de 9 mil portugueses mortos em campanha nessa guerra ainda bem presente para muitos de nós. Podemos, aí, rever nomes de familiares ou de amigos. E recordar, também, aqueles que, ao longo de quase nove séculos, deram a sua vida para que Portugal seja hoje uma nação livre e independente. Para lá da memória, impõe-se o reconhecimento de todos os que, pela sua ação na defesa de Portugal, sofreram no corpo e na alma o preço do dever cumprido. São merecedores do nosso profundo respeito.

Saudamos com especial apreço, pelo muito que lhes devemos, os militares de etnia africana que, de forma valorosa, lutaram ao nosso lado. Todos, combatentes por Portugal!

Hoje, aqui, não homenageamos uma época, um regime ou uma guerra. Trata-se, simplesmente, de uma homenagem da Pátria àqueles que se encontram entre os seus melhores servidores.

É, aliás, de toda a justiça distinguir a intervenção militar que permitiu que um País com a dimensão e os recursos de Portugal pudesse manter o controlo sobre três teatros de operações distintos, vastos e longínquos. É internacionalmente reconhecida a forma como foi concebida a estratégia da guerra e travados os combates, o que demonstra o esforço do País e dignifica a memória dos seus combatentes.

Os laços e as ligações resultantes da continuada cooperação entre as forças de Terra, Mar e Ar, nas operações em África, são um importante legado para os dias de hoje, devendo constituir inspiração para um emprego conjunto cada vez mais eficaz.

Todos têm presente a importância capital do apoio e da evacuação aérea para as operações terrestres ou, como foi o caso na Guiné-Bissau, da ação conjunta do Exército com a Marinha e os seus fuzileiros.

Combatentes

Importa reconhecer que os soldados portugueses foram, em África, soldados de exceção. Fizeram da distância e da saudade um desafio a vencer, assumiram a falta de recursos como razão para a iniciativa e para a adaptabilidade, tomaram a juventude e os seus receios, temperados pela camaradagem e pelo patriotismo, como ingredientes para uma conduta digna e, muitas vezes, heroica.

É desta lembrança de uma camaradagem fortalecida em tempos difíceis de guerra que resultam, também, os convívios que anualmente juntam, nos lugares de Portugal, os antigos combatentes e as memórias dos que ficaram em África. São manifestações com uma dimensão e significado sem precedentes no todo nacional.

É a evocação de um período que deixou uma marca indelével numa geração que herdou, desses tempos, uma consciência aguda das consequências da guerra e do reconhecimento claro das prioridades da vida.

Foi a capacidade de sofrimento e o exemplo de coragem das mulheres de Portugal, a quem tantos sacrifícios foram pedidos, pela ausência ou perda dos seus, e que tudo suportaram na sua solidão e nos seus silêncios, tantas vezes esquecidas.

Foi o enorme desafio vencido por aqueles que, regressados de África, tiveram que refazer as suas vidas, começando tudo de novo, fazendo apelo ao espírito empreendedor e à capacidade de lutar que sempre os caracterizaram. Foi toda uma rede de apoios e de afetos, criada no seio das famílias e do País, que facilitou a sua integração no tecido laboral e social, ultrapassando as muitas dificuldades criadas pelo ambiente instável que se vivia.

A guerra em África materializou, como salientei em 2010, no Dia do Combatente, “o fim violento de um ciclo nacional, mas que deixou, nas picadas sangrentas

que trilhou, honra militar capaz de abrir o caminho a uma cooperação fraterna e frutuosa” com aqueles países irmãos.

Temos, hoje, a oportunidade de consolidar esta cooperação num espaço de partilha de valores, de cultura, de língua, de laços familiares e de interesses. O desafio, agora comum, é o de lutar por um futuro melhor, de desenvolvimento e de paz. Às gerações mais novas, é importante transmitir o testemunho de quem enfrentou a adversidade ombro a ombro com aqueles a quem confiava a vida e por quem a daria também; o testemunho de quem conhece a relevância de valores como a solidariedade, o profissionalismo, o mérito e a honra, a família e o País. País que será mais bem defendido se contar com a mais-valia da vossa experiência e da vossa participação ativa, como exemplo e fonte de motivação para os mais jovens que, tendo crescido num ambiente de maior conforto e de paz, enfrentam o futuro num Mundo incerto, onde as crises e o conflito não deixam de ser uma constante.

Combatentes

A vossa geração criou, também, as condições para que Portugal seja um País democrático, mais livre, mais solidário e mais aberto ao Mundo. Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do País com a mesma coragem, o mesmo desprendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar.

Como Portugueses, não haverá causa maior do que dedicarmos o nosso esforço e a nossa iniciativa ao serviço da Nação e dos combates que é necessário continuar a vencer, para promover um futuro mais justo, mais seguro e mais próspero para todos. Juntos, continuaremos a afirmar Portugal.

O meu bem-haja pela vossa presença, em nome dos Portugueses e de todos aqueles que hoje aqui recordamos. Foi por eles, por vós e por Portugal que aqui viemos.

Viva Portugal.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial de 2011

Lisboa, 16 de março de 2011

A abertura do Ano Judicial é uma cerimónia solene, a que comparecem as principais personalidades da vida judiciária nacional, e que se reveste de um duplo propósito.

Por um lado, visa dar público testemunho da importância essencial que a Justiça possui no quadro dos poderes soberanos do Estado, prestando a devida homenagem aos que contribuíram para o prestígio do sistema judicial e também àqueles que, todos os dias, fazem cumprir o Direito nos nossos tribunais, por vezes em condições difíceis e de grande exigência.

Por outro lado, a abertura do Ano Judicial deve constituir momento privilegiado para uma reflexão sobre a Justiça que os Portugueses desejam ter – e que não é, manifestamente, aquela que atualmente existe.

Uma cerimónia como esta não pode ser um ato meramente protocolar nem uma rotina vazia de sentido.

Os Portugueses não compreenderiam que assim fosse, tal a percepção notória que têm – e que diariamente experimentam – dos problemas indesmentíveis que afetam a boa realização da Justiça no nosso País.

Desde há muito que se alude a uma “crise da Justiça”.

E, de facto, são vários e inegáveis os sintomas dessa crise: há uma falta de confiança muito generalizada dos cidadãos no seu sistema judicial, do mesmo modo que são frequentes as atitudes e as declarações públicas de responsáveis da Justiça que em nada contribuem para o prestígio deste pilar do Estado de direito democrático.

Verifica-se, além disso, que a Justiça é atravessada por querelas que, frequentemente, são travadas na praça pública, numa prática que a todos prejudica, a começar pelos próprios agentes judiciários no seu todo.

Acresce que a relação do sistema judicial com a comunicação social, marcada por frequentes violações do segredo de justiça e algumas ambições de prota-

gonismo mediático, não tem sido adequada a preservar a dignidade do poder judicial e das magistraturas.

A estes problemas, que assumem uma índole cultural, juntam-se outros, de cariz funcional, que se prendem com a eficiência do aparelho judiciário.

Há domínios em que as disfunções estão perfeitamente identificadas, como sucede com a investigação criminal, a ação executiva ou as pendências na jurisdição tributária, sem que, ao longo de tanto tempo, tenha havido qualquer intervenção de fundo suscetível de pôr cobro a um estado de coisas que degrada a imagem das instituições, lesa os direitos dos cidadãos e afeta gravemente o funcionamento da nossa economia e a capacidade de atração de investimentos externos.

De um ponto de vista cultural, a Justiça necessita de credibilidade.

Numa perspetiva funcional, a Justiça, para ser justa, exige eficácia e celeridade.

À crise da Justiça vem agora juntar-se o problema da justiça da crise.

O sistema judicial é, também ele, interpelado pela crise económica, financeira e social do País, num esforço de que ninguém pode alhear-se.

A Justiça da crise tem de ser uma Justiça adequada à atual situação económica e social do País, numa jurisprudência atenta às realidades. Num tempo em que os Portugueses atravessam dificuldades que frequentemente assumem contornos dramáticos, a Justiça tem de ser, como nunca, uma justiça eficaz.

A Justiça tem de reforçar a sua autoridade institucional e cumprir em tempo útil o imperativo de “dizer o Direito” nas diversas situações da vida.

Neste quadro, importa proceder a uma reforma profunda da Justiça, que, no essencial, permanece por realizar.

Não compete ao Presidente da República definir os contornos precisos e as medidas concretas da reforma que se afigura urgente, e que é, em simultâneo, uma reforma cultural e funcional. Mas cabe ao Presidente dar o contributo da sua palavra para que sejam claramente enunciados os pressupostos em que a reforma da Justiça tem de assentar.

Neste sentido, é essencial que seja assumido pelo conjunto dos responsáveis deste setor, de forma inequívoca, que uma intervenção de fundo no sistema judicial nunca poderá ser feita num ambiente de crispação institucional e de conflitualidade entre os diversos agentes da Justiça.

É imprescindível ultrapassar as tensões, que são visíveis, entre o poder judicial e o poder político, devendo ambos compreender que este não é um tempo de confrontos mas de cooperação patriótica.

Nenhum operador judiciário é dispensável para a mudança que corresponde, sem dúvida, a uma das principais reformas de que Portugal atualmente necessita. Nenhum protagonista do sistema pode ser marginalizado ou ter a pretensão de se autoexcluir do cumprimento de um imperativo de cidadania. De todos se espera uma atitude de responsabilidade.

Ao contrário do que sucede noutros domínios da ação do Estado, as causas da crise da Justiça são exclusivamente nossas e a sua resolução depende exclusivamente de nós, não decorrendo da intervenção de entidades externas.

Se, por um lado, esta constatação significa que as mudanças a empreender poderão ser mais fáceis e céleres, por outro lado a ausência de estímulos externos pode agravar a tendência para o imobilismo ou para o adiamento dos problemas. Em síntese, o primeiro pressuposto de uma autêntica reforma da Justiça assenta na ideia de que não é possível alterar o atual estado de coisas num clima de conflitualidade e de crispação.

Um segundo pressuposto da mudança corresponde a uma noção simples: não é possível reformar a Justiça contra aqueles que, no quotidiano dos tribunais, irão aplicar as medidas adotadas pelo legislador.

Tem de ser abandonada, em definitivo, a tendência do legislador para atuar de modo errático, cedendo a impulsos de ocasião, numa lógica experimental que introduz elementos de instabilidade e imprevisibilidade no nosso sistema jurídico. A certeza do Direito não se compadece com experimentalismos legislativos. Se não é possível reformar a Justiça em conflito com os agentes judiciários, tal não significa que a reforma tenha de ser feita exclusivamente de acordo com o entendimento desses agentes.

É o poder político democraticamente legitimado que, através de consensos partidários transversais, deve liderar o processo de mudança.

Mas tem de fazê-lo ouvindo os operadores da Justiça, ao invés de ignorar aqueles que possuem o saber da experiência conquistada no dia-a-dia judiciário. Nenhuma reforma da Justiça que se queira profícua pode ser empreendida sem ter em conta o contributo de todas as profissões jurídicas.

Um terceiro pressuposto da reforma corresponde, pois, à necessidade de, sem ceder a pretensões corporativas, articular as propostas de reforma com aqueles que, pela sua proximidade concreta aos problemas da vida judiciária, têm de tomar parte ativa nas mudanças que se impõem.

Emerge daqui um quarto pressuposto da reforma da Justiça portuguesa.

Esta, para ocorrer de forma efetiva, tem de ser interiorizada pelos agentes judiciários, mais do que imposta a partir do exterior pelo poder político.

São os operadores judiciários, todos eles, que têm de compreender a urgência da mudança. Sem essa compreensão de pouco vale alterar códigos e proceder sucessivamente a mudanças legislativas que, de tão frequentes, adensam a complexidade do nosso sistema jurídico muito para lá dos limites do razoável. Para que os agentes judiciários compreendam o alcance e o sentido da sua função nas democracias contemporâneas, é imperioso que tenham em conta a natureza da legitimidade própria que possuem. Não se trata de uma legitimidade democrática direta, que advenha do sufrágio popular, mas de um outro tipo de legitimidade, não menos importante: a legitimidade de exercício. É pelo modo como exercem o seu múnus que os magistrados se legitimam face aos cidadãos.

Ora, uma legitimidade de exercício é particularmente exigente e responsabilizante. Desde logo, porque requer uma atenção muito particular ao sentido mais profundo da judicatura: administrar a Justiça em nome do povo.

A legitimidade de exercício exige também que os magistrados conquistem o respeito dos seus concidadãos, o que pressupõe uma atitude de humildade cívica, de contenção verbal e de dignidade pessoal.

A Justiça, para ser credível aos olhos do povo, para além da independência, objetividade e qualidade das suas decisões, tem de ser responsável no comportamento dos seus principais protagonistas. A confiança no funcionamento da Justiça advém das perceções que a opinião pública vai tendo todos os dias, acompanhando e ouvindo as intervenções públicas dos seus altos responsáveis. Daí a importância de, no uso da palavra, os protagonistas do sistema judicial contribuírem para a sua dignificação.

A Justiça é ainda expressão da soberania do Estado. Daí que a formação e a ação dos magistrados tenham de ter presente essa ligação ao exercício exigente de

uma missão pública de soberania estadual, não se compadecendo com opções que desvalorizem esse princípio essencial.

Senhoras e Senhores

Como Presidente da República, sou o primeiro dos inconformados com o estado atual da justiça portuguesa.

Sucedem-se alterações legislativas, confia-se, porventura em excesso, nas virtudes das novas tecnologias, mas, com frequência, esquecemo-nos de que um programa de reforma judicial tem de partir de um diagnóstico objetivo dos problemas, o qual só pode ser realizado num ambiente de apaziguamento de tensões e de concentração no essencial.

O essencial são os destinatários da judicatura, as pessoas, o povo em nome do qual a Justiça é administrada.

Os cidadãos mostram-se pouco confiantes no seu sistema judicial e as empresas encaram-no como um fator de entorpecimento da atividade económica.

Ao apelar à congregação de vontades e à união de esforços para uma reforma profunda e uma mudança da Justiça, manifesto a minha reiterada consideração e o meu respeito pelos operadores judiciários.

É precisamente em homenagem à nobreza da sua função que entendi ter o dever, como Presidente da República, de exortar os agentes políticos e judiciais a empreenderem essa reforma profunda e urgente.

Estou certo de que, com o empenho e a dedicação dos nossos magistrados e de outros agentes judiciais, conseguiremos vencer este desafio.

Obrigado.

Cerimónia de Tomada de Posse dos Representantes da República

Lisboa, 11 de abril de 2011

A Representação da República nas Regiões Autónomas é o corolário lógico do modo como o legislador constitucional concebeu e desenhou o edifício dos poderes do Estado, consagrando a existência de autonomias regionais no quadro de um Estado uno.

De facto, a Constituição de 1976, cujo 35º aniversário celebramos, definiu, desde os seus alvares, o Estado português como um Estado unitário parcialmente regionalizado.

Nesse contexto, a consagração das autonomias insulares, uma das mais frutuosas realizações do texto constitucional de 1976, implica a necessidade de conciliação entre o carácter unitário do Estado soberano, por um lado, e o reconhecimento das especificidades das regiões dos Açores e da Madeira, por outro. Esta conciliação entre unidade do Estado e diversidade autonómica tem sido realizada, ao longo das últimas décadas, através da prática política e constitucional, seja por via da manifestação das pretensões de maior autonomia por parte das regiões, seja através das sucessivas revisões da Lei Fundamental, seja, enfim, por meio da jurisprudência do Tribunal Constitucional.

Se este processo foi, por vezes, marcado por tensões e atritos, o saldo global destes 35 anos de regime autonómico afigura-se extremamente positivo. A autonomia das regiões insulares é, nos nossos dias, um elemento consolidado do regime democrático português, que ninguém questiona. As autonomias regionais provaram, e provaram bem, que não só correspondem a uma histórica aspiração das populações insulares como são o instrumento mais adequado para satisfazer os interesses legítimos dessas populações.

O saldo global das autonomias afere-se pela clara melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos açorianos e dos madeirenses, e pelos níveis de desenvolvimento e progresso aí registados. Mas o balanço positivo decorre primordialmente da vontade do povo. São as populações dos Açores e Madeira que,

revendo-se no modelo de autonomia e mantendo intacto o patriotismo da portugalidade, mostram que a conciliação entre unidade e diversidade do Estado não suscita controvérsia e é uma fórmula pacífica da vida pública nacional.

A figura dos Representantes da República inscreve-se nesta lógica. Onde existe reconhecimento de autonomia político-administrativa e de poder legislativo próprio deve existir uma representação da República. Caso contrário, estariam os poderes autonómicos isentos dos limites e do controlo que impendem sobre a atividade dos órgãos de soberania com competências para legislar, a Assembleia da República e o Governo. À competência para legislar tem de estar associada a faculdade de controlo dos atos normativos, desde logo no plano da sua conformidade com a Constituição da República.

A par desta tarefa de controlo dos atos normativos, outras se encontram associadas à função de representação da República. Trata-se, na verdade, de uma das mais relevantes funções do Estado, que exige sentido de dever público, prudência e moderação, conhecimento das realidades insulares – dos Açores e da Madeira, tão diferentes entre si – e, acima de tudo, a perceção clara da necessidade de assegurar a coesão nacional no respeito pela autonomia própria dos poderes regionais.

Não por acaso, a Constituição atribui ao Presidente da República, ouvido o Governo, a competência para designar os Representantes da República. Em cada uma das Regiões Autónomas, eles são os mais altos magistrados, que por direito próprio, consagrado na Lei Fundamental, representam o todo da República no que esta tem de soberana, una, indivisível. Como já tive ocasião de afirmar publicamente, a lealdade em relação aos Representantes da República é também lealdade em relação a quem os designou.

Saúdo, calorosamente, os Senhores Representantes para as Regiões Autónomas que acabam de tomar posse. O perfil pessoal e a trajetória profissional de ambos demonstram, de forma inequívoca, que dispõem dos requisitos de experiência, conhecimento e estatura moral para representarem condignamente a República Portuguesa nos Açores e na Madeira.

Nesta ocasião, quero também deixar uma palavra de apreço aos Senhores Conselheiros Antero Alves Monteiro Diniz e José António Mesquita pela forma empenhada e leal como exerceram as suas funções.

Aos novos titulares do cargo, Senhor Representante da República Pedro Catarino e Senhor Representante da República Ireneu Cabral Barreto, desejo as maiores felicidades, a que associo a garantia de que contarão sempre com o meu apoio para o exercício de funções difíceis, sem dúvida, mas essenciais para o reforço dos laços de solidariedade entre os Portugueses.

O momento que atravessamos é de unidade e de coesão. Vivemos tempos em que os sacrifícios têm de ser repartidos por todos, em que ninguém pode ter a pretensão de se eximir ao contributo necessário para vencermos as adversidades do presente. Em boa medida, sereis vós, Senhores Representantes da República, garantes da coesão nacional nas Regiões Autónomas. Desejo-vos, por isso, os maiores êxitos na exigente missão que agora iniciam.

Cerimónia Comemorativa do XXXVII Aniversário do 25 de abril

Palácio de Belém, 25 de abril de 2011

Saúdo a presença, nesta cerimónia comemorativa do 25 de abril, dos antigos Presidentes da República General Ramalho Eanes e Drs. Mário Soares e Jorge Sampaio.

Quatro homens, com percursos muito diferentes, com trajetórias de vida e visões do mundo distintas, juntaram-se no dia de hoje para falar aos Portugueses, para transmitir ao País a mensagem política que a gravidade do momento presente exige.

Essa mensagem é muito clara: para lá de tudo o que nos possa separar enquanto cidadãos livres, existe um compromisso patriótico de unidade que deve juntar os Portugueses. Podemos ter ideias diferentes, concepções distintas, mas temos de nos unir quanto ao essencial – e o essencial é Portugal e o seu futuro.

Foi em nome de Portugal e do futuro que há trinta e sete anos um grupo de jovens oficiais das Forças Armadas decidiu erguer-se e tomar o destino nas suas mãos. Nesse dia, o povo saiu à rua. Na manhã do 25 de abril, nasceu o sonho de um país diferente. Um país livre e democrático, um Portugal mais justo e solidário, uma nação mais desenvolvida em que a riqueza fosse melhor repartida.

Na manifestação do 1º de maio de 1974 não houve divisões, houve só a alegria de quem dá os primeiros passos no caminho de um país novo. Nesse dia memorável, juntos e unidos, os Portugueses festejaram a liberdade recentemente conquistada. Existiam ideias e projetos muito diferentes, como era próprio de uma sociedade que então descobria a liberdade e para si buscava um novo desígnio. Por isso se fizeram eleições, para que o povo decidisse, segundo as regras da democracia. As eleições para a Assembleia Constituinte, as mais participadas da história da nossa democracia, escolheram os deputados que iriam redigir a Lei Fundamental do país, cujo 35º aniversário assinalamos este ano.

Existem motivos redobrados para celebrarmos hoje as esperanças de abril. A esperança de um tempo melhor tem sempre de existir na alma dos Portugueses.

Porque é dessa esperança coletiva que se afirma, perante o mundo, a dignidade de uma nação com muitos séculos de História, dignidade de que não prescindimos perante a memória dos nossos antepassados e o exemplo que queremos legar às gerações dos nossos filhos.

A História celebra-se não apenas no que tem de festivo ou glorioso mas também pelo que revela quanto à capacidade de um povo para responder aos sacrifícios e para se manter coeso e solidário nas alturas difíceis.

O 25 de abril de 1974 restituiu ao povo a sua voz, a voz que a ditadura tinha silenciado durante quase cinquenta anos. Nos momentos decisivos, é a voz do povo que deve fazer-se ouvir. Em democracia, há que respeitar a soberana decisão dos cidadãos. Homenagear o 25 de abril e aqueles que o fizeram é, acima de tudo, ter confiança na maturidade cívica dos Portugueses e respeitar os princípios da democracia e as opções esclarecidas feitas em liberdade.

Portugueses

A liberdade e a democracia que conquistámos exigem de todos sentido de responsabilidade e uma consciência clara da situação em que nos encontramos.

Em breve, os Portugueses serão de novo chamados a escolher os caminhos que querem trilhar. As eleições irão ter lugar num tempo de sacrifícios e de grandes interrogações quanto ao nosso futuro. Daí que seja fundamental, absolutamente fundamental, que, na campanha eleitoral que se avizinha, os partidos políticos adotem uma conduta responsável e saibam estar à altura deste desafio.

Os programas de cada partido têm de ser apresentados ao eleitorado com serenidade. Não podem ser feitas promessas que não poderão ser cumpridas. Vender ilusões ou esconder o inadiável é travar a resolução dos problemas que nos afligem.

Dos agentes políticos exige-se que atuem com transparência e com verdade, que esclareçam devidamente os Portugueses, sem subterfúgios e crispações artificiais, sem querelas inúteis.

Os Portugueses não se reveem num estilo agressivo de atuação política, feito de trocas constantes de acusações e de tensões permanentes. Esta é uma prática de que temos de nos libertar, como há trinta e sete anos nos libertámos de um regime que nos oprimia.

Os Portugueses querem escolher seriamente propostas e soluções concretas para os seus problemas. As próximas eleições serão um teste decisivo para o regime nascido dos anseios de abril de 1974. Por isso, a próxima campanha eleitoral deve decorrer de uma forma que não inviabilize o diálogo e os compromissos de governabilidade de que Portugal tanto necessita.

Todos os partidos devem perceber, de forma muito clara, que, independentemente daquilo que os divide, é imperioso criar espaços de entendimento que assegurem soluções estáveis e credíveis de governo.

Perante os desafios que tem à sua frente, o Governo saído das eleições de 5 de junho deve dispor de apoio maioritário na Assembleia da República.

Ainda antes das eleições, impõe-se um esforço de concertação entre o Governo e os partidos políticos relativamente às condições para a obtenção da assistência financeira externa indispensável à salvaguarda do interesse nacional e ao assegurar das necessidades de financiamento do Estado e da nossa economia.

A União Europeia, a que aderimos graças à democracia, está de novo confrontada com grandes questões que desafiam o seu futuro e exigem também um elevado sentido de responsabilidade da parte dos Estados-membros.

Os líderes europeus não podem permitir que os egoísmos e as lógicas meramente nacionais se sobreponham a uma agenda estratégica que assegure a sustentabilidade da zona euro, sem descurar o crescimento económico, a criação de emprego, a competitividade e o pilar essencial da integração europeia que é a coesão.

Portugueses

Este é um tempo de sacrifícios, sem dúvida, mas também um tempo de grandes escolhas. Quando uma democracia se encontra numa encruzilhada, tem de se devolver a palavra ao povo e, depois, respeitar as opções que o povo decidir tomar.

A comunicação social desempenha neste contexto um papel essencial na informação dos cidadãos, devendo atuar com isenção e com independência. Não pode julgar que está excluída do compromisso de responsabilidade que o momento presente exige de todos. À comunicação social cabe informar com rigor os Portugueses, não iludi-los com o acessório em detrimento do essencial, competindo-lhe

ainda contribuir para que o debate se centre nas soluções, nas ideias e nas visões de futuro.

Os Portugueses são também chamados a este compromisso de responsabilidade e de unidade, que tem como horizonte o futuro do seu País. Em nome desse futuro, é essencial que os Portugueses participem ativamente no próximo ato eleitoral, pois seria incompreensível que, no momento crucial que atravessamos, os cidadãos se abstivessem de votar e de decidir o seu destino e se alheassem da campanha que em breve se irá iniciar.

Compreendo que muitos cidadãos, ao fim de quase quarenta anos de regime democrático, se sintam desiludidos quando confrontam as esperanças de 1974 e as realidades do momento presente.

Vivemos um tempo em que os sonhos do passado parecem ter desaparecido. Mas não podemos perder a ambição de um tempo melhor. Está nas nossas mãos realizar os sonhos, reinventar a esperança, e só a nós competirá fazê-lo. Hoje mesmo, no imediato, temos de acreditar que é possível vencer.

É possível vencer se nos mantivermos unidos e coesos.

É possível vencer se os sacrifícios forem repartidos de uma forma justa.

É possível vencer se os Portugueses perceberem que as exigências do presente têm um sentido de futuro, têm um propósito, têm uma linha de rumo coerente. Assim teremos razões legítimas para sonhar, as mesmas razões que há trinta e sete anos nos deram a liberdade e a democracia.

Os que fizeram o 25 de abril não perderam a esperança de mudar. Ao fim de tantos anos de regime autoritário, era fácil resignarem-se, baixarem os braços, julgarem que não seria possível construir um país novo. Não foi o que sucedeu aos que fizeram o 25 de abril. Eles não tiveram medo do futuro e acreditaram na mudança – e por isso aqui, neste dia, evocamos o seu patriotismo heroico.

Não é menor o patriotismo heroico que se exige aos Portugueses do nosso tempo. Nós, todos nós, temos de ser os heróis do presente. Unidos como povo soberano, não devemos recluir o futuro. Temos de começar já hoje a construir um país digno da memória de abril e da sua esperança.

Obrigado.

Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal

Castelo Branco, 9 de junho de 2011

Da cidade de Castelo Branco, do interior profundo de Portugal, dirijo uma mensagem de saudação aos Portugueses da Diáspora, aos que levam o nome de Portugal pelo Mundo fora.

As Comunidades da Diáspora são núcleos de cidadãos do Mundo, mas também embaixadas de Portugal que, pelo valor do trabalho e pelo espírito empreendedor dos seus membros, enobrecem o nome do País e dão um contributo fundamental para o seu prestígio no estrangeiro.

Portugal atravessa hoje uma situação difícil. Todos não somos demais para ajudar a nossa terra, a terra das nossas raízes.

Mas há razões de esperança. Uma delas é, justamente, a vitalidade das Comunidades Portuguesas.

A Nação portuguesa tem mais de um terço dos seus membros no exterior. Portugal está no Mundo inteiro. Isto constitui um capital que temos de saber aproveitar, na convicção de que o País pode contar com o apoio de todos os seus filhos para superar os desafios que enfrenta.

Apelo, assim, aos Portugueses da Diáspora, que em outras ocasiões da História nunca faltaram com o seu auxílio, a que apoiem o nosso País.

Acreditem que esta Pátria, que é de todos, constitui um destino com grandes potencialidades, para onde podem canalizar o vosso investimento, o vosso talento, o vosso espírito empreendedor.

Aquele que emigrou era, por natureza, um inconformista. Aspirava a mudar de vida, não se resignou. É esta nota de inconformismo e ambição que importa sublinhar como exemplo.

As Comunidades da Diáspora são modelo de quem não espera passivamente, de quem não aguarda que sejam outros a resolver os seus problemas.

Para que o vosso exemplo frutifique em benefício comum, é fundamental reforçar os laços de Portugal com os Portugueses no estrangeiro e com os lusodescendentes.

Ao longo do meu mandato, nunca me resignei a um estado de afastamento mútuo e de ignorância recíproca entre Portugal e as suas comunidades no exterior.

Neste contexto, a língua e a cultura portuguesa, bem como as nossas tradições, devem ser acarinhadas, pois constituem um traço de identidade que nos irmana e aproxima, uma união que devemos cultivar e aprofundar.

Existem já diversas iniciativas que, seja no plano cultural, seja no plano empresarial, procuram manter vivos os laços da Diáspora a Portugal.

Agora, numa altura difícil, devemos, como nunca, fortalecer esses laços.

Portugal precisa de vós. Portugal precisa de todos os Portugueses. De todos eles, de cada um deles, onde quer que se encontrem.

Mesmo nas partes mais recônditas do globo, existem Portugueses talentosos e experientes que revelam uma extraordinária capacidade de adaptação às suas comunidades de acolhimento. Portugal necessita do seu contributo.

Como Presidente da República, conhecedor do enorme potencial que a rede das nossas Comunidades representa, apelo aos Portugueses da Diáspora.

Este é o Dia de Portugal, da vossa Pátria. Este é o vosso Dia. Celebremo-lo, todos, com o melhor que temos para dar.

Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho

Castelo Branco, 10 de junho de 2011

Comemoramos, este ano, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas numa cidade que, desde o século XIII, assumiu um papel estratégico relevante na defesa do território nacional.

O Castelo e as muralhas que nos contemplam, tal como o bem preservado património histórico, em que se integram as antigas instalações do Exército aqui existentes, são testemunho desse papel e monumentos de reconhecimento e homenagem aos militares, seus naturais, que tão relevantes serviços têm prestado ao País.

Uma cidade cuja longa história passa pela guerra da Restauração e, mais tarde, pela primeira invasão francesa. Nesta primeira invasão, e porque descurámos na paz a preparação para a guerra, pereceram mais de 200 mil portugueses. Quase a décima parte da população do País.

Na ausência de uma direção política, foi do Povo que emergiu a resistência, colocando a sua espada ao serviço da Nação e dos seus altos valores. Essa vontade patriótica permitiu gerar e organizar uma força militar capaz de unir esforços com os ingleses para libertar Portugal do exército napoleónico.

Castelo Branco foi, então, terra de homens que souberam resistir e fizeram sentir o brado de alma contra a ocupação e a violência.

Portugueses

As comemorações do ano passado integraram uma devida homenagem aos veteranos de guerra. Foi um serviço prestado à reconciliação nacional, que já tardava. Um preito de justiça e reconhecimento para com os antigos combatentes, que desfilaram pela primeira vez na Cerimónia do Dia de Portugal.

Foi um momento de grande dignidade e de indisfarçável emoção. Foram muitos os antigos combatentes e seus familiares que me fizeram chegar essa sua emoção e a alegria pela homenagem prestada.

Este ano, recordamos os sacrifícios feitos, há meio século, pelos soldados portugueses que perderam a vida ou foram feitos prisioneiros na Índia e aqueles que na guerra em África deram exemplo de heroísmo e bravura.

As divergências na análise dos fundamentos de qualquer conflito, que sempre existem, não podem contundir com a admiração que nos merece quem tudo arrisca em prol da sua comunidade. Devemos o nosso mais profundo respeito a todos os veteranos que combateram com honra em nome de Portugal.

Portugal não pode esquecer aqueles que morreram em seu nome.

Reconhece-se no nosso combatente em África a força e o caráter do soldado português. Foi forte e guerreiro, humano e solidário. Teve dúvidas e medos, como todos os soldados. Alguns terão passado limites, como acontece, tragicamente, em todas as guerras. Mas foi um soldado de exceção na disciplina, na camaradagem e no patriotismo; no relacionamento com as populações e na própria interação com o inimigo.

Não é um acaso a facilidade e o respeito mútuo com que a cooperação militar se faz com os países africanos de língua oficial portuguesa.

Militares

Associamos, uma vez mais, as Forças Armadas às comemorações do Dia de Portugal. Na atual conjuntura, não podíamos deixar de dar um sinal de sobriedade e contenção. Contudo, a importância da Instituição e as minhas responsabilidades como Comandante Supremo impõem que se mantenham, com dignidade, as cerimónias militares relevantes para o aprofundamento dos laços entre as Forças Armadas e os Portugueses.

No campo externo, a ação das Forças Armadas no Afeganistão tem vindo a ser enquadrada pela mudança da estratégia da NATO, tendo em vista promover uma transição gradual das responsabilidades de segurança e de governo para as forças e autoridades daquele país.

Daqui decorre a alteração, já verificada, da participação portuguesa, e a substituição das nossas unidades de combate por equipas de assessoria e treino das forças afegãs.

No Líbano e no Kosovo, a situação tem-se mantido estável. Já este ano, a força da NATO no Kosovo promoveu uma redução de efetivos em 50 por cento. Portugal

manteve a sua missão, embora tenha reduzido significativamente o seu Batalhão, que integra agora uma companhia do Exército húngaro. No Líbano, os nossos militares garantem condições de proteção às forças das Nações Unidas e trabalham em prol do desenvolvimento das populações martirizadas pela guerra. Na Somália, apoiamos a formação e treino das forças locais e projetámos forças aeronavais para emprego numa extensa área de operações, tendo em vista a segurança da navegação e o combate às ações de pirataria sobre os transportes e as linhas de abastecimento marítimo.

As Forças Armadas Portuguesas continuam, de resto, a ter um desempenho exemplar no estrangeiro. A coragem, o profissionalismo e a disciplina dos nossos militares, materializados nos excelentes resultados obtidos nos Teatros de Operações, têm sido amplamente reconhecidos.

Internamente, para além do seu compromisso de defesa de Portugal e dos Portugueses, as Forças Armadas desempenham um papel essencial na salvaguarda do território e dos recursos do País, como é o caso do apoio decisivo à extensão da plataforma continental, e garantem a vigilância e a segurança de todos quantos cruzam as nossas zonas marítimas e o espaço aéreo sob soberania ou jurisdição nacional.

Em terra, constituem-se, também, como uma importante mais-valia, disponibilizando recursos humanos e capacidades únicas aquando da ocorrência de catástrofes. Uma reserva nacional organizada e flexível, que permite apoiar as organizações especificamente orientadas para cada tipo de emergência, presutando, também aqui, serviços de enorme relevância e utilidade para a comunidade nacional.

As Forças Armadas são, reconhecidamente, uma das instituições nacionais em que os Portugueses mais confiam.

São um repositório de valores morais e patrióticos essenciais à continuidade da afirmação da nossa identidade.

Um pilar estruturante do Estado de direito democrático que, embora inserido na Administração Central do Estado, tem características próprias, decorrentes da sua natureza, missão, princípios e estrutura hierárquica.

A coesão, a disciplina e a observância da condição militar são as traves mestras da existência das Forças Armadas.

Portugueses

A crise que vivemos é real, séria, e ninguém o pode ignorar. A Instituição Militar conhece e compreende a gravidade da conjuntura que Portugal atravessa.

A vida e o quotidiano das Forças Armadas têm sido caracterizados pela contenção nos gastos, através de uma gestão criteriosa, responsável e exigente.

Assim terá de continuar a ser. As Forças Armadas saberão encontrar os caminhos que lhes permitam superar as dificuldades, explorando as margens ainda existentes para uma maior racionalização e integração de serviços, a fim de que possam manter a capacidade de resposta militar que os Portugueses esperam e a sua missão exige.

Por isso, o contributo que lhes é pedido deverá, sem situações de privilégio, ser justo e equilibrado, envolvendo decisões bem estudadas e ponderadas que, no respeito pela especificidade que lhes é própria, as não descaracterizem, e contribuam para uma desejável estabilidade, indispensável ao seu bom desempenho e normal funcionamento.

Militares

É obrigação do Estado apoiar e dedicar uma atenção permanente às suas Forças Armadas, assegurando as condições que viabilizem a realização das suas atividades essenciais, ainda que num quadro de grande rigor e contenção orçamental.

A diminuição da capacidade de produzir segurança pode acarretar riscos não desprezáveis para o desenvolvimento e para o bem-estar nacional.

Apostar numas Forças Armadas equilibradas, coerentes e operacionais não é um desperdício de recursos, é um investimento de futuro, uma garantia de liberdade e de independência e a possibilidade de afirmação de uma vontade política própria, num Mundo que precisa do exemplo dos nossos melhores valores.

A todos vós, Militares, a minha saudação e o meu agradecimento.

Muito obrigado.

Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Castelo Branco, 10 de junho de 2011

Celebramos hoje o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Desde que assumi funções como Presidente da República, é a primeira vez que estas celebrações se realizam numa capital de distrito do interior do País.

A escolha de Castelo Branco como cidade anfitriã destas comemorações traduz uma opção amadurecida e ponderada.

Ao longo do meu mandato, tenho procurado chamar a atenção dos Portugueses e dos decisores políticos para os grandes problemas nacionais, em torno dos quais deve existir um amplo consenso.

Para lá daquilo que nos pode dividir enquanto cidadãos livres de uma República livre, existem questões de fundo que, pela sua especial incidência no nosso futuro coletivo, devem merecer uma reflexão conjunta, feita sem preconceitos ideológicos, políticos, partidários ou de outra natureza.

Portugal é mais do que a vida dos partidos ou o ruído dos noticiários. Considero que uma das principais funções do Presidente da República consiste, precisamente, em ver mais além do que a política do dia-a-dia.

O Presidente da República tem de escutar o povo e ser o provedor dos seus anseios e das suas inquietações.

O Presidente deve procurar colocar na agenda do debate nacional temas de grande relevo que, por vezes, são esquecidos ou menosprezados. Deve apontar linhas de rumo e caminhos de futuro que contribuam para a qualidade das políticas públicas e que devolvam aos Portugueses a esperança na construção, em comum, de um tempo melhor.

Em todas as celebrações do Dia de Portugal a que venho presidindo, tenho procurado destacar os problemas que enfrentamos, mas também as imensas potencialidades de que o País dispõe e que, com frequência, passam despercebidas ao olhar dos nossos agentes políticos e económicos e da comunicação social.

Portugueses

Ao escolher Castelo Branco para palco destas celebrações do dia 10 de junho, pretendo trazer o interior do País para o centro da agenda nacional, alertando para a questão das desigualdades territoriais do desenvolvimento e para os problemas da interioridade, do envelhecimento e do despovoamento de uma vasta parcela do nosso território.

Trata-se, como é sabido, de uma tendência estrutural, que não nasceu, sequer, nas últimas décadas.

As adversidades da Natureza, a que historicamente se associou o menosprezo dos poderes públicos pela realidade do interior, obrigaram gerações inteiras a deixar as suas terras, umas vezes rumo ao estrangeiro, outras concentrando-se nas grandes cidades do litoral, que cresceram de forma desmesurada e, mais ainda, desordenada.

Associados ao despovoamento, surgem não apenas problemas relacionados com o envelhecimento e com os fluxos migratórios, mas também problemas sociais e económicos, como a fragilização dos laços familiares, o desemprego e a delapidação da riqueza criada com muito trabalho e com muitos sacrifícios.

Portugal foi-se tornando um país desequilibrado, um território a duas velocidades do ponto de vista da distribuição da sua população, mas também no que toca à valorização dos seus ativos e ao aproveitamento integral dos seus recursos.

O interior, que contém grandes potencialidades, nomeadamente na agricultura e no turismo, deixou de as aproveitar por uma razão muito simples: perdeu capital humano para o fazer. As matas e os pinhais abandonados, que todos os anos servem de pasto aos incêndios estivais, são uma das provas mais visíveis desta realidade. A instauração do regime democrático e a consolidação do poder autárquico deram um contributo essencial para limitar os efeitos mais negativos deste estado de coisas.

A adesão às Comunidades Europeias e uma gestão ativa dos fundos comunitários permitiram corrigir alguns desequilíbrios, garantir acessibilidades e dotar o interior de infraestruturas fundamentais.

No entanto, o fenómeno do despovoamento continua a agravar-se. As migrações internas da população fazem-se, agora, não apenas com destino às cidades do litoral, mas também rumo a cidades do próprio interior, que ganharam volume e dimensão.

Em muitas aldeias, permanecem apenas os mais idosos, tantas vezes deixados à solidão e ao esquecimento. Muitos campos foram abandonados, perderam-se tradições e artes antigas, modos artesanais e autênticos de fazer as coisas, saberes e sabores do passado. Em terras outrora povoadas de gente de todas as idades, não nascem crianças há vários anos.

Os que ficam, os que se mantêm ligados às suas origens, os que resistem à austeridade da terra, nem sempre dispõem das mesmas oportunidades dos que decidiram partir, não têm o mesmo acesso aos serviços públicos de saúde e de ensino, não possuem possibilidades de emprego idênticas às daqueles que optaram por outras paragens.

As assimetrias regionais são também assimetrias sociais, naquilo que implicam de desigualdade de oportunidades entre os cidadãos do nosso país.

Numa República que se proclama social e inclusiva, não podemos aceitar que os cidadãos sofram a desigualdade e a exclusão apenas porque vivem em lugares distintos do território.

A justiça social é, também, justiça territorial.

E, se o sentido de justiça e solidariedade não bastasse, seria importante lembrar que o desenvolvimento económico de qualquer país depende da preservação de padrões elementares de equidade. Ou seja, da promoção destes princípios de equilíbrio social e territorial depende a qualidade de vida dos habitantes do interior, mas dela também dependem as próprias perspetivas de bem-estar e de crescimento de Portugal no seu todo.

O êxodo do interior constitui um fenómeno legítimo e natural. É compreensível que os cidadãos busquem para si e para os seus filhos melhores condições de vida e, num país livre, ninguém pode ser forçado a viver onde quer que seja.

Trata-se, como referi, de um fenómeno estrutural, que não é de hoje, e que assumiu proporções difíceis de inverter. Será utópico supor que, por mero voluntarismo dos poderes públicos, conseguiremos um regresso em massa das populações ao interior do País. Temos de ser realistas, pois as ilusões pagam-se caro.

Com realismo, devemos ainda assim perceber que o progressivo despovoamento do interior, além de criar situações de injustiça, faz-nos perder potencialidades e ativos que, sobretudo na atual situação do País, não podemos desperdiçar.

Redescobrir o valor do interior e do espaço rural é um imperativo de portugalidade, que devemos sublinhar neste dia, um dia de coesão e de unidade.

Hoje, 10 de junho, não somos de fações nem de grupos. Neste dia, temos uma única característica, sermos Portugueses. Este é o dia de uma só pertença, a nossa, que é Portugal.

Devemos ter presente que o interior do País faz parte da nossa identidade coletiva enquanto nação soberana com uma História de muitos séculos.

Portugueses

O despovoamento do interior configura-se, nos nossos dias, como um dos grandes problemas nacionais. Se percorrermos as páginas do fascinante livro *Portugal – O Sabor da Terra*, escrito pelo historiador José Mattoso e pela geógrafa Suzanne Daveau, verificaremos que são amargas as expressões usadas para caracterizar a Beira interior. Falam de uma terra “adormecida”, que se caracteriza pelo “isolamento”.

São palavras duras, talvez excessivamente severas. Podemos reconhecer que a fisionomia geográfica desta região se mostra algo adversa para a fixação das populações e para o seu desenvolvimento.

Mas a presença humana, aqui, é um sinal de tenacidade e de força, qualidades que nem sempre foram devidamente acarinhadas pelos poderes públicos.

Está na hora de mudar de atitude, de desenvolver uma estratégia clara de revalorização do interior do País, incentivando e apoiando o espírito indomável daqueles que aqui vivem e trabalham.

Devemos, todavia, evitar dois caminhos.

Um, o mais tentador, consistiria em procurar replicar o litoral do país. Essa não é a opção correta: o interior dispõe de uma identidade própria e é ela que lhe confere o seu caráter distintivo e original.

Assim, mais do que tentar ser uma réplica do litoral, o interior deve orgulhar-se dessa identidade e descobrir a sua vocação específica, aquela que resulta da interação harmoniosa do Homem com o meio envolvente.

A geografia não se muda, valoriza-se. A interioridade impõe-se como uma condição de algum modo inapelável, em que os moradores destas terras devem aprender a viver e têm de saber desfrutar como marca diferenciadora do lugar que habitam.

Outra opção errada, e, para mais, irrealista, consistiria em julgar que é possível regressarmos a um passado que já passou.

Devemos preservar tradições e manter os vestígios da memória, salvaguardar o património material e imaterial que nos legaram. Mas é utópico pensar que o desenvolvimento de uma região e o bem-estar das suas populações podem assentar na nostalgia de um tempo que não irá retornar.

No interior, impõe-se tirar partido das potencialidades e das riquezas que só aqui existem. O papel prioritário na valorização destes ativos cabe às autarquias, às empresas e aos empreendedores locais. São eles, melhor do que ninguém, que conhecem os recursos existentes, as vantagens relativas de que dispõem e a realidade económica e social que os rodeia.

Esta responsabilidade dos agentes locais é particularmente acentuada na atual conjuntura, face ao aumento do desemprego e dos riscos de pobreza e de exclusão social. As autarquias, consolidada que está a fase de construção de equipamentos e de infraestruturas, são agora chamadas a desempenhar funções de valorização económica das suas regiões e dos seus recursos.

Os poderes autárquicos possuem, para mais, uma natural proximidade aos problemas e às necessidades reais das populações. A política de proximidade é a melhor chave para vencer o distanciamento da interioridade.

Os autarcas do interior, que saúdo nesta ocasião solene, são pois chamados a desempenhar um papel insubstituível. Congratulo-me por saber que, na sua esmagadora maioria, os autarcas assumiram já que é no incentivo ao desenvolvimento económico sustentado e no apoio social aos mais carenciados que se deve situar, agora, a prioridade dos seus esforços.

O desafio do fortalecimento da capacidade produtiva do interior não é tarefa fácil. Justifica-se um incentivo especial das políticas públicas a favor das empresas que aqui se fixam e criam riqueza.

Às autarquias cabe um papel fundamental no apoio às pequenas e médias empresas competitivas e no fomento das iniciativas inovadoras e do espírito empreendedor a nível local.

Há que dar uma especial atenção ao mundo rural. Ninguém pense que Portugal pode ser um país autossuficiente do ponto de vista agroalimentar. Aliás, nunca o foi ao longo da sua História.

No seio da União Europeia e no quadro de uma economia global, a ideia de autosuficiência alimentar cria o risco de perdermos de vista o essencial: especializarmo-nos na produção de bens com valor de exportação, ou seja, de produtos que, pela sua especificidade, possam concorrer em mercados competitivos, em que os consumidores são de uma grande exigência no que se refere à qualidade e à diversidade da oferta.

Temos, pois, que produzir mais e melhor, mas sobretudo que produzir diferente, tirando partido das condições favoráveis do nosso clima.

Devemos apostar naquilo que nos diferencia face à produção dos nossos parceiros. Portugal importa hoje cerca de 6 mil milhões de euros de bens agrícolas para consumo, sendo que as nossas exportações chegam apenas aos 3 mil milhões de euros. Um défice alimentar destas dimensões não tem razão de ser num país como o nosso. Esta situação não pode continuar. Temos de desenvolver um programa de repovoamento agrário do interior, criando oportunidades de sucesso para jovens agricultores.

No contexto de uma economia rural integrada, a floresta desempenha um papel essencial como fonte de desenvolvimento local. Dispomos, neste domínio, de enormes potencialidades, que devemos saber explorar melhor, de forma mais sistemática e ordenada através de uma gestão sustentável dos recursos florestais.

Portugueses

O interior encontra-se ligado ao resto do país por um conjunto de acessibilidades que, de um modo geral, é suficiente. As noções de periferia e de distância têm vindo a perder sentido num território que possui uma dimensão relativamente reduzida, com menos de duzentos quilómetros a separar o litoral do interior.

É possível fazer das cidades do interior de média dimensão polos de desenvolvimento regional. Para o efeito, as cidades médias terão de atuar em rede, fazer trabalho em comum, ao invés de se fecharem sobre si próprias e cultivarem rivalidades ancestrais.

A interação das cidades médias, que deve contar com a cooperação do poder central, terá de orientar-se num movimento de duplo sentido.

Na vertical, explorando o eixo que corre ao longo da fronteira e que beneficia da sua proximidade com o país vizinho. E numa perspectiva horizontal, já que as

idades médias podem facilmente projetar-se no litoral e aí colocar a sua oferta, seja para o mercado interno, seja rumo às exportações.

Importa, no entanto, não repetir erros cometidos noutras parcelas do País. O interior tem de ser um espaço em que a tradição, a Natureza e a presença humana convivam de forma harmoniosa e equilibrada.

Deste modo, as cidades médias podem afirmar-se como espaços de qualidade de vida, dotados de infraestruturas e com uma proximidade ao meio natural que não existe noutras zonas do território.

A par disso, há que fomentar a criação de redes de apoio ao turismo de qualidade, merecendo realce iniciativas como as Aldeias Históricas e as Aldeias do Xisto. A promoção das condições naturais, do património histórico-cultural, da gastronomia ou dos produtos tradicionais constituem elementos-chave para dinamizar novas formas de turismo, que procuram, em cada região, aquilo que esta tem de específico para oferecer.

O facto de o interior do País não ter sido afetado pela vaga do turismo de massas e pela urbanização desordenada constitui um ativo que autarcas e empresários têm de saber aproveitar.

A principal potencialidade do interior está, no entanto, no espírito que caracteriza as suas populações, as gentes desta terra. A garra indomável e a força de vontade dos Portugueses do interior devem servir de exemplo inspirador para todos nós. A sua frugalidade e o seu espírito de sacrifício são modelos que devemos seguir num tempo em que a fibra e a determinação dos Portugueses estão a ser postas à prova. Não podemos falhar. Os custos seriam incalculáveis. Assumimos compromissos perante o exterior e honramo-nos de não faltar à palavra dada.

É dessa fibra que é feito o nosso orgulho.

Não nos deixámos vencer pela geografia. Pelo contrário, soubemos usá-la em nosso proveito, transformando aquilo que à partida era uma desvantagem – o facto de estarmos num extremo da Europa – numa vantagem que nos abriu as portas do Atlântico.

Numa página admirável, Mestre Orlando Ribeiro escreveu: “Na posição do território está contido um destino: isolado na periferia do mundo antigo, numa nesga de chão em grande parte bravio e ingrato, coube ao Português o papel

de pioneiro do mundo moderno. Não se limitou porém a indicar um caminho: afoitando-se por ele, deixou marcas da sua presença inscritas na terra de quatro continentes”.

Assim termina Orlando Ribeiro o seu livro *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Soubemos, na verdade, tornar a periferia num caminho de futuro.

Aqui, em Castelo Branco, poderemos buscar no exemplo dos Portugueses do interior a inspiração de que precisamos para, uma vez mais, fazer das fraquezas forças e transformar as adversidades em oportunidades.

Entre a aridez das pedras e a verdura dos pinhais, o interior do País pode ser uma metáfora de Portugal inteiro.

É Portugal inteiro que tem de se erguer nesta hora decisiva. Um tempo de sacrifícios, de grandes responsabilidades.

Não podemos falhar.

É nestas alturas que se vê a alma de um povo.

Obrigado.

Cerimónia de Tomada de Posse do XIX Governo Constitucional

Lisboa, 21 de junho de 2011

O XIX Governo Constitucional, que hoje toma posse, foi formado tendo em conta os resultados das eleições legislativas do passado dia 5 e, nos termos do acordo de coligação entre o Partido Social Democrata e o CDS-Partido Popular, dispõe de apoio maioritário na Assembleia da República.

Tal como afirmei ao intervir nas Comemorações do 25 de abril, o apoio parlamentar maioritário afigura-se essencial na atual conjuntura, de modo a que o novo Executivo enfrente de imediato e com determinação os grandes desafios que lhe são colocados no plano económico e social e dê cumprimento aos compromissos assumidos no plano internacional.

A tomada de posse de um Executivo com apoio maioritário permite reunir as condições de governabilidade necessárias para um tempo que vai exigir grandes sacrifícios dos cidadãos e um enorme sentido de responsabilidade patriótica por parte de todos os agentes políticos e também dos agentes económicos e sociais. Competirá ao novo Executivo, e aos dirigentes dos dois partidos que o integram, assegurar que a coligação governativa tenha solidez, consistência e durabilidade. Portugal não está em condições de viver crises políticas sucessivas. Como deixei bem claro na comunicação ao País que efetuei na véspera das eleições, os Portugueses iriam escolher um Governo para um horizonte temporal de quatro anos, o período da legislatura.

Ao apoio parlamentar maioritário, de que este Governo dispõe, acresce a cooperação ativa do Presidente da República. Tal como sucedeu com os anteriores Executivos, a quem nunca faltei com a minha palavra e com a minha lealdade, pode o novo Governo contar com a cooperação do Presidente da República ao serviço do superior interesse nacional.

Ao Primeiro-Ministro cessante, que presidiu ao Governo de Portugal durante seis anos, bem como aos membros dos seus governos, expresse público reconhecimento pelos serviços prestados e desejo os maiores sucessos pessoais e profissionais.

Senhor Primeiro-Ministro

Senhoras e Senhores Ministros

No ciclo político que agora se inicia, é fundamental que o Governo tenha presente que o facto de dispor de maioria no Parlamento não deve afastá-lo da busca de compromissos alargados a outras forças políticas.

Perante a gravidade da situação, perante a dimensão dos sacrifícios que vão ser pedidos aos Portugueses – possivelmente, os maiores sacrifícios desde que foi instaurada a democracia –, o novo Executivo tem de saber dialogar e obter consensos partidários que vão para além da maioria que o sustenta.

Da oposição espera-se uma atitude construtiva e responsável, para que nesta hora decisiva, em que todos estão comprometidos com o futuro do País, o interesse nacional seja colocado acima dos interesses partidários.

É fundamental, por outro lado, que, à procura de consenso com as outras forças políticas, se associe o diálogo e a concertação com os agentes económicos e sociais.

A atual crise não reclama apenas sentido de responsabilidade da classe política. Também a responsabilidade de empregadores e trabalhadores irá ser posta à prova perante os Portugueses, na certeza de que a situação atual não se compadece com divisões e conflitos.

Ninguém pode ter a pretensão de julgar que está acima da grave situação económica do País, que as adversidades irão passar-lhe ao lado, deixando incólume o seu estatuto, quando milhares à sua volta sofrem privações e se debatem com o flagelo do desemprego ou do emprego precário.

Numa altura de grande exigência, é menor a tolerância dos cidadãos para com desigualdades e privilégios sem sentido.

A justiça na repartição dos sacrifícios tem de ser uma marca da governação que agora se inicia.

Há também que adotar uma atitude firme no combate à corrupção e às situações de promiscuidade entre interesses privados e o interesse público.

À legitimidade para reclamar sacrifícios tem de corresponder uma cultura do exemplo, assente em valores éticos e princípios de serviço público.

O desempenho de funções públicas e a seleção dos altos responsáveis da Administração têm de ser pautados exclusivamente por critérios de competência e de

mérito. As eleições servem para devolver a escolha ao povo, não para promover o rotativismo das clientelas.

É igualmente essencial que, neste ciclo político, se instaure uma relação renovada entre o poder e os cidadãos. Uma relação que seja de maior proximidade e respeito e, ao mesmo tempo, de maior independência recíproca.

A sociedade civil, as empresas, os cidadãos em geral têm de se libertar de uma histórica dependência face ao Estado e este, por seu turno, tem de abandonar a tentação de dominar atividades privadas ou de sobre elas exercer uma tutela paternalista ao serviço de interesses particulares.

O Estado tem de estar mais próximo daqueles que verdadeiramente precisam, não daqueles que dispõem de canais privilegiados de acesso aos decisores políticos. Estes são princípios fundamentais para a governação da legislatura que agora começa, e tanto mais relevantes quanto o quadro económico e social em que Portugal se situa é extremamente difícil.

Nos últimos anos, a economia portuguesa apresentou um crescimento económico débil, que nos afastou da média europeia.

Ao mesmo tempo, verificou-se um aumento excessivo do peso do Estado, um desequilíbrio acentuado das contas públicas, uma perda significativa da competitividade do nosso tecido empresarial e um agravamento substancial dos níveis de endividamento doméstico e externo.

Desde meados de 2010 que o Estado e o sistema bancário enfrentam sérias dificuldades de financiamento, que levaram também a um agravamento das condições de acesso ao crédito por parte das empresas e dos cidadãos.

O investimento caiu para níveis inferiores aos verificados há quinze anos e o desemprego tem vindo a aumentar de forma acentuada e persistente, atingindo hoje níveis alarmantes.

Nos últimos meses, a economia portuguesa voltou a apresentar sinais de forte recessão, não acompanhando a recuperação da economia mundial.

Em suma, Portugal vive uma situação de emergência, caracterizada por enormes dificuldades económicas, financeiras e sociais.

Esta situação tornou inevitável o recurso à ajuda externa e o cumprimento de um exigente programa de austeridade e de reformas, no sentido de satisfazer as necessidades imediatas de financiamento da economia portuguesa.

É neste quadro que o XIX Governo Constitucional toma posse e inicia funções. Compete-lhe, em primeira linha, assegurar o cumprimento rigoroso do programa de assistência financeira acordado com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

Trata-se de um programa delineado para três anos, que contém um vasto e muito exigente conjunto de compromissos, objetivos e metas, envolvendo a correção de desequilíbrios internos e externos, o reforço da estabilidade do sistema bancário e reformas de natureza estrutural, abrangendo diversos setores do Estado e da sociedade.

O programa de ajustamento é especialmente rigoroso e detalhado no que respeita aos objetivos de natureza orçamental. Portugal necessita de reduzir o seu défice público de 9,1 por cento do Produto em 2010 para 5,9 por cento já este ano e para 3 por cento em 2013, de forma a iniciar então uma trajetória sustentada de redução da dívida pública.

Os compromissos internacionais assumidos por Portugal constituem, sem dúvida, um caderno de encargos de grande responsabilidade, tanto mais que os prazos definidos para a concretização das várias medidas são extremamente apertados e o cumprimento das diversas metas estará sujeito a um escrutínio atento, quer pelas instituições internacionais, quer por parte dos mercados.

O Governo só poderá ter sucesso se agir com determinação e sentido de urgência, sem deixar, todavia, de proceder à análise ponderada dos problemas e de promover a transparência e o rigor na decisão e na aplicação das políticas públicas.

Neste contexto, é essencial que fique claro para os agentes políticos e sociais e para todos os Portugueses que o cumprimento deste programa, tendo custos e exigindo muitos sacrifícios, constitui uma solução que se tornou inevitável.

Estou firmemente convicto de que o cumprimento escrupuloso do programa de ajustamento é nos próximos anos o caminho que melhor serve o interesse nacional, embora não seja um caminho isento de riscos, sobretudo de natureza externa.

Na verdade, se Portugal falhar o cumprimento de aspetos essenciais deste acordo, poderá ficar sujeito a restrições de financiamento ainda mais graves do que as atuais. Daí iriam decorrer consequências dramáticas para o funciona-

mento do sistema económico e financeiro, limitando-se durante vários anos as perspetivas de crescimento do País e de criação de emprego.

Senhor Primeiro-Ministro

Senhoras e Senhores Ministros

Importa ter presente que as tarefas deste Governo não se esgotam no mero cumprimento do acordo com as instituições internacionais.

Assim, uma das funções primordiais do XIX Governo Constitucional consiste em atenuar os elevados custos sociais das medidas que terão de ser tomadas. Considero ser prioritário garantir uma repartição equilibrada dos sacrifícios e uma utilização muito criteriosa dos recursos públicos, com vista a ajudar os cidadãos efetivamente mais carenciados.

A condição-chave para o sucesso reside na redução significativa do desequilíbrio externo, a par da consolidação das finanças públicas, e na capacidade dos agentes nacionais, em particular o Estado e os bancos, para acederem aos mercados financeiros em condições de normalidade.

Torna-se assim fundamental reconquistar a confiança dos mercados e dos investidores internacionais e criar condições para colocar Portugal numa trajetória de crescimento sustentado no médio e longo prazo.

As políticas públicas na área económica devem ser avaliadas em função do seu contributo para o aumento da competitividade externa. Este é, sem dúvida, o objetivo mais decisivo, mas igualmente o mais desafiante.

Tudo o que puder contribuir para a redução do défice externo, quer pela diminuição da nossa dependência face a bens importados quer pelo aumento sustentado das nossas quotas exportadoras, tem de ser valorizado em função daquele objetivo.

O futuro depende igualmente da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da iniciativa privada, à inovação, ao empreendedorismo e à motivação dos jovens para a atividade empresarial e para a aquisição de qualificações e competências.

Não é fácil modernizar e renovar, em pouco tempo, o tecido empresarial do País e orientá-lo mais fortemente para a produção de bens e serviços que concorram com a produção externa.

Mas este é um caminho que temos de reforçar com a maior premência. Desde logo, enraizando critérios de competitividade externa no funcionamento das empresas e melhorando o papel da diplomacia económica, mas também privilegiando a aquisição de produtos nacionais e desenvolvendo hábitos de poupança. Além disso, é essencial reafetar o crédito disponível para as pequenas e médias empresas competitivas, para o setor de bens transacionáveis e para investimentos de qualidade que incorporem maioritariamente recursos nacionais e que sejam fator de reforço da posição concorrencial das empresas portuguesas.

Temos de apostar seriamente na melhoria do sistema judicial, na qualificação dos recursos humanos e no aproveitamento e valorização das vantagens comparativas e naturais de que Portugal dispõe nos chamados setores tradicionais e em áreas como o turismo e bem-estar, a agricultura e a floresta.

Portugal pode ainda beneficiar, em termos exportadores, do conhecimento, da experiência e dos investimentos acumulados nos últimos anos em muitos ramos de atividade económica, incluindo, por exemplo, setores de futuro como a saúde e a biotecnologia, as tecnologias de informação e comunicação, as energias renováveis e as indústrias amigas do ambiente.

O impulso vigoroso de uma produção portuguesa de qualidade, competitiva, com procura no mercado interno e externo, será o elemento fulcral para que a economia nacional cresça e possamos resolver o nosso maior problema: o nível desmesurado e insustentável do desequilíbrio externo.

Os Portugueses, todos os Portugueses, terão de dar o seu contributo individual para a causa coletiva, consumindo produtos nacionais, poupando mais, reduzindo o seu endividamento, trabalhando e produzindo melhor.

Reafirmo o que já disse em várias ocasiões: não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades, a gastar mais do que aquilo que produzimos e a endividar-nos perante o estrangeiro.

Os próximos tempos exigirão muito dos Portugueses, mas o sucesso dependerá da forma como soubermos agir. O ajustamento que é pedido a Portugal terá custos elevados no imediato, mas ambiciona colocar o País num rumo de crescimento sustentado e de criação de emprego.

A perseverança e a responsabilidade que o povo português já mostrou ao longo da História serão novamente postas à prova. O tempo é de união e de coragem.

Temos de trabalhar sem medo do futuro.

O Governo que inicia funções tem responsabilidades acrescidas, uma vez que os sacrifícios pedidos são enormes, as expectativas geradas são extremamente elevadas e as exigências impostas não têm paralelo na nossa História recente. Não podemos falhar, sob pena de a situação se tornar economicamente irreversível e socialmente insustentável.

Também, por isso, é importante que o povo português seja especialmente atento, numa atitude cívica responsável e exigente.

Será também essa a atitude do Presidente da República. Manterei, como sempre, uma postura de isenção e imparcialidade no tratamento das diversas forças políticas, cooperando lealmente com o Governo, empenhado em contribuir para a resolução dos problemas com que o País se confronta.

Senhor Primeiro-Ministro

Senhoras e Senhores Ministros

Para enfrentar a atual situação do País, dispõe o Governo da força de um resultado eleitoral inequívoco, de uma maioria no Parlamento e da cooperação do Presidente da República.

Não há motivos para deixar de fazer o que deve ser feito, a começar pelo cumprimento dos compromissos que assumimos perante as instituições internacionais. Os custos de um falhanço seriam absolutamente catastróficos e durariam por muitos e muitos anos, hipotecando drasticamente o futuro das gerações mais jovens.

Vivemos, pois, um tempo de grandes decisões. A altura é de agir, de atuar com rapidez e de imediato. É isso que os Portugueses querem do novo Governo, foi para isso que nele depositaram expressivamente a sua confiança.

O momento é de muito trabalho, de ação ponderada, de diálogo político e social. O presente exige o melhor de nós, seja do Governo que hoje toma posse, seja do Parlamento renovado, seja de todos os cidadãos.

Ninguém está imune à crise. Cada um de nós será chamado a dar o seu contributo para vencermos as adversidades do presente.

Cada Português tem uma quota de responsabilidade no futuro do seu País.

Estamos juntos neste desígnio comum que partilhamos há vários séculos.

É com orgulho que queremos continuar Portugal. Para isso, temos todos de começar já hoje a trabalhar em conjunto.

Em nome de Portugal, desejo ao novo Governo os maiores sucessos.

Obrigado.

Cerimónia Comemorativa dos 101 Anos da Proclamação da República

Lisboa, 5 de outubro de 2011

Celebrámos em 2010 o centenário da instauração da República. Este ano, neste dia 5 de outubro, a República Portuguesa inicia o segundo centenário da sua existência.

Neste novo século republicano, os Portugueses vivem tempos de incerteza perante o que o futuro lhes trará. No plano internacional, emergem sinais preocupantes de que a situação económica e financeira se poderá agravar de novo. Num mundo cada vez mais globalizado e interdependente, o mau desempenho das economias desenvolvidas irá refletir-se inevitavelmente sobre as outras economias.

No mundo novo deste século novo, a Europa encontra-se numa encruzilhada quanto ao seu futuro. Os princípios fundadores do projeto europeu estão a ser postos à prova de uma forma muito profunda e até dramática.

Vivemos dias que são um teste decisivo para a vitalidade da União Europeia e compete-nos a todos nós, povos deste Continente antigo, decidir se queremos uma União que seja um mero aglomerado de mercados ou se, pelo contrário, desejamos concretizar a aspiração de uma Europa coesa e solidária, unida tanto nos bons como nos maus momentos. Só dessa forma a Europa será fiel às suas raízes e conseguirá satisfazer os anseios de bem-estar partilhado que estiveram na génese das Comunidades.

Os líderes europeus da atualidade têm de saber estar à altura dos ideais grandiosos de Jean Monet ou de Robert Schuman.

Portugal tem de se afirmar, no contexto de uma União Europeia digna desse nome, como um Estado credível e como uma República que honra os seus compromissos.

Temos de ser um país determinado a resolver os seus problemas, de forma livre, soberana e independente. Poderemos ser ajudados em alturas de dificuldades, mas que nenhum português tenha dúvida: é a nós, cidadãos desta República,

que cabe construir uma economia saudável e encontrar caminhos de futuro. Se não fizermos o nosso trabalho, de pouco adiantará receber um auxílio que é necessariamente limitado no montante e na duração.

A adesão de mais de metade dos atuais Estados-membros da União Europeia é posterior à nossa. Temos, também por isso, especiais responsabilidades na valorização do projeto europeu. É essencial que o País inteiro seja um agente ativo da defesa e do aprofundamento de um projeto comum, cujo enfraquecimento representaria uma irreparável perda para todos os povos da Europa.

Sem qualquer dúvida, o fracasso da experiência do euro iria arrastar consigo toda a União, mergulhando-a num turbilhão de resultados imprevisíveis. A diluição da zona euro seria o início de um processo que culminaria na destruição da Europa unida, tal como a conhecemos e ambicionámos. Se isso acontecesse, que credibilidade apresentariam os países europeus no quadro de um mundo globalizado e extremamente competitivo?

É esta a grande questão que os líderes europeus devem colocar, a si próprios e aos cidadãos dos seus países.

Portugueses

Vivemos tempos muito difíceis. Essa é uma realidade que ninguém de bom senso poderá negar. Durante alguns anos, foi possível iludir o que era óbvio, pese os avisos que foram feitos dos mais diversos quadrantes. Agora, estamos confrontados com uma situação que irá exigir grandes sacrifícios aos Portugueses, provavelmente os maiores sacrifícios que esta geração conheceu.

Temos de ter presente, ainda assim, que Portugal atravessou crises difíceis ao longo da sua existência multissecular. Difíceis foram os tempos que antecederam a Primeira República, como difíceis foram os anos da Grande Guerra em que participámos com o sangue dos heróis.

Difíceis são as missões das Forças Armadas, em Portugal e no estrangeiro, merecedoras da nossa admiração e respeito e nas quais os Portugueses se reveem pelo sentido de dever e pelo seu caráter eminentemente nacional.

Difíceis foram os tempos do passado, mas aqui estamos, hoje, para celebrar a República a que nos orgulhamos de pertencer. Neste país onde vivemos, na terra onde morreram os nossos antepassados e onde nasceram os nossos filhos.

É justamente por isso que, nos nossos dias, se torna tão premente reinventar o republicanismo, fundar um espírito republicano ajustado às exigências cívicas do novo século.

Tempos como este são difíceis, sem dúvida, mas os tempos difíceis são tempos de ensinamentos e a crise possui virtualidades que nos fazem mais fortes, porque mais conscientes e realistas.

Perdemos muitos anos na letargia do consumo fácil e na ilusão do despesismo público e privado. Acomodámo-nos em excesso. Agora, temos de aprender a viver de acordo com as nossas possibilidades e a tirar partido das nossas potencialidades. A crise que atravessamos é uma oportunidade para que os Portugueses abandonem hábitos instalados de despesa supérflua, para que redescubram o valor republicano da austeridade digna, para que cultivem estilos de vida baseados na poupança e na contenção de gastos desmesurados, para que regressem ao consumo de produtos nacionais, para que revisitem o seu país e aí encontrem paisagens esquecidas e um património histórico que só sendo conhecido pode ser acarinhado e preservado.

O republicanismo deste novo século deverá ser mais exigente quanto à justiça na distribuição da riqueza e na repartição dos sacrifícios. Portugal vinha acumulando intoleráveis assimetrias, para as quais múltiplas vezes chamei a atenção dos Portugueses.

O País acusava a marca de graves desequilíbrios no ordenamento do território, na disparidade de rendimentos, nas desiguais oportunidades que concedia às diversas gerações.

O reajustamento financeiro do Estado e a reorganização da sua estrutura não podem perder de vista a necessidade de corrigir os défices de justiça territorial, social e geracional que vinham corroendo as bases da coesão de cidadania que deve existir entre os membros de uma República una e solidária.

A cultura republicana implica uma reforma profunda do exercício de funções públicas. Precisamente porque se pedem mais sacrifícios, o exemplo dos agentes políticos tem de ser mais autêntico.

Em momentos como o presente, diminui de forma substancial a tolerância dos cidadãos perante o despesismo público e o gasto improdutivo, o que constitui um efeito positivo da situação que atravessamos.

Temos agora a oportunidade de, quer na esfera privada, quer na esfera pública, corrigirmos defeitos e erradicarmos vícios que, de outro modo, permaneceriam longe do olhar crítico dos cidadãos, mas não deixariam de os afetar no seu quotidiano e no futuro das novas gerações.

Os cidadãos da República centenária são mais exigentes quanto à necessidade de uma mudança profunda da ação política e têm plena consciência de que a Justiça do seu país tem de ser um fator de desenvolvimento e não um elemento de paralisia da atividade económica e da vida social.

Há mais de um século, dizia Oliveira Martins que, quando aparecem as crises, “vê-se mais ao vivo como as coisas são na realidade”. Estamos agora confrontados com a realidade.

Acabaram os tempos de ilusões. Temos um longo e árduo caminho a percorrer, para o qual quero alertar os Portugueses de uma forma muito direta: a disciplina orçamental será dura e inevitável, mas se não existirem, a curto prazo, sinais de recuperação económica, poder-se-á perder a oportunidade criada pelo programa de assistência financeira que subscrevemos.

A par do inevitável saneamento das contas públicas, tem de existir revitalização do tecido produtivo nacional, investimento privado, combate ao desemprego, aumento da produtividade e da produção de bens e serviços capazes de concorrer nos mercados externos. Se tal não ocorrer, os desequilíbrios financeiros terão uma correção meramente temporária e estaremos de novo colocados na contingência de recorrer à ajuda externa, a qual, a acontecer, se irá processar em condições ainda mais gravosas para os Portugueses. Temos de o evitar a todo o custo.

Há um caminho, estreito e difícil, que passa pela disciplina na utilização dos dinheiros públicos e pelo aumento da poupança interna, mas também pelo crescimento da nossa economia.

Temos potencialidades de que nem sempre nos apercebemos. A segurança favorece o desenvolvimento do turismo de qualidade. Os oceanos permanecem em larga medida por explorar, em tudo aquilo que nos podem oferecer de forma sustentável.

Os mercados da reabilitação urbana e do arrendamento devem ser ativados, do mesmo modo que urge salvaguardar o nosso património histórico-cultural.

No aproveitamento da floresta e na produção de produtos regionais de referência, há um longo percurso a trilhar. Mas, acima de tudo, dispomos atualmente de gerações qualificadas e empreendedoras, cujo talento e cujo dinamismo não podemos desperdiçar.

Em tempos de escassez económica, há também que redescobrir o valor da cultura e dar prevalência à dimensão espiritual sobre a dimensão material da vida humana.

As iniciativas de voluntariado e de apoio aos mais carenciados, frequentemente protagonizadas por jovens, são um sinal encorajador de que é possível ter esperança. A par de uma justa repartição dos sacrifícios, tem de existir uma especial preocupação de inclusividade e de proteção daqueles que verdadeiramente precisam do nosso auxílio. Combatendo o desperdício de recursos, o Estado deve dar às famílias um exemplo de parcimónia e contenção.

Das empresas, por seu turno, espera-se um aumento da respetiva responsabilidade social, em particular nas regiões onde se inserem e geram riqueza e emprego.

A escola deve pautar-se por critérios de qualidade e exigência, pois só assim cumprirá o ideal republicano de pedagogia democrática.

Dos autarcas, reclama-se uma maior atenção ao reforço da capacidade produtiva dos seus municípios e o lançamento de programas de apoio social, em articulação com as instituições da sociedade civil.

Portugueses

Estamos no início do novo século republicano. Os Portugueses têm de saber o que pretendem do Estado e dos poderes públicos num contexto de grande escassez de recursos. Mas, acima de tudo, os Portugueses têm de saber o que querem fazer do seu futuro coletivo, agora que chegou um tempo em que não bastam os sacrifícios, mas em que é crucial poupar mais, trabalhar mais e melhor e fazer crescer a economia.

Não podemos agarrar-nos a soluções fáceis que a realidade depressa irá desmentir. Todos sabemos que não poderemos continuar a viver acima das nossas possibilidades. Temos de aprender a viver de acordo com o que produzimos, na consciência de que só produzindo mais e com mais qualidade iremos viver melhor.

Não duvido de que somos capazes. Provámo-lo no passado, provamo-lo todos os dias, em Portugal mas também no estrangeiro, seja nas comunidades da diáspora, seja no vasto conjunto de jovens investigadores que se destacam em diversas universidades por esse mundo fora.

Neste 5 de outubro de 2011, exorto os Portugueses a trabalharem de acordo com as suas imensas capacidades, na certeza de que é esse o único caminho para construirmos a República do segundo centenário. Uma República mais livre, mais autêntica e mais justa.

Muito obrigado.

Mensagem de Ano Novo

Palácio de Belém, 1 de janeiro de 2012

A todos os Portugueses desejo um Bom Ano Novo, feito de paz e de esperança. O ano que terminou ficou marcado pelo acordo de assistência financeira celebrado com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, acordo tornado inevitável pela necessidade urgente de assegurar o financiamento do Estado e da nossa economia.

No plano social, o ano de 2011 marcou profundamente a vida de muitos Portugueses e deixou, um pouco por todo o lado, a marca dolorosa do desemprego, das dificuldades económicas e da angústia perante o futuro. No ano que agora começa, as dificuldades não irão ser menores. Esta é uma realidade que não pode ser iludida. As previsões oficiais apontam para uma queda acentuada da produção nacional e para o aumento do desemprego.

É crescente a convicção de que neste ano de 2012 se irão exigir grandes sacrifícios ao comum dos Portugueses e que as dificuldades se farão sentir de forma mais acentuada no dia-a-dia das nossas famílias.

Penso em particular nos desempregados, nos mais idosos e nos reformados, nos pequenos empresários que não resistem à crise, nas crianças cujos pais sofrem uma redução brusca dos seus rendimentos.

Conheço a ansiedade de milhares de jovens para quem tardam os caminhos com que sonharam, muitos dos quais procuram a sua sorte longe da família e do seu País, quando tanto precisamos deles.

Em 2012, o Presidente da República estará onde deve estar: ao lado daqueles que necessitam de apoio, levando-lhes uma palavra de solidariedade e de esperança. Portugal não pode deixar de cumprir os objetivos fixados no Programa de Assistência Financeira que subscreveu com as instituições internacionais que nos emprestaram os fundos de que necessitávamos com urgência.

Temos que reduzir o desequilíbrio das contas públicas, controlar o endividamento externo e realizar as reformas necessárias à melhoria da competitividade da nossa economia.

Além de cumprir as obrigações internacionais que assumimos, temos todos de empenhar o melhor do nosso esforço para que a coesão nacional seja preservada e para garantir um futuro em que os Portugueses reconheçam que os sacrifícios valeram a pena. Este é o desafio crucial com que estamos confrontados.

Recentemente, a Comissão Europeia reconheceu que não era possível construir uma união económica só na base da disciplina orçamental e das sanções; era necessário, também, crescimento económico e criação de emprego.

No mesmo sentido, podemos dizer que a resolução dos desafios que Portugal enfrenta exige, além do rigor orçamental, uma agenda orientada para o crescimento da economia e para o emprego. Sem isso, a situação social poderá tornar-se insustentável e não será possível recuperar a confiança e a credibilidade externa do País.

Temos de mobilizar empresários e trabalhadores para o aproveitamento das oportunidades de investimento e para o aumento da produção de bens e serviços que concorrem com a produção estrangeira, a principal alavanca do crescimento de que o País dispõe neste momento.

Temos de saber tirar partido do dinamismo e do talento das comunidades portuguesas dispersas pelo mundo, a quem dirijo uma saudação muito especial.

A coesão social é da maior importância para o crescimento económico, para a contenção do desemprego e para atenuar os custos da resolução dos graves desequilíbrios que se verificam na economia portuguesa.

Daí a insistência com que tenho sublinhado a importância da repartição equitativa dos sacrifícios exigidos aos Portugueses, do combate às desigualdades, do apoio aos mais carenciados e desprotegidos, do diálogo construtivo entre o Governo e a oposição e do aprofundamento da concertação social.

Um diálogo frutuoso com os parceiros sociais, sobre as medidas dirigidas à melhoria da competitividade das empresas, será certamente um contributo positivo para reduzir a conflitualidade e as tensões e criar um clima social mais favorável ao aumento da riqueza nacional, ao investimento e ao combate ao desemprego.

De todos os participantes no processo de concertação social espera-se uma abertura genuína ao compromisso, de modo a alcançarem os consensos de que o País tanto necessita para mitigar a dureza dos tempos que correm.

A coesão constrói-se também a partir da solidariedade. Estou certo de que, neste ano de 2012, iremos manter e aprofundar o espírito de solidariedade que nos caracteriza como povo.

Sou testemunha do trabalho notável desenvolvido pelas inúmeras instituições de solidariedade social, civis e religiosas, e por milhares de voluntários que, pelo País fora, se dedicam a ajudar os que pouco ou nada têm. A todos eles dirijo uma saudação calorosa.

A União Europeia vive um tempo de grande incerteza que afeta negativamente a nossa economia. Não devemos esperar que seja a Europa a resolver problemas cuja solução é da nossa responsabilidade.

Mas a situação difícil em que o País se encontra não nos deve impedir de ter uma voz ativa na defesa de uma resposta à crise da zona euro que inclua uma estratégia europeia de promoção do crescimento económico e do emprego, visando em particular os jovens desempregados.

A crise que Portugal atravessa é uma oportunidade para nos repensarmos como País. Orgulhamo-nos da nossa História e queremos continuar a viver de cabeça erguida.

Durante muito tempo, vivemos a ilusão do consumo fácil. O Estado gastou e desperdiçou demasiados recursos, endividámo-nos muito para lá do que era razoável e chegámos a uma “situação explosiva”, como lhe chamei há precisamente dois anos, quando adverti os Portugueses para os riscos que estávamos a correr. Agora temos de seguir um rumo diferente, temos de mudar de vida e construir uma economia saudável.

Somos todos responsáveis. Esta é a hora em que todos os portugueses são chamados a dar o seu melhor para ajudar Portugal a vencer as dificuldades. Trabalhando mais e apostando na qualidade, combatendo os desperdícios, preferindo os produtos nacionais. Deixando de lado os egoísmos, a ideia do lucro fácil e o desrespeito pelos outros.

Nenhum Português está dispensado deste combate pelo futuro do seu País.

Este é um tempo de união de esforços. De nada adianta dividirmo-nos em lutas e conflitos sem sentido. Não devemos desviar as energias daquilo que é essencial para enfrentar os desafios do presente.

Não é combatendo-nos uns aos outros que conseguiremos combater a crise.

Realizaram-se eleições há pouco tempo, o Governo dispõe de apoio parlamentar maioritário, a oposição exerce legitimamente a ação que lhe cabe numa democracia consolidada.

Aos agentes políticos exige-se que expliquem aos Portugueses o fundamento da suas decisões e que sejam os primeiros a acarinhar as sementes de uma nova esperança, agindo com justiça, com ponderação e com sensibilidade social.

2012 será um ano de sacrifícios para muitos Portugueses. Mas será igualmente um ano em que a fibra do nosso povo virá ao de cima.

Não nos resignamos. Somos um povo que se agiganta quando as adversidades são maiores e mais difíceis de superar.

É nestas alturas que os Portugueses conseguem ultrapassar-se a si próprios e surpreender tudo e todos.

Eu acredito nos Portugueses. O civismo, a coragem e a serenidade com que têm enfrentado estes tempos difíceis são dignos de todo o respeito e de enorme admiração.

Portugal é maior do que a crise que vivemos.

Espero, do fundo do coração, que o ano de 2012 possa trazer a todas as famílias e a todos os Portugueses, onde quer que se encontrem, sinais de esperança de um futuro melhor.

A todos renovo os meus votos de um Ano Novo de paz, saúde e felicidade.

Boa noite.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial

Lisboa, 31 de janeiro de 2012

Reunimo-nos neste Salão Nobre, nesta ocasião solene, para assinalar a abertura do Ano Judicial de 2012.

Este é o momento adequado para, antes de tudo o mais, prestar a minha homenagem a todos os operadores judiciais que, diariamente, muitas vezes em condições difíceis, fazem da realização da Justiça em Portugal a sua missão.

Mas é também o momento para sublinhar que esta cerimónia, mais do que um ato formal, deve constituir um estímulo para uma reflexão serena sobre o funcionamento do nosso sistema de justiça, de há muito necessária e cada vez mais urgente.

Não posso, por isso, deixar de renovar o meu apelo a que se substituam as controvérsias públicas estéreis entre responsáveis do sistema de justiça por uma nova cultura adequada às necessidades do presente, de responsabilidade partilhada e de um consenso construtivo, ao serviço da cidadania e dos superiores interesses do País. De contrário, o sistema de justiça perderá dignidade e credibilidade perante os Portugueses, se não mesmo os seus principais fundamentos de legitimidade democrática.

Com efeito, temos de reconhecê-lo, a forma como os cidadãos encaram o seu sistema de justiça não oferece motivos de satisfação. Ano após ano, são feitos apelos ao sentido de responsabilidade dos operadores do sistema de justiça, mas os problemas da nossa Justiça não dão mostras de melhorias significativas. Pelo contrário, o grau de confiança e a credibilidade da Justiça portuguesa têm vindo a diminuir aos olhos dos cidadãos.

Nos limites que a Constituição confere à ação do Presidente da República, e no respeito pela separação de poderes, tenho procurado, através dos contactos mantidos com os responsáveis do sistema judicial, promover um clima de apaziguamento e de diálogo construtivo entre os representantes da Justiça portuguesa e estimular uma atitude de mútua compreensão e cooperação, visando alcançar entendimentos para as reformas necessárias.

Não basta proclamar a necessidade de dignificar a Justiça, quando a realidade persiste em revelar controvérsias que nada dizem ao comum dos cidadãos. Importa não esquecer que, num balanço final, se o sistema, globalmente, perder credibilidade, todos, sem exceção, serão afetados por isso. Ninguém sai imune da crise de credibilidade que vem afetando a nossa Justiça.

Além do mais, a nossa experiência tem demonstrado que a persistência de atritos e tensões afasta os protagonistas do sistema judicial da busca de soluções concretas para os problemas reais da Justiça, que são muitos e de difícil resolução. Porque ninguém pode eximir-se da responsabilidade de dar o seu contributo, é fundamental que os consensos necessários à reforma da Justiça se obtenham com sentido de responsabilidade e com a participação de todos. Os diversos protagonistas do sistema judicial têm de se fazer ouvir no tempo e local certos e com a serenidade e a dignidade que são devidas às funções que exercem.

É da seriedade dos vários contributos para a reforma do sistema de Justiça que em muito depende a eficácia das mudanças que se pretendem concretizar.

A cultura judicial deve pautar-se pela contenção verbal, pela discrição de atitudes e pelo rigor profissional que, em geral, é timbre dos servidores da causa da Justiça.

Senhoras e Senhores

Portugal vive hoje um tempo novo, um tempo de grande exigência, mas também de esperança. Ninguém está isento de dar o seu contributo para ultrapassar a situação difícil em que o País se encontra.

No domínio da Justiça, esta é uma oportunidade única e inadiável para se introduzirem, num clima de pacificação, diálogo e colaboração permanente, as mudanças que há muito vinham sendo reclamadas.

Como é sabido, Portugal está a cumprir um Programa de Assistência Económica e Financeira subscrito junto de instituições internacionais. Esse Programa inclui um conjunto amplo de medidas legislativas, administrativas e organizativas específicas para a área da Justiça, nos mais variados domínios, com vista a combater as excessivas pendências processuais, a incentivar a modernização do aparelho judiciário, a dotar o sistema de instrumentos novos de composição dos conflitos e a simplificar as suas principais leis processuais.

A ambição que o Programa de Assistência Financeira colocou na reforma da Justiça é reveladora quer do atraso reformista em que nos deixámos cair, quer da importância que é reconhecida à Justiça como fator de desenvolvimento da sociedade portuguesa e da nossa atividade económica e empresarial.

Desta forma, todos esperamos que venham a ser reduzidos os fatores persistentes da morosidade na administração da justiça, com os decorrentes prejuízos para a reposição eficaz dos direitos dos cidadãos e os constrangimentos que coloca à atividade das empresas.

Hoje é exigido à Justiça um contributo inadiável para que o País ultrapasse a situação difícil que atualmente atravessa, através de um exigente programa de reformas e de resultados concretos. Com efeito, a exigência de reformas estruturais, de há muito intuída pelos agentes judiciários e agora consagrada no Programa de Ajustamento firmado com as instâncias internacionais, constitui uma oportunidade ímpar para que se introduzam, num calendário muito condensado, mudanças substantivas e efetivas no nosso aparelho de justiça.

Mudanças que foram assumidas como imprescindíveis para que seja ultrapassada a recorrente crise da administração da justiça, a qual se reflete não apenas no quotidiano dos cidadãos, mas também na atividade económica, nomeadamente na capacidade de atração do investimento externo de que tanto carecemos, a par do equilíbrio financeiro, para retomar uma dinâmica de crescimento. Neste contexto de responsabilidade internacional, as reformas da Justiça devem ser consideradas como um compromisso de regime e constituem uma prioridade que não pode deixar de ser cumprida, até porque surgem acompanhadas da exigência de uma avaliação rigorosa e devidamente calendarizada das soluções adotadas.

As medidas inscritas no Programa de Assistência Económica e Financeira representam, sem dúvida, um estímulo para o Governo operar as reformas de fundo no nosso sistema de justiça, e para os agentes e operadores judiciários colaborarem, de forma dialogante e construtiva, na sua elaboração, com vista a credibilizar a atividade judiciária e a reconquistar a confiança dos cidadãos.

É neste quadro que se inserem as reformas legislativas já aprovadas ou em debate público sobre as alterações à legislação do processo civil e do processo penal, através da sua simplificação e sem perda das garantias individuais, bem

como a revisão da orgânica judiciária, conferindo maior eficiência ao seu funcionamento, com vista a uma redução progressiva e sustentada das pendências processuais nas diversas jurisdições.

Neste contexto, compreende-se a prioridade atribuída à resolução dos processos pendentes na jurisdição tributária em que estão em causa litígios de elevado valor e às ações executivas que se arrastam, com elevados prejuízos para os cidadãos e agentes económicos, assim como à instituição de regimes mais eficazes de arbitragem e mediação na composição extrajudicial de conflitos. De salientar, igualmente, a adaptação às novas realidades do direito da concorrência e da legislação sobre insolvências e recuperação de empresas e a adoção de um novo sistema de custas judiciais.

O impulso das reformas na área da Justiça partirá, naturalmente, dos decisores políticos, num trabalho de estreita colaboração entre a Assembleia da República e o Governo, que, como Presidente da República, irei acompanhar atentamente e ao qual darei toda a minha cooperação.

Trata-se de um processo que exige a participação de todos, dos responsáveis políticos e institucionais e dos agentes da justiça, num clima de apaziguamento, de diálogo e de colaboração construtivos, para que se possa aprovar um quadro de soluções que, respondendo aos compromissos assumidos, contribua para uma melhoria efetiva e real do nosso sistema de justiça.

Qualquer reforma estrutural da Justiça pressupõe que seja assegurado o prestígio das magistraturas, garantindo que o seu empenho e a sua dedicação sejam devidamente valorizados. Importa tê-lo presente, tal como importa ter presente que a Justiça não está imune ao escrutínio do povo e tem de compreender essa realidade, sobretudo num tempo que interpela profunda e radicalmente o nosso sentido de dever patriótico.

Temos todos, sem exceção, um imperativo de responsabilidade, enquanto cidadãos de uma República soberana que se quer mais livre e, acima de tudo, que se quer mais justa.

Muito obrigado.

Economia e Crescimento Sustentável **II**





Sessão de Abertura do Congresso do Empreendedor Lusófono

Porto, 5 de maio de 2011

É com o maior gosto que participo no Congresso do Empreendedor Lusófono, uma iniciativa que considero particularmente oportuna e à qual aceitei associar-me desde a primeira hora.

Dá-se, aliás, a feliz circunstância de a abertura deste Congresso ter lugar exatamente na data em que assinalamos, em conjunto, o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP.

É bem conhecido o meu apego ao projeto de construção e consolidação da nossa Comunidade, bem como a importância que sempre atribuí à projeção internacional da nossa língua comum, enquanto ativo fundamental para a afirmação dos nossos países e para a defesa dos nossos interesses, no Mundo globalizado em que vivemos.

De há muito venho sublinhando que essa projeção encerra, além do mais, um enorme potencial económico, como bem atestam todos os estudos conduzidos, até hoje, sobre esta matéria. Um potencial que encontra expressão particularmente promissora na organização e no perfil deste Congresso.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Tem sido uma constante nas minhas intervenções sublinhar a importância da renovação do tecido empresarial, e este projeto, desenvolvido pelas Associações de Jovens Empresários de diversos Estados-membros da CPLP, demonstra que essa renovação é possível. Encontram-se neste Congresso mais de uma centena de empresários, das mais variadas áreas de atividade, de todos os países da CPLP.

O reconhecimento da Lusofonia enquanto plataforma instrumental de cooperação entre jovens empresários e empreendedores cria um novo espaço de oportunidades para a renovação do tecido empresarial, além de ser, naturalmente, um elemento promotor das relações comerciais.

É necessário multiplicar as oportunidades com gestos que acolham novos intervenientes e promovam realizações concretas, como é o caso deste Encontro. São estes gestos que permitem a uma nova geração de empreendedores estabelecer laços, criar redes de contacto e desenvolver mais facilmente os seus projetos e ideias de negócio.

Tendo em conta a situação de interdependência das economias e das sociedades, que coloca grandes desafios às atuais e futuras gerações, os mais jovens são chamados a desempenhar um papel estratégico na procura de soluções inovadoras. O grande desafio que hoje se coloca a Portugal é ser capaz de desenvolver uma recuperação económica sustentada em investimento verdadeiramente produtivo, gerador de receitas externas e de emprego. A busca de desenvolvimento sustentado é, de resto, comum a todos os países da CPLP.

A resposta para se percorrer, com sucesso, o caminho do crescimento das nossas economias assenta em larga medida na ousadia dos agentes económicos, no reforço do investimento privado e no associativismo empresarial. Os empresários conhecem bem as capacidades e potencialidades dos seus países, tanto ao nível das competências como dos processos. Muitos deles detêm contactos e redes para encontrar parcerias competitivas e sabem operar nos mercados externos, com espírito de risco e de inovação.

A aposta na produção de bens transacionáveis e na prestação de serviços capazes de competir nos mercados externos tem de estar na primeira linha das nossas prioridades. As empresas sabem disso.

Não por acaso, são cada vez mais as que fazem um esforço para se reorganizar e adaptar às condicionantes da procura externa. Mas, para se atingir e consolidar verdadeiramente esse objetivo, é necessário trabalhar bem em várias frentes.

Desde logo, temos de obter ganhos de competitividade através de aumentos de produtividade, de parcerias, do desenvolvimento tecnológico ou da inovação, da criatividade e da diferenciação dos bens e serviços.

Depois, há que estruturar uma cultura de estímulo à qualidade, ao conhecimento, à competência e à qualificação de quadros. Há também que valorizar a boa gestão e os melhores exemplos, como os que se encontram nesta sala.

Os empresários dos países da CPLP, para além das oportunidades que detêm em termos bilaterais e no contexto da própria Comunidade, podem também

assumir parcerias estratégicas para a cooperação empresarial em novos mercados.

Atentos os laços existentes na comunidade empresarial dos países da CPLP, cimentados numa língua comum e em conceções de gestão e estratégias de investimento complementares, existe efetivamente um enorme potencial, ainda inexplorado, para o desenvolvimento de parcerias, que urge dinamizar e que, estou certo, os jovens empresários saberão aproveitar.

A CPLP mantém, nas suas várias dimensões, pontes ancestrais entre Continentes. O contributo que pode dar para uma economia mais integrada é benéfico para o conjunto dos seus membros, mas será também um elemento muito positivo para o equilíbrio competitivo da economia global.

A realização deste Congresso dá bom exemplo do dinamismo que deve caracterizar o envolvimento da sociedade civil na vida da nossa Comunidade. Reflete, também, a determinação de uma nova geração de empreendedores em tirar partido das potencialidades que oferece um dos mais vastos e dinâmicos espaços culturais e linguísticos do Planeta, para o aprofundamento da cooperação empresarial, para a expansão dos seus negócios e para a defesa dos seus interesses económicos no Mundo crescentemente competitivo dos nossos dias.

Aquilo que se espera desta geração não são soluções milagrosas, mas sim uma dinâmica refrescada, com novas ideias, novos modos de pensar e de fazer que se traduzam num aumento de produtividade e de competitividade das nossas empresas.

Em nome de Portugal, em nome da Lusofonia, desejo que tenham o maior sucesso e saúdo os organizadores e os participantes neste Congresso.

Cerimónia de Entrega do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa

Lisboa, 8 de junho de 2011

É com o maior gosto que me associo, uma vez mais, à cerimónia que marca o encerramento do Encontro “Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa” e a entrega do respetivo Prémio. Felicito todos os nomeados e dirijo desde já, aos laureados, os meus parabéns.

Quero também saudar, de forma muito calorosa, os empreendedores vindos dos cinco continentes, agradecendo terem aceitado o meu convite para participar nesta terceira edição do Encontro da Diáspora, bem como nas Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Permitam-me uma particular referência aos participantes no concurso “FAZ - Ideias de Origem Portuguesa”, oportuna iniciativa promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação Talento no domínio do empreendedorismo social, pelo seu contributo para o enriquecimento do debate e da abrangência deste Encontro da Diáspora.

A evolução muito positiva do número de candidaturas ao Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa e a crescente adesão ao Encontro por parte dos nossos compatriotas, quer os nomeados, quer os proponentes, são sinais inequívocos de uma vontade, por parte das comunidades portuguesas no exterior, de maior aproximação a Portugal.

O grupo de candidatos ao Prémio – candidatos esses que, vale a pena notar, se distribuem geograficamente por mais de 30 países – espelha bem o poder e o potencial das redes da diáspora lusitana. O montante do volume de negócios agregado das respetivas empresas ascende a mais de 4,5 mil milhões de euros, com a notável capacidade empregadora de mais de 60 mil colaboradores.

A ideia fundadora deste Prémio para o Empreendedorismo Inovador assenta na premissa de que os portugueses que partiram da sua Pátria têm uma história

feita de determinação e de engenho, mas têm também um presente e um futuro que importa valorizar.

É, justamente, com uma noção do caminho de futuro do País que decidi apoiar a realização deste Encontro que junta a diáspora, os empreendedores e a inovação. Três elementos que se revelam fundamentais para que Portugal consiga ultrapassar as dificuldades com que se debate.

A recuperação da nossa economia depende em muito da nossa capacidade de reforçar a ligação com a economia mundial, de intensificar a capacidade dos empreendedores estabelecerem ligações globais em redes de inovação.

Não basta a dimensão física nem o poder económico da diáspora para determinar o seu sucesso enquanto força de desenvolvimento do país de origem. Mesmo com uma dimensão apreciável, com poder económico, com capacidade empreendedora e entusiasmo em promover a desejada aproximação, os membros das comunidades da diáspora acabam, frequentemente, por chocar com os constrangimentos e as barreiras institucionais impostos pela sociedade de origem. São frequentes as queixas dos nossos compatriotas, motivados para investirem em Portugal, de que os seus esforços esbarram com regras incompreensíveis, tempos de espera inaceitáveis, e tratamentos inadequados para quem pretende apostar em criar emprego e prosperidade no seu País.

Outras nações, com dimensão semelhante à nossa, têm vindo, no entanto, a realizar apostas bem-sucedidas nas suas diásporas através de projetos concretos, que fomentam agendas e propósitos comuns.

Estou convicto de que a efetiva abertura de Portugal às suas comunidades dispersas pelo Mundo permitirá alcançar o sucesso de outros países de características idênticas ao nosso. Acontece que o fortalecimento dos laços com os nossos compatriotas no exterior não é meramente um problema de ação dos poderes públicos. É a sociedade portuguesa como um todo que terá de interiorizar a oportunidade decorrente do potencial empreendedor e de criação de riqueza da diáspora lusitana.

O processo de aproximação à nossa diáspora terá rapidamente que passar da retórica e das palavras a iniciativas concretas, sem as quais faltará credibilidade às intenções demonstradas e perder-se-á, porventura, a motivação para continuar.

É com o espírito de divulgar e reconhecer o mérito dos empreendedores da nossa diáspora e de semear novas ligações e contactos que hoje estamos aqui. Mas não podemos julgar que o nosso entusiasmo se transformará espontaneamente em qualquer realidade tangível, nem confiar que o entusiasmo original se mantenha para sempre.

Sei que os contactos proporcionados em anteriores edições do Encontro da Diáspora puderam já contribuir para que alguns dos nossos compatriotas considerassem a decisão de voltar e investir no nosso país.

Para a COTEC, instituição que tem desenvolvido um trabalho tão exigente quanto pioneiro nesta matéria, o desafio é o de integrar esta iniciativa, de uma forma harmoniosa e profícua, nas restantes ações de promoção da inovação e empreendedorismo ao nível nacional.

Uma tão alargada presença neste Encontro é sinal, como já disse, de que os nossos compatriotas estão disponíveis para contribuir para ultrapassar os desafios que Portugal enfrenta.

Mas, insisto, a disponibilidade que sentimos por parte da nossa diáspora não será suficiente para produzir resultados palpáveis se não existir a necessária reciprocidade das instituições nacionais, das empresas e de outras organizações para conceber e levar a cabo iniciativas de interesse comum.

Todos não seremos demais para mobilizar esse enorme capital social que a diáspora portuguesa representa. Como já afirmei antes, mobilizar os seus recursos terá, inevitavelmente, de se tornar uma prioridade nacional.

Senhoras e Senhores

Gerações de Portugueses dispersos por todo o Mundo têm sido a expressão do espírito empreendedor lusitano, do esforço e da ambição de ultrapassar o que sonharam possível.

Homenageamos nesta cerimónia, perante o País, o trajeto e a contribuição profissional e social de dois grandes empreendedores portugueses. Trata-se de dois percursos empresariais realizados em sociedades com diferentes valores e regras, mas sempre de elevada exigência, onde o mérito é o principal fator de sucesso; em setores de atividade distintos, mas nos quais o conhecimento, a tecnologia e a inovação são fatores indispensáveis para ser

competitivo; com modelos de negócio muito diferentes, mas ambos de grande eficácia.

A todos os restantes nomeados, saúdo o mérito do vosso trabalho, igualmente merecedor da admiração de todos os portugueses.

Não gostaria de terminar sem referir que, para o prestígio que este Prémio tem granjeado desde o seu lançamento, em 2007, muito tem contribuído o esforço e a dedicação da equipa da COTEC, e, muito em especial, a visão e persistência do Presidente do Júri, Dr. Filipe de Botton, a quem dirijo um especial agradecimento.

A todos os que aqui se deslocaram, vindos das mais variadas partes do Mundo, desejo uma excelente estadia nesta vossa terra de Portugal.

Muito obrigado.

Cerimónia de Inauguração das Obras de Reconversão e Modernização da Refinaria de Matosinhos

Matosinhos, 28 de setembro de 2011

Associo-me com muito gosto à presente cerimónia de inauguração das obras de reconversão e modernização da Refinaria de Matosinhos, desde logo pelo alcance económico e social deste investimento, mas também pelo significado que adquire no processo de afirmação estratégica da Galp Energia como um Grupo de dimensão europeia.

Para o concelho de Matosinhos e áreas envolventes, esta obra assume uma particular relevância como estímulo ao desenvolvimento económico e social e como fator da qualidade de vida da comunidade.

É, inegavelmente, um investimento importante pelos postos de trabalho que cria, mas é-o, também, pelos efeitos multiplicadores noutras atividades produtivas, pelas oportunidades de formação e qualificação profissional que promove, pela investigação e cooperação com universidades e politécnicos que permite e, ainda, pelo impacto positivo que exerce sobre outros polos fundamentais para a competitividade regional, como o Porto de Leixões ou o Complexo Petroquímico de Estarreja.

A decisão da Galp Energia de reconverter e modernizar dois polos de refinação em território nacional, um em Matosinhos e outro em Sines, que implicou um investimento de 1,4 mil milhões de euros, a par de outros investimentos significativos que vem realizando na exploração e produção de petróleo e gás natural e em energias limpas, demonstra bem a sua vontade de crescer e a ambição de encontrar um novo posicionamento no mercado global da energia. Estou convencido de que o futuro próximo não deixará de confirmar esta opção estratégica. Dois elementos se revestem, nesse contexto, de particular importância para o nosso País. O primeiro é o facto de se apontar para que, com o início das operações de produção das renovadas refinarias de Matosinhos e Sines, as nossas exportações aumentem significativamente sendo que, a prazo, Portugal passará

a ser um exportador líquido de gásóleo. O segundo prende-se com a circunstância de, através da sua participação em projetos de exploração petrolífera em diversos países, a Galp Energia deter já reservas de petróleo passíveis de garantir a autossuficiência de Portugal por cerca de três décadas.

A visão demonstrada pela Galp Energia para detetar e aproveitar oportunidades, a sua permanente proximidade aos exigentes mercados onde se move, além de uma notável capacidade competitiva, fazem desta empresa um caso de sucesso que merece ser evidenciado.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O nosso tecido empresarial necessita de reforçar decididamente a sua capacidade competitiva, assente em investimento de base industrial e exportadora, em parcerias de cooperação, no intercâmbio de conhecimentos, na adoção de soluções inovadoras e no reajustamento da massa crítica das empresas, em especial das PME.

Merecem destaque, também nesta perspetiva, três aspetos marcantes da atividade e da cultura empresarial da Galp Energia.

Em primeiro lugar, a sua aposta persistente na prospeção petrolífera da costa portuguesa, onde foram efetuados diversos estudos, sondagens e trabalhos de sísmica, com um primeiro poço experimental de exploração esperado para 2013. Em segundo lugar, a política de valorização profissional e reforço de competências dirigida aos seus colaboradores e a aposta constante na procura de jovens licenciados de elevado potencial, num intercâmbio permanente com Universidades e Centros de Investigação.

Por último, mas não menos importante, a atenção conferida à responsabilidade social, seja nas áreas da educação e do suporte à saúde e bem-estar das comunidades, seja na promoção da eficiência energética e na defesa do ambiente, seja, ainda, na dinamização da mobilidade sustentável e da segurança rodoviária.

Estão de parabéns, por tudo isso, a Galp Energia, os seus acionistas, os seus gestores e trabalhadores, que souberam aplicar o melhor do seu esforço à concretização, aqui em Matosinhos, de um projeto de grande relevância estratégica para a economia nacional.

Obrigado.

Cerimónia Comemorativa do Centenário da Presença do Grupo Bosch em Portugal

Lisboa, 30 de setembro de 2011

É com muita satisfação que me associo à comemoração do centenário da presença do Grupo Bosch em Portugal, que, em 1911 e pela mão de Roberto Cudell, estabeleceu na cidade do Porto o seu primeiro entreposto comercial no nosso País.

Vivia-se então um conturbado período político, económico e social, um período de mudança de regime e de afirmação da recém-nascida República Portuguesa, circunstâncias que não inibiram a iniciativa empreendedora do seu promotor.

Passados 100 anos, podemos confirmar o mérito daquela decisão e enaltecer as apostas do Grupo Bosch no nosso País, que hoje se consubstanciam na presença efetiva de seis empresas, quatro das quais de produção industrial, altamente competitivas, que proporcionam emprego a mais de 3500 pessoas e que fabricam bens transacionáveis inovadores e de reconhecida qualidade. Com 90 por cento da respetiva produção a ser destinada aos mercados externos, a Bosch-Portugal é, hoje, o nosso 4º maior exportador.

A Bosch-Portugal configura um caso de sucesso e um exemplo que merece ser evidenciado. Tem participado ativamente no reforço e na modernização do tecido industrial português, investindo em novos processos de fabrico e de gestão e concebendo produtos inovadores de elevada densidade tecnológica, capazes de competir nos mercados mais exigentes.

Sublinho a evolução da fábrica de esquentadores inteligentes de Aveiro, a antiga “Vulcano”, que hoje se posiciona como o maior fabricante europeu desse segmento e, reconhecidamente, como o mais importante centro de competência para sistemas de água quente a nível mundial. Idêntico destaque merecem, de resto, os centros de competência nas fábricas de Braga e Abrantes, orientadas para a indústria automóvel, e na de Ovar, vocacionada para sistemas de vigilância.

A capacidade de manter um amplo conjunto de colaboradores informado, motivado e plenamente envolvido na procura de novas soluções para o funcionamento e para o futuro da empresa é uma das razões fundamentais para o sucesso que a experiência centenária da Bosch evidencia.

Inovar e cooperar, obtendo sinergias de conhecimento, de produtividade e de competitividade, de forma a alcançar ganhos efetivos de mercado é o caminho que marca a diferença nas empresas que apostam no desenvolvimento e na sustentabilidade.

Nesse sentido, impõe-se que as empresas partilhem entre si conhecimentos e soluções e intensifiquem o diálogo com as Universidades e os Centros de Investigação, nacionais e estrangeiros, sendo que, também neste particular, a Bosch protagoniza bons exemplos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Em 1886, Robert Bosch fundou em Stuttgart uma empresa de engenharia mecânica e elétrica, dando origem a um grupo económico que desde sempre se pautou pelo enfoque na inovação e pelo compromisso social.

O Grupo Bosch Internacional é detido por uma fundação que mantém os objetivos filantrópicos e de apoio ao desenvolvimento preconizados pelo seu fundador e que, operando em cerca de 60 países, participa em diversos programas de solidariedade e cooperação empresarial.

Felicitó o Grupo Bosch pelo centenário da sua presença entre nós e registo com satisfação o reconhecimento, por parte dos seus responsáveis, do apoio sempre concedido por Portugal aos seus projetos e investimentos e da competência, adaptabilidade e capacidade dos trabalhadores portugueses, que asseguram elevados níveis de rentabilidade e de competitividade às empresas instaladas no nosso País.

Hoje, como há 100 anos, vivemos em Portugal uma situação económica delicada, propícia a receios, na generalidade infundados, por parte dos investidores.

Mas hoje, como há 100 anos, existem oportunidades e desafios que devem e que merecem ser aproveitados. Exemplos como o da Bosch em Portugal, sustentados numa longa relação de vantagens e benefícios mútuos, devem ser exaltados e dados a conhecer, tanto no País como no exterior.

Reitero as minhas felicitações ao Grupo Bosch, seus acionistas, gestores e trabalhadores, que sempre têm sabido aplicar esforço, conhecimento e dedicação na valorização das suas empresas e no apoio à economia portuguesa.

A todos desejo a continuação dos maiores sucessos profissionais e pessoais.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento do VII Encontro COTEC Europa

Génova, 13 de outubro de 2011

É com um sentimento de profunda amizade que saúdo Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos e o Senhor Presidente da República de Itália, Giorgio Napolitano, nosso caríssimo anfitrião.

Foi muito feliz a decisão de realizar este Encontro num dos centros económicos e industriais mais poderosos da Europa: a bela cidade de Génova, a que chamam “*La Superba*”, notável pela sua História, pelo seu património arquitetónico, pela sua gastronomia, pelo seu influente porto mediterrânico, pela sua prestigiada universidade.

Aos genoveses se atribui, desde há muitos séculos, a ambição de utilizar o conhecimento e o desenvolvimento tecnológico como ferramentas para criar prosperidade económica, explorando estes recursos à escala global. Deles se diz, também, que são empreendedores e audaciosos, que tomam os seus destinos nas próprias mãos. Estas são qualidades preciosas, adequadas ao espírito de um tempo de mudança e de grandes desafios.

Afirmei há um ano, no Encontro do Porto, que aproximar, cada vez mais, a investigação ao mercado era o caminho para atenuar a reconhecida debilidade da Europa na transformação efetiva dos resultados da investigação tecnológica e do conhecimento em inovação e vantagens competitivas.

Se é consensual que a Europa se tem mantido na vanguarda da produção de conhecimento e excelência científica, é igualmente indesmentível que o seu desempenho comercial tem ficado aquém do desempenho das economias concorrentes, as quais têm ganho vantagem no registo de novas patentes, na criação de emprego de elevada qualificação, ou no lançamento de produtos tecnologicamente superiores. O tipo de questão que nos devemos colocar é se será possível emergir dos sistemas europeus de inovação o próximo *Google*.

Temos de reconhecer que, apesar de todos os progressos dos últimos anos, a capacidade de inovação ainda não atingiu o nível de consolidação necessário

para se tornar no desejado propulsor central da competitividade das nossas economias e de criação de novo emprego qualificado. Esta tendência de baixa eficiência de muitos dos sistemas de inovação europeus, reconhecida pela própria Comissão no seu recente Relatório sobre inovação e competitividade, não sendo novidade, tem vindo a manter-se.

A resolução destas deficiências poderá não decorrer simplesmente da intensificação dos níveis de despesa dirigidos à produção de conhecimento, ainda longe do mítico valor de 3 por cento do Produto. É decerto uma ambição atraente para os decisores políticos e confortável para os recetores habituais do investimento público, mas dificilmente, por si só, será a solução para as nossas dificuldades em competir à escala global, que tem sobretudo a ver com a nossa capacidade de transferência, em larga escala, de conhecimento e da tecnologia para o tecido produtivo. A experiência dos nossos programas nacionais indica que, para melhorar a capacidade inovadora e aumentar a participação das empresas, se torna necessária também maior agilidade, maior simplificação, e, acima de tudo, a substituição do primado da burocracia administrativa pela substância técnica na gestão dos projetos de inovação financiados com capitais públicos. Impõe-se, assim, a reforma inteligente das instituições de inovação nacionais, em favor de maior eficiência de funcionamento e de uma melhor articulação com as instituições europeias. Com justa expectativa, acolhemos a estratégia de inovação da Comissão Europeia, cuja fase de execução já está em curso. As medidas inscritas na *Innovation Union* serão um importante teste à capacidade de orientar a atividade de toda a cadeia de inovação para as necessidades do mercado.

O progresso registado pelos nossos países em dimensões-chave da cadeia de inovação não nos deve deixar satisfeitos. Queremos ir mais além do estatuto de “inovadores moderados”. Devemos intensificar os esforços de participação das nossas organizações científicas e empresariais nos diferentes instrumentos disponíveis na União Europeia, de forma a estimular e alargar o dinamismo das redes já constituídas.

Estamos certos de que existem boas ideias na Europa e, em particular, nos nossos países. A prioridade é encontrar um quadro de cooperação mais favorável à sua exploração, em benefício da recuperação económica e do padrão de qualidade de vida que desejamos.

Senhoras e Senhores

Enfrentamos a perspectiva de um período de estagnação económica, a persistência de elevados níveis de desemprego e o risco de deterioração da qualidade de vida e dos níveis de prosperidade dos nossos concidadãos.

Os nossos países estão a realizar ambiciosos programas de correção dos desequilíbrios orçamentais. Em simultâneo, estão em curso profundas reformas económicas que agora, por força das circunstâncias, se tornaram consensualmente inadiáveis e aceites como necessárias.

As mudanças em curso são condições imprescindíveis para o reforço da sustentabilidade financeira e para a recuperação económica dos nossos países. Todavia, representam sacrifícios pesados que se imporão aos nossos cidadãos por vários anos. O apoio da sociedade só se manterá se os sacrifícios não forem em vão, se existir a convicção de que as reformas irão permitir retomar uma trajetória de crescimento sustentado.

Continuar a investir na criação de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico deverá ser, por isso, uma prioridade. Mas, na atual conjuntura de rigor orçamental, devemos também sublinhar o papel dos empreendedores como peça fundamental do bom funcionamento do sistema de inovação.

Conseguir um crescimento económico mais robusto e saudável e, ao mesmo tempo, criar emprego qualificado são as nossas metas. São propósitos que exigem novas soluções tecnológicas, vontade empreendedora, mas também forte liderança e o reforço de uma cultura de realismo e de responsabilidade.

A tecnologia e o conhecimento são forças transformadoras e geradoras de progresso das economias e das sociedades. Esta é a ideia fundadora das nossas Instituições COTEC. Uma ideia que tem inspirado uma agenda de mudança nas nossas economias e nos nossos empresários e gestores.

O projeto da COTEC Europa, desde o seu início, está alicerçado na ideia da concertação e cooperação, de partilha de um conceito comum da inovação no plano europeu, no qual o desenvolvimento tecnológico é o motor da competitividade e produtividade das economias e a força maior de criação de emprego. Esta é uma das razões porque nos reunimos hoje aqui, em Génova.

A participação dos empresários é a prova de que, apesar das crises que teimam em persistir, a força da inovação empresarial está bem viva.

Estou certo de que este Sétimo Encontro contribuirá, tal como os anteriores, para uma reflexão proveitosa e inspiradora sobre as metas estabelecidas pelos nossos países. Assumindo as nossas responsabilidades, estaremos mais confiantes e mais determinados a atingi-las.

Muito obrigado.

Sessão de Abertura do IV Congresso Nacional dos Economistas

Lisboa, 19 de outubro de 2011

É com o maior gosto que presido à cerimónia de abertura do IV Congresso Nacional dos Economistas. Desde logo, por partilhar interesses profissionais, intelectuais e académicos com a maioria desta audiência. Mas também pela oportunidade de estar presente na atribuição dos Prémios Carreira ao Dr. Murteira Nabo, ao Dr. Norberto Pilar e ao Dr. António de Almeida, a quem felicito, com apreço.

Este Congresso constitui, por outro lado, uma ocasião especial, devido à situação muito difícil em que Portugal se encontra. Vivemos um tempo em que muito se exige do talento e das capacidades dos nossos economistas.

Em audiência recente ao Senhor Bastonário da Ordem dos Economistas, tive ocasião de transmitir-lhe a minha visão sobre a responsabilidade acrescida que a Ordem assume no atual contexto histórico. Dos economistas espera-se, muito em particular, que contribuam com a sua reflexão para o debate sobre a execução do Programa de Assistência Financeira e para esclarecer e consciencializar os decisores políticos e a sociedade portuguesa sobre os desafios e as obrigações que Portugal enfrenta.

É essencial que, com o seu saber e com a sua experiência, os economistas deem o seu contributo para que os Portugueses possuam uma informação mais adequada sobre a atual situação do seu País, as causas da crise que vivemos e as perspetivas de futuro que justificam os sacrifícios que agora têm de enfrentar. Num tempo de incerteza, em que os resultados do esforço pedido aos Portugueses nem sempre são tangíveis ou imediatos, é dever dos economistas serem mensageiros rigorosos dos progressos alcançados, das dificuldades que ainda nos esperam ou da necessidade de repensarmos a trajetória seguida.

A esperança não deve ser confundida com o otimismo cego, nem com a aceitação acrítica de soluções ilusórias. O tempo que vivemos é um tempo de realismo. Todos sabemos que temos pela frente uma caminhada longa e com grandes

obstáculos, pelo que o alarmismo, a desinformação ou a distorção da realidade em nada contribuirão para fomentar a confiança de que tanto necessitamos para o crescimento económico e a atração de investimentos externos.

Senhoras e Senhores

Este Congresso ocorre num tempo em que o País vive uma das crises mais profundas da História da nossa democracia.

Os Portugueses são confrontados com perspetivas de recessão profunda da economia, de desemprego em níveis sem precedentes, de quebra acentuada dos rendimentos das famílias e de grande dificuldade das empresas em satisfazer as suas necessidades de financiamento.

Na abertura do II Congresso dos Economistas, em outubro de 2007, ainda antes da eclosão da crise do sistema financeiro internacional, afirmei: “Portugal tem acumulado vários desequilíbrios (...) que não são sustentáveis e cuja resolução é essencial, sob pena de constituírem não apenas um problema de curto prazo, mas, acima de tudo, um pesado obstáculo ao desenvolvimento futuro”.

E acrescentei: “O elevado défice externo que a economia portuguesa apresenta é motivo de preocupação, já que absorve recursos essenciais para o crescimento económico e pode tornar-se fonte de sérios constrangimentos ao funcionamento normal da economia”.

A minha preocupação em relação às consequências da acumulação de défices externos e do aumento do endividamento para com o exterior vinha, no entanto, bem de trás.

Em maio de 2003 – há, portanto, mais de 8 anos – escrevi, e cito:

“Um país, mesmo que seja uma região num espaço monetário unificado, não pode endividar-se sem limites. No médio ou longo prazo, um défice continuado das contas externas acaba por manifestar-se sob a forma de aumento do prémio de risco, racionamento do crédito ou transferência de ativos das mãos de nacionais para as mãos de estrangeiros, como aliás temos vindo a assistir em Portugal. O ajustamento torna-se assim inevitável, isto é, a despesa das famílias, das empresas e do Estado tem de ser contida. O ajustamento será tanto mais forte e penoso quanto mais o endividamento externo tenha sido encaminhado para expansão do consumo ou para investimentos de baixa rentabilidade. Portugal é

hoje o exemplo de como o défice continuado das contas externas é uma restrição ao crescimento económico sustentável de um país, mesmo que ele faça parte de uma união monetária”.

Hoje, em 2011, este cenário apresenta-se, infelizmente, bem mais evidente do que em 2003.

Na minha recente intervenção no Instituto Universitário Europeu de Florença, procurei extrair algumas lições sobre a crise do euro e mostrar que, na sua raiz, está o mau escrutínio, por parte das instituições europeias, do rumo das finanças públicas e das políticas macroeconómicas em alguns Estados-membros da União. Na minha perspetiva, a crise do euro ocorreria mesmo sem a crise do sistema financeiro internacional, que teve a sua origem nos Estados Unidos, com o problema do *subprime* e a falência do banco Lehman Brothers. A turbulência verificada nos Estados Unidos apenas acelerou um processo que viria, a breve trecho, a ocorrer na Europa.

O mesmo se pode dizer da crise em que Portugal se encontra mergulhado, porque a sua raiz reside primordialmente na perda de competitividade, no desequilíbrio das contas externas e no excesso de endividamento do País relativamente ao estrangeiro. Endividamento que, em termos líquidos, era inferior a 8 por cento do produto no final de 1995, subindo depois para 40 por cento em 2000 e para cerca de 107 por cento em 2010.

Os últimos anos expuseram de forma evidente e até dramática os desequilíbrios da economia portuguesa e a insustentabilidade do caminho que vinha a ser seguido, para os quais múltiplas vezes havia chamado a atenção dos decisores políticos e dos Portugueses.

O risco de colapso do financiamento da economia tornou inevitável o estabelecimento do acordo da assistência financeira, formalizado pelo anterior Governo em maio passado.

Agora, o caminho que melhor garante a defesa do superior interesse nacional é o do cumprimento dos compromissos que Portugal assumiu, não obstante a sua dureza e as exigentes condições que nos foram impostas. Além disso, temos de nos empenhar, de forma redobrada, na defesa da União Económica e Monetária. É certo que o Programa de Assistência Financeira encerra dificuldades e sacrifícios que não podem ser ignorados e que suscitam várias questões. Desde logo,

a interrogação sobre se os sacrifícios que estão a ser exigidos aos Portugueses valem a pena, e se nos conduzem a bom porto.

A resposta a estas interrogações não é incondicional: subsistem naturalmente dúvidas sobre o resultado do caminho que percorremos atualmente, até porque o sucesso, em boa parte, não depende só de nós. Depende da conjuntura internacional e da capacidade que a União Europeia demonstrar para resolver a crise financeira da zona euro.

Importa reconhecer, no entanto, que, sem a correção do desequilíbrio orçamental, não haverá crescimento económico sustentado nem criação de emprego, pelo que um programa destinado a responder àquele desequilíbrio seria sempre necessário. Mas, como é sabido, condição necessária pode não ser condição suficiente. Isto é, a austeridade orçamental, só por si, não garante que, no futuro, o País se encontrará numa trajetória de crescimento económico e melhoria das condições de vida.

Neste contexto, e para que o Programa possa ter sucesso, há duas situações que importa evitar a todo o custo e que estiveram presentes na minha comunicação ao País sobre o acordo de assistência financeira, em maio deste ano.

Primeiro, é necessário evitar que cresça na sociedade portuguesa o sentimento de que é injusta a distribuição dos sacrifícios, de que se exige relativamente menos aos que têm maior capacidade contributiva do que a muitos outros com rendimentos mais baixos.

Esta é uma questão a que os decisores políticos devem prestar a máxima atenção. As injustiças semeiam a descrença nas instituições e minam a coesão nacional. Recordo as palavras que proferi no meu discurso de posse, como Presidente da República, em março deste ano:

“Precisamos de uma política humana, orientada para as pessoas concretas, para famílias inteiras que enfrentam provações absolutamente inadmissíveis num país europeu do século XXI. Precisamos de um combate firme às desigualdades e à pobreza que corroem a nossa unidade como povo. Há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos”.

Além da justiça na repartição dos sacrifícios, existe uma segunda obrigação. Importa evitar que se instale a ideia de que não se faz tudo o que podia ser feito para dinamizar a economia e combater o desemprego.

A necessidade de cumprir as metas orçamentais é inequívoca, face aos termos do Programa de Assistência Financeira que subscrevemos.

No entanto, a ênfase na consolidação das contas públicas não deve afetar a execução de reformas e a criação de condições estruturais previstas no próprio programa, bem como outras medidas que visem o reforço da posição competitiva das empresas nacionais e o aumento da taxa de crescimento potencial da economia portuguesa.

A experiência recente – nomeadamente a nível internacional – confirma que os programas de ajustamento não podem cingir-se ao plano orçamental. Ajustamentos baseados numa trajetória recessiva são insustentáveis. É crucial, portanto, conjugar a dimensão orçamental com medidas destinadas a criar condições propícias ao crescimento.

Foi por isso que, logo na intervenção que proferi, em maio passado, na sequência da assinatura do Programa de Assistência Financeira, destaquei, em particular, a importância de, nos próximos anos, se conseguir um aumento da poupança nacional – das famílias, das empresas e do Estado –, por forma a minorar a necessidade de recurso ao financiamento externo. Num contexto em que o rendimento disponível das famílias tem vindo a diminuir, cabe sobretudo ao Estado contribuir para este aumento da poupança.

Um segundo objetivo apontado como essencial foi o do aumento da produção de bens transacionáveis, que permita reduzir o nosso défice externo, e que passa também por diminuir os incentivos ao crescimento desmesurado dos setores de bens não transacionáveis que tem marcado a nossa economia nos últimos anos. Este é um objetivo que, nos tempos mais próximos, só o setor privado pode realizar. Daí a importância de reconhecer as empresas e o valor por elas criado. São as empresas que podem dinamizar o mercado de exportações, travar o declínio do investimento, criar novos empregos e dar esperança a uma geração de jovens dotados de boa formação e que não consegue entrar no mercado de trabalho. É imperioso relançar o investimento privado e, em especial, captar investimento estrangeiro de qualidade.

De acordo com os dados oficiais previstos para 2011, o investimento em Portugal deverá recuar para valores reais inferiores aos verificados em 1995. É fundamental corrigir esta situação, porque é a própria capacidade instalada

indispensável para garantir o crescimento das exportações que pode estar em causa.

Numa altura em que são enormes as dificuldades de acesso ao crédito, é crucial que o investimento se revista de indiscutível qualidade, com elevado retorno para a economia portuguesa.

Neste quadro, importa reorientar os fundos do QREN, em articulação com a Comissão Europeia, no sentido de privilegiar o fomento da competitividade.

O aumento do investimento em Portugal exige um esforço de melhoria da imagem do nosso país no exterior. É urgente combater a perceção negativa que alguns investidores têm da situação portuguesa. Isto requer, desde logo, o cumprimento efetivo das nossas obrigações, mas também uma campanha de esclarecimento a nível internacional e uma diplomacia económica credível e eficaz.

A este propósito, decidi promover este ano mais uma reunião do Conselho para a Globalização, que será dedicada ao debate sobre os desafios e as oportunidades que hoje se colocam ao nosso País no mundo global e sobre as formas de melhorar a visibilidade externa da economia portuguesa. A reunião do Conselho contará com a participação de gestores de topo de empresas internacionais, de nacionalidade portuguesa e vivendo na diáspora, e de presidentes de grandes empresas do espaço económico da lusofonia.

A dificuldade de financiamento da atividade económica é, todos o sabemos, um dos problemas mais graves que o País enfrenta, pondo em causa os esforços para contrariar o clima recessivo que a consolidação orçamental acentua.

Há indicações de que a desalavancagem do sistema financeiro se está a processar a ritmo demasiado rápido, limitando de forma gravosa o acesso ao crédito por parte das empresas e acentuando as condições para uma recessão profunda e difícil de ultrapassar.

É indispensável, por isso, diminuir a exposição da banca nacional ao setor empresarial do Estado, libertando mais fundos para o financiamento do restante tecido empresarial português e, em particular, das pequenas e médias empresas vocacionadas para a produção de bens transacionáveis e para a criação de emprego.

Senhoras e Senhores

Algumas vezes têm sugerido, principalmente a propósito da Grécia, a saída da

zona euro, como solução para os problemas de competitividade de Estados-membros e as dificuldades de financiamento que enfrentam.

Já várias vezes me referi às consequências, dramáticas para um país da Europa do sul, de uma decisão dessa natureza. Hoje, como estamos num congresso de economistas, recordo o que, a propósito dessa hipótese, nos diz um conhecido especialista de questões europeias, Jean Pisani-Ferry:

1º) Os mercados cambiais imporiam uma fortíssima depreciação da nova moeda nacional, provocando um aumento dos preços dos bens importados, o que levaria ao empobrecimento dos consumidores e à incapacidade de empresas adquirirem equipamentos e produtos intermédios indispensáveis à sua atividade. É irrealista pensar que o país em causa, sofrendo de um défice de credibilidade, poderia controlar a desvalorização da sua moeda.

2º) Do ponto de vista financeiro, a depreciação da moeda significa um fortíssimo agravamento do valor das dívidas do Estado, dos bancos, das empresas e dos particulares para com não residentes, as quais continuariam denominadas em euros, o que levaria à falência de milhares de agentes económicos e a uma acentuada delapidação da riqueza nacional.

3º) É uma ficção imaginar que a transição para a nova moeda se faria de forma ordenada e rápida, da noite para o dia, pelo que se assistiria a uma corrida aos bancos para levantar os depósitos e à saída de capitais para outros países, o que provocaria o colapso do sistema financeiro.

Pisani-Ferry conclui que uma saída da zona euro levaria a uma situação caótica, seria economicamente destrutiva, financeiramente ruinosa e socialmente devastadora. Eu acrescentaria que seria muito provável que o caos se estendesse à área política.

Vale a pena ainda acrescentar um obstáculo jurídico: o Tratado europeu prevê a entrada mas não a saída de um Estado da zona euro.

Senhoras e Senhores

Existe ainda uma dimensão política da crise que Portugal atravessa que gostaria de destacar, tanto mais que a mesma tem sido muito valorizada positivamente a nível internacional.

A execução do programa de ajustamento em Portugal tem beneficiado de um

amplo consenso político, cuja relevância não é demais sublinhar. Uma condição essencial para que Portugal mantenha este quadro favorável passa por conciliar a execução efetiva do programa com preocupações sociais, de crescimento e de criação de emprego. Contudo, a preservação deste importantíssimo ativo político dependerá em muito da capacidade de os partidos terem uma atitude especialmente cooperante e responsável. Neste sentido, o Governo deve reconhecer a importância de manter, em permanência, abertura e empenho no diálogo com a oposição e com os parceiros sociais. Da oposição espera-se também uma atitude responsável, embora exigente, que ajude o País e a sociedade a vencerem os enormes desafios que têm à sua frente.

Existe, creio, uma consciência alargada de que só uma reforma profunda do Estado poderá garantir, no médio prazo, a sua sustentabilidade financeira. Tal reforma do Estado tem de abranger todas as áreas por si financiadas, incluindo não apenas a Administração Central, mas também as administrações regionais e locais e os respetivos setores empresariais.

Essa reforma exigirá um novo consenso político na sociedade portuguesa, transcendendo a responsabilidade do Governo atual e obrigando a um compromisso de todos, incluindo os partidos da oposição, os representantes do poder regional e local, os órgãos superiores da administração pública, e os principais agentes do mundo laboral e dos setores da Saúde, da Educação e da Justiça.

A forma como cada um assumir as suas responsabilidades no momento atual será determinante para o futuro de todos. Ninguém tem o direito de hipotecar o bem-estar das gerações vindouras.

Caros Economistas

O País espera muito de vós. Faço votos para que este Congresso constitua uma reflexão profunda e serena sobre o momento que atravessamos. E espero que esta reflexão seja aproveitada pelos agentes políticos, económicos e sociais, para que Portugal reencontre uma trajetória de desenvolvimento, num quadro de justiça e de solidariedade, mas também de coragem e de esperança.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento da Semana Global do Empreendedorismo e do Evento “Silicon Valley Comes to Lisbon”

Lisboa, 18 de novembro de 2011

Foi com especial satisfação que aceitei o convite para estar hoje aqui, no encerramento da Semana Global do Empreendedorismo e da iniciativa *Silicon Valley Comes to Lisbon*, neste espaço académico da Faculdade de Ciências e na presença de uma tão numerosa audiência, a qual se estende para lá deste anfiteatro, já que esta sessão está a ser acompanhada em todo o país através da internet. É caso para afirmar que *Silicon Valley comes to Portugal*.

Foi precisamente na abertura desta Semana Global do Empreendedorismo que estive em Silicon Valley, na etapa final da minha visita aos EUA. Mas estar convosco hoje, aqui diante de tantos jovens, muitos já empreendedores com negócios próprios, é particularmente estimulante.

A Semana Global do Empreendedorismo é uma iniciativa a que me tenho associado e dado o meu apoio desde que teve início em Portugal. Trata-se de uma iniciativa em rede, de expressão mundial, que visa despertar, estimular e mobilizar, sobretudo junto das gerações mais jovens, o espírito empreendedor, a criatividade e a capacidade de inovar. Qualidades essenciais para vencer no mundo contemporâneo.

Estive em Silicon Valley com o objetivo de reforçar a imagem de Portugal como um país que atingiu progressos significativos nos últimos anos e que se propõe manter essa trajetória, não obstante as exigências e os riscos do programa de ajustamento acordado com as instâncias internacionais.

Também foi meu propósito deixar sementes em diversas áreas, sementes essas que, estou convencido, podem gerar frutos num futuro próximo.

Primeiro, a oportunidade de criação de programas de mobilidade de estudantes entre a universidade de Stanford e as universidades portuguesas.

Segundo, o acesso a redes de investidores de capital de risco que não só operam a nível local mas também globalmente. No pequeno-almoço de trabalho

que mantive com cerca de duas dezenas de responsáveis das maiores empresas de capital de risco com sede em Silicon Valley, foi evidente o interesse pelo papel de Portugal, numa perspetiva global de investimento em empresas inovadoras.

Por último, tive ocasião de aferir a utilidade dos aceleradores de crescimento empresarial que por lá operam, de que é exemplo o “Plug and Play Tech Center”. Trata-se de plataformas de enorme utilidade para a exploração de ideias de negócio das empresas, bem como para o acesso às redes de inovação associadas com Silicon Valley.

Silicon Valley tem uma dimensão crítica de recursos e uma cultura que lhe conferem uma singularidade excepcional. É difícil replicar noutra lugar as condições ímpares que existem nesta região e o círculo virtuoso de *startups*, de talento e de financiamento que fez o sucesso em Silicon Valley.

Mais do que imitar o que é certamente um sistema de inovação único, o nosso caminho deverá ser o de erguer pontes entre as melhores instituições científicas portuguesas e americanas, e entre os empreendedores mais talentosos dos dois países, para que as suas ideias possam chegar a Silicon Valley. E também para que o espírito e a cultura de Silicon Valley possam contagiar positivamente as nossas instituições de inovação e os nossos empreendedores, a fim de criarmos o nosso próprio círculo virtuoso de inovação.

Se Silicon Valley não pode ser copiado, tal como uma obra de arte excepcional, podemos no entanto inspirar-nos no que distingue esta região como a mais inovadora do mundo, e identificar os fatores que poderão ser incorporados nos nossos próprios modelos de desenvolvimento.

Nesta minha visita a Silicon Valley, retive três desafios que a economia portuguesa terá que enfrentar para ganhar um novo estatuto e maior visibilidade externa, a médio prazo, como uma plataforma de desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo de nível mundial.

O nosso país tem vindo a afirmar-se internacionalmente pela qualidade dos seus investigadores, pela excelência da sua produção científica e pela sua integração plena nas redes científicas globais mais representativas e prestigiadas. Mas este potencial científico só poderá ser transformado em inovações de sucesso pela força dos empreendedores, e na medida da sua proximidade à academia.

Um dos segredos do sucesso de Stanford e de Silicon Valley assenta, precisamente, numa ligação profunda e virtuosa entre a academia, os empreendedores e a aplicação do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico à criação de inovações de sucesso mundial.

O segundo desafio prende-se com os traços que distinguem um empreendedor do resto dos agentes económicos. O fascínio pela aventura e pelo risco parece ser um elemento fundamental. O espírito, a curiosidade pela descoberta é, possivelmente, outro. A autoconfiança para seguir um caminho de liberdade e independência pessoal será, ainda, outro fator essencial. Mas uma qualidade ainda mais imprescindível, especialmente para nós portugueses, é a coragem de aprender com a experiência e com os erros. Numa sociedade aberta à inovação, o fracasso não pode constituir um estigma pessoal e social, mas antes uma verdadeira oportunidade de aprendizagem.

Estes são, sem dúvida, traços determinantes do perfil dos empreendedores, não só de Silicon Valley, mas de todos os que atingem, mais cedo ou mais tarde, grandes realizações.

Em terceiro lugar, trata-se de acarinhar e celebrar publicamente o mérito dos nossos empreendedores e a importância das suas iniciativas. Por um lado, pelo reconhecimento de que a sua opção profissional é de elevada exigência, de sacrifício, envolvendo risco pessoal e muitas vezes familiar. E, por outro, porque a sua contribuição para a criação de emprego e de riqueza coletiva será cada vez mais incontornável para sustentar o bem-estar social que desejamos.

Portugal tem sido um dos países que, nas últimas décadas, mais tem evoluído, quer na União Europeia quer no conjunto dos países da OCDE, nos indicadores que medem o progresso na capacidade de inovar, com taxas de crescimento muito superiores à média europeia.

Temos que prosseguir neste caminho e posicionar o nosso país, até ao fim da presente década, no grupo dos países mais inovadores da Europa. A nossa ligação cultural e linguística com os mercados de grande crescimento da América do Sul ou da África confere-nos uma centralidade geográfica que observadores mais atentos já reconheceram, mas que muitos, em Portugal, têm ainda dificuldade em identificar como uma clara vantagem competitiva.

Portugal encontra, aliás, outra enorme vantagem na sua diáspora, o que mais uma vez teve oportunidade de confirmar, agora, na Califórnia. Infelizmente, e ao contrário de outros países com as mesmas características que Portugal, as nossas empresas e os nossos empreendedores têm feito pouco uso deste recurso, ainda quase inexplorado. Como tenho afirmado por diversas vezes, mobilizar as redes dos portugueses no exterior é ativar uma vantagem competitiva na entrada em novos mercados ou na consolidação dos existentes. Trata-se, curiosamente, de um tema que faz a capa da revista *The Economist* desta semana. Sabemos que não há atalhos nem acasos na emergência de uma economia inovadora e criativa, aberta à exploração de novas ideias e novas tecnologias. Só uma visão de longo prazo e uma aposta persistente na qualificação dos recursos humanos, na atração do talento, no reforço das infraestruturas científicas e na cultura de produção e aplicação prática do conhecimento permitirão colher os frutos esperados. *The Road to Start-up Portugal* é muito exigente, mas é possível. Este é o caminho que devemos continuar a trilhar.

Por muito difícil e incerto que pareça este caminho, peço-vos que não se deixem desanimar nem se resignem com as notícias desfavoráveis vindas do exterior ou com as dificuldades do País. Na economia do conhecimento, o crescimento económico e a criação de emprego são resultado, em grande parte, da contribuição dinâmica de milhares de pequenas empresas inovadoras. Certamente que umas terão sucesso, e outras nem tanto. Mas essa incerteza é parte intrínseca das oportunidades de um Mundo em profunda reconfiguração.

Deixem-se pois contaminar pelo exemplo e pela cultura de Silicon Valley, cujos valores foram amplamente promovidos nesta feliz iniciativa.

Obrigado.

Sessão de Encerramento do Congresso do Centenário do Crédito Agrícola

Lisboa, 27 de novembro de 2011

O centenário do Crédito Agrícola em Portugal é um acontecimento de grande relevo e uma celebração a que me associei desde a primeira hora.

Com a minha presença neste Congresso, quis dar um sinal de reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido nestes cem anos e sublinhar a importância de a agricultura portuguesa e de outras atividades em meio rural disporem de condições adequadas de financiamento para que possam aprofundar o seu processo de modernização e adaptação às exigências do nosso tempo.

Quero, de igual modo, salientar o contributo decisivo que o Crédito Agrícola, como rede de associativismo cooperativo bancário, tem dado para a coesão e para o desenvolvimento económico e social do nosso País, na diversidade das suas regiões.

Saúdo, por isso, na pessoa dos seus dirigentes – o Presidente da Direção da Fenacam, o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Central e o Presidente do Conselho de Administração da Caixa Central –, todos quantos, dirigentes, sócios e colaboradores, acreditaram e trabalharam neste projeto ao longo dos cem anos da sua história.

Uma vez que este centenário é igualmente o centenário de muitas Caixas de Crédito locais, que ainda operam, isoladamente ou de forma integrada, gostaria também de dirigir uma especial saudação às Caixas de Elvas, de Mourão e de Reguengos; às Caixas de Serpa, de Alcáçovas e de Viana do Alentejo; à Caixa de Aljustrel, à Caixa de Alcochete, e às Caixas de Pernes e de S. Teotónio, todas elas criadas em 1911.

Conheço bem a importância da ação do Crédito Agrícola Mútuo, cujas raízes históricas vêm do século XVIII, mas cuja verdadeira fundação data do início da República.

É indiscutível a sua contribuição para o desenvolvimento da nossa economia, em especial das nossas zonas rurais. As micro, pequenas e médias empresas que se

dedicam à agricultura e a outras atividades no mundo rural têm beneficiado, de forma expressiva, da organização do Crédito Agrícola, do seu modelo de gestão e do seu desempenho, sobretudo através da relação de proximidade desenvolvida com as comunidades locais, que permite uma ação particularmente ajustada à realidade do nosso país.

A já longa história do Crédito Agrícola Mútuo regista, como é natural, períodos de expansão e outros de estagnação e de dificuldades. Mas, num balanço deste caminho centenário, concluiremos que o Crédito Agrícola chegou aos nossos dias com pujança, com objetivos de futuro e com resultados de que se podem orgulhar os seus dirigentes e associados. A sua importância é bem demonstrada pelo facto de os associados das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo serem hoje já mais de 500 mil e o total dos seus clientes superar claramente o milhão.

Apesar da sua notável evolução e do alargamento da sua atividade, as Caixas de Crédito Agrícola não se afastaram quer da sua missão original de apoio à agricultura, onde maioritariamente recrutam os seus associados, quer das áreas essencialmente rurais, onde se situa a generalidade dos seus balcões.

O Grupo do Crédito Agrícola transformou-se, por direito próprio, conquistado graças à obra feita, num dos principais grupos financeiros portugueses. Trata-se de um Grupo moderno, parceiro de desenvolvimento do mundo rural, bem integrado no tecido económico e social de todas as regiões do País, com respostas adaptadas às necessidades locais.

Assim, e não obstante as dificuldades generalizadas que o sistema financeiro nacional enfrenta, não posso deixar de assinalar os bons resultados registados pelo Grupo nos últimos anos, fruto, em larga medida, de uma progressiva adoção de boas práticas no seu sistema de crédito, da sua filosofia de proximidade, do conhecimento da realidade local e de um importante esforço de consolidação financeira, cujo sucesso é bem visível.

De facto, este Grupo tem sabido e conseguido, num tempo de particular incerteza, salvaguardar os critérios de solvabilidade e robustez que tão cruciais são para o funcionamento saudável do sistema financeiro e da economia.

Como todos sabemos, os cem anos do Crédito Agrícola, em cujas comemorações este Congresso se insere, coincidem com uma fase muito difícil para Portugal e para todos os Portugueses.

Vivemos hoje um dos períodos mais complexos da nossa história recente. Um período conturbado a nível internacional, muito delicado quanto à solidez dos laços que têm unido a Europa e, sobretudo, muito crítico para a nossa economia, hoje marcada pela necessidade imperiosa de corrigir desequilíbrios insustentáveis que se vinham acentuando.

Apesar dos sacrifícios que a todos são exigidos para que possamos superar as dificuldades do presente, as instituições financeiras, em particular, continuam a ter uma missão muito relevante a desempenhar. Desde logo, no apoio ao empreendedorismo, à iniciativa privada e local e como esteio das empresas e dos cidadãos expostos à atual crise, mas cujo potencial não está em causa.

O flagelo do desemprego prolongado e a emigração de milhares de jovens contrastam com o despovoamento dos campos, o envelhecimento e a desertificação do interior do País. Este aparente paradoxo obriga-nos a pensar em soluções inovadoras, de forma a criar novas oportunidades de autoemprego e de empreendedorismo rural, em especial nas regiões demograficamente mais carenciadas e com maior potencial agrícola.

Precisamos de um programa de repovoamento agrário que consiga captar uma parte dos recursos humanos desaproveitados.

Por isso veria com muitos bons olhos que existisse uma concertação de esforços, entre entidades públicas e privadas, visando criar medidas de incentivo à fixação e atração de ativos nas zonas rurais, proporcionando-lhes uma oportunidade de contribuir para o aumento da produção e para a recuperação do património do mundo rural português.

Os incentivos ao emprego e aos jovens agricultores, o apoio a empresas de inserção, a concessão de microcrédito para projetos de desenvolvimento rural, podem ser algumas dessas soluções.

O que vos peço, a todos, é um esforço adicional no sentido de darem uma oportunidade, neste momento, a quem está disposto a trabalhar e a contribuir para a superação da crise por que passamos.

Tenho a certeza de que os valores da cooperação e da solidariedade, que desde 1911 norteiam a atividade do Crédito Agrícola, permanecem bem vivos nos dias de hoje. O Portugal rural, com especial destaque para o setor agroflorestal e alimentar, as micro e pequenas e médias empresas e a iniciativa local, cujo desenvolvimento é

determinante para assegurar os equilíbrios fundamentais do nosso País, precisa de instituições como as Caixas de Crédito Agrícola.

As Caixas estão sujeitas, como as demais instituições creditícias, a uma lógica concorrencial que lhes exige grande capacidade de gestão. Mas não devemos esquecer que a sua tradição, a sua cultura centenária e os seus objetivos específicos as transformam em instrumentos de desenvolvimento de proximidade, em que a solidariedade e até a inclusão social estão presentes. Nesta altura, em que além dos riscos económicos existem também riscos de grave retrocesso social, esta missão das Caixas adquire importância redobrada.

Termino, desejando ao Crédito Agrícola e a todas as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, aos seus dirigentes, colaboradores e associados, os maiores êxitos profissionais e pessoais.

A vossa já longa história, a vossa determinação, o vosso sentido de responsabilidade, são as melhores garantias de que continuarão a servir Portugal e os Portugueses, servindo o desenvolvimento económico e social de todas as nossas regiões.

A todos, muitos parabéns por estes cem anos de vida.

Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega do Prémio Jovem Empreendedor da Associação Nacional de Jovens Empresários

Porto, 24 de fevereiro de 2012

É com um enorme prazer que me associo a esta cerimónia de celebração da 12ª edição do Prémio Jovem Empreendedor. Sendo um dos mais antigos galardões nacionais dedicados ao empreendedorismo, este Prémio distinguiu várias gerações de jovens que se têm vindo a afirmar, ao longo dos anos, no plano empresarial português e internacional.

Por isso, é de toda a justiça uma menção de louvor à visão pioneira e ao trabalho das sucessivas direções da ANJE, que muito têm contribuído para a valorização e para o pleno reconhecimento social do empreendedorismo jovem.

Esta cerimónia ocorre num momento em que Portugal vive um dos períodos mais severos da sua história recente. A correção necessária dos desequilíbrios orçamentais e macroeconómicos é geradora de acentuadas dificuldades de liquidez no mercado e de acesso ao crédito por parte das empresas nacionais, situação que, se não for rapidamente ultrapassada, poderá acentuar as fragilidades do nosso tecido económico e social.

O desafio que hoje se coloca a todos nós é o de sermos capazes de contribuir para uma rápida recuperação da economia portuguesa, sustentada em investimento competitivo gerador de receitas externas e de emprego.

Como tenho vindo a afirmar, o caminho do relançamento da nossa economia está fundamentalmente nas mãos dos empresários e, muito em particular, dos jovens empresários.

A nossa economia enfrenta problemas de crescimento e não encontra no mercado interno a procura suficiente para ultrapassar essa situação. E, mesmo fora de uma conjuntura desfavorável, o caminho do crescimento sustentável não pode ser outro que não o da adoção de estratégias orientadas para mercados externos. A aposta em setores de produção de bens e serviços transacionáveis, capazes de competir nos mercados externos, tem, pois, de estar na primeira linha das nossas prioridades.

Por isso, entendi dedicar esta etapa do Roteiro para a Juventude ao tema do empreendedorismo e às indústrias criativas. Esta escolha não é inédita, pois desde há muito que tenho vindo a apontar este setor como capaz de proporcionar diversificação económica, inovação, crescimento sustentado de exportações e criação de postos de trabalho de elevado valor acrescentado. Trata-se de atividades que favorecem a renovação de áreas urbanas em declínio e a conservação do património cultural e ambiental.

O mercado global das indústrias criativas tem tido, na última década, um dinamismo sem precedentes. Num número significativo de países, a economia criativa tem crescido a um ritmo superior ao da restante economia.

A elevada intensidade de mão-de-obra exigida aponta para que o emprego na economia criativa possa representar um em cada dez trabalhadores. O elevado valor acrescentado decorrente do conhecimento, competências específicas e qualificação da força laboral confere ao emprego na produção criativa características de emprego qualificado e sustentável.

Mas a aposta nas indústrias criativas estende-se para lá da vertente económica e de criação de emprego. Impulsionar as empresas criativas significa, também, defender o nosso património cultural, a recuperação, preservação e renovação das artes tradicionais, promovendo maior coesão social.

É por isso que tenho procurado destacar, nos vários roteiros dedicados às comunidades locais inovadoras, bons exemplos de projetos que visam a revitalização industrial e, ao mesmo tempo, a coesão social, através da reinvenção criativa de atividades tradicionais.

Em particular, a cidade do Porto e a região do Norte do país têm-se distinguido pela dinâmica de uma economia criativa orientada para a produção e comercialização de bens e serviços altamente específicos e diferenciados. O rico património arquitetónico e cultural, os estabelecimentos de ensino e os equipamentos de qualidade, o capital humano materializado em talentosos criadores, a energia empreendedora, são fatores que alicerçam a competitividade da região Norte e lhe proporcionam uma justa aspiração de liderança no palco da economia criativa europeia. Como afirmei numa intervenção proferida nas comemorações do 25 de abril, não é de hoje a vitalidade cultural e intelectual Portuense, como não é de hoje o talento e dinamismo das suas gentes, a sua tolerância à influência exterior, a

sua determinação em abraçar o que é novo e diferente, a sua propensão para assumir riscos inteligentes.

O Porto, como capital de uma grande região, presta-se claramente a exercer um papel de núcleo dinamizador do engenho criativo nacional. A sua matriz urbana, aliando o tradicional com a modernidade, está progressivamente a converter-se numa marca de projeção internacional e cosmopolita, em que convergem e se entrelaçam criadores de grande talento e empreendedores empenhados e com sentido de oportunidade.

As iniciativas específicas que têm vindo a ser dinamizadas, desde as incubadoras de empresas, o polo das indústrias criativas, os *fora* de criatividade e empreendedorismo, são bons exemplos de coordenação regional e alinhamento de recursos em torno da prioridade política de transformar o Norte do país numa grande região europeia vocacionada para a economia criativa.

Os jovens empresários têm, neste setor, um campo alargado de ação. Precisamos de audácia na organização eficiente de novas empresas e no ajustamento da respetiva oferta às reais condicionantes e exigências da procura externa.

É necessário obter ganhos de competitividade pelo aumento da produtividade, pela inovação, pelo desenvolvimento tecnológico, por parcerias e complementaridades. A criatividade, a originalidade e a diferenciação, fatores decisivos para o sucesso, dependem em grande medida da ambição, energia e talento dos jovens. A reduzida dimensão das empresas que constituem o nosso tecido empresarial, sempre apontada como óbice à sua internacionalização, pode ser uma vantagem competitiva, pela flexibilidade operacional que proporciona, pela criatividade e inovação que estimula e pela maior capacidade de adaptação a mercados globais em permanente mutação.

As empresas como aquelas que tive a feliz oportunidade de visitar durante este Roteiro para a Juventude dedicado às indústrias criativas, embora com origens e percursos diferentes, demonstram bem o acerto do caminho apontado. Algumas, alicerçadas em tradição e estruturas produtivas familiares, são hoje lideradas por jovens empresários, que souberam reorganizar-se e subir a novos patamares de modernidade empresarial. Outras, de criação mais recente, apoiam-se na valorização de novos conceitos de convergência entre a produção criativa, as novas tecnologias e a inovação.

Mas em todas estas empresas se sente o vigor da juventude, o seu espírito transformador e a sustentação da sua atividade em novas ideias, em estímulos de criatividade, na versatilidade da aplicação de tecnologias, na gestão integrada e adaptável, bem como na proximidade aos mercados.

Como traço comum às muitas empresas criativas que tenho visitado, lideradas por jovens empreendedores, constato uma nova cultura de estímulo à qualidade, ao conhecimento, à competência e à qualificação de quadros.

Os jovens empresários que, mesmo num clima adverso, acreditam que é possível transformar uma boa ideia num negócio florescente são a seiva de uma economia próspera e representam um eixo de futuro fundamental para a competitividade e a influência global da economia portuguesa.

Quero, por isso, felicitar os vencedores do Prémio Jovem Empreendedor. São a nova geração de uma linhagem de notáveis empreendedores que têm vindo a ser distinguidos por esta iniciativa de mérito indiscutível. Para vós, os meus votos de sucesso empresarial, alicerçados na certeza de que darão uma contribuição relevante para a melhoria do bem-estar dos Portugueses.

Quero deixar uma última palavra de apreço à justa homenagem que a ANJE entendeu prestar à memória de Diogo Vasconcelos, à qual me associo, sublinhando a sua contribuição única para a causa do empreendedorismo e da inovação. Diogo Vasconcelos, de cuja capacidade criativa e visionária beneficiei, é um exemplo que não devemos esquecer.

Obrigado.

Sessão de Encerramento do I Congresso Mundial de Empresários das Comunidades Portuguesas e Lusofonia

Lisboa, 1 de março de 2012

Desde o início do meu primeiro mandato que tenho dedicado especial atenção ao papel desempenhado pelos empresários nas comunidades portuguesas dispersas por todo o Mundo. Sou testemunha do vosso esforço e do vosso mérito e é, por isso, com muito gosto que me associo a este Congresso.

Portugal e a Europa enfrentam um período singularmente complexo.

Um período em que é fundamental que se corrijam os desequilíbrios financeiros e que se encontrem novos caminhos para se restabelecer, tão rápido quanto possível, o crescimento económico e a criação de emprego.

Um período em que a União Europeia tem de aprofundar os mecanismos de solidariedade e de coesão entre os Estados-membros e, simultaneamente, ter uma clara noção estratégica do seu posicionamento numa economia cada vez mais global, interdependente, e em que novos polos, mercados e atores internacionais conquistam uma influência cada vez maior.

É neste contexto que devemos valorizar o extraordinário potencial que constitui a nossa Diáspora de muitos milhões de portugueses e lusodescendentes espalhados pelos cinco continentes e os mais de 250 milhões de falantes da língua portuguesa em todo o Mundo.

Como poderemos fazê-lo?

Portugal deve assumir e tirar proveito da sua posição estratégica central como porta da Europa para o Atlântico Norte e para o Atlântico Sul. Uma posição que se traduz numa verdadeira oportunidade para os empreendedores de muitas das comunidades portuguesas acederem ao mercado único europeu, um mercado com 500 milhões de consumidores dotados de elevado poder de compra. Mas que é, também, uma posição privilegiada para, a partir de Portugal, se explorarem as oportunidades que surgem fora da Europa, no espaço lusófono e em outros mercados.

Para alcançar esse desígnio, é imperioso que Portugal continue a desenvolver um esforço sério e consistente de promoção das suas exportações e de atração de investimento, no quadro de um vasto processo de transformação estrutural da nossa economia, que aposte na valorização da iniciativa empresarial, na internacionalização, e que inclua a inovação e a criatividade como elementos decisivos da competitividade externa.

Posto isto, é fundamental que os portugueses da Diáspora possam ser os primeiros embaixadores e porta-vozes da imagem de Portugal no Mundo.

O nosso país é, hoje, uma democracia estável e consolidada, que nas últimas três décadas investiu em infraestruturas que podem e devem ser rendibilizadas, que pretende fazer da crise uma oportunidade para sanear, de uma vez por todas, a sua situação financeira, e para introduzir reformas que garantam a competitividade da sua economia.

Um país que dispõe de recursos e potencialidades extraordinárias, quer em setores estratégicos como a floresta, a economia do mar, o turismo de qualidade e as tecnologias de informação e comunicação, quer em setores tradicionais que conquistaram uma marca de renovação e de inovação, como o calçado, a cortiça, o mobiliário e o vinho, além de uma nova geração, altamente qualificada, de empresários dinâmicos e criativos.

Estou certo de que Portugal pode contar com os empreendedores da Diáspora para divulgar as suas belezas naturais, a riqueza da sua História quase milenar e do seu património cultural e para afirmar o valor económico da nossa língua. E, igualmente, para lembrar que Portugal é um destino de investimento atrativo e uma fonte de produtos de alta qualidade, que merecem ser conhecidos e divulgados.

Importa, por sua vez, que Portugal saiba valorizar os portugueses residentes no estrangeiro como um exemplo de sucesso, de empreendedorismo e de integração em diferentes sociedades e culturas.

Os portugueses são reconhecidos nos países de acolhimento como dos melhores no trabalho e no mundo dos negócios. É por isso crucial que as autoridades e a administração pública portuguesas, a todos os níveis, correspondam com abertura, eficácia e transparência às suas solicitações de informação e aos seus projetos de investimento.

É urgente fazer do investimento privado, tal como já acontece com as exportações, uma força impulsionadora da recuperação económica, em particular o investimento indispensável ao reforço da capacidade instalada para a produção de bens que concorrem com a produção estrangeira. Acresce o facto de a recuperação económica ser hoje um fator decisivo da credibilidade externa do País. Por outro lado, é necessário que os empresários das comunidades portuguesas e lusofonia saibam trabalhar em rede, cooperando entre si, associando-se, também, a empresários estabelecidos em Portugal. Só assim cada um poderá realizar o máximo das suas potencialidades, aproveitando os recursos, as experiências e o talento de todos.

Neste contexto, promover o encontro regular, em Portugal, dos portugueses que, no exterior, venceram na vida como empreendedores, alargando esse encontro a empresários lusófonos que podem vir a investir em Portugal ou preferir marcas e produtos portugueses nos países onde estão estabelecidos, é uma iniciativa cuja importância merece ser salientada.

Foi precisamente com o intuito de fortalecer os laços entre Portugal e os empresários e empreendedores das comunidades portuguesas que promovi o lançamento, em 2007, da atribuição, pela COTEC, do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa, que este ano irá ter a sua quinta edição. Este Prémio tem dado a conhecer aos Portugueses os extraordinários percursos de vida de compatriotas que se afirmaram nas mais exigentes sociedades por todo o Mundo. Gostaria, por isso, de renovar o meu convite aos empreendedores da Diáspora para que participem nas próximas edições do Prémio.

Antes de terminar, queria deixar-vos uma última palavra. A forma como Portugal está a cumprir o Programa de Ajustamento estabelecido com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional tem sido objeto de avaliações muito positivas. Os cidadãos portugueses estão a fazer um esforço notável no sentido de restabelecer o equilíbrio financeiro do nosso País. Ainda há poucas semanas foi alcançado um importante acordo de concertação social, entre Governo, sindicatos e associações patronais, o que é bem revelador do empenho e do sentido de responsabilidade que atravessam a sociedade portuguesa.

Conto convosco para que possam ser testemunhas de primeira linha e para que transmitam, com confiança, a mensagem de que Portugal está a cumprir os seus

compromissos internacionais e a realizar reformas destinadas a melhorar o funcionamento da sua economia e a retomar uma rota de crescimento sustentável. Aos organizadores e participantes neste Congresso, o meu agradecimento pela vossa iniciativa, pela vossa presença e pelo vosso contributo para a afirmação de Portugal no Mundo.

Muito obrigado.

Desenvolvimento e Coesão Social **III**





Conferência Anual do Centro Europeu de Fundações

Cascais, 26 de maio de 2011

Começo por dirigir uma saudação muito especial a todos os representantes das instituições estrangeiras que, por ocasião desta Conferência Anual do Centro Europeu de Fundações, quiseram honrar o nosso país com a sua presença. Sejam bem-vindos e faço votos de que usufruam de uma ótima estadia em Portugal.

Aos representantes das fundações portuguesas, quero endereçar a expressão do mais profundo reconhecimento pelo trabalho de filantropia e cooperação que têm vindo a desenvolver nos mais variados domínios e pelo contributo que têm dado para o desenvolvimento do nosso país, para o bem-estar dos Portugueses e para a imagem de Portugal no Mundo.

Pude constatar que, de entre os estratos populacionais que mais beneficiam da atuação das mais de duas centenas de membros do Centro Europeu de Fundações, as crianças e os jovens ocupam um primeiro lugar destacado, seguindo-se os grupos sociais desfavorecidos e em risco de exclusão, desde os deficientes às minorias étnicas e aos migrantes.

Trata-se de uma ação convergente de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à privação material e a todas as formas de exclusão e de discriminação social, quer nos países onde estão sedeadas as Fundações, quer no âmbito da ajuda e cooperação internacionais.

É com agrado que verifico serem a educação, as artes e a cultura, bem como o desenvolvimento comunitário, a saúde e a ciência, as áreas de intervenção que reúnem maior apoio, facto que me leva a concluir que há uma nova conceção de filantropia que orienta a ação solidária: mais do que distribuir ativos monetários ou alimentos, estas Fundações estão empenhadas em conferir, através dos programas e incentivos que promovem, uma acrescida sustentabilidade social e cultural. Apraz-me registar, igualmente, uma segunda orientação: a cooperação internacional assenta em redes globais de solidariedade, na ação concertada das Fundações e na definição de objetivos prioritários comuns.

Hoje sabemos que uma parte significativa dos problemas sociais se insere numa escala global que vai muito para além da capacidade de que cada país isoladamente dispõe para encontrar soluções eficazes.

Problemas como as migrações internacionais, o crescente número de refugiados, o combate às novas doenças epidémicas, as alterações climáticas ou os riscos de ordem ambiental, apresentando-se como desafios globais, exigem uma atuação concertada, também, à escala global.

Problemas globais requerem soluções globais.

É precisamente o caso do tema central que vos reúne nesta Conferência: os Oceanos.

Trata-se de um tema que me suscita particular interesse, e para o qual tenho procurado mobilizar os Portugueses e as suas instituições, chamando a atenção para as oportunidades de desenvolvimento que o Mar encerra.

Foi nos Oceanos que Portugal erigiu um dos pilares fundamentais da sua identidade como nação. Uma nação, das mais antigas da Europa e do Mundo, que se forjou no propósito da descoberta, na revelação de novos mundos ao Mundo, numa complexa rede de trocas culturais e civilizacionais que cobre os cinco continentes.

Foi no mar e nos oceanos que construímos uma parte significativa da nossa História e estou convencido de que será no mar e nos oceanos que poderemos encontrar um manancial de oportunidades para o nosso desenvolvimento económico e até um renovado sentido para a nossa existência como País, incluindo como parceiro privilegiado da Europa na relação com os continentes que conosco partilham este imenso mar Atlântico.

Portugal, quer pela sua posição geográfica quer pela sua História e pela sua identidade, dispõe de um enorme acervo de conhecimento e de experiência para o há muito ambicionado diálogo de civilizações. Estou certo de que o seu contributo poderá ser relevante.

Mas também estou certo de que este mar de recursos e oportunidades encerra riscos e ameaças, muitos deles de natureza e impacto global, que importa conhecer e para os quais teremos de encontrar soluções.

O risco ambiental é um deles. A vulnerabilidade dos ecossistemas marítimos à poluição, aos contaminantes com incidência nos complexos biológicos e nas

cadeias alimentares, é ainda mal conhecida. A produção de conhecimento científico sobre os Oceanos e o que representam para a vida na Terra está ainda muito longe do desejável e necessário.

Por isso entendo que é urgente unir esforços – dos governos, das comunidades científicas, das organizações não-governamentais – com vista, justamente, a um melhor conhecimento dos Oceanos e à identificação das formas mais eficazes de acautelar os riscos que se colocam à sustentabilidade dos seus recursos. As Fundações europeias poderão ter um papel decisivo nesta estratégia comum de construirmos um Mundo mais seguro e mais sustentável e um futuro mais esperançoso para a Humanidade.

Considero, pois, que a escolha do tema dos Oceanos para a Conferência do Centro Europeu de Fundações deste ano foi de extrema oportunidade. É com grande expectativa que aguardo os resultados dos vossos trabalhos, na certeza de que em muito contribuirão para descobrirmos novos caminhos para o futuro dos nossos países, para o bem-estar dos nossos concidadãos e para o desenvolvimento de uma globalização mais equilibrada, mais justa e mais colaborante. Votos de um bom trabalho e, para os que nos visitam, de uma estadia agradável em Portugal.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento do X Congresso Nacional das Misericórdias

Arganil, 18 de junho de 2011

No encerramento deste X Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas, quero começar por saudar os seus representantes, Senhores Provedores, Mesários e demais Irmãos. É com sentido e profundo reconhecimento pelo vosso trabalho e pela vossa dedicação que me dirijo a este Congresso.

As Misericórdias portuguesas têm fortes razões para se orgulharem do inestimável contributo que têm prestado e continuam a prestar aos Portugueses e a Portugal.

A sua história de cinco séculos não encontra paralelo em nenhuma outra instituição social que, de forma tão continuada e, ao mesmo tempo, tão decisiva, tivesse contribuído para minorar o sofrimento e a exclusão entre os Portugueses.

Foi no combate à fome, à doença e à exclusão que se forjou esta obra inestimável que integra, de pleno direito, a secular história de Portugal como Estado e como Nação.

Curiosamente, foi no contexto da construção dos pilares do moderno Estado português que a Obra das Misericórdias se lançou e expandiu, por iniciativa da Rainha D. Leonor. Nessa altura, houve consciência clara de que a afirmação do Estado não era incompatível nem concorrencial com a organização autónoma das Misericórdias. Pelo contrário, Estado e Misericórdias só tinham a ganhar com a ação complementar e cooperante.

Se o Estado moderno foi obra de monarcas e de elites, a vasta rede de Misericórdias, que se estruturou à escala nacional, foi obra dos portugueses, dos homens bons das cidades e das vilas que através da sua dedicação e do espírito de solidariedade, criaram uma das instituições mais importantes da nossa sociedade. Ao longo destes cinco séculos de história comum, nem sempre o desejável espírito de cooperação e a autonomia institucional foram respeitados. Há que reconhecê-lo!

Já na vigência do atual regime democrático, essa relação, que deveria ser de confiança e de partilha na busca de soluções para os problemas que afetavam a população portuguesa, foi fortemente abalada pela conceção estatizante de alguns governos.

O que se passou no domínio dos cuidados de saúde é um bom exemplo dessa quase obsessão de tudo sujeitar à tutela e à administração direta do Estado.

As consequências desses excessos são hoje sobejamente conhecidas.

Perdemos muitos anos a recriar o que já estava criado, a recuperar experiência e competências que já existiam, a esbanjar recursos que poderiam ser canalizados para domínios mais carenciados e de maior urgência social. Felizmente, tomou-se consciência dos erros e, lenta mas pragmaticamente, foi-se arrepiando caminho.

A recente celebração de um protocolo entre as autoridades de saúde e um considerável número de misericórdias portuguesas, visando a contratualização de serviço público por parte destas, é um passo que me apraz assinalar. Esse passo pode representar uma valorização significativa do sistema nacional de saúde, tornando-o mais eficaz, com maior qualidade de serviço e maior satisfação dos utentes.

Temos de reinventar o conceito de serviço público, nomeadamente na diversidade das áreas sociais. Um novo conceito que atenda mais à necessidade de dar uma resposta rápida e adequada aos crescentes problemas sociais da população portuguesa, do que ao respeito de uma visão ideológica que os tempos tornaram obsoleta.

As dificuldades financeiras e de crescimento da economia para os próximos anos deveriam convidar-nos a pensar de forma objetiva e desapaixonada nos desafios de emergência social que já estamos a enfrentar.

São conhecidas as dificuldades de financiamento do Estado, bem como os constrangimentos decorrentes da crise financeira que obrigarão, em maior ou menor proporção, à contenção da despesa social.

Entretanto, são tão ou mais conhecidas e sentidas as dificuldades crescentes que afetam entre 2 a 3 milhões de portugueses. Destes, uma grande parte sofre, ou está em risco de vir a sofrer, as consequências típicas das situações de emergência social.

Crianças, jovens, desempregados, deficientes, doentes crónicos, idosos, famílias inteiras em situação de privação material ou de exclusão social grave esperariam, nesta conjuntura, um redobrar da atenção e do apoio por parte do Estado, precisamente quando este enfrenta as maiores dificuldades em manter os níveis e os mecanismos de proteção social.

São cada vez mais os que necessitam de ajuda e são cada vez menos os recursos que o Estado lhes pode distribuir.

Esta é a indesejável e triste situação que temos de enfrentar.

Só os Portugueses e as suas instituições de solidariedade social poderão atenuar os efeitos desta calamidade social que não para de tocar um crescente número de cidadãos.

Os senhores, enquanto responsáveis pelas Misericórdias Portuguesas, sabem do que estou a falar. Conhecem o dia-a-dia dessa luta e as dimensões que esse fenómeno está a atingir. Vivem diretamente as histórias de sonhos desfeitos, de ilusões destroçadas, de vidas que não encontram futuro, do presente insuportável para a dignidade pessoal que muitos teimam em manter.

Sabem todos do que é que estou a falar.

Por isso vos peço que não baixem os braços, que não desistam perante a adversidade e o avolumar dos problemas das vossas instituições.

Transmitam a todos quantos trabalham nas vossas creches, nos vossos lares, nos vossos hospitais, nos vossos refeitórios, o quanto confiamos na dedicação, na capacidade de ajudar quem vos procura, no inestimável contributo que têm vindo a dar para que os Portugueses mantenham a esperança num futuro melhor.

Transmitam aos vossos voluntários o quanto esperamos da sua dedicação desinteressada. Digam-lhes que o seu exemplo não será esquecido.

Ajudem a promover o reforço dos laços familiares, deem maior expressão a essa ideia central de solidariedade entre gerações, continuem a estar disponíveis para cooperar com outras instituições.

Ajudem a identificar os problemas, mobilizem todos os recursos que estão disponíveis, superem desconfianças antigas e divisões artificiais.

Todos não seremos demais para enfrentar os tempos difíceis que nos batem à porta.

Para emprendermos esse combate, precisamos do espírito solidário de todos os Portugueses. Precisamos de mobilizar todos os recursos e boas vontades para ganharmos esse desafio.

Confio na vossa determinação e no vosso trabalho.

Confio que as Misericórdias Portuguesas vão continuar a justificar o reconhecimento da dedicação, do espírito solidário e do mérito relevante que está inscrito na sua história e que os Portugueses jamais esquecerão.

Por esta razão, decidi agraciar a União das Misericórdias Portuguesas com o título de Membro Honorário da Ordem de Mérito, cujas insígnias terei o gosto de entregar ao seu Presidente, Dr. Manuel de Lemos.

Faço-o com um sentido pleno de justiça e na certeza de que, à exigência e expectativa que esta condecoração traduz para quem a recebe, responderão as Misericórdias Portuguesas com o melhor do seu empenho e da sua solidariedade.

Muito obrigado.

Cerimónia de Inauguração do Monumento ao Fuzileiro

Barreiro, 2 de julho de 2011

Homenageamos, neste dia, os Fuzileiros portugueses. Fazemo-lo nesta laboriosa cidade do Barreiro, tão ligada à Marinha e aos Descobrimentos, tanto ao nível da construção naval como da produção de mantimentos para o abastecimento das nossas frotas.

Os Fuzileiros, com origem longínqua no “Terço da Armada da Coroa de Portugal”, estão ligados a momentos importantes da nossa História. São militares de elite que, pela sua bravura, coragem e determinação, se distinguiram nos teatros de operações em África e que tão relevantes serviços têm prestado ao País. Saúdo de forma especial os Veteranos de Guerra aqui presentes.

Na atualidade, releva-se o elevado padrão de desempenho dos nossos Fuzileiros em operações internacionais de apoio à paz e de assistência humanitária em Timor-Leste, Guiné-Bissau, Moçambique, República Democrática do Congo e Afeganistão, sendo de sublinhar, igualmente, a forma profissional e destemida como têm participado nas missões de combate à pirataria no Índico.

São militares altamente treinados, que cruzam e protegem o mar, e deste projetam na terra o seu poder, pela surpresa, pelo ímpeto e pela valentia, abrindo caminho e cumprindo missões em quaisquer ambientes operacionais, onde quer que Portugal deles precise.

Fuzileiros

É o espírito vivido nas dificuldades de quem sentiu o perigo à sua volta, de quem viu os camaradas sofrerem no corpo e na alma as agruras do combate, é o orgulho de serem servidores da Pátria com uma conduta digna, e quantas vezes heroica, que hoje vos une e aqui vos traz em tão grande número, para um são convívio e partilha de emoções. Como é vosso apanágio, “Fuzileiro uma vez Fuzileiro para sempre”.

É este espírito que vos leva a congregarem-se à volta da vossa Associação, contagiando aqueles que vos são próximos com o apego a valores essenciais, bem

vivos em cada um de vós: o sentido do dever, a amizade, a camaradagem e a solidariedade.

A Associação de Fuzileiros tem acompanhado com dedicação os problemas dos seus associados. A união de esforços e as ações de apoio àqueles a quem a vida não corre de feição são fundamentais. Na vida, como no combate, o Fuzileiro não deixa ninguém para trás.

É de toda a justiça dirigir, nesta ocasião, uma palavra especial à cidade do Barreiro, pela forma como tem acolhido e acarinhado os seus Fuzileiros, traduzida num forte sentimento de mútua pertença, de que todos, justamente, se orgulham.

Quero saudar a conjugação de esforços entre a Associação de Fuzileiros e a Câmara Municipal do Barreiro, que permitiu a criação de um monumento que se perpetuará no tempo e que dá expressão ao reconhecimento do Fuzileiro como um pilar de coragem, de galhardia e de respeito pelos valores pátrios.

Fuzileiros

Mantenham este vosso espírito de corpo, espalhem esta cultura de profissionalismo e de capacidade de benfazer. Sem bons exemplos, não há bons seguidores, e todos temos de participar no esforço de construir um Portugal mais forte e capaz, tanto nas grandes como nas pequenas realizações do nosso dia-a-dia.

Como acabámos de ouvir no hino da Associação de Fuzileiros, “só tem Pátria quem sabe lutar”.

Os Portugueses são um Povo lúcido, valente e com uma sabedoria ancestral que lhes permite, em situações de grande crise, escolher um caminho seguro rumo à estabilidade e à garantia da sua independência.

Somos um Povo com uma Pátria que amamos, com referências, com valores e com capacidade de combater e superar os desafios que se nos apresentam.

Essa capacidade está agora posta à prova. Estou certo de que, mais uma vez, iremos vencer.

Muito obrigado.

Sessão Solene na Câmara Municipal de Caminha

Caminha, 16 de julho de 2011

Neste Salão Nobre da Câmara Municipal de Caminha, sob este teto imponente que de há muito acompanha a história desta vila, saúdo todos os caminhenses. Em Caminha começa o Portugal de braços abertos para o mar. Cedo se desenvolveu, nesta terra ribeirinha, o comércio internacional. Logo em 1390, o Rei D. João I classificou Caminha como porto franco. Esse espírito de abertura ao exterior é, hoje como sempre, talvez hoje mais do que nunca, fundamental para podermos progredir.

Daqui partiram as velas dos mareantes para os novos mundos. Alguns regressaram, outros aqui permaneceram para preservar este “sonho doirado” que, nas palavras de Raul Brandão, é a vila de Caminha.

Neste Minho da terra eternamente vestida de verde, entre a serra e o mar, neste núcleo da *Terra Portuguesa*, desde sempre se afirma a vontade de lutar por um Portugal melhor.

As gentes de Caminha e os seus autarcas bem sabem como interpretar essa vontade. Porque aqui, como em todo o Portugal, não se quer senão melhores condições para criar riqueza, melhores condições para trabalhar, melhores condições para crescer.

A aposta nos valores culturais e históricos é estratégica para atrair forasteiros e para melhorar a qualidade de vida dos habitantes. A recuperação do Cine-Teatro Valadares e da Igreja Matriz e a construção da nova Biblioteca Municipal são bons exemplos da prioridade que é dada à cultura.

A Presidência da República tem o maior gosto em associar-se, nos termos fixados no Protocolo agora assinado, a este esforço de valorização cultural e histórica, colaborando com a Câmara Municipal de Caminha nesse grande projeto que é a edificação do Museu dedicado à vida de Sidónio Pais e na organização de um espólio desse antigo Presidente da República, natural de Caminha.

Independentemente do juízo que cada um de nós possa fazer sobre elas, é um imperativo de cidadania recordar as individualidades que marcaram a História

de Portugal. Temos também o dever de tornar presentes os feitos e os valores que deram vida ao nosso caminho coletivo. E se há História em Caminha! Cada pedra, cada rua, cada muralha guarda em si a memória de tantos dos nossos maiores.

Aqui, com a Feira Medieval, o passado volta à vida com um crescente sucesso junto do público. Esta é uma festa que já vai na 8ª edição e não para de crescer. Em cada ano se engrandece e chama mais visitantes. Não poderia também o Presidente da República deixar de comparecer a este encontro com a história do Alto Minho.

Na edição deste ano da Feira Medieval, escolheu-se como temática “Trovadores e Jograis – cantigas de amor, amigo, escárnio e maldizer”. O espírito do minhoto é alegre, folgazão, comunicativo, expansivo. Em tempos difíceis, sobretudo, precisamos de momentos de festa, de poesia e de humor, para melhor encararmos as agruras do dia-a-dia.

Mas, deixem-me dizê-lo, se há algo de que necessitamos nestes tempos é de cantigas de amigo: de sermos amigos, de sermos solidários, de percebermos que somos todos vizinhos uns dos outros e de que precisamos da ajuda uns dos outros.

Nós, portugueses, somos vizinhos uns dos outros e temos o dever de sermos solidários. Mas também somos vizinhos de todos aqueles que decidiram criar uma comunidade maior, uma comunidade em que todos têm de se ajudar uns aos outros, a União Europeia.

A História de Caminha dá-nos um exemplo curioso: em 1462, o Rei D. Afonso V ouviu as queixas dos galegos de La Guardia que tinham relações comerciais com Caminha e se sentiam discriminados. E deu-lhes razão. Por isso, em 1 de julho de 1462, outorgou-lhes “carta de vizinhança”: como vizinhos de Caminha, teriam todos os privilégios e regalias dos habitantes da vila. O Rei ordenou a todas as autoridades que deixassem os habitantes de ambas as margens do rio Minho “continuar a vizinhar” sem qualquer interferência.

Uma grande lição vinda do nosso passado. Pois o que temos na Europa de hoje é, em boa verdade, uma verdadeira “carta de vizinhança” que nos garante que somos vizinhos uns dos outros. E que, para podermos “vizinhar” sem interferência, devemos solidariedade uns aos outros, nos factos e não apenas nas palavras.

Este é dia de festa. Depois da festa, todos o sabemos, será tempo de trabalho, de muito trabalho. Não esqueço a mensagem que nos é transmitida pelo monumento que representa, na sua perenidade, a renovação da imagem de Caminha. A Torre do Relógio é um dos monumentos mais antigos desta vila. Mas também é um monumento que se soube reinventar para continuar a ser o que é: um símbolo da vontade de vencer dos caminhenses.

A Torre do Relógio começou por ser um torreão que fazia parte das muralhas, sendo uma das entradas do recinto de Caminha nos tempos medievais, a Porta de Viana. Era um baluarte e uma sentinela na defesa da vila. Depois, no século XVII, quando se perdeu a sua função militar, foi renovado. Acrescentou-se o sino e o relógio público. As badaladas do sino passaram a marcar o ritmo da vida das pessoas. Este relógio ao serviço da população tem um significado: o da introdução da medição exata do tempo. O tempo certo, igual para todos, que permite organizar a vida e regular o trabalho. O tempo do relógio é um sinal de modernidade e de racionalização.

Essa é a grande lição da Torre do Relógio: o tempo do relógio nunca para. Diz-nos que o tempo que ficou para trás e foi desperdiçado já não pode ser recuperado. Mas também nos ensina a aproveitar melhor o tempo que temos pela frente. Festejemos agora, pois este dia é para festejar. Uma pausa merecida que prepara os grandes trabalhos que temos pela frente. Porque o tempo nunca para, temos acima de tudo de nos organizar para melhor o aproveitarmos. Saúdo a grande festa de Caminha!

Almoço Oferecido pelo Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores

Lagoa, 24 de setembro de 2011

Estou prestes a concluir esta jornada de trabalho na Região Autónoma dos Açores. Ao longo destes dias, na companhia da minha Mulher, percorri Santa Maria, a Graciosa, São Jorge, as Flores e o Corvo.

Foram dias preenchidos, em que pude conhecer de perto a realidade das chamadas “Ilhas da Coesão” e os seus problemas específicos. Agradeço ao Senhor Representante da República e às entidades regionais que me acompanharam o contributo que deram para a concretização plena dos objetivos desta visita.

Termino em São Miguel este inesquecível contacto direto com as populações da Região Autónoma dos Açores. A minha presença neste almoço é uma homenagem a todos os autarcas açorianos e um sinal de agradecimento da hospitalidade dos autarcas das ilhas que visitei nesta deslocação.

A minha saudação mais profunda é dirigida a todo o povo dos Açores, que, uma vez mais, demonstrou a sua generosidade e sentido patriótico. Em todas as localidades fui recebido com inextinguível simpatia e amizade, que retribuo muito calorosamente.

Num texto escrito em 1976, no rescaldo da revolução, a grande poetisa e mulher de letras Natália Correia perguntou: “quem disse que eras fraco, ó Povo?”. Na verdade, quem pode dizer que é fraco este povo dos Açores? Este é um povo que sabe enfrentar as contrariedades da terra, terra de maravilhosas belezas naturais, mas por vezes adversa à presença dos homens.

Há muitos séculos, uma primeira expedição de trinta pessoas procurou fixar-se no Corvo. Em 1570, era construída a primitiva igreja e, dez anos depois, em 1580, no mesmo ano em que Portugal perdia a sua independência, colonos vindos das Flores estabeleceram-se em definitivo na ilha do Corvo, que desde então passou a ser permanentemente habitada. Não terminaram aí as dificuldades. Sete anos depois, em 1587, o Corvo foi saqueado e as suas casas queimadas por corsários

ingleses, que haviam atacado as Lajes das Flores. A ilha foi, ao longo de anos, alvo de diversos ataques. Num deles, em 1632, os corvinos resistiram com tal coragem que os invasores desistiram dos seus intentos.

É esta a fibra do povo dos Açores. Decidiram fixar-se nas ilhas, aí criaram raízes, aí se dedicaram à agricultura, à pastorícia, aventuraram-se em mares perigosos. Nunca desistiram. Saúdo, pois, com admiração profunda, os agricultores e os homens do mar desta Região. Muitos açorianos procuraram noutros destinos ganhar o pão que a terra lhes negava. Na Diáspora, criaram novas raízes e fizeram grande o nome de Portugal. Aos açorianos das comunidades portuguesas e de lusodescendentes dirijo, a partir desta ilha de São Miguel, uma saudação muito afetuosa.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Nestes dias, visitei as chamadas “Ilhas da Coesão”. A coesão, nas suas múltiplas vertentes, constitui um valor fundamental. A ela dediquei a minha intervenção no Dia de Portugal, no ano passado. Não o fiz por acaso: a coesão nacional é um dos principais elementos distintivos da portugalidade, em confronto com outras nações da Europa e do mundo. A coesão de um país é, antes de mais, coesão territorial. Mas mesmo que o território seja disperso, como acontece nos arquipélagos atlânticos, o respeito pela diversidade de cada um é a base da coesão e da unidade nacional. Também aqui, nesta região autónoma, a açorianidade se constrói a partir do respeito pelas particularidades de cada ilha. A identidade é una, mas cada ilha é singular, e aí reside o seu primordial encanto. Cada ilha tem potencialidades específicas e um dos propósitos desta minha deslocação foi justamente dar projeção e visibilidade às imensas riquezas que cada ilha tem para oferecer e, dessa forma, contribuir para promover a coesão.

É essencial termos presente que, com o apoio das novas tecnologias, as noções de centro e periferia se alteraram radicalmente no século XXI. O que outrora era periférico pode encontrar-se hoje no centro do mundo. Desde há muito que os Açores sabem tirar partido da sua posição geoestratégica para se afirmarem como uma plataforma privilegiada de diálogo interatlântico. Agora, nos nossos dias, uma ilha remota pode ser o centro do rastreio de satélites, a base de controlo do tráfego aéreo numa vastíssima zona do hemisfério norte, o local nevrál-

gico do combate à poluição marítima ou da monitorização de ensaios nucleares. Se a tecnologia garante uma nova centralidade, muito há a fazer ainda no domínio das acessibilidades, fator decisivo do desenvolvimento harmonioso de toda a Região, como reconhecem as autoridades regionais e locais. Em larga medida, estas ainda são *As Ilhas Desconhecidas* de que falava Raul Brandão. Por isso, é fundamental que uma política adequada de transportes favoreça o desenvolvimento do turismo nas Ilhas da Coesão. Não já do turismo massificador e destrutivo, mas de um turismo exigente e de qualidade, que busca nos Açores justamente o que já se perdeu noutras partes do Mundo: as paisagens naturais de uma beleza ímpar, o património histórico-cultural preservado, a hospitalidade das gentes, o respeito pela memória e pelo ambiente, uma gastronomia baseada em produtos de referência. Desta forma, será possível fixar populações e evitar a perda demográfica e o envelhecimento. Desta forma, será igualmente possível desenvolver uma agricultura mais competitiva, orientada para a produção de bens de qualidade e de referência que serão marcas da açorianidade conhecidas por consumidores exigentes, nacionais e estrangeiros. Trata-se de uma realidade que não podemos perder de vista.

A coesão é também, como assinalei já várias vezes, coesão social e coesão geracional. Daí que todas as políticas públicas tenham de ser norteadas por um princípio de justiça social, quer na distribuição dos recursos, quer na repartição dos sacrifícios.

Como tenho repetidamente sublinhado, no desenvolvimento sustentado e equilibrado do País, e também desta Região, o poder autárquico tem um papel essencial a desempenhar. São os autarcas que conhecem de perto os problemas de cada localidade, que sabem, com um saber feito de experiência e de proximidade, que elementos deverão ser ativados e potenciados para garantir um desenvolvimento harmonioso dos seus municípios e freguesias.

As razões que levaram os constituintes de 1976 a consagrar o poder autárquico são, no fundo, semelhantes às que os levaram a garantir a autonomia político-administrativa das regiões insulares. Ainda que situadas a níveis diferentes de governação, em ambos os casos a preocupação dos constituintes de 1976 foi idêntica: respeitar a diversidade e reconhecer as vantagens da proximidade. Precisamente por isso, é vital que exista uma cooperação saudável e um rela-

cionamento harmonioso entre as autoridades regionais e o poder autárquico, já que ambos visam um objetivo comum: promover o bem-estar das populações e afirmar a Região Autónoma dos Açores no contexto mais vasto do todo nacional. A coesão nacional é também coesão entre os poderes da República e os poderes regionais e, igualmente, coesão entre os diversos poderes existentes no seio das Regiões Autónomas.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Os açorianos aperceberam-se há muito do valor da coesão. Foi por se terem mantido unidos que, durante séculos, conseguiram resistir aos ataques de corsários. Foi por se manterem unidos que conseguiram viver em terras agrestes, com furnas e caldeiras que eram “guelras que o vulcão abria”, como escreveu Natália Correia. Ao longo destes dias, constatei que os açorianos conhecem as dificuldades do presente mas, à semelhança do que fizeram no passado, não estão dispostos a abdicar do futuro. É esta energia admirável que todos os Portugueses têm de partilhar. É este o espírito dos açorianos que, de forma comovida, quero saudar no dia em que concluo a minha deslocação a esta Região Autónoma. Muito obrigado.

Visita ao Município do Porto

Porto, 20 de janeiro de 2012

As cidades são um complexo de múltiplas realidades. São os espaços que acolhem o dia-a-dia das gentes que as habitam e que preservam as memórias de um povo. São os lugares da produção e das trocas. Centros de conhecimentos e de inovação. Pontos de encontro onde se tece a vida que nos une e se constrói o amanhã.

As cidades ambiciosas têm tudo a ganhar se apostarem, mais do que numa política de cidades, numa verdadeira política da cidade.

Nos nossos dias, exige-se que a própria urbe não espere pelo Estado. Muito pelo contrário, será ela a tomar a iniciativa de se organizar de modo a extrair das suas forças vivas o melhor que elas podem dar.

Ora, o Porto é, como disse Júlio Dinis, a “cidade cujo principal título de glória é o ter, em épocas em que a nobreza era tudo, previsto que podia e devia prescindir dela para se engrandecer”. Esta cidade do Porto previu, antecipou, iniciou o que outros continuariam.

Uma verdadeira política da cidade nasce dessa congregação de esforços dos cidadãos, dos agentes económicos, sociais e culturais, de todas as instituições, privadas e públicas. Essa concertação só é possível quando há um forte sentimento de pertença por parte dos munícipes e a afirmação de uma identidade própria, mas raramente se materializa sem uma vontade diretora que funda e promova os entendimentos.

Uma política da cidade supõe ainda uma outra dimensão: a dimensão internacional. No nosso caso, impõe-se, desde logo, que ela tenha uma dimensão europeia. O crescimento sustentável e equilibrado passa pela partilha de estratégias de desenvolvimento com cidades europeias similares. Importa contribuir para a afirmação da dimensão urbana das políticas europeias. Só a união entre cidades com interesses partilhados deste continente servirá esse objetivo estratégico. O Porto, cidade ribeirinha e urbe atlântica, quer estar no centro desta nova rede dinâmica e progressiva, feita de cidades.

Este é, não o esqueçamos, o Porto da causa da liberdade. Foram portuenses os que fizeram a revolução de 1820.

Manuel Fernandes Tomás, campeão da liberdade, como o designou Almeida Garrett, seria determinante na edificação desse marco da liberdade que foi a Constituição de 1822. Proclamou, então, que “El-Rei reinará se jurar a Constituição. Senão, não!”.

“Senão, não!” - eis, perfeitamente expressa, a vontade do Porto. O sentimento forte daquela que foi designada por Miguel Torga como “velha e livre cidade”. Velha e livre, porque marcada pelo respeito das tradições e pelo espírito da liberdade. Mas também cidade livre e nova porque evidencia a todo o momento a vontade granítica de seguir um caminho próprio e a capacidade visionária de definir as avenidas do futuro.

Localizado na confluência das rotas internacionais, desde sempre o Porto viveu, simultaneamente, atraído pelos destinos globais e atraindo os estrangeiros – os comerciantes, os investidores e, cada vez mais, os turistas. Cidade do comércio ancestral e das indústrias criativas, confluem neste Porto os empreendedores e os criadores.

O seu carácter expressa-se nas festas populares e nas tradições arreigadas, tal como se manifesta na Casa da Música e em Serralves. Esta cidade portuguesa que acena ao rio e ao mar largo é um Porto europeu e cosmopolita, povoado de gente inovadora e arrojada.

O seu nome é soletrado em todo o mundo, devido, desde logo, ao seu famoso vinho, mas igualmente, e cada vez mais, por virtude do desporto, da cultura e das artes. E das ciências e da tecnologia.

Aproveitando esta ocasião tão especial, prestamos pública homenagem a três portuenses: o Arquiteto Souto de Moura, a Professora Maria de Sousa e o Engenheiro Francisco Almeida e Sousa. São, todos eles, intérpretes destacados de saberes superiormente cultivados nesta cidade: a arquitetura, as ciências biomédicas e a engenharia. E são, sobretudo, cidadãos exemplares, profundamente dedicados à sua cidade.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores

Aqueles que têm a responsabilidade de decidir em nome da comunidade serão, em primeiro lugar, julgados pelas prioridades que escolhem para orientar a sua ação. O Porto que continua a proclamar “Senão, não!” quando lhe querem impor caminhos que não são os seus, o Porto que sabe confiar em si mesmo, foi-se, nestes anos, sob a vontade diretora do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Rui Rio, edificando e consolidando perante os nossos olhos.

Processos desta dimensão são demorados, mas exigem, no imediato, capacidade de decisão; são coletivos, mas exigem que alguém dê o primeiro passo e aponte o caminho.

O Porto tem a felicidade de encontrar no seu seio as pessoas e as forças coletivas que rompem com a inércia, que furam o muro da resignação, que avançam quando os cautos aconselham a ficar onde se está. O Porto tem as pessoas e as forças coletivas que, ao invés de se queixar, preferem agir. Pessoas e forças coletivas que não esquecem que, nos nossos dias, quem para não fica onde está; pelo contrário, queda-se cada vez mais para trás.

A cidade que conquistou as suas liberdades palmo a palmo continua a saber dizer: “Senão, não!”. E a fazer o que tem de ser feito.

Fazer a gestão dos recursos disponíveis com eficácia e eficiência. Dar prioridade ao equilíbrio financeiro. Reduzir o passivo das contas das instituições públicas. Assim se preparou e antecipou o que hoje a todos é exigido.

Melhorar os serviços públicos, torná-los mais eficientes, em suma, fazer mais com menos. Criar uma nova relação com os cidadãos, aperfeiçoando o atendimento, simplificando os procedimentos para, dessa forma, corresponder ao que são as expectativas e as necessidades das pessoas.

O Gabinete do Município da Câmara Municipal do Porto, que centralizou o atendimento ao público num único espaço, e que neste dia pude visitar, é um bom exemplo do que se pode fazer a esse nível.

A cidade também se renova através da reabilitação urbana. O crescimento no espaço não pode mais ser considerado como a principal fonte de dinamização das cidades. Esta dependerá, cada vez em maior grau, da reabilitação do edificado e das áreas degradadas, frequentemente localizadas no seu centro.

O Porto revive na recuperação dos espaços e dos edifícios promovida, por exemplo, pela *Porto Vivo*. Destaca-se, neste particular, o desafio da reabilitação da habitação social, interpretado com vigor e com determinação, como pude verificar na visita que fiz ao Bairro Social da Fonte da Moura.

Também se prepara e antecipa o futuro investindo, com sentido das prioridades, nos fatores que criarão as condições para a mudança de que tanto necessitamos. Nessa perspetiva, a educação é um investimento; é, mesmo, o investimento reprodutivo por excelência. No entanto, os seus dividendos demoram a produzir-se. Por isso, o investimento que as autoridades autárquicas fazem no ensino, sem esperar vantagens imediatas, merece ser sublinhado.

Tendo visitado o Centro Escolar das Antas, devidamente renovado, posso atestar que a requalificação do edificado escolar no Porto deixará marca.

Ao nível do ensino superior, o Porto situa-se na vanguarda da ligação da investigação ao tecido produtivo. Nunca é de mais afirmar que a presença de um elevado número de instituições de ensino superior, apostadas na aproximação às necessidades do setor produtivo, constitui um fator de dinamização económica, não apenas do Porto e da região norte, mas de todo o País.

Coexistem, nesta cidade, um dos maiores polos universitários do nosso País, as sedes de grandes grupos económicos e equipamentos de excelência.

No dia de hoje, permito-me destacar o potencial de crescimento de todas as atividades ligadas às ciências da vida. O Porto dispõe de um importante polo de conhecimento científico e tecnológico na área da saúde, que ficou a partir de hoje muito reforçado com os novos edifícios da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Farmácia e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.

Nesta, como em muitas outras áreas de atividade, o Porto dá um bom exemplo. Continuando a rejeitar com um “Senão, não!” todas as tentativas de o desviar do seu rumo, a verdade é que este Porto sabe dizer sim. Sabe dizer sim ao futuro. E sabe dizer sim ao Portugal que ambicionamos construir.

Felicito-o, Senhor Presidente da Câmara, pelo seu inestimável contributo. Muito obrigado.

Sessão de Abertura da Conferência “Nascer em Portugal”

Cascais, 17 de fevereiro de 2012

É nos tempos mais difíceis que devemos ter a ousadia de pensar o futuro. A dureza do presente não nos deve impedir de ver mais longe.

Todos conhecemos as dificuldades por que passam Portugal e os Portugueses no atual contexto de crise económica e financeira.

A opinião pública pode dividir-se quanto aos diagnósticos ou quanto às formas de encontrar as melhores saídas. Porém, há um consenso muito alargado sobre os problemas que, no curto prazo, não podemos deixar de resolver.

Conseguimos criar uma alargada convergência política sobre um programa de assistência financeira que se tornou inevitável.

Dispomos de um Orçamento de Estado para 2012 que, não obstante a dureza das medidas nele contidas, reuniu o apoio da maioria parlamentar e a abstenção do maior partido da oposição.

Conseguimos um acordo tripartido entre Governo, Sindicatos e Associações Patronais, onde se consagram algumas das reformas consideradas indispensáveis à melhoria da competitividade da nossa economia.

As instituições internacionais e os nossos parceiros europeus fazem uma avaliação positiva da execução dos compromissos que assumimos. Reconhecem os grandes sacrifícios que estão a ser exigidos ao povo português e sublinham o seu sentido de responsabilidade e a vontade de vencer as dificuldades.

Importa, no entanto, olhar o futuro para além do calendário do programa de ajustamento e construir uma visão de mais longo prazo. Uma visão que vá para além dos ciclos políticos e partidários. Uma visão que nos mobilize e nos una no fundamental. Se hoje vivemos o presente possível, não temos de pôr de lado o sonho de construirmos um futuro de que nos possamos orgulhar.

Se hoje não aceitamos a resignação perante os tempos difíceis, o futuro exige de todos nós a ambição de construir os alicerces de um Portugal mais forte, mais próspero e mais justo, credível e respeitado na cena internacional.

Por isso se torna urgente promover uma reflexão prospetiva e multidisciplinar sobre os problemas da sociedade portuguesa.

É este o principal objetivo dos Roteiros do Futuro. Incentivar os Portugueses a refletir sobre o Portugal que queremos deixar às novas gerações.

Não estamos preocupados em inventariar soluções e anunciar medidas ou políticas. Essa é uma responsabilidade dos órgãos de soberania que têm a competência de legislar e de governar.

Queremos compreender os problemas de Portugal em todas as dimensões da sua complexidade. Queremos saber para onde vamos. Só assim poderemos construir desígnios, definir objetivos e escolher os melhores caminhos para os alcançar.

O propósito destes novos Roteiros é o de ajudar quem decide e sensibilizar a opinião pública portuguesa para a urgência de olharmos em frente, para o longo prazo, e de construirmos, em conjunto, uma esperança fundamentada.

A esperança de quem sabe onde quer chegar e como quer chegar.

Nesta primeira Conferência, escolhemos um tema que de há muito me vem preocupando.

Em 1 de janeiro de 2008, na mensagem de Ano Novo, chamei a atenção dos Portugueses para a baixíssima taxa de natalidade que se registava em Portugal. Disse, então: “se não nascem crianças, é o nosso futuro coletivo que está em causa”.

“Nascer em Portugal” é, antes de mais, um desafio para podermos pensar sobre o que somos, mas, acima de tudo, sobre o que queremos e podemos ser.

Portugal, à semelhança de muitos países europeus, enfrenta um problema de sustentabilidade demográfica e, em torno dele, outros problemas emergem: a desertificação humana de vastas zonas do território, o declínio do nosso potencial produtivo, a continuidade do chamado Estado Social, a degradação do princípio da solidariedade entre gerações, enfim, o enfraquecimento dos laços fundamentais que conferem coesão à sociedade portuguesa.

São problemas que exigem rigor, espírito científico e sentido de futuro na sua abordagem.

Por isso, decidimos reunir a comunidade científica nacional que tem refletido sobre estes problemas e convidar alguns dos melhores investigadores europeus para que, em conjunto, possamos identificar as suas causas, compreender os

contextos sociais e culturais em que se inscrevem, e, se possível, esboçar os cenários que se podem colocar na sua resolução.

O declínio tendencial da fecundidade não é um fenómeno exclusivamente português. É, antes de mais, um problema europeu. Por isso, importa que privilegiemos a análise comparada e, a partir dela, consigamos identificar os exemplos de boas práticas no domínio das políticas públicas.

Deposito fundada esperança no contributo dos nossos convidados, na ajuda que eles nos podem prestar. Por isso, quero agradecer a vossa disponibilidade.

Aos investigadores estrangeiros que nos honraram com a sua presença e com o seu contributo, o meu muito obrigado.

Aos investigadores portugueses, devo dizer que gostaria que entendessem esta minha iniciativa como o reconhecimento público pelo esforço que têm desenvolvido na pesquisa, análise e reflexão sobre esta temática.

Uma última palavra aos jovens investigadores que estão entre nós. Faço votos de que esta Conferência possa constituir um estímulo para iniciarem ou darem sequência a uma carreira de investigação que se ocupe deste e de outros temas igualmente decisivos para o futuro de Portugal.

A todos, desejo uma conferência estimulante e um trabalho profícuo.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento da Conferência “Nascer em Portugal”

Cascais, 17 de fevereiro de 2012

Cabe-me encerrar esta primeira Conferência de um ciclo que designámos por Roteiros do Futuro.

Fiz questão de assistir a todas as comunicações e debates que tiveram lugar ao longo deste dia de trabalho. Pude registar sinais de preocupação, mas, simultaneamente, algumas notas de esperança.

O declínio da fecundidade não é uma inevitabilidade, mas há que reconhecer que, muito provavelmente, teremos de nos habituar a níveis que não correspondem à reposição das gerações.

Como demonstrou a obra do Professor Livi Bacci, a fecundidade no Portugal pré-moderno nunca foi muito elevada, não obstante as diferenças regionais que identificou.

As alterações profundas a que se assistiu nas últimas décadas projetam-se nos estilos de vida, nas estruturas familiares, no próprio sistema de valores sociais, o que orienta condutas e cria expectativas muito diferentes daquelas a que estavam habituadas as gerações mais velhas.

O papel da organização do mercado de trabalho e das condições económicas de distribuição do rendimento foi destacado por vários dos participantes.

O caso português foi muito bem identificado e permite-nos compreender o impacto de uma mudança relativamente rápida sobre uma sociedade que mantinha, até há bem pouco tempo, algumas características dos regimes demográficos tradicionais.

Correspondendo aos objetivos que esta Conferência se tinha proposto atingir, identificaram-se várias problemáticas para investigação futura.

A abordagem comparada do caso português com os de outros países europeus deixou-nos pistas importantes e oportunidades de estudo e reflexão para os próximos anos.

A produção científica portuguesa sobre esta temática recomenda-se, mas seria bom que os jovens investigadores, alguns dos quais aqui presentes, assumis-

sem a responsabilidade de prosseguir e de desenvolver esse esforço de reflexão científica. Estou convencido de que a riqueza dos contributos desta Conferência animará os mais jovens a aceitar este desafio.

Por fim, cumpre-me assinalar a feliz oportunidade de contarmos entre nós com o Professor Massimo Livi Bacci.

Senhor Professor, é para mim uma grande honra ter aceitado o convite que lhe dirigi para partilhar connosco a sua vasta experiência e o seu profundo conhecimento sobre os problemas demográficos da Europa e do Mundo.

Em 1971, o Professor Livi Bacci publicou, na Universidade de Princeton, um dos estudos pioneiros sobre a fecundidade em Portugal. *A Century of Portuguese Fertility* representou muito para a nova geração de demógrafos e cientistas sociais que em Portugal se afirmou a seguir à instauração do regime democrático. Tornou-se numa obra de referência e incentivou muitos jovens investigadores, à época, a refletirem sobre os processos de mudança social num país que havia mantido, até então, estruturas tradicionais, ainda que coexistindo com ilhas de modernidade.

Senhor Professor Massimo Livi Bacci, Portugal e a sua comunidade científica não esquecem o seu interesse pelo nosso país e o contributo analítico que nos trouxe.

Acontece, além do mais, que, de então para cá, sempre acolheu com a maior simpatia e dedicação os muitos pedidos de ajuda e de aconselhamento de jovens investigadores portugueses.

A sua carreira de investigação, entretanto, representou um inestimável avanço na história da população europeia. A forma como consegue colocar os problemas da transição demográfica, no quadro da diversidade da Europa e numa ótica de longo prazo, abre perspectivas extremamente enriquecedoras para o desenvolvimento dos estudos demográficos, em particular, e para a reflexão sobre a identidade e o futuro da Europa, em geral.

É pelo reconhecimento da sua obra, mas também pela sua carreira de cientista, de cidadão, e, mais recentemente, de homem de Estado, que decidi agraciá-lo com as insígnias de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Saúde, Educação, Ciência e Cultura **IV**





Sessão Solene Comemorativa do Centenário da Universidade do Porto

Porto, 22 de março de 2011

Se todas as cidades são lugares com alma, o espírito do Porto tem uma feição que se destaca no todo nacional. Diz-se que as gentes do Norte são muito orgulhosas da sua terra. Têm razões para isso. As pedras seculares desta cidade, cujo Centro Histórico mereceu ser considerado como Património Mundial pela Unesco, testemunham o que de melhor existe entre os Portugueses: a lealdade fraterna, o respeito pela palavra dada, o amor à verdade e à liberdade.

Não por acaso, quando tomei posse como Presidente da República, em 2006, logo decidi que as comemorações do Dia de Portugal deveriam ter lugar nesta cidade. Agora, no início deste novo mandato, foi precisamente o Porto que elegi como destino da minha primeira deslocação.

Porque ao Porto deve Portugal páginas luminosas da sua História de muitos séculos e porque completa hoje 100 anos uma das suas maiores riquezas: a sua Universidade, verdadeiro centro de transmissão de saberes, de espírito académico, de investigação científica e fonte de desenvolvimento do tecido social e empresarial do nosso país.

É com muito orgulho que me associo a esta sessão solene comemorativa do centenário da constituição formal da Universidade do Porto. Uma Universidade cujas origens remontam ao século XVIII, ao reinado de D. José, que soube enfrentar as vagas alterosas da História e do Tempo e que é hoje a maior e uma das mais prestigiadas instituições de ensino e investigação científica de Portugal, com pleno reconhecimento no panorama europeu e internacional.

Num momento em que a aceleração da História nos deixa, uma vez mais, inseguros e perplexos perante o abalar das anteriores certezas e os desafios do futuro, como pudemos avaliar na palestra aqui proferida pelo Professor Eduardo Lourenço, são instituições como esta que podem liderar a capacidade de compreender as realidades que nos cercam e de voltar a olhar o Mundo com a ambição e a ousadia à altura dos nossos pergaminhos históricos.

Trata-se, vale a pena destacá-lo, de uma instituição capaz de atrair, em cada ano, não só os melhores alunos portugueses candidatos ao ensino superior, mas também milhares de estudantes estrangeiros, que aqui vêm frequentar o Erasmus ou outros programas de formação.

Sei que, neste ano letivo, esse número ultrapassa os 2700 estudantes, de 57 países. Considero da maior importância o dinamismo deste intercâmbio estudantil, em que Portugal tem sabido marcar a sua presença e que constitui já um valioso ativo da nossa sociedade.

Intercâmbio que ocorre numa fase da vida que se pode considerar fundadora da vida adulta, em que se constroem e afirmam laços e influências que passam a integrar as referências do futuro, criando uma rede de enorme valor social e económico, cujas potencialidades nos cabe aproveitar e impulsionar.

A Universidade do Porto honra também sobremaneira os seus valores fundacionais quando interage com o tecido empresarial e propicia a inovação, ou quando abre as suas portas à sociedade para que conheça os seus projetos, num modelo de cooperação que se traduz num claro benefício para o País.

Qualidade e diversidade de oferta, divulgação do conhecimento, exigência nos objetivos, estímulo ao mérito, são estas as marcas de uma instituição de sucesso e as referências perenes que explicam a forte impressão digital de uma vida centenária na sociedade portuguesa, em campos tão diferentes do ensino e da investigação científica como a medicina, as engenharias, as letras e as artes, a economia ou a arquitetura.

Poderemos, pois, afirmar, sem receio, que uma instituição que superou, com mestria e em posição de liderança, os obstáculos do século passado, está preparada para enfrentar as mudanças com que o novo século nos confronta.

Mudanças que ganharam um ritmo impressionante. Basta ver como, há apenas uma década, tudo era tão diferente; basta ver como as gerações que agora chegam à universidade já nem se lembram do escudo, já não imaginam comunicar ou pesquisar sem recorrer às redes sociais ou às tecnologias de informação, já não viram uma Europa com fronteiras e nem sabem bem o que eram os mercados segmentados.

Mudanças profundas de caráter social mas também tecnológico, geopolítico, ambiental, demográfico e científico.

A única resposta segura a todas estas transformações é a procura da excelência, é a capacidade de competir e de integrar o grupo dos melhores.

O aumento substancial do acesso dos jovens aos diferentes graus de ensino e a qualificação crescente da população está a desencadear, nas economias emergentes e nos países em desenvolvimento, um novo panorama político e social. O mesmo se passa, de resto, nas outras regiões, obrigadas a competir em escalões cada vez mais exigentes.

Se dúvidas houvesse, só este facto daria uma resposta inequívoca à importância crescente da qualificação dos jovens e ao prosseguimento de estudos ao longo da vida.

Mas, neste incessante movimento, não podemos perder de vista os objetivos que, em última análise, justificam esta dinâmica: tentar construir uma sociedade melhor, valorizar as pessoas, aumentar a qualidade de vida, combater as injustiças e desigualdades.

Paradoxalmente, porque vivemos melhor do que há cem anos, somos mais exigentes, o que tende a aumentar o grau de insatisfação. E esse processo é particularmente nítido nos jovens mais qualificados, impacientes por concretizar os sonhos em que eles próprios e as suas famílias investiram, e frustrados, muitos deles, pelo tardar da sua plena realização.

Sucedem, porém, que isso não deve levar os jovens a baixar os braços e, muito menos, a desistir de se qualificarem. Pelo contrário, mais cedo ou mais tarde, hão de confirmar que o único investimento garantido é o que aporta conhecimento, competências e capacidade de olhar o Mundo numa perspectiva dinâmica e multicultural. E, nesse campo, o mundo global é cada vez mais exigente.

Além disso, para viver em liberdade é preciso poder escolher em liberdade e essa escolha implica ter conhecimento e ser capaz de avaliar as opções que se colocam e as que mais interessam a cada um. Ora, a ignorância ou a falta de cultura nunca são bons conselheiros. Quanto mais robusto for o saber e o desenvolvimento intelectual, tanto maior será a capacidade de fazer escolhas esclarecidas, que propiciem, de facto, a construção de um mundo melhor.

A Universidade é, por excelência, o meio onde se deve desenhar a resposta a estas expectativas, uma resposta capaz de formar cidadãos livres, participantes e cientes da importância das suas escolhas.

É certo que todo este esforço para a obtenção de resultados de elevado nível exige recursos adequados e envolve uma necessária autonomia de decisão. A carência de recursos ou a sua imprevisibilidade podem provocar um atraso difícil de recuperar num contexto de acesa concorrência a nível global. Esse é um risco que deve ser muito bem medido nas suas consequências coletivas.

Sendo iniludíveis, os imperativos de contenção e rigor no dispêndio de fundos públicos não devem fazer perigar nem o acesso dos mais carenciados ao ensino superior, nem as condições mínimas para a manutenção de um corpo docente e científico qualificado e mobilizado.

Servir o País. Essa é a essência do patriotismo republicano, que levou à fundação das universidades hoje centenárias, e é esse o espírito com que devemos continuar a olhar o futuro.

Como Presidente da República, quero manifestar o meu enorme orgulho no modo como a Universidade do Porto tem servido o País, crescendo e afirmando-se como uma instituição de referência ao longo de um século.

Decidi, por isso, agraciar a Universidade do Porto com o título de Membro Honorário da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, condecoração que visa distinguir as instituições de caráter científico, cujas insígnias terei o gosto de entregar ao Magnífico Reitor desta Universidade. Faço-o com um sentido muito vivo de que, ao recebê-la, a Universidade do Porto confirmará o prestígio e os critérios de elevada exigência desta distinção.

Felicito a Universidade e todos os que nela trabalharam e estudaram ao longo deste século.

Não queria terminar sem vos dizer, muito simplesmente, que Portugal se revê no muito que fizeram no passado, confia no vosso contributo para o presente e, por isso, com fundada esperança, conta convosco no futuro.

Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Instituto Superior de Economia e Gestão

Lisboa, 23 de maio de 2011

É com orgulho e também com alguma emoção que me associo a esta cerimónia comemorativa do centenário do Instituto Superior de Economia e Gestão. Faço-o na tripla qualidade de Presidente da República, de antigo aluno e de ex-docente. Quero começar por felicitar a Universidade Técnica de Lisboa, na pessoa do seu Magnífico Reitor, Professor Ramôa Ribeiro, pela comemoração de oito décadas de existência. A Universidade Técnica congregou e deu um sentido coletivo a um conjunto de prestigiadas escolas superiores que, em diferentes áreas do saber, muito marcaram a formação de várias gerações de portugueses e a vida económica e intelectual do nosso país.

Neste dia muito especial para o ISEG, é com muito gosto que me dirijo a todos os que aqui estudam, ensinam, investigam ou prestam o seu trabalho, também para deixar uma palavra de testemunho pessoal da influência decisiva que esta instituição exerceu na produção e difusão do saber e na valorização de muitas gerações de jovens.

Posso dizer que, de uma forma ou de outra, esta escola marcou profundamente as diferentes etapas da minha vida e influenciou muitas das decisões que tive que tomar. Esta foi a minha primeira Universidade. Nela me licenciiei e nela ensinei durante largos anos. Nela fiz amizades que perduram. Nunca, até hoje, deixei de dar valor ao muito que aqui aprendi e ao gosto que me ficou de aprender sempre mais. É isso que deve ser uma Escola, é esse o maior ativo que um jovem pode transportar consigo: o que aprendeu e a capacidade e vontade de mais aprender. Muito do desenvolvimento e do progresso registados nos diferentes ciclos da vida do País se devem à ação do ISEG, dos seus docentes e investigadores, e à visão dos que nela ocuparam lugares de responsabilidade ao longo destes 100 anos. Em 100 anos de existência, este Instituto Superior formou, com reconhecidos níveis de excelência, economistas e gestores que são também cidadãos esclarecidos e participantes ativos em múltiplas áreas da vida pública portuguesa.

Um dos traços mais característicos do “código genético” desta Escola foi, justamente, o seu intenso envolvimento na dinâmica da sociedade e da economia do nosso País.

Mas a liberdade intelectual foi, também, uma das suas marcas distintivas. Acompanhou sempre de perto a realidade nacional, à luz de uma cultura de permanente abertura e cooperação com a sociedade portuguesa, à qual presta um inestimável serviço, assumindo uma perspetiva abrangente da Economia enquanto ciência social.

O trabalho científico aqui desenvolvido foi inovador e contribuiu decisivamente para a forma de pensar e agir dos decisores económicos e dos agentes empresariais, assim como para a formação de um corpo de análise e de reflexão sobre o desenvolvimento do nosso país.

Em tempo de balanço, que as comemorações sempre implicam, podemos e devemos perguntar-nos, com a redobrada oportunidade do esteio do passado, qual o papel que devem ter os economistas na sociedade portuguesa de hoje.

Esta interrogação recordou-me uma lição de sapiência que proferi em fevereiro de 1982, precisamente sobre esse tema, e que se encontra publicada na Revista *Economia*. Antecipava-se, então, a segunda vinda do Fundo Monetário Internacional a Portugal, no contexto do acordo de ajustamento que acabou por vir a ser assinado em 1983. E, curiosamente, ao reler o que então escrevi, concluí que muitas das interrogações e das expectativas da altura não perderam a sua atualidade.

Vivia-se uma grave crise económica, marcada pelo desemprego, sobretudo entre os jovens; havia uma grande desigualdade na distribuição da riqueza; era baixa a produtividade da economia e visível a tendência para défices externos insustentáveis.

Se bem que, desde essa altura, muito se tenha evoluído a vários níveis, o facto é que a gravidade de alguns dos velhos problemas que subsistem e dos novos problemas que, entretanto, emergiram exige, mais do que nunca, uma “contribuição decisiva da parte dos economistas”.

Seguirei, pois, de perto, essa minha alocução de 1982, nas palavras que escolhi dirigir-vos nesta data do centenário. A sua atualidade mostra que o tempo tem cadências bem diferentes do que aquela que muitas vezes lhe exigimos.

Referindo-me às responsabilidades dos economistas, afirmei então que estas “surgem ainda maiores se acrescentarmos que uma correta avaliação dos custos que aqueles problemas representam para a sociedade não pode ficar-se pela consideração de umas quantas variáveis económicas chave, como é corrente nos livros de economia, impondo-se ter presente certas incidências negativas do tipo social e político que, no Portugal de hoje, não devem ser ignoradas”.

E, prosseguindo no tema, acrescentava que “a tomada de medidas para a solução dos problemas económicos constitui a essência da política económica; no entanto, (...) a política económica é feita pelos políticos e não pelos economistas enquanto economistas”. Mas, sublinhava eu, isto não deveria significar um alívio, porque “a credibilidade da profissão seria muito atingida se invocassem uma grande isenção de responsabilidades”.

Perguntava, pois, tal como se pode perguntar hoje: “Qual o papel dos economistas na formulação da política económica? Qual a sua influência sobre as decisões?” E entendia então, tal como hoje continuo a entender, que cabe aos economistas “convencer os políticos e outros decisores da sua utilidade”; ou seja, “que as decisões económicas baseadas nos seus conhecimentos têm mais possibilidade de acertar do que as decisões baseadas na ignorância”.

Isto, claro, admitindo, como desde logo ressalvei, que não se poderá tomar como modelo um tipo de político como aquele que Keynes descreveu e que, segundo ele, “tinha as duas orelhas tão junto ao chão que não conseguia ouvir o que lhe dizia um homem vertical”.

É que, continuava eu, “assegurar um papel para os economistas significa (...) reconhecer que são eles que trabalham e fornecem os ingredientes com que os políticos fazem a política económica”. Explicitando, de seguida, que “se inclui claramente entre as responsabilidades dos economistas o pronunciarem-se sobre o que deve ser feito”, pois as reformas económicas e sociais de que – ontem como hoje, acrescentaria –, o País precisa “podem ser produtivas e justas, se feitas da forma correta, mas também podem ser desastrosas e injustas, se forem erradas”, como em 1982 afirmei.

Quase 30 anos depois, vivemos tempos de grande instabilidade internacional, que abalou muitas das nossas convicções e que rompeu laços de confiança sem os quais será muito difícil reconstruir o caminho para o desenvolvimento.

Numa fase em que, também na vida nacional, a confiança se tornou o fator mais determinante para a retoma da economia, é ainda de plena atualidade a recomendação que então deixei: caso as suas propostas não sejam aceites por quem tem o dever de decidir, o economista não deve resignar-se com facilidade, mas o que “não pode aceitar é trair as regras do método científico e subverter a lógica do seu raciocínio de modo a produzir as conclusões desejadas pelos seus clientes”. Este ponto é particularmente importante para a credibilidade quer de quem aconselha, quer de quem decide confiado nesses conselhos, uma vez que, como dizia, referindo-me aos próprios economistas, “a sua influência sobre as escolhas não reflete exclusivamente critérios científicos”.

Retomo, por isso, parte da reflexão que o assunto me mereceu em 1982: “Embora a racionalidade seja o pressuposto básico do economista, a sua intervenção no processo de formulação da política económica não é a de um mero especialista de políticas racionais e neutras. (...) De facto, aos mais variados níveis da atividade do economista estão presentes juízos éticos, que refletem o seu próprio sistema de preferências (...)” mas “devo acrescentar que não partilho a opinião de que isso implique a perda de racionalidade e do estatuto científico da Economia. Penso, contudo, que é necessário garantir (...) objetividade à análise teórica para que as opiniões económicas não sejam uma simples questão de escolha pessoal (...)”.

Esta perceção reconduz-nos ao papel das escolas de economia no mundo atual e à sua interação com os decisores políticos ou, melhor dizendo, à preparação dos alunos para a vida profissional e para a intervenção cívica e política.

É que hoje, tal como há 30 anos, “sobressaem dois aspetos fundamentais da formação dos economistas em que cabe à Universidade papel relevante: o do conhecimento científico e o do sistema de valores”.

No domínio dos conhecimentos, exige-se, dizia eu em 1982, “uma formação analítica sólida e atualizada”, capaz de “estabelecer as relações adequadas e de tirar as conclusões lógicas”, bem como uma “formação adequada no domínio de outras disciplinas sociais (...), porque a Economia diz respeito ao homem” e às várias dimensões do seu “comportamento social”.

Por outro lado, acrescentava, os economistas devem saber “atuar numa realidade concreta, a portuguesa, com as suas características particulares (...), muitas

vezes ignoradas ao nível de abstração a que os modelos económicos são desenvolvidos”.

Tudo isto continua válido, se não mesmo reforçado, nos dias de hoje. Mas, se há coisa que mudou profundamente com os meios de comunicação e a rapidez da difusão de mensagens, é que o tempo da ação política encurtou de forma excessiva: as políticas que olham o médio e o longo prazo têm pouca aceitação eleitoral e fraco suporte mediático e o que interessa tende a ser, sobretudo, o que é visível no momento.

Isso condiciona fortemente a ação científica dos economistas, chamados a apoiar os decisores políticos com os seus conselhos, fazendo-os correr um risco sério de abandonar a capacidade de olhar à distância, para fornecer soluções que apenas atendem ao contexto imediato.

Ontem, como hoje, a questão essencial reside na maneira como a ciência e a investigação podem ajudar a compreender o mundo em que vivemos e a tirar partido das oportunidades.

É certo que a informação e o conhecimento circulam de forma acelerada, provocando mudanças tão rápidas que tornam difícil a adaptação das sociedades. No entanto, revela-se mais importante do que nunca preservar a capacidade de reflexão, de medir e prever o longo prazo, de modo a que as instituições não fiquem prisioneiras do imediato. As instituições universitárias têm, assim, de saber conjugar três tempos, o passado, o presente e o futuro, para que possam, como lhes compete, assegurar a conservação, a transmissão, a produção e a difusão do conhecimento.

Para isso, precisam de independência, autonomia e liberdade, de modo a desenvolverem o pensamento crítico indispensável à evolução da ciência.

O outro aspeto fundamental que foquei na minha intervenção de 1982, que tenho vindo a citar, e que considero de toda a pertinência evocar hoje aqui, é o da importância do sistema de valores que se transmite durante a formação dos economistas. Já então reconhecia que “a Universidade desempenha ou pode desempenhar um papel determinante no estabelecimento da identidade do estudante, de que é componente essencial o sistema de valores que ele compreende, aceita e defende (...), valores que podem vir a exercer uma influência considerável sobre a atividade do economista”.

A Universidade é também um meio privilegiado para formar cidadãos livres, participantes e cientes da importância das suas escolhas. A dimensão e a complexidade dos problemas com que hoje nos confrontamos, as incertezas à escala global mas também o imenso campo de oportunidades e de inovação que se desenha no horizonte próximo exigem, mais do que nunca, que as escolas de economia possam formar “homens que saibam e queiram dar resposta às exigências da sociedade de hoje”.

Sei que o ISEG saberá responder a esse anseio. Ao longo de um século, professores ilustres e todos quantos aqui trabalharam formaram gerações, transmitiram saber, conhecimento e, sobretudo, valores e princípios. Por isso deixaram inscrito, em cada aluno, o traço inestimável da memória da sua escola.

Foi em reconhecimento público do trabalho e do mérito evidenciados ao longo de um século ao serviço da educação e do desenvolvimento de Portugal que decidi agraciar o Instituto Superior de Economia e Gestão com o título de Membro Honorário da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, cujas insígnias terei o gosto de entregar ao seu Presidente, Professor João Duque.

Faço-o com um sentido pleno de justiça e confirmando a elevada exigência e expectativa que esta condecoração traduz para quem a recebe.

Nos 100 anos do ISEG, felicito vivamente todos e cada um dos que contribuíram para o sucesso desta escola e dos que nela puderam aprender e faço votos para que os seus padrões de exigência e a pluralidade de ensino continuem a incutir nas novas gerações o espírito da liberdade e o desejo do conhecimento.

Muitos parabéns à Universidade Técnica de Lisboa e muitos parabéns ao Instituto Superior de Economia e Gestão.

Obrigado.

Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Instituto Superior Técnico

Lisboa, 23 de maio de 2011

É com grande prazer que me associo às comemorações do centenário do Instituto Superior Técnico, uma instituição que deixou uma marca profunda na formação de sucessivas gerações de engenheiros e que deu um inestimável contributo para o desenvolvimento de Portugal e para o progresso das condições de vida dos Portugueses.

Em todas as áreas de ensino em que se afirma, desde a Engenharia, Ciência e Tecnologia até, mais recentemente, à Arquitetura, tem deixado um sinal distintivo da qualidade do seu ensino e da exigência como forma de cultura.

No Instituto Superior Técnico se formaram grandes homens da engenharia que, em Portugal e um pouco por todo o mundo, ergueram obras que mudaram a vida dos povos e o desenho das cidades e territórios.

E é também aqui que, hoje, se avança em áreas dos mais recentes domínios do conhecimento, como a nanotecnologia, a computação e as biotecnologias.

Estamos num tempo em que a exploração científica avança em domínios antes apenas aflorados pela intuição, em que o progresso conduz a transformações de tal forma rápidas que colocam sérios desafios de adaptação às sociedades e em que os novos e complexos problemas que emergem na economia global colocam acrescidas exigências à ciência e à sua aplicação.

Antever o modo como a espécie humana vai reagir às tensões que se irão seguramente multiplicar e acumular ao longo deste século é uma tarefa que desafia a imaginação e a inteligência, por muito desenvolvimento tecnológico que possa haver. É neste contexto que o IST celebra os seus 100 anos, orgulhando-se do seu passado e projetando-se no futuro, num enlace que o inscreve, sem qualquer dúvida, no quadro da plena modernidade. Por isso confiamos que terá uma forte participação nas respostas de que o País precisa.

Não é tanto o passado que hoje aqui se celebra, mas um caminho, um longo, persistente e bem-sucedido caminho, que atravessou os ventos da História, que

enfrentou os sobressaltos da sociedade e que soube agir perante as perplexidades que as encruzilhadas do desenvolvimento tantas vezes, e tão duramente, suscitaram.

O IST tem essa marca no seu “código genético”, a preservação da sua identidade como instituição de ensino e de investigação científica pioneira nas áreas da engenharia, um símbolo de prestígio e de qualidade que projetou o nome da instituição muito além-fronteiras.

Nos seus campos de ação, estruturou o conhecimento, rasgou horizontes e foi buscar competências e talentos, tendo sido também uma das primeiras instituições de ensino superior a enviar os seus docentes para programas de doutoramento e de altas qualificações em universidades de renome internacional. A abertura do Instituto Superior Técnico ao Mundo e a importância crescente das atividades de internacionalização são bem ilustradas com a presença, nesta cerimónia, de muitos convidados de instituições internacionais, que cumprimento calorosamente.

Está na sua matriz fundadora essa abertura ao exterior e essa vontade de absorver e difundir o que se pode aprender com os melhores.

Os seus primeiros docentes foram, aliás, professores das maiores escolas de engenharia da época, chamados a Portugal para fundar a escola de engenharia nos moldes mais modernos que então se podia ambicionar.

Essa visão fundadora marcou para sempre a identidade desta instituição.

Esta é uma escola a respeito da qual se pode afirmar que mudou a vida de muitos jovens. Ser “aluno do Técnico” ou ser “professor no IST” constituía um verdadeiro cartão de apresentação, que trazia tanto de prestígio como de responsabilidade. Entrar para o Técnico era uma glória a que aspiraram muitos jovens ao longo do século. Era um objetivo que merecia todos os sacrifícios. Muitos jovens de origens humildes conseguiram, no entanto, ver franqueadas as portas do IST pelo seu mérito, sendo que muitos deles vieram a ter um papel de grande relevo em diferentes áreas da vida nacional.

Um elemento interessante e bem revelador da ampla formação que aqui era ministrada reside no facto de muitos dos engenheiros do Técnico terem desenvolvido a sua atividade profissional no campo da política, com particular destaque para a educação, mas também nas áreas empresariais e da economia.

Esta capacidade multifacetada corresponde à mais ambiciosa noção de educação e formação, que inclui não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, mas também o desenvolvimento de capacidades de relacionamento, de sentido crítico, de interesse pela aprendizagem e de uma curiosidade permanente. A nível nacional, o IST está associado a todas as grandes obras que rasgaram os caminhos da modernidade no último século, como o exibe a exposição que integra estas comemorações.

A essas obras e à visão de futuro que as caracteriza estão ligados grandes nomes desta casa e do País, de que destaque Alfredo Bensaúde e Duarte Pacheco, a quem a História reservou um lugar privilegiado.

Importa também salientar a abertura que o IST tem sabido concretizar em relação ao mundo empresarial e à sociedade, promovendo a cultura empreendedora que deve ser parte integrante do nosso ensino superior.

Portugal precisa que o ritmo e a intensidade da interação entre as universidades e as empresas, e das transferências do saber, bem como a cooperação internacional, continuem a crescer, tornando-se uma cultura adquirida e permanente. Só assim será possível aplicar o conhecimento e explorar o valor comercial dos avanços registados em I&D.

De facto, está há muito ultrapassada a ideia da separação entre os cientistas e os cidadãos. A cultura científica é hoje uma questão fundamental para as sociedades democráticas, uma vez que os cidadãos são cada vez mais chamados a participar em decisões nas quais os conhecimentos científicos e técnicos estão intrinsecamente envolvidos.

Veja-se as discussões públicas sobre a oportunidade, as vantagens e os custos da construção de uma ponte, de um TGV, de uma central elétrica ou mesmo das opções arquitetónicas para determinados locais. Ou os debates acesos que envolvem questões ambientais, matérias de biotecnologia ou as dúvidas e temores sobre os progressos surpreendentes das tecnologias de informação.

Senhoras e Senhores

Quero, nesta ocasião, dirigir uma palavra muito especial aos jovens que escolheram esta instituição, a um tempo centenária e símbolo do futuro, para fazer a sua formação superior.

Sejam quais forem as dificuldades que venham a sentir, há um valor que nunca deixará de vos acompanhar e de vos servir: o valor inestimável do que aqui aprenderam e da maior capacidade de aprender, de fazer diferente, de olhar a realidade com os olhos e os conhecimentos de quem sabe agir perante ela.

Um curso superior é muito, mas é, sobretudo, um ponto de partida; não é um fim que, uma vez alcançado, fará o milagre da realização pessoal e profissional. O retorno dependerá da vossa capacidade de abrir caminhos no futuro, tal como fizeram as gerações de engenheiros, cientistas e arquitetos que vos precederam nesta casa que hoje é vossa.

A competição à escala global só poderá acentuar-se. Chegam hoje ao mercado milhões de novos diplomados, não só da Europa mas da China, da Índia ou do Brasil, por exemplo, e muito do trabalho de investigação científico ao mais alto nível tem hoje lugar nesses países.

Não são só os sistemas de ensino que têm que responder a estas mutações. São os próprios alunos que têm de estar bem conscientes de que este é um espaço em que se desenrola uma nova e feroz competição. Há muito que deixou de haver lugares à espera para quem sai das universidades, mesmo para os melhores.

Uma forte preparação técnica, aliada a uma inteligência criativa, motivação para a ação e gosto pela iniciativa são, mais do que nunca, componentes essenciais para conquistar o vosso lugar no mundo.

Sei que estão conscientes disso, e sei que o IST poderá, um dia, orgulhar-se de vós, tal como hoje se orgulha de milhares dos seus antigos alunos, que tanto brilho deram, no passado e no presente, ao nome da instituição.

Uma instituição que celebra 100 anos sabe o valor do tempo. Sabe que não há tempo a perder, sob pena de nos perdermos no tempo.

Só os que acertam o seu passo com o tempo podem projetar-se no futuro e, aí, marcar o seu lugar. Como sempre fez, e, estou certo, continuará a fazer, no futuro, o Instituto Superior Técnico.

Foi em reconhecimento público do trabalho e do mérito evidenciados ao longo de um século ao serviço da educação e do desenvolvimento de Portugal que decidi agraciar o Instituto Superior Técnico com o título de Membro Honorário da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, cujas insígnias terei o gosto de entregar ao seu Presidente, Professor Cruz Serra.

Faço-o com um sentido pleno de justiça e confirmando a elevada exigência e expectativa que esta condecoração traduz para quem a recebe. Fica, certamente, muito bem entregue.

A todos os que, de uma forma ou de outra, integram esta honrosa instituição, bem como a todos os que, com o seu esforço, inteligência, saber e dedicação, contribuíram para a transformar no que é hoje o Técnico, os meus sinceros parabéns.

Obrigado.

Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Instituto dos Pupilos do Exército

Lisboa, 25 de maio de 2011

Comemoramos hoje os 100 anos do Instituto dos Pupilos do Exército, uma longevidade que é fonte de orgulho para todos quantos por aqui passaram. Os elevados padrões de desempenho, mantidos pelos Pupilos do Exército ao longo de tantos anos, são expressão de uma identidade forte, alicerçada em valores que permanecem bem vivos em cada um dos seus alunos, professores e funcionários.

Vocês, caros alunos, são a razão de ser deste Instituto.

Pertencem a uma escola onde o exemplo, o espírito de corpo e o sentido de responsabilidade são traços distintivos que vos acompanham ao longo da vida e que vos facilitam o sucesso fora destas paredes históricas.

“Uma sociedade só pode progredir quando os seus membros possuam uma desenvolvida educação e uma instrução essencialmente prática. (...) É necessário criar homens que pelo seu trabalho e esforço próprios se mantenham na vida com (...) dignidade; é preciso formar cidadãos úteis à Pátria”. Estas frases de plena atualidade foram escritas no preâmbulo do diploma de 25 de maio de 1911 que, por inspiração do General António Xavier Correia Barreto, vosso fundador, criou o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar.

Aqui se conjugaram de forma notável, sob o primado de uma cultura muito própria, a formação para a cidadania e o conhecimento que resulta do saber e do saber fazer.

Aqui, as vertentes académica, física e comportamental da formação andam em clara sintonia, o que faz dos Pupilos uma instituição de referência para o País e que importa preservar.

De um ponto de vista académico, este Instituto soube reestruturar o seu plano de estudos para acompanhar a evolução dos tempos. Pela excelência de uma formação completa e ajustada às necessidades do mercado de trabalho, daqui saíram muitos quadros superiores e intermédios para as grandes empresas na

área da indústria, do comércio e dos serviços, reconhecidos pela sociedade, tanto pela sua competência como pelo seu caráter.

Coexistem hoje no Instituto diversos cursos, desde o ensino básico até ao ensino secundário, sendo o ensino técnico-profissional a sua imagem de marca, assente numa forte ligação ao setor empresarial, em áreas em que escasseiam técnicos, acompanhando necessidades e realidades atuais como as energias renováveis e a gestão do ambiente.

É de toda a justiça dirigir, nesta ocasião, uma palavra especial aos professores e a todos os que aqui prestam trabalho.

O vosso empenho, a vossa atitude e a vossa dedicação ajudam a fazer desta escola uma escola diferente. Uma escola em que ensinar é mais do que transmitir a matéria curricular; é também educar, contribuindo para a formação e para o desenvolvimento da personalidade dos jovens, abrindo-lhes horizontes e dando-lhes referências.

Educar é, sem dúvida, uma das formas mais nobres de servir o País.

Fui testemunha desta forma de estar e desta dedicação, quando tive a oportunidade de servir nos Pupilos do Exército como oficial miliciano, há mais de quarenta anos.

A importância conferida à formação física é também apanágio dos Pupilos. O treino físico exigente constituiu desde sempre um traço distintivo e uma das suas imagens mais divulgadas. São ainda lembradas as classes de ginástica e os muitos desportistas que prestigiaram o “Pilão” no País e além-fronteiras e que constituem justo motivo de orgulho para a Instituição.

Devo salientar, ainda, a vertente da formação comportamental, baseada num código de procedimentos e de virtudes que a caracterizam e identificam. Olhando para os símbolos que vos unem, desde o Hino, ao Código de Honra do Aluno e à heráldica que vos é própria, encontramos o fundamento para uma forma de conduta na vida que importa enaltecer: o respeito pelos valores pátrios, o apelo ao estudo e ao trabalho, a assunção de responsabilidades, a obediência consciente, a galhardia e a lealdade que vos acompanharão no futuro.

Encontramos aqui, igualmente, experiências enriquecedoras e marcantes na vida interna e no saudável relacionamento entre os alunos, como é o caso das

crescentes responsabilidades atribuídas aos mais velhos na ajuda à plena integração e formação dos que acabam de chegar.

O graduado é um dos garantes do espírito dos Pupilos. É aquele que passa o bom testemunho, que enquadra os alunos e que faz manter a chama acesa. A chama do brio, do respeito pela cultura e pelas tradições do Instituto. Um exemplo a seguir por todos.

Portugal precisa que todos vocês, alunos, se assumam como graduados quando saírem destes muros e enfrentarem a vida e a vossa atividade profissional.

O espírito aqui criado terá importância no vosso futuro. A amizade e o caráter forte não têm preço. Os antigos alunos e a sua Associação têm um papel essencial neste espírito de entreaajuda. O vosso apego à escola, que de meninos vos fez homens, está bem patente nas placas que pontuam os seus claustros. O vosso percurso de vida e os vossos êxitos constituirão a melhor publicidade para esta casa.

Aos pais, quero sublinhar que a educação é decisiva para subir a escada da vida. A formação exigente e rigorosa, que é proporcionada, fará destes jovens homens e mulheres de bem, com princípios, valores e referências. É o maior e melhor investimento das vossas vidas. Sei quanto isso custa, sobretudo para aqueles a quem a vida não sorri e a educação dos filhos exige tantos esforços e sacrifícios. Esta escola, integrada nas Forças Armadas, é fiel depositária de um legado de altos serviços prestados à causa da educação da juventude portuguesa, dos quais têm resultado lustre, honra e prestígio para a Instituição Militar e para o País. É, assim, de inteira justiça o público reconhecimento que irei prestar nesta cerimónia, ao conceder ao Instituto dos Pupilos do Exército o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique e ao impor o respetivo distintivo no Estandarte Nacional à vossa guarda.

Os símbolos de uma instituição são um farol que a orienta. A vossa divisa “Querer é Poder” interpela-nos a todos.

Quando o “querer” é acompanhado da determinação forte de agir, de lutar pelo futuro com empenho, verdade e coragem moral, então “podemos”. Podemos ter sucesso, podemos fazer a diferença, podemos ser cidadãos esclarecidos, solidários e honestos. Portugal conta convosco.

Muito obrigado.

Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Castelo Branco

Castelo Branco, 9 de junho de 2011

No Jardim do Paço Episcopal de Castelo Branco, as estátuas dos Reis de Portugal contemplam a História que nós, portugueses, todos os dias escrevemos.

Foram erguidas no tempo em que a povoação-fortaleza se começava a espriar pela Devesa, um terreno deixado ao uso comum. O espaço do povo acolheu, então, a nova cidade.

Castelo Branco cresceu no território do encontro e do confronto. Pelos séculos dentro, foi ocupada e saqueada, mas sempre resistiu. Sempre soube recobrar forças e renascer.

Apesar do isolamento secular, fruto da lonjura da Beira.

Apesar do clima agreste.

Apesar dos terrenos áridos do planalto e da aspereza das serranias onde o albi-castrense pousa o olhar.

Apesar de tudo o que convidava os povoadores a partir, Castelo Branco cresceu e desenvolveu-se, dando mostras de que a vontade das gentes se pode impor às circunstâncias da geografia.

O Rei D. José reconheceu-lhe foros de cidade e, cento e vinte anos depois, em setembro de 1891, com a viagem inaugural da linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa, seria definitivamente rompido o isolamento. Abria-se uma nova fase na história de Castelo Branco.

Nos últimos anos, a cidade embelezou-se. Recuperou o seu património histórico edificado, com o grande empenho da Câmara Municipal. Enriqueceu o seu património cultural, merecendo particular destaque a Fundação Manuel Cargaleiro, a quem o fundador, numa atitude exemplar, disponibilizou um espólio notável que o novo museu, que terei a honra de inaugurar seguidamente, irá acolher.

Simultaneamente, Castelo Branco afirmou-se como um centro populacional e industrial, um polo cuja localização, por mais próxima do resto da Europa, se tornou uma oportunidade que se agarra com ambas as mãos.

Quem hoje a visita encontra uma cidade atrativa e agradável para viver e uma cidade dinâmica que atrai investimento, cria riqueza, aumenta o emprego e promove o desenvolvimento de toda a região.

As figuras de pedra que habitam a Escadaria dos Reis do Jardim do Paço Episcopal a tudo assistiram, impassíveis mas sempre vigilantes.

Porque a vigília permanente é a sorte daqueles que espreitam o futuro. Bem o mostram as colchas de Castelo Branco quando destacam a figura exemplar do galo, ao lado de figuras simbólicas como a árvore da vida repleta de pinhas, que representam a união da comunidade familiar que, na alegria e na dor, preserva os laços solidários. O galo é aquele que está sempre desperto e sempre atento. O que dá o primeiro sinal. O símbolo da eterna vigilância a que todos estamos obrigados para defesa do interesse comum.

A complexidade artesanal dos bordados de Castelo Branco, de grande riqueza cromática e originalidade decorativa, exprime a singularidade de um modo de vida e o refinamento dos valores que o inspiram.

Na sua execução, a paciência e a delicadeza aliam-se a uma metódica racionalidade, num singular e brilhante processo criativo.

As belas estátuas do Jardim lembram-nos, também elas, as virtudes que nos devem orientar.

A Temperança é aí uma figura feminina que, tranquilamente, deita água de uma estreita vasilha para outra, sem derramar. A exata imagem da moderação e do equilíbrio. E também do rigor.

A Prudência, por seu lado, segura com firmeza uma serpente na mão direita, enquanto se contempla no espelho que ergue com a mão esquerda.

Pois não é o mais prudente aquele que, resistindo ao mal que vem dos outros, não esquece aquilo que de dentro de si mesmo tem de dominar?

Mas que mal é esse, vindo de nós próprios, que temos de controlar? Será, porventura, a incapacidade de ver claro aquilo que não queremos ver, porque é duro e nos obriga a mudar.

“Conhece-te a ti próprio” é a máxima que temos de seguir, pois olhar-se sem indulgência e sem ilusões é o começo da mudança para o moderado e prudente. Recordo o avisado preceito que o pedagogo António Faria de Vasconcelos, distinto albicastrense, nos legou:

“Uma ilusão que desaparece é, no fundo, não obstante tudo, um pouco mais de verdade.”

Pensemos todos nisto. Uma ilusão que desaparece é um pouco mais de verdade. Sejamos, pois, clarividentes. Pensemos, sobretudo, na necessidade imperiosa de mudar de vida.

Amato Lusitano, o grande médico português do século XVI, nascido em Castelo Branco há precisamente quinhentos anos, relatou nas *Centúrias* o caso do doente que não obedeceu às prescrições do médico:

“Prometeu ele estar por tudo” – descreve Amato –, “tendo até feito juramento. Mas, meu Deus, mal tinha bebido o sexto xarope na intenção de o purgarmos, quando comeu ao jantar ovos fritos e não sei que género de mariscos; mas não sem castigo da falta”. E o principal castigo da sua incapacidade de cumprir rigorosamente a prescrição foi a retirada do médico que o iria curar.

Amato nunca mais regressou a casa daquele paciente incumpridor porque, escreveu ele, “aos que não aceitam as ordens dos médicos, não se deve dar conselho médico”.

Não há cura para aquele que não quer ser curado. Não há ventos favoráveis para aquele que não tem rumo e não sabe para onde tem de ir.

Em Castelo Branco, junto ao Jardim que dá vida à nossa História, por entre as figuras sempre vigilantes dos nossos maiores, meditamos sobre a necessidade de agir com prudência, com rigor, com clarividência.

No dia em que Portugal aqui se reúne, digamo-lo: Castelo Branco é uma lição. Uma lição de resistência e de permanente renovação. Uma lição de economia e de visão de futuro. Uma lição que nos ensina a estar sempre vigilantes e a não viver de ilusões.

Por tudo, agradeço penhoradamente ao Município de Castelo Branco, na pessoa do seu incansável Presidente de Câmara, a receção que nos foi dedicada no dia em que a sua cidade é a capital de um País que resiste e se renova.

Agradeço ainda aos albicastrenses de todos os tempos. Por serem como são, por terem feito de Castelo Branco uma cidade exemplar e por oferecerem uma lição de vida que alimenta a nossa crença de que o futuro é possível.

Obrigado.

Cerimónia de Inauguração da 16ª Bienal de Cerveira

Vila Nova de Cerveira, 16 de julho de 2011

As minhas primeiras palavras são de parabéns aos artistas premiados e a todos aqueles que viram as suas obras selecionadas para a 16ª edição da Bienal de Cerveira.

Felicito-os por esta prova de reconhecimento do seu trabalho e do seu talento. Felicito-os, acima de tudo, pela sua participação neste certame, que trouxe a Vila Nova de Cerveira o justo título de *Vila das Artes*, ao mesmo tempo que a projetou como um local emblemático no roteiro da arte contemporânea.

Não é a primeira vez que estou presente no ato inaugural de uma Bienal de Cerveira. Em julho de 1986, como Primeiro-Ministro, visitei a 5ª Bienal, na companhia dos seus diretores de então, Jaime Isidoro e José Rodrigues, dois dos mais significativos nomes da cultura no Norte de Portugal. Recordo, dessa visita, a homenagem a Santa-Rita Pintor e o espaço dedicado aos primeiros artistas abstratos portugueses, Arlindo Rocha e Fernando Lanhas. Mas lembro também a presença de artistas contemporâneos, como José Pedro Croft, Jorge Molder, Pedro Cabrita Reis, Pedro Calapez ou Fernanda Fragaiteiro.

E, passados todos estes anos após a primeira edição da Bienal de Cerveira, verifico com satisfação que algumas das obras de arte que tenho em casa são de artistas intimamente ligados a este evento, como é o caso de Jaime Isidoro e José Rodrigues, mas também de Augusto Canedo, hoje diretor artístico da Bienal.

Ao vir de novo aqui, à Bienal, não posso deixar de evocar, com enorme saudade e admiração, Jaime Isidoro, que infelizmente nos deixou em janeiro de 2009. Pelo seu percurso, enquanto pintor e galerista, e pelo projeto que desenvolveu em prol da cultura, designadamente o seu contributo para a criação e desenvolvimento dos Encontros Internacionais de Arte, primeiro, e da Bienal Internacional de Arte de Cerveira, depois, Jaime Isidoro é merecedor da nossa mais profunda estima e consideração. Foi ele o primeiro diretor artístico da Bienal de Cerveira

e um dos principais responsáveis por esta vila ser hoje, mais de 30 anos depois, também conhecida como a *Vila das Artes*.

Gostaria igualmente de me associar à justa homenagem que esta edição da Bienal decidiu prestar ao Mestre José Rodrigues, outro dos seus primeiros e mais entusiastas promotores.

Na verdade, José Rodrigues não é só o desenhador, o ceramista, o escultor que todos conhecemos e cujas obras podemos admirar em tantos lugares do Mundo. É também o cidadão empenhado, que assumiu um papel ativo no lançamento de muitos projetos de associativismo cultural, alguns dos quais perduram até hoje. Por esse motivo, homenagear José Rodrigues é um ato de justiça, principalmente aqui, na Bienal de Cerveira, que além de contar com o seu nome entre os fundadores, tem cumprido o objetivo de promover a cultura e a arte junto das populações.

A Bienal de Cerveira é, certamente, um caso exemplar, não apenas no que respeita à cultura, mas também no que respeita ao ordenamento do território e até mesmo à projeção internacional do País.

Em 1978, ano em que a ideia se concretizou pela primeira vez, alguém que conhecesse a realidade portuguesa, sobretudo a do interior, dificilmente acreditaria, ou poderia sequer imaginar, que três décadas depois iríamos estar aqui, a inaugurar um acontecimento cultural com esta dimensão e este relevo.

Nesse tempo, os equipamentos e as instalações escasseavam, sobretudo fora das grandes cidades. A educação artística era rudimentar. O mercado da arte estava confinado a uma elite muito reduzida. Se a tudo isto juntarmos os graves problemas económicos, que já na altura se faziam sentir, não é difícil imaginar quanto a ideia deveria parecer descabida, aos olhos de muita gente.

Como se explica, então, o lançamento, e a posterior consolidação, de uma iniciativa como a Bienal, numa vila do Alto Minho? O segredo deste caso de sucesso, invulgar em qualquer parte do Mundo, creio que se pode resumir em duas palavras: imaginação e persistência.

Imaginação de artistas, sem dúvida; mas imaginação, também, dos autarcas, que lhes lançaram o desafio e souberam esperar para colher, no longo prazo, os resultados.

Persistência de pintores, escultores e galeristas, que agarraram a oportunidade

e não desistiram às primeiras críticas; mas persistência, também, do Município de Cerveira, que teve a tenacidade bastante para fazer da Bienal uma rotina, assumindo-se orgulhosamente como um polo artístico e cultural.

Já havia, é verdade, muito antes da Bienal, boas razões para visitar Vila Nova de Cerveira, desde o castelo à paisagem, passando pelas igrejas e solares de fronteira apalaçada. O património natural e histórico, um pouco à semelhança do que acontece em outros lugares do nosso País, reveste-se aqui de uma exuberância e riqueza que impressionam o visitante.

Não basta, porém, termos herdado um património do qual podemos legitimamente orgulhar-nos. É preciso também saber geri-lo, dinamizá-lo, de forma a que as populações possam usufruir dele, quer do ponto de vista cultural e estético, quer do ponto de vista do desenvolvimento e da qualidade de vida. E, desse ponto de vista, a Bienal veio acrescentar uma dimensão completamente nova às potencialidades já existentes em Vila Nova de Cerveira.

A princípio, foi apenas um acontecimento efémero, aparentemente insólito, que surgia apenas de longe em longe. Com o correr do tempo, a música e outras artes associaram-se à pintura; o número de artistas e de visitantes foi aumentando; surgiram galerias e, muito em breve, será inaugurado um museu com obras apresentadas na Bienal. Damo-nos, pois, conta que Vila Nova de Cerveira, além do local aprazível que sempre foi, é também um polo internacional de arte contemporânea e um destino turístico para quem quiser conhecer os movimentos e tendências da arte nas últimas três décadas.

A importância que a Bienal adquiriu é bem visível no facto de ela se desenvolver, este ano, simultaneamente, aqui em Cerveira, no Porto e em Vigo. Mas o seu alcance vai muito para lá dessa dimensão local e regional. Ao projetar-se como iniciativa sem fronteiras, onde concorrem artistas de todo o Mundo, é também a imagem de Portugal que Cerveira projeta: a imagem de um país com um profundo enraizamento histórico e uma forte identidade, mas um país, também, onde a contemporaneidade tem lugar cativo.

Em 1978, a primeira Bienal celebrava o ato de criar em liberdade. Em 2011, visitar Cerveira é visitar também um palco da criação livre, um lugar de expressões artísticas que nos permitem uma intensa viagem aos mundos interiores de todos os que exercem a sua liberdade no ato criativo.

Quero, por isso, congratular-me com a 16ª edição da Bienal de Cerveira, felicitar a autarquia e os demais responsáveis pela sua realização e homenagear aqueles que, há 33 anos, lançaram a semente e a quem se deve, em última instância, aquilo que a Bienal é hoje.

A todos, os meus sinceros parabéns.

Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega do Prémio Champalimaud de Visão 2011

Lisboa, 9 de setembro de 2011

É com grande satisfação que, mais uma vez, aceito o convite para presidir à entrega do Prémio Champalimaud de Visão, o maior galardão mundial na área da oftalmologia e do combate à cegueira.

Hoje assistimos ao quinto ano sucessivo de um Prémio que concretiza a vontade de um português – António Champalimaud – que sonhou um dia poder vir a contribuir para a saúde e o bem-estar das pessoas com deficiência visual em todo o Mundo. Esse sonho concretizou-se na criação deste Prémio e na atribuição de um relevante valor pecuniário à causa da luta contra a cegueira evitável ou passível de ser tratada.

António Champalimaud deu um exemplo de grande sensibilidade humanitária e de grande responsabilidade social, que não só enobrece o fundador da Instituição a que a Dra. Leonor Beleza preside com sabedoria e dedicação, como muito prestigia Portugal, pelo estímulo e contributo que este Prémio representa para o fomento da investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a cooperação a nível global.

Estamos hoje perante uma iniciativa da Fundação Champalimaud de grande projeção internacional, tal como o é o seu Centro de Investigação, que teve a honra de inaugurar no ano passado e que alberga cientistas e investigadores de base e clínicos que, quer nas neurociências quer no cancro, trabalham, produzem e aplicam a ciência ao bem das pessoas.

A Fundação Champalimaud, sob o impulso da Dra. Leonor Beleza, tem vindo a desenvolver um esforço no sentido de uma investigação científica de proximidade entre a investigação básica e os doentes, entre a investigação clínica e o tratamento dos doentes, procurando maximizar as possibilidades de encontrar diagnósticos e soluções para os problemas clínicos do presente, nas áreas científicas em que se vocacionam.

O impacto direto da investigação levada a cabo pela Fundação Champalimaud, na saúde e bem-estar das pessoas, não escapa aos olhos do Mundo. A sua perspetiva global está bem patente no prémio anual que distingue, alternadamente, aqueles que se destacam na intervenção social de combate à cegueira e os que se notabilizam pela investigação nesta área.

Neste ano de 2011, o Prémio Champalimaud de Visão distingue o Programa Africano de Controlo da Oncocercose (APOC), um programa de grande alcance humanitário, destinado a abranger dezenas de milhões de pessoas, 99 por cento das quais vivem em áreas endémicas do continente africano, onde esta doença parasitária tem consequências devastadoras.

Este programa de controlo da chamada “cegueira do rio” é posto em prática de uma forma inovadora, através de mecanismos de base comunitária, envolvendo as próprias populações doentes na distribuição do medicamento específico para o tratamento desta forma de cegueira.

O APOC, com sede operacional no Burkina Faso, conta com o apoio de prestigiadas organizações envolvidas nesta luta: a Organização Mundial da Saúde, o Banco Mundial, os Ministérios da Saúde dos países em desenvolvimento, várias organizações não-governamentais que lutam contra a cegueira e uma empresa farmacêutica que distribui à OMS, sem custos e para este Programa, o medicamento que investigou e que é o único para o tratamento e controlo da doença.

A luta contra esta forma de cegueira, evitável e curável, é um trabalho gigantesco frente a uma fortíssima causa de desigualdade social. Trata-se de uma doença muito expressiva em todo o continente africano, sobretudo na África Ocidental, onde, nas zonas endémicas, as populações são infetadas aos 14-15 anos e cegam antes dos 30 anos.

Não posso deixar de manifestar o que, para mim e para os portugueses em geral, representa a execução deste Programa em países como Guiné, Angola e Moçambique, com os quais Portugal mantém laços de grande estima.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Anualmente, milhões de pessoas em todo o Mundo são tragicamente privadas de visão, e, no entanto, a maioria dos casos de cegueira é evitável. O Prémio António Champalimaud de Visão nasceu de um desejo de apoiar as inúmeras

organizações ou grupos que se distinguem por contributos excepcionais na compreensão dos mecanismos da visão ou no combate à cegueira nos países em vias de desenvolvimento.

É imenso, e de grande relevância à escala global, o trabalho e o empenhamento de todas as organizações analisadas e selecionadas pelo Júri do Prémio.

Todos os homens e mulheres que dedicam as suas vidas a auxiliar os outros no combate à cegueira são heróis. Este Prémio é para eles, para os que nunca desistem de lutar para garantir melhores condições de saúde e bem-estar.

Muito obrigado.

Cerimónia de Atribuição do Prémio D. Dinis

Vila Real, 16 de setembro de 2011

Vir à Casa de Mateus é sempre um motivo de satisfação para qualquer visitante. Mal entramos no pátio e deparamos com a majestosa frontaria, sente-se o peso da História refletido na fachada barroca do edifício.

Aqui, a natureza e a arte harmonizam-se de forma invulgar, num conjunto arquitetónico e paisagístico de rara beleza, que os seus proprietários têm sabido preservar, ao longo de sucessivas gerações.

Aqui, o passado e a tradição associam-se à modernidade, como é visível nas iniciativas que a Fundação Casa de Mateus tem promovido nas últimas décadas, e das quais o Prémio D. Dinis constitui um ótimo exemplo.

Desde há quase três séculos, a cultura vive neste lugar paredes meias com o dia-a-dia dos trabalhos agrícolas, e a arte integra-se na harmonia dos jardins e na austeridade da paisagem transmontana.

Poucos nomes seriam, de resto, mais adequados e cheios de simbolismo para o prémio literário que hoje nos trouxe até aqui, do que o nome de D. Dinis, o rei a quem o povo chamou de *Lavrador* e ao mesmo tempo *Trovador*, o rei que plantou pinhais e escreveu poesia, promoveu o desenvolvimento e fundou a primeira universidade, definiu as fronteiras do território e instituiu o português como língua oficial da corte. Mas o Prémio D. Dinis, além de um nome que tem para nós o maior significado, possui também, ele próprio, uma história, uma história que se confunde com a das letras portuguesas nas últimas três décadas.

Na verdade, ao longo dos 31 anos que já leva de existência, este Prémio distinguiu uma parte significativa das obras mais relevantes que entretanto se publicaram em Portugal.

Na ficção, como na poesia e no ensaio: de Agustina Bessa Luís a Hélia Correia; de Sophia de Mello Breyner a António Franco Alexandre; de Vergílio Ferreira a Vítor Aguiar e Silva, podemos, sem exagero, afirmar que praticamente todas as grandes figuras da literatura portuguesa contemporânea foram agraciadas com o Prémio D. Dinis.

É a esta galeria, já extensa, de nomes prestigiados que vem agora juntar-se João Barrento, ensaísta que viu premiado pelo júri o seu livro *O Género Intranquilo*, e a quem eu gostaria de apresentar os meus sinceros parabéns.

O trabalho de João Barrento é bem conhecido, sobretudo nos meios académicos, não apenas pelos ensaios, mas também pelas muitas traduções que tem feito, algumas delas galardoadas, entretanto, com prémios os mais diversos.

Graças a esse trabalho, feito com uma persistência e um rigor que todos lhe reconhecem, alguns dos mais importantes autores da literatura alemã foram traduzidos para a nossa língua, colocando assim à disposição dos leitores portugueses todo um universo cultural que, de outra forma, estaria interdito à grande maioria.

A par, no entanto, do seu trabalho como tradutor, João Barrento é também autor de inúmeros ensaios, nos quais se revela um profundo conhecedor da cultura contemporânea.

No livro que o júri do Prémio D. Dinis distinguiu, está precisamente um conjunto de textos em que João Barrento reflete sobre a especificidade da literatura ensaística, recorrendo a alguns dos autores que melhor a cultivaram. Entre eles, podemos encontrar os portugueses Eduardo Lourenço e esse outro grande ensaísta que foi Eduardo Prado Coelho, falecido ainda há bem poucos anos, que muitos de nós conhecemos e admirámos, pela forma inteligente e original como participou na vida pública e influenciou o nosso ambiente cultural.

Desejo, pois, felicitar vivamente o premiado, fazendo votos para que ele possa continuar a desenvolver com êxito o seu trabalho e a contribuição que tem dado para a internacionalização da nossa universidade e da cultura portuguesa.

Estão igualmente de parabéns o Eng.^o Fernando de Albuquerque e a Fundação Casa de Mateus, pela forma empenhada como têm sabido manter, a partir da lousura a que fica dos grandes centros esta terra imortalizada por Camilo e Miguel Torga, um prémio literário de projeção nacional.

Todos sabemos como o interior do País tem sido vítima de abandono e condenado a uma desertificação progressiva, face à qual não podemos baixar os braços, nem passar ao lado, como se ela fosse inevitável.

Há, felizmente, em muitos setores de atividade, exemplos que mostram o contrário, fazendo ver que é possível, pelo menos, minorar o prejuízo que é, para

as populações e para a coesão nacional, o esquecimento a que tantas vezes são votadas.

A Casa de Mateus constitui, sobretudo no domínio cultural, um desses exemplos. As múltiplas atividades que, ao longo dos anos, aqui têm sido realizadas são a melhor prova de que a fidelidade aos valores familiares e à história local não é incompatível com o dinamismo cosmopolita, nem com a promoção das mais sofisticadas manifestações artísticas.

Oxalá possam aparecer outros exemplos e outros polos de afirmação e desenvolvimento regional, não apenas na cultura, mas também nos restantes setores de atividade. O ordenamento do território, o bem-estar dos cidadãos e o interesse nacional assim o exigem.

Muito obrigado.

Cerimónia de Inauguração do Centro de Estudos Natália Correia

Ponta Delgada, 24 de setembro de 2011

É com muita satisfação que me associo à inauguração do Centro de Estudos Natália Correia, uma das personalidades mais carismáticas que nasceram aqui nos Açores e marcaram, com o seu talento, quer a cultura quer a vida política portuguesa no século XX.

A abertura deste Centro representa, antes de mais, um novo e importante equipamento cultural para o município de Ponta Delgada, um espaço que albergará parte importante do espólio da poetisa, e onde a sua obra vai ser, a partir de agora, objeto de investigação e debate.

Estou, no entanto, certo de que todos aqueles que a conheceram pessoalmente, assim como aqueles que veneram a sua memória e apreciam a sua obra, poderão rever-se nesta homenagem de Ponta Delgada à poetisa, à ativista política, à deputada e à oradora que tantas vezes inflamou o Parlamento da República com as suas polémicas intervenções.

Natália Correia foi, de facto, uma figura invulgar, não apenas pelo génio literário, mas também pelo vigor e pela coragem com que defendeu as suas opiniões e pelo empenho que sempre colocou na defesa das causas por que lutava.

Como escritora, a sua obra foi, desde muito cedo, acolhida elogiosamente, tanto no meio literário como junto do grande público.

A pujança da sua imaginação não deixava ninguém indiferente. Escrevia versos e contos, peças de teatro e romances. Mas, fosse qual fosse o género, a exuberância do seu estilo fazia sempre lembrar a natureza vulcânica das ilhas dos Açores, o berço a que verdadeiramente nunca deixou de estar ligada.

Era assim o seu modo de escrever, entusiasmado e exuberante. Era também assim o seu modo de intervir, como deputada ou como simples cidadã apaixonada pelo seu País, esse Portugal que em vez de Pátria ela gostava de visionar como sua *Mátria*, tão grande era o afeto que por ele sentia.

Já antes do 25 de abril, o inconformismo e a coragem de que sempre deu provas tinham-na levado a participar ativamente em diversos movimentos cívicos, na defesa da liberdade e dos direitos humanos. Uma vez restabelecida a democracia, longe de se acomodar, voltou de novo à primeira linha do combate e lutou pela liberdade de expressão, pelos direitos das mulheres, pela defesa do património e dos valores culturais.

Em boa verdade, nunca foi apenas uma poetisa, alheia ao que se passava à sua volta ou aos problemas do seu tempo. Pelo contrário, foi sempre uma cidadã empenhada, a viver intensamente os problemas do País e a lutar com determinação e denodo por aquilo em que acreditava.

Dotada de uma forte personalidade, Natália Correia deixou marcas indeléveis em todos aqueles que privaram com ela, ou que tiveram oportunidade de a escutar, quer na televisão, quer no Parlamento, quer nas famosas tertúlias que animou e que eram frequentadas, logo a seguir à Revolução, por militares e políticos dos mais diversos quadrantes, mas onde era ela, invariavelmente, o centro das atenções.

É a esta grande figura nacional, a esta escritora e a esta cidadã que estamos a prestar homenagem, porventura a mais justa homenagem que se pode prestar a um autor.

A partir de hoje, na freguesia em que nasceu, há 88 anos, Natália Correia, fica aberta uma casa, um centro onde os interessados poderão entrar e dialogar com aquilo que dela nos resta e que permanecerá vivo pelos tempos fora: a sua obra e o seu legado intelectual.

Faço votos para que seja um centro criativo e dinâmico, um centro que honre, de facto, o nome que hoje lhe damos e a personalidade a quem é dedicado.

Cerimónia de Entrega dos Prémios Literários Fernando Namora e Agustina Bessa-Luís

Estoril, 3 de outubro de 2011

É sempre com muito prazer que me associo à cerimónia de entrega dos prémios literários instituídos pela Sociedade Estoril-Sol.

Estamos aqui para distinguir publicamente os vencedores desta edição: Luísa Costa Gomes, a quem o júri atribuiu o Prémio Fernando Namora; e Paulo Bugalho, um estreante nestas lides, que viu galardoado o primeiro romance que publicou com o Prémio Revelação Agustina Bessa-Luís.

De alguma forma, são três gerações sucessivas de escritores que homenageamos nesta cerimónia, prova de que a nossa literatura continua com a vitalidade que a caracterizou nas suas melhores épocas.

Namora e Agustina, os dois patronos dos prémios Estoril-Sol, são de facto nomes que marcaram profundamente, cada um a seu modo, a ficção portuguesa da segunda metade do século XX. Nos livros de qualquer um deles, tanto ou mais do que nos livros de História, encontramos uma verdadeira galeria de retratos vivos do País que éramos e do País que, em muitos aspetos, continuamos a ser. Dos solares do Minho aos montes do Alentejo, das aldeias da Beira aos bairros de Lisboa, há todo um mundo que foi recriado pela imaginação desses autores, mas que capta com surpreendente fidelidade aquilo que verdadeiramente somos e nos define como povo.

É aí que reside, afinal, o segredo da arte, em particular da literatura. Os romances e contos de grandes autores, como Namora e Agustina, dão-nos a ver em profundidade essa teia de sentimentos, no interior da qual se processa o relacionamento entre pessoas e se cimenta a coesão das comunidades.

O livro de Luísa Costa Gomes, vencedor do Prémio Fernando Namora, revela, precisamente, este poder que a ficção possui de nos transportar ao âmago das coisas, para lá da chamada espuma dos acontecimentos. Conforme se pode ler na ata da deliberação que lhe atribuiu o Prémio, “o júri considerou a obra manifestamente inovadora, quer pela sua excelente construção, quer pelo seu ágil

registro estilístico, de constante ironia, quer pela análise penetrante de alguns comportamentos-tipo da atual sociedade portuguesa”.

Luísa Costa Gomes volta, assim, a surpreender-nos, com um livro cujo título – *Ilusão (ou o que quiserem)* – se encontra, ele próprio, carregado de ironia.

Os seus dotes como ficcionista e dramaturga estão, de há muito, sobejamente demonstrados. Estamos perante uma carreira literária já extensa, na qual se acumulam os títulos, alguns deles já traduzidos para diversas línguas e galardoados por várias instituições. Faço votos para que o Prémio que hoje lhe entregamos, além de ser mais uma justa e merecida prova de reconhecimento, seja também um estímulo para que a autora prossiga o seu trabalho e continue a escrever obras tão inspiradas como aquelas que publicou até aqui.

Ao vencedor do Prémio Revelação, o neurologista Paulo Bugalho, a quem o júri apontou “a capacidade de criação de personagens” e “as qualidades de estilo e de efabulação”, evidenciadas no romance *A Cabeça de Séneca*, gostaria igualmente de exprimir a minha admiração e o meu apreço.

Todos conhecemos a já antiga tradição de médicos que são, ao mesmo tempo, grandes escritores, conciliando a escrita de romances ou poesia com a experiência profissional e científica nos hospitais. Fernando Namora foi um deles, mas poderíamos, também, referir Lobo Antunes, Miguel Torga, Fialho de Almeida, Júlio Dinis e tantos outros. Desejo sinceramente que esta primeira obra publicada por Paulo Bugalho seja o início de mais um desses percursos literários que não apenas se desenvolvem em paralelo com a clínica como até se enriquecem, humana e culturalmente, no contacto diário com o sofrimento e a doença.

Uma palavra de apreço é devida, também, à Sociedade Estoril-Sol.

Num tempo como o nosso, em que a tentação da desistência é tão frequente, continuar a investir nas artes e nas letras constitui um gesto que merece, seguramente, o nosso aplauso.

Saúdo, pois, os responsáveis da Estoril-Sol, pelo seu contributo para o dinamismo e a promoção da língua e da literatura portuguesas, pilares da nossa identidade e meios privilegiados de afirmação internacional.

Muito obrigado.

Cerimónia de Atribuição do Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores

Lisboa, 22 de outubro de 2011

As minhas primeiras palavras são para felicitar Gonçalo M. Tavares, autor do livro premiado, a quem apresento os meus sinceros parabéns.

Numa situação normal, talvez não fosse necessário acrescentar de que prémio se trata. Neste caso, porém, o livro conheceu uma tal aceitação, que os prémios se sucedem um após outro. Ainda não se procedeu à entrega de um, já está a ser anunciado o seguinte. Convém por isso acrescentar, tratando-se de Gonçalo M. Tavares, que o prémio que hoje lhe é entregue é o Grande Prémio de Romance e Novela, da Associação Portuguesa de Escritores, por sinal o mais antigo galardão atribuído em Portugal a obras de criação literária.

Não irei alongar-me no elogio do premiado. Depois de tudo o que já foi aqui dito, depois de tantas traduções, tantos prémios nacionais e internacionais, e tantos aplausos por parte da crítica mais exigente, é difícil não cairmos na redundância, ao falar do conjunto desta obra: uma obra que em apenas uma década, e por mérito próprio, impôs Gonçalo M. Tavares como um dos nomes indiscutíveis no panorama das letras contemporâneas.

Aquilo a que vimos assistindo, a cada nova edição, é de facto um consenso tão alargado, expresso de tantos modos e por tão qualificados representantes quer da academia, quer da opinião pública e dos media, que seguramente o seu significado não se resume a um episódio passageiro. Pela minha parte, gostaria apenas de exprimir a enorme satisfação que todos nós, os portugueses, sentimos, ao testemunhar o sucesso e a justa projeção alcançada por um dos nossos escritores. Satisfação e reconhecimento. O prestígio alcançado além-fronteiras por um escritor, por um artista ou por um homem de ciência é sempre uma mais-valia para o património comum. Cada leitor que ele conquista, cada prémio que lhe é atribuído, reflete-se na imagem global do País e aumenta a consideração e o interesse por tudo aquilo que é português.

O mérito e os louros, obviamente, cabem-lhe por inteiro só a ele. É no seu talento, na sua imaginação, na sua força criadora e no seu trabalho, que reside o segredo de todos os êxitos que já alcançou até aqui. Não há, de resto, outra explicação para esse prodígio, que é ser lido e apreciado nos quatro cantos do mundo, por leitores que possuem culturas e modos de vida completamente distintos.

Mas, de alguma forma, todos nós beneficiamos coletivamente, quando uma obra como esta é reconhecida no plano internacional. Porque é também na língua de Camões e Fernando Pessoa, de Vieira e Eça de Queiroz, na língua em que nós falamos todos os dias, que Gonçalo M. Tavares escreve os livros, de que depois se fazem traduções.

Através dos seus romances e da sua poesia, dos seus contos e peças de teatro, a língua portuguesa tornou-se mais rica e, através dela, enriqueceu-se igualmente a cultura universal, com novos modos de ver, imaginar e sentir.

São obras como as de Gonçalo M. Tavares que verdadeiramente conferem ao português o estatuto de uma língua viva. Já não é apenas o facto de ser uma língua falada e escrita por muitos milhões de homens e mulheres. É sobretudo o facto de ela ser um espaço dinâmico, no interior do qual a cultura e a ciência universais também se transformam e renovam, num diálogo permanente entre povos e entre gerações.

Uma Viagem à Índia, o livro que nos trouxe aqui hoje, é o exemplo desse cruzamento de perspetivas e memórias diferentes, mediante o qual a arte consegue rasgar novos horizontes, e fazer, ao nível da ficção, aquilo que o Poeta dizia que tinham feito as viagens dos portugueses – “dar novos mundos ao Mundo”.

É um livro com um título que remete para a nossa História, da mesma forma que a sua arquitetura faz lembrar a d’*Os Lusíadas*. Basta, além disso, folhear algumas páginas, para nos ocorrerem Camões e outros escritores viajantes, como Fernão Mendes Pinto e João de Barros, em cujas obras aparece também o confronto entre mundos e civilizações diferentes.

Contudo, e sem menosprezo para essas marcas de origem, facilmente identificáveis, *Uma Viagem à Índia* é acima de tudo um texto atual e universal, um texto em que se reflete a complexidade e a incerteza, que são marcas inconfundíveis do nosso mundo e do tempo em que vivemos.

Há, portanto, boas razões para nos congratularmos com a sua publicação e para saudarmos vivamente o autor, Gonçalo M. Tavares, a quem a Associação Portuguesa de Escritores quis este ano distinguir.

Estou seguro de que outros títulos da sua autoria virão juntar-se a este e a conhecer idêntico sucesso.

Muito obrigado.

Cerimónia de Homenagem por Ocasão do Centenário da Universidade de Lisboa

Palácio de Belém, 23 de novembro de 2011

É com muito gosto que presto a minha homenagem à Universidade de Lisboa, que agora encerra o programa de comemorações do seu primeiro centenário. Como Presidente da República e como cidadão português, quero manifestar o meu enorme orgulho no trabalho realizado ao longo de um século pela Universidade de Lisboa, uma instituição de referência que soube encontrar resposta e capacidade de adaptação às profundas transformações e incertezas com que foi confrontada e que é hoje um exemplo de modernidade, de vitalidade e de visão.

E é por isso que, para além do respeito e do reconhecimento pelo inestimável contributo que tem dado à sociedade portuguesa, podemos igualmente reafirmar, com toda a justiça, a nossa confiança no futuro da Universidade de Lisboa e no papel que certamente continuará a desempenhar.

Não tem sido nada fácil, entre nós, o papel das Universidades ao longo dos tempos. As Universidades contribuíram decisivamente para a afirmação de um Estado moderno, que recuperou de um grande atraso ao nível educacional, que integrou a União Europeia e passou a competir num mercado global e sem fronteiras, apto a acolher e integrar pessoas vindas de todos os cantos do mundo.

Um país que procurou responder às exigências de uma crescente qualificação, em que o número de diplomados cresceu cinco vezes em apenas duas décadas e que soube afirmar-se no exigente e competitivo segmento da investigação científica e da capacidade de inovação.

Como ainda há bem pouco tempo tive oportunidade de referir em Stanford, Portugal tem vindo a afirmar-se internacionalmente pela qualidade dos seus investigadores, pela excelência da sua produção científica e pela sua integração plena nas redes científicas globais mais representativas e prestigiadas.

Os nossos melhores centros de investigação e universidades, de que é exemplo a Universidade de Lisboa, têm estabelecido programas de intercâmbio e troca de

experiências e conhecimentos, integrando redes internacionais de cooperação universitária como medida estratégica para a sua internacionalização.

É também de sublinhar o esforço que as Universidades têm feito para se abrir à sociedade, pondo o seu saber e a sua capacidade de inovação ao serviço das empresas mais ambiciosas, apoiando o desenvolvimento de novos negócios e acolhendo iniciativas que, de outro modo, teriam poucas possibilidades de vingar. O reforço da ligação virtuosa entre a academia, os empreendedores e a aplicação do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico à criação de inovações de sucesso é um caminho que temos de trilhar mais intensamente, para que o grande potencial das nossas instituições científicas seja transformado em criação de riqueza.

A Universidade de Lisboa, a par de outras universidades portuguesas, iniciou há muito esse processo de transformação, um processo que é essencial ao País mas que requer tempo e compromissos políticos e financeiros de longo prazo.

A obtenção de resultados de elevado nível exige, de facto, recursos adequados e uma necessária autonomia de decisão. Pese embora o contexto de grave crise económica e orçamental, vale a pena sublinhar que, num quadro de acesa concorrência a nível global, a excessiva carência de recursos ou a sua imprevisibilidade pode provocar um atraso difícil de recuperar.

Deve ser preservada a autonomia das universidades, confiando à responsabilidade dos seus órgãos de governo o rigor que se lhes exige na gestão dos escassos recursos disponíveis.

As instituições universitárias, na sua maioria, já demonstraram merecer a confiança dos poderes públicos, apresentando resultados dignos de reconhecimento e estímulo.

Decidi, por tudo isto, agraciar a Universidade de Lisboa, na celebração do seu centenário, com o título de Membro Honorário da Ordem de Sant'Iago da Espada, a mais alta condecoração do País conferida às instituições de carácter científico. Faço-o com um sentido muito firme de inteira justiça e com a convicção de que a Universidade de Lisboa saberá preservar, no futuro, o prestígio associado a tão elevada distinção honorífica.

À comunidade científica e académica, bem como a todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram com a sua inteligência e o seu esforço para conduzir

a Universidade de Lisboa à prestigiada posição que hoje detém, endereço os meus sinceros parabéns.

Muito obrigado.

Cerimónia de Homenagem ao Fado por Ocasião da sua Inscrição como Património Cultural Imaterial da Humanidade

Palácio de Belém, 2 de dezembro de 2012

É com muita satisfação que presto esta homenagem ao Fado e aos seus protagonistas aqui no Palácio de Belém, depois de ser conhecida a decisão da UNESCO de integrar o Fado na sua Lista Representativa de Património Cultural Imaterial da Humanidade.

Apoiei esta candidatura, à qual concedi o Alto Patrocínio, desde o seu início. Em junho de 2010, recebi a Comissão responsável pela candidatura e recordo bem o entusiasmo com que me falaram do processo e a garantida convicção de que, com a base de trabalho e o rigor com que tudo foi preparado, dificilmente esta candidatura não seria bem-sucedida.

O Fado é talvez a mais significativa forma de expressão artística em Portugal, aquela que mais nos identifica internacionalmente e aquela que melhor define a alma do nosso povo.

Ficou muito claro desta candidatura, e através do estudo e da pesquisa que a rodearam, que o Fado é tudo menos simples: tem muitas tonalidades, muitos segredos, muitos recantos, tantos como as ruas e becos de Alfama ou da Mouraria.

Esta candidatura estimulou, de uma forma nunca antes conseguida, o estudo do Fado e o conhecimento mais profundo sobre a nossa canção. Felicito, pois, a Comissão de Candidatura e a Comissão Científica pelo importante trabalho que levou a cabo. As suas origens remontam ao século XIX mas, segundo muitos investigadores, os seus antecedentes são ainda mais recuados no tempo.

É verdade que hoje o Fado é reconhecido e estimado pelos Portugueses e por todos os que o ouvem além-fronteiras, mas nem sempre assim foi. Tempos houve em que o Fado era apenas associado a uma vida boémia que continha em si retratos de uma Lisboa pouco recomendável. Mas isso foi mudando e, a pouco e pouco, o Fado regenerou a sua imagem, poetas ilustres compuseram muitas das

letras de maior êxito e transformou-se num cartão-de-visita, não só da cidade de Lisboa, mas de todo o Portugal.

Num período em que as grandes salas de espetáculos não se abriam para os fadistas, era nas Casas de Fado, um pouco por toda a Lisboa, que os amantes de Fado e os turistas podiam ouvir algumas das melhores e mais significativas vozes de sempre.

Alfredo Marceneiro, Carlos Ramos, Maria Amélia Proença, Berta Cardoso, Maria Teresa de Noronha, Hermínia Silva, Fernando Farinha, Fernando Maurício, Lucília do Carmo, são alguns dos nomes grandes da História do Fado.

E é claro que seria impossível falar do Fado sem dar um destaque muito especial à grande Amália Rodrigues, que escolheu os melhores músicos, os melhores compositores e os melhores poetas de Portugal para os cantar com a sua voz e a sua interpretação únicas, marcando para sempre o Fado e continuando a inspirar gerações de fadistas. Foi ela que espalhou o Fado pelo mundo fora.

O Fado, como tudo o que tem uma qualidade intrínseca, resistiu às modas e ao tempo e pudemos, ao longo de décadas, ser surpreendidos pela qualidade dos fadistas que mantiveram viva a canção de Lisboa: João Ferreira-Rosa, Teresa Tarouca, Carlos do Carmo, Beatriz da Conceição, Maria da Fé, Celeste Rodrigues, João Braga, vozes que ainda hoje temos o privilégio de poder ouvir ao vivo.

Neste percurso do Fado, as Casas de Fado tiveram um papel fundamental nas décadas de 70 e 80, quando, por razões mais ou menos ideológicas, o público se afastou um pouco do Fado. Eram poucos os que na altura se dedicavam a uma carreira exclusiva no Fado e menos ainda os que, como a Mísia, resolveram aventurar-se além-fronteiras e procuraram mantê-lo nos palcos de todo o Mundo.

Felizmente, os tempos hoje são bem diferentes! Há toda uma nova geração de fadistas que trouxe um fôlego e uma vitalidade ao Fado como imagino que nunca se tenha visto. São muitos os concertos em Portugal e no estrangeiro e são imensas as solicitações dos nossos fadistas.

A Mariza, embaixadora da candidatura, é disso exemplo, como são exemplo a Katia Guerreiro, a Ana Moura, a Cristina Branco, a Raquel Tavares, a Carminho, o António Zambujo, o Camané, o Ricardo Ribeiro e todos os que estão hoje aqui presentes.

Esta nova geração foi essencial para o reconhecimento do Fado como Património da Humanidade. Foi ela que, no País e no estrangeiro, alargou e consolidou o espaço de adesão ao Fado, tornando-o numa marca portuguesa internacionalmente reconhecida.

E não são só os fadistas, são também os músicos que os acompanham, cujo virtuosismo é demonstrado em cada espetáculo, são os compositores e os poetas que continuam a criar excelentes melodias e poemas onde sempre se espelha a alma portuguesa e a riqueza e intensidade das suas emoções.

Queria, por fim, agradecer a todos a vossa presença. Esta sala em que nos encontramos chama-se Sala dos Embaixadores. E esta informação tem toda a pertinência porque todos os que aqui estão hoje, e todos aqueles que não puderam estar presentes, são embaixadores de Portugal, da nossa cultura, da nossa língua e, em suma, da nossa identidade. Constituem a nossa *Seleção Nacional* do Fado, para a qual todos estão convocados!

Todos os que aqui estão são responsáveis pela vitória desta candidatura porque todos têm, ao longo das suas vidas e das suas carreiras, contribuído para tornar o Fado numa melodia universal.

Muito obrigado a todos.

Cerimónia de Inauguração das Novas Instalações das Faculdades de Medicina e de Farmácia e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar

Universidade do Porto, 20 de janeiro de 2012

Em março de 2011, tive oportunidade de me deslocar à Universidade do Porto, por ocasião das celebrações do centenário desta que é, atualmente, a maior instituição de ensino e investigação científica de Portugal.

Hoje, é com o maior gosto que me associo à inauguração das novas instalações da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Farmácia e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Trata-se, como aqui foi sublinhado pelos respetivos Diretores, de um importante investimento, quer em termos de qualidade arquitetónica, quer de sofisticação tecnológica.

As universidades e os centros de investigação científica são hoje obrigados a competir em escalões cada vez mais exigentes. Para tal, necessitam não só de adquirir uma dimensão e uma massa crítica que lhes permitam ombrear com os mais ambiciosos, como de dispor dos recursos adequados e da correspondente autonomia de decisão.

Em Portugal, foram feitos, ao longo dos últimos vinte e cinco anos, grandes esforços no sentido de promover o desenvolvimento e o acesso ao conhecimento científico e os resultados são hoje bem visíveis. A aposta no conhecimento científico tem sido, aliás, uma das mais consensuais no contexto político nacional, no sentido em que os diversos governos que se têm sucedido têm assumido este objetivo como estratégico para o desenvolvimento da nossa economia.

O País deu, assim, um considerável salto em frente e passou de uma situação de grande atraso e carência, comparado com os países mais desenvolvidos da Europa, para uma situação que se aproxima da média europeia. Esta evolução tem sido confirmada pelas avaliações muito positivas realizadas por instâncias internacionais, como a OCDE ou a Comissão Europeia. O mesmo reflete o elevado número de prémios que têm vindo a dar merecido reconhecimento ao trabalho

dos investigadores portugueses, seja em instituições nacionais, seja em ambientes internacionais de grande exigência e projeção mundial.

O País tem progredido em todos os indicadores do conhecimento científico, e, em particular, no investimento efetuado em investigação e desenvolvimento e na formação de recursos humanos, incluindo mestrados e doutoramentos.

A Universidade do Porto é, sem dúvida, um exemplo bem ilustrativo dos progressos que Portugal tem alcançado nessa área, a par de outras universidades portuguesas que integram os mais elevados padrões no quadro da avaliação internacional.

Para um país como Portugal, que, durante séculos, andou arredado de lugares de relevo nestes domínios na Europa, pagando com isso o preço do seu atraso de desenvolvimento, o ativo acumulado nas últimas décadas em formação e investigação científica deve ser considerado como estratégico.

Quanto maior for o nível de desenvolvimento científico de um país, maior será o seu potencial de gerar inovação e informação de qualidade e, logo, maior o potencial de criação de riqueza e de bem-estar da sociedade. Abraçar a ideia de que a crise económica que vivemos constitui razão suficiente para se abandonar a aposta no desenvolvimento do conhecimento científico seria, certamente, uma visão míope.

Como por várias vezes tive ocasião de sublinhar, os imperativos de contenção e rigor na gestão e no dispêndio de fundos públicos não devem fazer perigar nem o acesso dos mais carenciados ao ensino superior, nem as condições para a manutenção de um corpo docente e científico qualificado e mobilizado.

Nesse sentido, impõe-se identificar e apostar nos melhores, não podendo o País dar-se ao luxo de os perder, porventura definitivamente, para outros centros de desenvolvimento científico no estrangeiro.

Devem, por isso, ser criadas as condições necessárias para que os melhores investigadores se fixem no País, sendo um bom sinal a prevista elaboração de um estatuto do bolseiro que reconheça e valorize o seu trabalho.

A comparação das instituições ao nível mundial é impiedosa e o único caminho para estarmos inscritos entre os melhores é prosseguir na senda da excelência, mantendo um corpo docente mobilizado e altamente qualificado e uma produção científica produtiva e internacionalmente reconhecida. Acrescentaria, até, que

devemos ter a ambição de conseguir atrair os cientistas e os talentos de outros países, para assim lançar as bases para o desenvolvimento de novas parcerias e de novos setores produtivos em Portugal.

Devo insistir na ambição de associar mais fortemente a investigação científica a novos setores da economia, porque é disso que Portugal necessita: transformar o avultado custo do investimento realizado na ciência, ao longo das últimas décadas, em inovação, em produtos e serviços transacionáveis no mercado e em criação de riqueza e emprego.

Portugal aproxima-se presentemente da média europeia no que respeita ao investimento feito na investigação científica, mas o facto é que surge na cauda da Europa quando se trata de converter o conhecimento em inovação.

É necessário que os agentes económicos e os empreendedores venham aos centros de conhecimento científico recrutar os cientistas, tal como é importante que alguns de entre estes se preocupem em empreender e, principalmente, em investigar em domínios que possam ser postos ao serviço das empresas e dos interesses estratégicos de Portugal.

O modo como foi projetado o novo edifício da Faculdade de Medicina, ligado ao Hospital de São João e dotado de espaços vocacionados para o apoio a atividades de investigação, reflete uma visão de futuro que me parece particularmente adequada, já que integra uma maior intensidade no intercâmbio entre a investigação básica e a prática clínica. Como pude constatar durante a visita que realizei às instalações, a Faculdade de Farmácia e o Instituto de Ciências Abel Salazar irão partilhar três novos edifícios, dotados de raiz com as mais avançadas condições de trabalho científico e académico. Essa partilha favorece, sem dúvida, as interações que devem estabelecer-se entre as faculdades e os institutos dedicados a ciências de ponta, como é o caso do Instituto Abel Salazar.

Saliento também a notável integração, neste complexo, do edifício da antiga reitoria e a ligação ao Centro Hospitalar do Porto, numa interconexão harmoniosa que liga o que parecia separado, num convite irrecusável ao trabalho em colaboração. Trata-se, sem dúvida, de um excelente exemplo de aproveitamento dos fundos europeus, que envolve um elevado esforço nacional de participação, para o desenvolvimento regional e a valorização do nosso território. Estão de parabéns os Arquitetos Manuel Gonçalves e José Manuel Soares.

A inauguração de novas instalações é vista, muitas vezes, como um recomeço, uma oportunidade de reforço dos propósitos e das ambições. É esta a visão que julgo estar espelhada neste ambiente estimulante do ponto de vista arquitetónico e de organização de espaços, com equipamentos e tecnologia sofisticados, e que terá, certamente, uma gestão rigorosa, capaz de atrair e potenciar as capacidades humanas que aqui se reúnam.

Essa confluência virtuosa vai permitir que se escreva nesta nova casa uma história de trabalho profícuo e de sucesso, que confirme e amplie a obra coletiva que a Universidade do Porto, e cada uma das suas instituições, começaram a escrever há um século, mantendo viva, com elevado mérito e persistência, uma ambição coletiva que nos cabe, em cada dia, interpretar e concretizar.

Quero, por isso, prestar a minha homenagem à Faculdade de Medicina e de Farmácia e ao Instituto Abel Salazar, bem como à Universidade do Porto que, pela mão do seu Magnífico Reitor, Professor Marques dos Santos, tem conduzido esta academia com visão estratégica e rumo firme, com largos créditos firmados em áreas consideradas estratégicas para o futuro do País.

Felicito todos os que ergueram esta obra e desejo os maiores êxitos à atual geração e às gerações que aqui hão de demonstrar e desenvolver as suas capacidades e os seus talentos.

A todos desejo um bom ano de 2012, as maiores felicidades e um excelente trabalho.

Muito obrigado.

Inauguração de “Guimarães, Capital Europeia da Cultura”

Guimarães, 21 de janeiro de 2012

É para mim um motivo de regozijo estar em Guimarães no dia em que a cidade inaugura o ambicioso programa de atividades que a vai projetar, ao longo de todo este ano, como Capital Europeia da Cultura.

Guimarães, como todos aprendemos nos bancos da escola, foi o berço de Portugal. Estão aqui as nossas raízes. Está aqui a nação que, a partir do condado portugalense, se havia de transformar num país independente. De alguma forma, aqui foi Portugal, antes de haver Portugal.

Mas Guimarães não é apenas esse passado longínquo, esse lugar mítico onde a coragem e a vontade de ser independente incarnaram, há nove séculos, num punhado de cavaleiros e nas gentes que se lhes juntaram a combater pela emancipação de um país novo. Guimarães é hoje um centro populacional dinâmico, que preservou exemplarmente a sua memória, onde há empresas que souberam renovar-se, mesmo em setores que pareciam já condenados, como o têxtil e a metalurgia, e que, pela sua determinação, criatividade e espírito empreendedor, estão agora a competir no mercado global.

Guimarães é também uma cidade virada para o futuro. Prova disso é a atividade do Parque de Ciência e Tecnologia aqui instalado, o AvePark, onde a investigação mais avançada vai de par com a inovação empresarial e o desenvolvimento de projetos de âmbito internacional. É aí, de resto, que está sediado o Instituto Europeu de Excelência de Medicina Regenerativa de Tecidos, que tive o prazer de inaugurar há cerca de dois anos.

Em todos os momentos da sua já longa história, esta cidade soube sempre encontrar a inteligência e a força necessárias para vencer os desafios que tinha pela frente. Foi assim nos alvares da nacionalidade; foi assim há 150 anos, quando criou e consolidou um tecido de empresas modernas, logo no início da revolução industrial; é assim, uma vez mais, neste começo do século XXI, ao colocar-se na

vanguarda europeia do conhecimento, estabelecendo pontes com centros de investigação dos mais avançados do mundo.

Guimarães é a demonstração de que o progresso, longe de ser incompatível com os valores materiais e imateriais de tempos passados, encontra afinal nesse legado uma importante base de sustentação e um estímulo de que não podemos prescindir.

Aqui, o desenvolvimento não se fez à custa da herança histórica, o moderno não enfeitou o antigo, o cosmopolitismo não sacrificou a cultura local. Pelo contrário, foi à sombra das suas muralhas, igrejas e palácios que a cidade cresceu. E será certamente no orgulho e no respeito por esse mesmo património que ela irá afirmar-se, este ano, como Capital Europeia da Cultura.

Poucas cidades teriam, como Guimarães, tamanho direito a ambicionar semelhante distinção.

Desde a sua origem, as marcas europeias foram aqui vincadas pelo conde D. Henrique, esse cruzado que veio da Borgonha e que terá vivido por algum tempo na cidade, legando a seu filho, D. Afonso Henriques, a ambição de autonomizar o território, uma tarefa que ele próprio não havia conseguido levar a bom termo. Ao longo dos séculos, Guimarães permaneceu fiel a essa cultura de independência e, ao mesmo tempo, de abertura ao mundo que, à semelhança de outras cidades europeias, marcou as suas origens medievais.

Uma prova insofismável do modo como a cultura vimaranense incorpora e combina tanto o local e o global como o passado e a vanguarda, foi o recente processo de conservação e reabilitação do centro histórico da cidade.

Não se tratou apenas de preservar ruas, paredes e janelas. Tratou-se, sobretudo, de requalificar um conjunto habitacional, dotando-o de equipamentos e infraestruturas modernas, de modo a que continuasse a ser uma zona onde vivem e trabalham pessoas, e atraísse os mais jovens para o convívio com a sua cidade. Tanto ou mais do que património material, preservou-se, aqui, um património social, um tecido urbano habitado há várias gerações por famílias que formam uma comunidade. A arquitetura e o urbanismo contemporâneos não devem esquecer estas referências.

Foi um trabalho que durou mais de duas décadas, pondo à prova a persistência e a lucidez dos executivos camarários. Dezenas de edifícios privados e espaços

públicos foram então recuperados, em escrupuloso respeito pela traça original e utilizando-se técnicas e materiais tradicionais. Mas o reconhecimento não poderia ter sido maior: ainda durante as obras, os prêmios de arquitetura sucederam-se e, a culminar, a UNESCO declarou, em 2001, aquele espaço como Património Cultural Mundial.

Uma cidade com tais pergaminhos tem tudo para garantir, em 2012, a projeção a nível internacional quer da sua cultura, quer da região em que está integrada, quer da própria nação que nela teve o berço.

Portugal inteiro revê-se, neste momento, em Guimarães. Ao longo dos próximos meses, os palcos, os museus, os monumentos, as ruas e as praças desta cidade representarão uma enorme placa giratória, por onde vai passar gente de todo o mundo.

A nossa hospitalidade e a tradicional capacidade de diálogo com outros povos e outras culturas são conhecidas, e constituem um valor que nunca será demais realçar e preservar.

Mas Portugal não é apenas um povo de gente afável, com uma história milenar e um património valioso. É também um povo que dialoga na sua própria língua com outros povos, em vários continentes. E é um país onde, nas últimas décadas, se multiplicaram os casos de artistas, mulheres e homens de ciência, empresários e gestores com sucesso aquém e além-fronteiras.

Já não somos apenas a terra de origem de muitas comunidades de emigrantes que, na Europa ou nas Américas, são conhecidas pela sua dedicação e pelo seu labor. Somos também a terra natal de pintores e arquitetos, de cientistas e escritores cujo talento é reconhecido em todo o mundo. Mais ainda, somos um país plenamente integrado no espaço europeu, um país onde existem centros de investigação dos mais avançados em diversos domínios do saber, e onde a herança patrimonial se renova e atualiza, integrando novas formas de expressão artística e dialogando com outras culturas.

É por isso que esta Capital Europeia da Cultura, sediada em Guimarães, poderá vir a ter reflexos importantes, não apenas ao nível das manifestações artísticas, mas também no que respeita à própria imagem global do País.

Mais do que nunca, a credibilidade dos países é hoje um ativo da maior importância no plano das relações internacionais. E essa credibilidade passa também

pelos indicadores de ciência e cultura, nos quais se reflete a maior ou menor capacidade das populações para perceber as dificuldades e responder aos desafios.

Portugal pode e deve afirmar-se, a nível europeu e a nível internacional, como um interlocutor válido em múltiplos campos do saber e da criação artística. Em primeiro lugar, porque dispomos de instituições e protagonistas à altura desse desafio. E, em segundo lugar, pela singularidade que a nossa cultura, tal como a História que partilhámos durante séculos com outros povos, pode representar neste Mundo global em que as identidades se transformam e atualizam através de sucessivos cruzamentos.

Para uma tal afirmação será necessário, antes de mais, estarmos cientes do potencial de que dispomos nesses domínios. Não se pode promover aquilo em que não se acredita ou que se desconhece.

Estou certo de que a Capital Europeia da Cultura, esta nossa cidade-berço, dará um contributo decisivo para a identificação das nossas capacidades como povo e para uma estratégia de promoção da imagem de Portugal nos nossos dias.

Foi a partir de Guimarães, há quase um milénio, que a nação se projetou, primeiro para o Sul e depois para além-mar. Oxalá, a partir de Guimarães, em 2012, o seu espírito se projete novamente, quer para a Europa, quer para o Mundo.

Muito obrigado.

Portugal na Europa e no Mundo **V**





Banquete Oficial em Honra do Príncipe de Gales e da Duquesa da Cornualha

Lisboa, 28 de março de 2011

É motivo de uma grande satisfação, para mim e para minha Mulher, dar as boas-vindas a Vossas Altezas Reais.

Portugal e o Reino Unido conhecem-se bem. Possuímos um relacionamento multissecular, que se revelou determinante em momentos cruciais da História dos nossos dois países.

Um relacionamento alicerçado na mais antiga Aliança em vigor entre dois Estados soberanos, consagrada no Tratado de Londres, de 1373, e reafirmada pelo Tratado de Windsor, de 1386, pela qual ambos os países se consideravam unidos, daí em diante, por “uma liga, uma amizade e uma confederação geral e perpétua”. Esta proximidade, de características únicas, entre duas das mais antigas nações do nosso continente, tem sabido resistir à prova do tempo e às vicissitudes das circunstâncias históricas, encontrando expressão, nos nossos dias, numa relação bilateral dinâmica e diversificada, na pertença comum à Aliança Atlântica e na partilha de um destino europeu, no quadro da União Europeia.

No domínio bilateral, o Reino Unido é, de há muito, um dos principais parceiros económicos, comerciais e de investimento de Portugal. São muitos, também, os cidadãos britânicos que, desde sempre, elegem Portugal como destino de férias privilegiado, ou que aqui decidem fixar residência. Como é, hoje, considerável o número de portugueses que vivem e trabalham no Reino Unido.

Cabe-nos tirar pleno partido desta multiplicidade de fatores que nos aproximam para ir ainda mais longe nos vários domínios em que se afirma o nosso relacionamento.

É bem conhecido o interesse de Vossa Alteza pelas questões ligadas às alterações climáticas, à proteção ambiental e à promoção das energias limpas. São domínios em que os nossos países possuem interesses convergentes e que oferecem um elevado potencial para o reforço da nossa cooperação bilateral.

A proximidade do mar marcou profundamente a forma de ser de portugueses e

britânicos e assumiu um papel determinante na História dos nossos dois países e do nosso próprio relacionamento. Cabe-nos, hoje, tirar partido desta cumplidade que o mar teceu entre Portugal e o Reino Unido e promover a nossa cooperação nas múltiplas áreas relacionadas com a economia do mar.

Espero, ainda, que os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2012, que Londres se prepara para receber, constituam uma oportunidade para reforçar a presença económica e empresarial portuguesa no Reino Unido.

Altezas

Minhas Senhoras e meus Senhores

O Mundo vive um tempo marcado pela incerteza. Aos desafios colocados pela crise do sistema financeiro internacional e pela alteração da estrutura económica mundial, somam-se os riscos que advêm da multiplicação dos focos de tensão e de conflito e a necessidade de dar resposta às expectativas legítimas dos povos que abraçam a causa da liberdade, designadamente na nossa vizinhança. É, também, um Mundo de ameaças de natureza cada vez mais global, que exigem, por isso, respostas coletivas.

Esta é uma realidade que necessita de uma União Europeia coesa, solidária, forte e credível. Uma União Europeia que saiba ser uma resposta e uma fonte de esperança para os seus cidadãos. Uma União Europeia aberta ao Mundo, como sempre sublinharam Portugal e o Reino Unido.

Altezas

O Reino Unido é hoje, como no passado, um dos nossos mais próximos e mais importantes parceiros no quadro europeu e internacional. Queremos sinceramente que assim continue a ser. Por isso, é fundamental que saibamos ser claros nos sinais que damos, para que não subsistam dúvidas sobre o nosso firme empenho nesse sentido. A visita de Vossas Altezas Reais constitui, indiscutivelmente, um renovado sinal de amizade e de confiança entre velhos aliados.

E é nesse espírito de confiança e de ambição quanto ao futuro que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade de Sua Majestade a Rainha Isabel II e de Vossas Altezas Reais, e pelo reforço da Aliança secular que une Portugal e o Reino Unido.

Muito obrigado.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2011 do Conselho da Europa

Lisboa, 29 de março de 2011

É sempre com um renovado prazer que me associo à cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa.

Uma satisfação que muito deve ao facto de ver assim reconhecidas personalidades cujo percurso de vida constitui um exemplo e uma inspiração para todos os que pugnam por um Mundo mais justo, onde o respeito pelos Direitos Humanos, a Democracia e a Solidariedade entre os povos sejam não apenas um ideal, mas uma realidade de todos os dias.

A cerimónia deste ano tem lugar num contexto internacional profundamente marcado pelos acontecimentos na margem sul do Mediterrâneo, que tão vivamente nos alertam para os riscos que advêm de sistemas políticos baseados na intolerância, no autoritarismo e na ausência de garantias fundamentais ao exercício dos direitos civis e políticos.

Os desenvolvimentos a que vimos assistindo sublinham, entre outras, a necessidade urgente de novos modelos de cooperação entre o Norte e o Sul.

Sabemos, por experiência própria, que a construção de uma democracia plural, onde a paz, a liberdade e a prosperidade possam florescer, é um caminho que exige perseverança, trabalho, dedicação e, frequentemente, sacrifícios. Será, por isso, indispensável aos nossos vizinhos do Sul do Mediterrâneo uma grande determinação na introdução de reformas políticas e económicas, que permitam uma mudança pacífica rumo à Democracia e ao desenvolvimento. Mas é, também, fundamental que, nessa tarefa, possam contar com o apoio solidário da comunidade internacional e, muito em particular, dos seus vizinhos do Norte, dos países europeus.

É neste contexto que o Centro Norte-Sul, pela sua experiência de trabalho com os países da região, é chamado a desempenhar um papel ainda mais ativo na promoção de pontes de diálogo e de cooperação entre as duas margens do Medi-

terrâneo, envolvendo as sociedades civis, as organizações não-governamentais e todos os parceiros que estejam aptos a apoiar as transformações em curso.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Servem estas considerações introdutórias para realçar a atualidade dos valores e da missão que norteiam, desde a sua criação, o Conselho da Europa e o Centro Norte-Sul, e que os laureados deste ano ilustram de forma tão eloquente.

Louise Arbour é distinguida pelo seu contributo para a defesa e expansão da área de aplicação dos Direitos Humanos e para o reforço dos mecanismos de investigação e condenação de todas as violações desses Direitos.

Louise Arbour possui um percurso de vida extremamente rico e diversificado e um curriculum recheado de exemplos do seu envolvimento em situações e responsabilidades no domínio da justiça e dos Direitos Humanos. Foi particularmente visível, aos olhos da comunidade internacional, a dedicação de que deu provas e a qualidade com que exerceu as importantes funções de Procuradora dos Tribunais Penais Internacionais para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda, e de Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, entre 2004 e 2008. Coube-lhe, neste último caso, a difícil tarefa de suceder a um cidadão brasileiro de enorme prestígio, dotado de uma notável envergadura política e ética, Sérgio Vieira de Melo, a cuja memória presto, mais uma vez, uma sentida homenagem.

Ao longo da sua brilhante carreira jurídica e nos diferentes mandatos internacionais que exerceu, Louise Arbour ergueu sempre a sua voz em nome dos direitos inalienáveis dos mais pobres e desprotegidos, das vítimas dos conflitos e dos oprimidos nas suas liberdades fundamentais.

O outro agraciado deste ano é uma das grandes figuras do nosso tempo, e um grande amigo de Portugal.

Lula da Silva é homenageado pelo dinamismo que imprimiu às relações “Sul-Sul” e por ter conduzido uma política externa apostada em promover, à escala global, a luta contra a pobreza e a promoção do desenvolvimento económico e da justiça social.

O seu percurso de vida é, desde muito cedo, o da coragem perante a adversidade, da tenacidade perante os obstáculos, da generosidade perante as dificuldades

dos mais fracos. No decurso dos oito anos em que exerceu a Presidência da República do Brasil, Lula da Silva demonstrou que é possível promover eficazmente o crescimento económico e o desenvolvimento sem esquecer os mais desfavorecidos, comprometendo-se de forma determinada com políticas que são hoje um modelo para muitos outros países, orientadas para a erradicação da fome, da pobreza, das doenças e da iliteracia, e de apoio ao desenvolvimento económico e social.

Estas suas preocupações refletiram-se, igualmente, no domínio da política externa do Brasil. Pela palavra e pela ação, Lula da Silva foi sempre um combatente contra a injustiça, a miséria e a privação que afetam ainda uma parte substancial da humanidade, deixando-nos um legado inspirador, que a sua ação presente – e, não tenho dúvidas, futura –, continuará a enriquecer.

Os grandes líderes distinguem-se pela sua capacidade de traduzir ideais em realizações concretas e mobilizadoras da esperança. Esse é, indiscutivelmente, o caso de Lula da Silva.

Embora com percursos distintos e em contextos diversos, os dois laureados nesta edição do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa estão unidos na sua batalha em favor da justiça, da liberdade e do respeito pela dignidade da pessoa humana. Ao desafiarem a resignação perante as injustiças, inspiraram milhões de cidadãos, reforçando a nossa confiança no melhor que existe nos homens e nas mulheres do nosso tempo e a nossa esperança num Mundo melhor.

É esse contributo de Louise Arbour e de Lula da Silva que o júri do Prémio Norte-Sul decidiu homenagear. E é uma honra, para mim, associar-me a esse justo reconhecimento.

Muito obrigado.

Conferência “União Europeia: lições de uma crise” no Instituto Universitário Europeu

Florença, 12 de outubro de 2011

Quero, antes do mais, agradecer ao Presidente Josep Borrel o honroso convite que me dirigiu para participar neste Ciclo de Conferências sobre o momento atual na União Europeia, que em boa hora o Instituto Universitário Europeu entendeu levar a cabo.

Um convite que me permite prestar homenagem a uma instituição que tanto tem contribuído para o aprofundamento do ideal europeu e que visitei, pela primeira vez, como Primeiro-Ministro de Portugal, há mais de vinte anos, a convite de Emile Noël, cuja memória evoco aqui, como grande europeísta e grande amigo do meu país.

A União Europeia vive horas decisivas para o seu futuro. O que está em causa é o maior ativo de que os povos europeus dispõem para fazer face aos desafios do presente e às incógnitas do futuro: a integração europeia.

É com esta realidade como pano de fundo que me proponho partilhar convosco algumas reflexões, fruto da minha experiência, da minha formação e das interrogações que o projeto europeu e, em particular, a crise do euro me vêm suscitando.

Desde logo, é um imperativo recordar o admirável sucesso da integração europeia que, em mais de cinco décadas, garantiu um ciclo de paz e prosperidade sem precedentes na História da Europa. Eliminaram-se fronteiras, estabeleceu-se a livre circulação de pessoas, construiu-se um mercado único que é o maior bloco económico do mundo, reforçaram-se os laços de solidariedade com o princípio da coesão económica e social, criou-se a moeda única, definiram-se políticas comuns, promoveu-se a cooperação em múltiplas áreas, projetou-se a Europa no Mundo. E, dos seis Estados fundadores, a União Europeia passou aos vinte e sete membros do presente.

Ao longo do caminho, houve que enfrentar várias crises e obstáculos, mas a Europa soube responder. Os interesses nacionais foram enquadrados por um

interesse comum que reforça a união e o sentido comunitário. Assim terá de ser, de novo, mais do que nunca, perante a crise atual, indiscutivelmente uma das mais sérias da história da construção europeia.

Importa desfazer algumas apreciações e julgamentos errados que têm emergido a propósito desta crise.

Em primeiro lugar, o euro não é a causa da crise. As causas radicam, por um lado, nas políticas erradas, nomeadamente orçamentais e macroeconómicas, seguidas pelos Estados-membros e, por outro lado, numa deficiente supervisão por parte das instituições europeias. A responsabilidade por esta crise é claramente partilhada pelos Estados-membros e pelas instituições europeias.

Alguns criticam o Tratado de Maastricht, a cuja assinatura tive a honra de presidir, enquanto Presidente do Conselho Europeu, em 1992. Dizem que as dificuldades atuais vêm das insuficiências do Tratado. Esquecem, desde logo, as circunstâncias: o Tratado da União Europeia foi negociado há vinte anos, a globalização estava ainda a emergir, a União Europeia tinha 12 membros, o muro de Berlim tinha caído havia apenas dois anos, os novos atores económicos da era global ainda pouco se afirmavam. O Mundo era diferente.

Esquecem também que o Tratado de Maastricht, para além de fixar os mecanismos de supervisão multilateral, não ignorava a necessidade de coordenação das políticas económicas.

É claro que o Tratado traduziu, como sempre acontece neste tipo de negociações, o compromisso possível. Mas foi um grande passo em frente da integração europeia.

É certo, todavia, que já então muitos de nós, com Jacques Delors à cabeça, sabíamos que a União Económica e Monetária, desenhada em Maastricht, apresentava uma construção mais consistente na vertente monetária do que na vertente económica.

Do lado monetário, temos uma arquitetura assente numa lógica federal. Do lado da governação económica, uma arquitetura diferente, muito dependente do sentido de responsabilidade dos Estados na condução e na transparência das suas políticas e da eficácia da supervisão por parte da Comissão e do Conselho de Ministros. Mas foi a execução do Tratado, e do Pacto de Estabilidade e Crescimento que o veio complementar, que ficou aquém do que se exigia, por irresponsabilidade

de governação dos Estados e por ineficácia das instituições europeias. Em particular, houve um fator decisivo para desencadear a crise: o mau escrutínio do rumo das finanças públicas nalguns Estados.

A Comissão e o Conselho não fizeram tudo o que lhes competia para corrigir as situações de défice excessivo. E é bom lembrar a quebra de credibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento provocada pelo próprio Conselho, ao tudo fazer para que passasse incólume a violação dos limites do défice orçamental por parte da Alemanha e da França, nos primeiros anos deste século.

Foi um mau sinal para os mercados: a União Europeia estava pronta a renunciar ao rigor dos critérios, em favor de considerações e circunstâncias políticas impostas por interesses nacionais. Como alguns de vós se recordarão, houve até quem, para justificar o ajustamento das regras do Pacto, lhe tivesse chamado “estúpido”.

Não se atribua, portanto, a culpa da crise da zona euro ao Tratado e apenas aos Estados-membros financeiramente indisciplinados.

Importa também reconhecer que a crise envolve a zona euro e não está confinada a um ou outro Estado-membro. Na situação atual, e face ao elevado grau de interdependência económica e financeira, qualquer desenvolvimento negativo num Estado da zona euro terá sempre impacto negativo em todos os outros Estados. É este risco de contágio que tem de ser prevenido adequadamente e não pode ser menosprezado.

Perante a evidência da crise, a União tardou a reconhecer a sua natureza e a sua escala e tardou a dar-lhe a resposta que se impunha. Enredada numa retórica política de recriminações mútuas, evitando reconhecer a responsabilidade partilhada, ignorando a evidência dos riscos de contágio, hesitando na solidariedade, oscilando nos instrumentos a usar, promovendo uma deriva intergovernamental, a União Europeia deu guarida a uma crescente especulação sobre a zona euro, alimentando as incertezas sobre o próprio futuro da moeda única. Ora, o que os mercados estão a testar é precisamente a existência de uma verdadeira e consistente União Económica e Monetária.

Recordo palavras de Jean Monet. E cito: “Não temos senão uma escolha: entre as mudanças para onde seremos arrastados ou aquelas que decidimos por nossa vontade realizar”. De novo, hoje, nos confrontamos com essa escolha: ou

enfrentamos a crise com as medidas que se impõem ou seremos arrastados por ela para mudanças imprevisíveis e incontroláveis que põem em risco a própria União Europeia.

O tempo que enfrentamos exige ação, e ação rápida. Os mercados não esperam por discussões labirínticas e negociações intermináveis. Custa a compreender, por exemplo, que as positivas decisões do Conselho Europeu de 21 de julho ainda estejam prisioneiras de obstáculos políticos e formais. Tal como é inadmissível a sucessão quotidiana de discursos divergentes por parte dos líderes europeus. Este tempo exige, mais do que nunca, convergência, solidariedade e responsabilidade sem falhas.

Num ponto começa a haver convergência quase generalizada: um Estado da zona euro sob dificuldades não pode ser deixado cair em incumprimento descontrolado, sob pena de criar um efeito dominó de consequências imprevisíveis para o próprio projeto de integração europeia. O fracasso do euro poria em causa o mercado interno, alimentaria o retorno de nacionalismos e protecionismos, enfraqueceria a Europa na cena internacional.

Ao contrário, é preciso reafirmar que a União Europeia tem os recursos, os instrumentos e os meios institucionais para superar esta crise. O que tem faltado é a vontade política para mobilizar uns e outros e fazê-lo com um método eficaz e de forma célere.

Em suma, a resposta à crise tem de ser europeia, sistémica e eficaz no curto prazo. Neste quadro, entendo que há medidas que se impõem e que não podem esperar.

Começando pelo reforço do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), instrumento fundamental para assistir os Estados em dificuldades: a sua dimensão tem de estar à altura dos riscos especulativos que, de resto, estão já identificados.

Outra intervenção que se impõe no imediato cabe ao Banco Central Europeu (BCE), que, ao longo dos seus doze anos de existência, tem tido uma ação extremamente positiva. Garantiu o mandato que lhe foi confiado, assegurando a estabilidade de preços, e tem contribuído para combater a crise financeira da zona euro. Presto a minha homenagem a Wim Duisenberg e a Jean-Claude Trichet pela forma como desempenharam as difíceis funções de Presidente do BCE.

A situação excecional e de verdadeira emergência a que chegámos reclama mais do BCE. É necessária uma intervenção mais ampla e previsível no mercado da dívida soberana dos países solventes que enfrentam problemas de liquidez, a disponibilidade para uma intervenção ilimitada no mercado secundário, como defende Paul de Grauwe. Não se trata de operar uma intervenção descontrolada e de risco sem medida. Trata-se de um compromisso credível para matar cerce a especulação e garantir, por essa via, as condições para o funcionamento dos mercados da dívida soberana num quadro de estabilidade e confiança.

É uma função a exercer em último recurso, quando a pressão dos mercados atinge proporções insuportáveis, como é o caso. De resto, a generalidade dos economistas reconhece que, uma vez travada a especulação, essa função acaba por não ter que se materializar, ficando num plano meramente supletivo. As ameaças que recaem sobre a zona euro não recomendam que fiquemos amarrados a interpretações restritivas das normas que regem a União Económica e Monetária.

É claro que a intervenção do BCE no mercado da dívida soberana, tal como a do FEEF, tem de estar associada a uma condicionalidade estrita que garanta o cumprimento, por parte dos Estados em dificuldades, das políticas orçamentais e estruturais adequadas. O binómio solidariedade/responsabilidade tem de ser assumido por todos, Estados-membros e instituições europeias.

A recapitalização e financiamento dos bancos europeus é outra medida urgente, que exige uma intensa concertação e a mobilização de instrumentos com natureza e escala de nível europeu. O reforço dos capitais dos bancos é um imperativo generalizado na Europa, tal como a necessidade de garantir liquidez através de instrumentos que superem as dificuldades de acesso aos mercados. Também aqui a União Europeia, designadamente através do BCE e do FEEF, deve atuar como promotora e catalisadora ativa de medidas concertadas a nível da zona euro.

Sem capitais que garantam capacidade para enfrentar a crise, sem liquidez para manter o crédito, os bancos não poderão assegurar o financiamento da economia, com efeitos dramáticos no plano económico e social, que mais não farão do que acentuar a crise, numa espiral com consequências imprevisíveis.

Tenho acompanhado de perto a controvérsia quanto à emissão de *eurobonds*.

Não duvido que poderia ser uma poderosa resposta a esta crise. Todavia, a sua implementação está envolta em tantas indefinições, quer de natureza política, quer de natureza técnica, que a tornam impossível de levar à prática, num tempo compatível com as dificuldades do presente. Entendo, contudo, que os chamados *eurobonds* devem estar na agenda europeia, havendo, rapidamente, que clarificar o conceito e determinar os requisitos exigidos em termos de transferência de soberania para as instituições europeias e de alteração da arquitetura institucional da União Económica e Monetária.

Uma resposta efetiva à crise impõe, ainda, o aprofundamento da governação económica europeia. O Semestre Europeu e o Pacto Plus são um passo nessa direção. Mas é preciso mais, como defendem a Comissão e o Parlamento Europeu. Há que ser claro neste ponto: o reforço do FEEF e a intervenção do BCE só se podem realizar num quadro em que os orçamentos e as políticas macroeconómicas dos Estados sejam adequadamente escrutináveis e respeitem um rumo equilibrado e sustentável.

Tal não implica a criação de novas estruturas, concorrendo com as atuais, mas sim o reforço das que existem, começando pelo papel central que cabe à Comissão Europeia.

A este propósito, não escondo a preocupação com que venho assistindo, nos últimos anos, à desvirtuação do método comunitário. A deriva intergovernamental está a contaminar o funcionamento institucional da União Europeia. Em vez de uma mobilização convergente e de uma responsabilidade solidária por parte de todos os Estados e instituições, vamos constatando a emergência de um diretório, não reconhecido nem mandatado, que se sobrepõe às instituições comunitárias e limita a sua margem de manobra. Este é um caminho errado e perigoso. Errado, porque ineficaz. Perigoso, porque gerador de desconfianças e incertezas que minam o espírito da União.

O caminho certo é o do método comunitário, como a história da integração europeia eloquentemente demonstra. Foi com o método comunitário que a integração europeia se aprofundou e afirmou. Com a Comissão a constituir o centro de gravidade da iniciativa, o braço executivo das políticas e das ações comuns, e o guardião dos Tratados. Ao Conselho Europeu, e não a um diretório de alguns países, cabe a orientação política, e ao Conselho de Ministros cumprir tomar as

decisões que enquadram a ação comunitária. É esta a fórmula institucional que garantirá a união da Europa.

Volto a repetir: a governação económica da zona euro tem de ser mais imperativa, rigorosa e eficaz. Mas é a Comissão Europeia que deve ser a charneira institucional para realizar, com equilíbrio e eficácia, essa missão.

Será necessário rever o Tratado de Lisboa?

A União Europeia tem combinado elementos federais, comunitários e de mera cooperação intergovernamental. É uma das suas marcas originais. Considero que é expectável e desejável que, a prazo, a União Monetária seja acompanhada por uma verdadeira União Económica e Financeira, de modo a garantir não só a estabilidade monetária, mas também a estabilidade financeira e o crescimento económico. Nessa perspetiva, a revisão, a prazo, dos Tratados terá de ser equacionada. Repito, a prazo, porque a crise não espera por uma revisão dos Tratados que se sabe ser inevitavelmente lenta e complexa.

Mas o combate à crise financeira tem de incluir, obrigatoriamente, uma agenda voltada para a promoção do crescimento económico e de criação de emprego. O saneamento das finanças públicas terá um resultado socialmente insuportável se não for acompanhado de recuperação económica e de criação de emprego. Cabe à União Europeia um papel central na promoção desse objetivo, reforçando os instrumentos de apoio à inovação e à competitividade, estimulando a iniciativa económica e o empreendedorismo.

Preocupam-me, particularmente, os níveis muito elevados de desemprego jovem na União Europeia, fruto de uma economia anémica e pouco competitiva e das fortes medidas de contenção orçamental.

As políticas de austeridade e as dificuldades de liquidez que enfrentam os países mais endividados devem ser compensadas por políticas voluntaristas de crescimento e emprego promovidas pela União Europeia, por políticas expansionistas por parte dos países superavitários e por uma prudente redução da taxa de juro de referência do BCE. É este o caminho que permitirá garantir, neste fase difícil, um horizonte de esperança e de confiança para todos os cidadãos da Europa, sem exceção.

Antes de concluir, quero deixar-vos uma palavra sobre a situação no meu País. Como é sabido, Portugal firmou um acordo de assistência financeira com a União

Europeia e o Fundo Monetário Internacional. Esse programa colhe o apoio largamente maioritário do Parlamento e será, sem dúvida, cumprido na íntegra pelo Governo português. Portugal honrará plenamente os seus compromissos, restabelecerá o equilíbrio das finanças públicas e levará por diante as reformas estruturais indispensáveis ao reforço da competitividade da sua economia.

Estão a ser exigidos duros sacrifícios ao povo português, que tem respondido com grande sentido de responsabilidade. É importante, também para a União Europeia, que o exigente esforço de Portugal seja coroado de pleno sucesso. Para isso, é necessário que a União Europeia enfrente a crise financeira com as medidas adequadas e em tempo certo, que tome as decisões sistémicas que se impõem para estabilizar a zona euro, fortalecer os sistemas financeiros e promover o crescimento económico.

Senhoras e Senhores

Preocupado, mas confiante, é como defino o meu estado de espírito. Acima de tudo, quero, de novo, sublinhar que a Europa dispõe da capacidade e dos recursos para superar a crise. Se houver empenho político e uma solidariedade responsável, a União demonstrará, mais uma vez, a sua força.

Em 1946, logo a seguir à II Guerra Mundial, no célebre discurso de Zurique, dizia Churchill que só havia “um remédio eficaz para a tragédia europeia: voltar a criar a Família Europeia”. Esse remédio continua eficaz. E é preciso usá-lo sem restrições para impedir que a integração europeia regrida e volte a ser apenas uma melancólica utopia.

Na primeira metade do século passado, o grande poeta português Fernando Pessoa, inconformado com uma situação em que “ninguém sabia que coisa queria, nem conhecia que alma tinha”, convocava o seu país e a sua gente com um grito que ecoa, até hoje, no coração dos Portugueses, nas horas difíceis: “Ó Portugal... é a Hora!”

Neste momento difícil da vida da Europa e dos europeus, ocorre-me muitas vezes este apelo. Espero sinceramente que a Europa saiba reconhecer que esta “é a Hora!”

Muito obrigado.

Jantar Comemorativo do 99º Aniversário da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil

São Paulo, 27 de outubro de 2011

É sempre com grande satisfação que retorno a São Paulo, esta metrópole que tão bem reflete o extraordinário dinamismo e a criatividade que caracterizam a realidade pujante do Brasil dos nossos dias.

Uma satisfação ainda maior quando este retorno me permite celebrar convosco mais um aniversário da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil e prestar homenagem a todos quantos, no passado e no presente, com o seu empenho e a sua ação visionária, souberam fazer desta Câmara um projeto com futuro.

Um projeto com futuro, porque soube adaptar-se à evolução do tempo e das circunstâncias, constituindo, hoje, um exemplo notável de capacidade para congregar as vontades de todos - brasileiros e portugueses, os que aqui estão há muito ou os que chegaram depois - em prol do fortalecimento das relações económicas entre Portugal e o Brasil.

Quero, antes de mais, agradecer-lhe, Senhor Presidente, bem como a todos os membros da Câmara, terem imprimido ao programa das comemorações deste aniversário as alterações que me permitiram estar aqui, esta noite.

Quero, ainda, agradecer, muito sensibilizado, a homenagem com que a Câmara me quis distinguir, este ano. Esta distinção, que tanto me honra, constitui um estímulo que reforça a minha determinação em continuar a trabalhar pela aproximação entre Portugal e o Brasil, pelo reforço das relações entre os dois países, designadamente no plano económico.

Sempre sublinhei que os laços que unem Portugal e o Brasil constituem um ativo de valor estratégico para os dois países. Considero que esse valor é, hoje, ainda mais evidente, perante as incertezas que caracterizam a atual situação internacional.

Não há discurso, nos nossos dias, que não sublinhe as oportunidades que residem em todas as crises. Entendo que essa constatação é particularmente verdadeira no que diz respeito às relações entre Portugal e o Brasil. Há que fazer

deste período uma etapa de aprofundamento do nosso relacionamento, em todos os domínios, incluindo, desde logo, o das trocas comerciais e do investimento. No próximo ano, assinalaremos, em conjunto, o Ano do Brasil, em Portugal, e o Ano de Portugal, no Brasil. Espero, sinceramente, que saibamos fazer dessa efeméride a confirmação de uma relação única entre os nossos dois países e do comum empenho em projetá-la no futuro, em ações concretas e visíveis para os nossos concidadãos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O aprofundamento das relações económicas entre os países implica um conhecimento mútuo das realidades de cada um e das oportunidades que cada um oferece. É verdade que os meios de comunicação dos nossos dias permitem uma fluidez de informação que favorece esse conhecimento. No entanto, o volume da informação leva a que, muito frequentemente, acabemos por reter uma imagem demasiado simplista da realidade.

Ninguém ignora as horas difíceis que Portugal vive, resultado de um processo de ajustamento económico e financeiro extremamente rigoroso, destinado a corrigir desequilíbrios macroeconómicos acumulados. Mas os problemas que Portugal está a enfrentar, com coragem e determinação, convivem com extraordinárias histórias de sucesso, que atestam da capacidade de inovação e empreendedorismo de gente cujas referências de competitividade se regem pelos padrões internacionais mais elevados. São exemplos de um Portugal dinâmico e ambicioso, que não se resigna e que abraça as oportunidades. As empresas brasileiras instaladas em Portugal sabem-no bem.

O facto é que em Portugal coincidem, hoje, empresas de dimensão significativa, com um elevado grau de implantação internacional, e uma nova geração de empresas e de empresários com notável capacidade empreendedora e inovadora, que desenvolvem produtos e serviços para novos segmentos do mercado mundial: na eletrónica, nas tecnologias de informação, nas energias renováveis, na indústria farmacêutica, no desenvolvimento de aplicações de *software*.

Esta realidade encerra um manancial de oportunidades que merece a atenção e o interesse dos empresários brasileiros, tanto mais quando o Brasil reforça a internacionalização da sua economia. Existem já vários exemplos, particular-

mente eloquentes, dos frutos que podem resultar dessa aposta em Portugal e na cooperação entre empresas brasileiras e portuguesas. Quero, aliás, aproveitar esta oportunidade para felicitar o Presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa, Eng.º Barros Franco, a quem esta Câmara, em boa hora, entendeu atribuir o título de Personalidade do Ano.

Minhas Senhoras e meus Senhores

As Câmaras de Comércio desempenham um papel fundamental na promoção do conhecimento mútuo e dos contactos entre empresários, as chaves que melhor permitem identificar as oportunidades de cooperação e de negócio. É isso que vem fazendo, de forma exemplar, a Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil. É isso que, tenho a certeza, continuará a fazer, no futuro, com redobrado afincio. Neste dia de festa para a Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil, gostaria de agradecer, a todos os seus membros, o contributo que dão, todos os dias, para a consolidação do presente e para a construção do futuro da relação entre Portugal e o Brasil. E quero garantir-lhes que, nesse seu esforço, poderão sempre contar com o meu apoio determinado.

Era Pessoa quem dizia que “tudo vale a pena se a alma não é pequena”. Tinha razão e é por isso que acredito firmemente no futuro da obra conjunta de portugueses e brasileiros. Nenhum de nós, português ou brasileiro, é gente de alma pequena.

Muito obrigado.

Sessão Plenária da XXI Cimeira Ibero-Americana

Assunção, 29 de outubro de 2011

As minhas primeiras palavras são para o Presidente Lugo e para felicitar o Paraguai pela excelente organização dos trabalhos desta XXI Cimeira Ibero-Americana. Quero agradecer-lhe, ainda, Presidente Lugo, o calor e a amizade com que fomos recebidos pelas suas autoridades e pelo povo do Paraguai.

É sempre com muito gosto que participo na Cimeira Ibero-Americana. E é impossível, para mim, participar nestas Cimeiras sem recordar Guadalajara, em 1991, era eu Primeiro-Ministro de Portugal, e o espírito que nasceu naquele que foi o momento fundador do projeto ibero-americano. Invocar esse espírito faz ainda mais sentido este ano, em que celebramos os vinte anos da constituição da Cimeira Ibero-Americana.

Invocar o espírito de Guadalajara implica recordar alguns dos compromissos que nessa altura assumimos: a defesa dos valores democráticos e dos direitos dos nossos cidadãos, a promoção do bem-estar e do desenvolvimento económico e social das nossas populações.

São princípios que permanecem perfeitamente atuais e que são o garante da credibilidade da nossa ação conjunta.

Desde Guadalajara, multiplicaram-se os contactos e encontros entre os nossos países, aos mais diversos níveis, e intensificou-se uma cooperação que abrange, hoje, domínios tão diversos como a educação, a saúde, a ciência e tecnologia, a agricultura, a administração pública, as comunicações, a justiça, a juventude, a cultura, o desporto e a comunicação social.

A esta cooperação multifacetada soma-se, ainda, um importante esforço de coordenação e de concertação político-diplomática em matérias de interesse comum, nos *fora* multilaterais. Esta diplomacia ibero-americana que temos vindo a desenvolver é hoje uma referência da vida internacional e constitui um ativo de valor estratégico, que deve ser aproveitado e desenvolvido, em particular num tempo de profundas incertezas.

De facto, é indesmentível que o relacionamento ibero-americano valoriza a posição de cada um dos nossos países na cena internacional e no seio dos blocos regionais a que pertencemos e só esta constatação já justificaria todo o esforço no sentido da consolidação e reforço deste processo.

Gostaria de saudar calorosamente o Paraguai pela escolha do tema desta XXI Cimeira Ibero-Americana: “Transformação do Estado e Desenvolvimento”.

Trata-se de uma matéria da maior atualidade, que coloca enormes desafios aos Estados e aos seus dirigentes políticos. Entendo que a Cimeira Ibero-Americana constitui um foro privilegiado para uma discussão e uma troca de experiências particularmente interessante e enriquecedora, atendendo à especificidade de cada um dos nossos países, à sua História, à sua cultura e ao seu modelo de desenvolvimento.

O Mundo atual vive tempos de incerteza, que vêm testar a forma como os Estados se organizam e como conduzem as suas políticas de desenvolvimento. Mesmo as economias mais desenvolvidas se encontram à mercê da volatilidade dos mercados e de interesses que tiram partido da insuficiência de regulação e da falta de transparência.

Esta realidade tem implicações muito sérias para as nossas políticas de desenvolvimento, na medida em que o combate aos seus efeitos conduz ao desperdício de importantes recursos que deveriam ser canalizados para a promoção do crescimento económico e para a criação de emprego. Uma resposta adequada é, por isso, urgente, o que implica que os Estados se organizem de forma a favorecer a concertação internacional que se impõe e sem a qual as medidas se revelarão ineficazes.

É essencial que os líderes mundiais estejam conscientes da sua responsabilidade histórica, uma responsabilidade perante os cidadãos do presente, mas também perante as gerações vindouras.

Senhor Presidente Lugo

Reitero-lhe os meus agradecimentos pela forma exemplar como conduziu a Presidência *Pro Tempore* da Cimeira Ibero-Americana ao longo deste ano.

Majestade

Uma palavra especial para Espanha, que daqui a poucas horas assumirá a responsabilidade da Presidência *Pro Tempore* da Cimeira Ibero-Americana, para lhe desejar as maiores felicidades no exercício do seu mandato, na certeza de que este constituirá um marco na consolidação da nossa Comunidade.

Muito obrigado a todos e permitam-me, agora, que passe a palavra ao Senhor Primeiro-Ministro, que desenvolverá, em maior detalhe, a posição portuguesa sobre o tema desta Cimeira.

Debate Aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre “Proteção de Civis em Conflitos Armados”

Nova Iorque, 9 de novembro de 2011

É com uma satisfação muito especial que me encontro, hoje, entre vós, para presidir a este debate aberto do Conselho de Segurança sobre a proteção de civis em conflitos armados, um tema da agenda deste Conselho a que Portugal atribui a maior importância.

Agradeço a presença do Secretário-Geral, da Senhora Alta Comissária para os Direitos Humanos, do Subsecretário-Geral para as Operações de Manutenção da Paz, da Assistente do Secretário-Geral para os Assuntos Humanitários e do Diretor de Direito Internacional do Comité Internacional da Cruz Vermelha. A vossa presença demonstra o interesse e a relevância deste debate.

Fiz questão de me dirigir a todos vós em português. As minhas palavras serão, deste modo, compreendidas, de imediato, pelos mais de 250 milhões de cidadãos dos oito países e de uma Região Autónoma da República Popular da China, que têm no português uma língua oficial, mas, também, pelos muitos outros milhões que a estudaram, ou estudam, por nela verem um importante ativo identitário, cultural, ou económico.

Falo-vos, pois, num dos idiomas em maior expansão em todo o Mundo, que é, já, a terceira língua europeia, em número global de falantes, e a sexta, a nível mundial. Uma língua que merece, de há muito, o estatuto de língua oficial desta Organização.

A atual formação deste Conselho conta, aliás, com a participação de dois países de língua portuguesa, sinal expressivo do seu compromisso inequívoco com a promoção dos valores da paz, da segurança e do respeito pelos Direitos inalienáveis de todos os seres humanos, consagrados na Carta das Nações Unidas, e refletidos na Carta constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP.

Todos os anos, muitos milhões de homens, mulheres e crianças são mortos, rap-
tados, feridos ou deslocados pela força em resultado de conflitos armados em dife-
rentes partes do Mundo. Portugal condena da forma mais veemente possível todos
os ataques que tiveram e têm civis como alvo, sejam eles na Líbia, na região dos
Grandes Lagos, no Afeganistão ou no Iraque, onde armas e engenhos explosivos
continuam, indiscriminadamente, a causar sofrimento, ou ainda na Síria, onde
violência de grande intensidade já causou a morte a mais de três mil pessoas.
Os civis constituem, desde sempre e ainda hoje, a maioria das vítimas dos con-
flitos armados. “Vítimas” não são somente aqueles que são parte no conflito; que
são mortos, mutilados ou feridos por integrarem um exército regular ou um
grupo de combatentes. São, de facto, os civis que continuam a sofrer, em larga
escala, os efeitos diretos das guerras.

Senhores Representantes Permanentes

É nossa obrigação aprender com as lições do passado: a inação nunca é uma
solução e jamais poderá ser a resposta das Nações Unidas perante populações
civis que são alvo de ataques indiscriminados de partes em conflito, sob pena de
sermos coniventes com aqueles que violam o direito humanitário internacional
e os Direitos Humanos. Quando os civis são um alvo e as instâncias nacionais
ou as partes em conflito falham na sua obrigação de os proteger, as Nações Uni-
das – e, em especial, o Conselho de Segurança – têm o dever de se manifestar e
a obrigação de agir.

A atenção que este Conselho tem dedicado à proteção de civis inscreve-se numa
longa tradição. O Conselho tem vindo a reforçar o seu ordenamento normativo
para orientar a sua ação nesta área de uma forma mais eficaz e responsável. Foi
criado um número assinalável de missões de manutenção da paz com mandatos
fortes no que diz respeito à proteção de civis e o Departamento de Operações
de Manutenção da Paz desenvolveu, nesse domínio, um importante trabalho.
Criaram-se estratégias locais e melhorou-se a cooperação com estruturas regio-
nais, as quais tiveram um impacto significativo na melhoria da proteção das
populações civis.

Concordamos com o Secretário-Geral quanto à necessidade de uma coorde-
nação acrescida entre todos os atores envolvidos na proteção de civis, seja no

terreno, seja na consciencialização internacional para a necessidade de desenvolver mecanismos eficazes de prevenção, de monitorização e de proteção dos civis em conflitos armados.

Neste domínio, a União Europeia possui uma já vasta experiência, quer no apoio ao trabalho das Nações Unidas e de todos os intervenientes relevantes, quer no âmbito das missões e operações conduzidas ao abrigo da Política Europeia de Segurança e Defesa. Entendemos, por isso, que seria útil dinamizar e aprofundar a cooperação entre a União Europeia e as Nações Unidas, em matéria de proteção de civis, bem como entre as Nações Unidas e outras organizações regionais, como a União Africana.

Partilhamos o consenso generalizado sobre a importância de elaborar mandatos de proteção de civis realistas, adaptados à realidade no terreno e compatíveis com as capacidades e os meios humanos à disposição das respetivas operações de paz. Quer seja no Darfur ou no Leste da República Democrática do Congo, a segurança de milhares de civis, muitos deles mulheres e crianças, depende, em grande medida, das operações de paz que estão mandatadas para as proteger. Consideramos, também, ser necessário envolver estreitamente os principais países contribuintes em tropas e polícias na definição desses mandatos.

Outro aspeto fundamental para a proteção de civis é, sem dúvida, a necessidade de aprofundar a responsabilidade por violações dos Direitos Humanos. Combater a impunidade, através da ação de instituições ao nível nacional ou internacional, como o Tribunal Penal Internacional, é fundamental para prevenir violações futuras. Tal como o Secretário-Geral sublinhou no seu último relatório: “em muitos conflitos, é em larga medida a ausência de responsabilização, e pior ainda, a ausência de qualquer expectativa de responsabilização, que permite a continuação das violações”.

Portugal organizou, há dias, com o Departamento de Coordenação dos Assuntos Humanitários, um seminário sobre a responsabilidade penal internacional, a investigação de violações dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, bem como sobre a questão das reparações às vítimas, com o objetivo de identificar desafios e possíveis passos adicionais que o Conselho poderia dar nestas importantes áreas.

Senhor Secretário Geral

Senhores Representantes Permanentes

Acreditamos que o Conselho de Segurança dispõe de capacidade, hoje mais do que nunca, para proteger civis: tem mais e melhores instrumentos normativos, ganhou prática com experiências anteriores e dispõe de mais missões no terreno – e de missões mais multifacetadas – do que no passado. Está hoje mais bem preparado para agir de forma adequada e eficaz, com informação em tempo real sobre ameaças a civis.

Cabe-nos a nós, Estados-membros, a responsabilidade política de garantir que o Conselho de Segurança aja de modo consistente e determinado, de forma a garantir o respeito do direito internacional humanitário e a proteção de todos os civis diretamente visados ou vítimas acidentais em conflitos.

Antes de terminar, gostaria de reiterar o firme compromisso do meu país em continuar a trabalhar para promover uma proteção mais eficaz dos civis face aos efeitos devastadores dos conflitos armados. Continuaremos a fazê-lo em todas as instâncias internacionais em que participamos, sejam elas as Nações Unidas, a União Europeia ou a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, não apenas por um evidente imperativo moral, mas também porque acreditamos que dessa forma estaremos a contribuir, de forma muito concreta e objetiva, para a construção de um mundo melhor, mais justo e mais pacífico.

Muito obrigado.

Encontro com Portugueses e Lusodescendentes por Ocasão do X Aniversário do 11 de Setembro de 2001

Nova Iorque, 10 de novembro de 2011

Ao longo da nossa existência, todos temos acontecimentos que nos marcaram de uma forma inesquecível. Na vida pessoal e familiar, na nossa profissão, há factos que perduram indelevelmente na nossa memória. Recordamos exatamente onde estávamos e como nos sentimos quando nasceram os nossos filhos, o primeiro dia de trabalho ou a hora em que recebemos a notícia da morte de entes queridos.

Na vida coletiva, muito poucos acontecimentos têm esta capacidade de mobilização da memória. O 11 de setembro de 2001 é um desses acontecimentos. Milhões e milhões de seres humanos sabem exatamente onde estavam e como se sentiram quando receberam a notícia dos bárbaros atentados que atingiram Nova Iorque e outros lugares dos Estados Unidos.

Sem dúvida que, para esse sentimento, contribuiu decisivamente o poder global dos meios de comunicação de massas. Assistir em direto, na televisão, aos atentados contra as Torres Gémeas é algo que nunca iremos esquecer. Acredito, porém, que não foi somente a visão daquela coreografia apocalíptica que deu ao 11 de setembro de 2001 o lugar que ocupa na nossa memória. Lembramo-nos dessa data como se fosse parte da nossa vida pessoal e familiar porque, na realidade, tivemos a percepção de que, nesse dia, as vítimas daquele gesto criminoso também fomos nós.

Muitos sentimentos se cruzaram na altura: o medo, a raiva e a incredulidade, a compaixão pelos que morreram, e a admiração profundíssima pelo maior dos heroísmos, o heroísmo daqueles que têm a coragem de dar a sua vida para salvar a vida de outros que não conhecem. Os que socorreram as vítimas do 11 de setembro arriscaram a vida para salvar a vida de outros que não eram, na maior parte dos casos, seus familiares ou amigos, que eram apenas pessoas que partilhavam entre si a pertença à Humanidade.

Nesse dia, em que a crença na bondade e na razão dos homens foi posta em causa pela barbárie de um punhado de assassinos, a esperança no ser humano foi resgatada e devolvida por centenas e centenas de heróis.

Alguns deles, ou os familiares de alguns deles, encontram-se, hoje, nesta sala. Como Presidente da República de Portugal, orgulho-me, de uma forma muito particular, pelo facto de se encontrarem portugueses nas operações de resgate das vítimas dos atentados de Nova Iorque, bem como no árduo trabalho de preservação da memória desse dia. Quis estar com eles nesta minha passagem por Nova Iorque, no ano em que assinalamos os dez anos do 11 de setembro. Agradeço, muito sensibilizado, a vossa presença. Mas agradeço, sobretudo – como homem, como português e como Presidente da República – o vosso exemplo de Humanidade.

Não devemos recordar o 11 de setembro apenas como um dia de tragédia e dor. Devemos lembrar-nos que, nesse dia, a empatia e a solidariedade que atravessaram continentes e fronteiras foram mais fortes do que o fundamentalismo que levou à crueldade da morte absurda e à cegueira da destruição sem sentido. Nesse sentido, o dia 11 de setembro de 2001 foi, paradoxalmente, um dia de triunfo do espírito do bem.

Evocamos esse espírito, todos os anos. Especialmente este ano, no seu décimo aniversário, a melhor forma de o fazermos é saudando e agradecendo a todos os que participaram nas ações de resgate e nos trabalhos de construção do Memorial de Nova Iorque.

Na verdade, o Memorial do 11 de setembro não se encontra em Nova Iorque, na praça onde antes se erguiam as Torres Gémeas. O memorial mais autêntico está nos nossos corações e no nosso espírito, e aí permanecerá para sempre. Nunca nos esqueceremos.

Muito obrigado.

Receção Oferecida pela Câmara de Comércio Portugal-Estados Unidos e pela Câmara de Comércio Luso-Americana de Nova Jersey

Nova Iorque, 11 de novembro de 2011

Quero começar por agradecer a presença de todos neste encontro, que me permite tomar conhecimento direto das vossas atividades e expectativas. Tendo sido informado de que as Câmaras aqui representadas incluem muitos cidadãos norte-americanos que, por enquanto, ainda não dominam a nossa língua, peço a vossa indulgência para passar a falar em inglês, em nome da cortesia que caracteriza o povo português.

As I've just said, I am extremely pleased to meet you all here and to have this opportunity to be informed about your activities and expectations and to share some views with you.

As everyone here is well aware of, western economies and the global economy in general continue to face serious challenges and uncertainties, driven again by turmoil in financial markets, this time more closely associated with the sovereign debt crisis in Europe. A situation that, in a sense, still reflects the excesses, the irresponsibility and the global imbalances that led to the 2008-2009 crisis. Actually, we are finding out how much the response to that crisis was partial, short-termist and sometimes imprudent, so that the emergence of a new crisis became only a matter of time. And even though there are signs that some progress has been made, it is still not clear to me whether the right lessons were already learned by all the relevant policymakers and economic and financial actors. That is, obviously, a reason for additional concern.

In the case of Portugal, these developments are having severe negative consequences. The financial crisis exposed the inefficiencies of our economy, not only in terms of potential economic growth, but especially in terms of external competitiveness. In fact, over the last decade or so, Portugal has consistently accumulated large external deficits, which eventually translated into a negative

international investment position. As a consequence, the Portuguese economy became hugely dependent on the external markets to meet its financing and re-financing needs.

This is why the virtual shut-down of the interbank financial markets and the subsequent deepening of the sovereign debt crisis in Europe forced Portugal to seek external financial assistance from the European Union and the IMF. This Financing Program was of course accompanied by strict conditionality: rigorous performance criteria must be met by Portugal in the course of the next 3 years, involving a strong adjustment of our public finances but also the implementation of substantial economic reforms intended to reinforce the competitiveness of the Portuguese economy and increase its growth potential.

I believe that even though Portugal faces very difficult times, it also holds a unique opportunity to redefine and modernize its economy, to get stronger in the international markets and to attract high quality domestic and foreign investment. It will not be an easy road nor a fast process. Still, with our firm commitment to reform, I am sure that we will succeed and achieve those goals. It's fair to say, however, that not all depends on our sole efforts and that the European Union must urgently find a solid path to stability.

Again, while this is not an easy process and certainly not a pain free one for the Portuguese society, we already have clear indications that Portugal is taking effective action not only to meet the fiscal targets set by the international assistance program, but also to create the conditions for the long-term sustainability of public finances. This is essential to maintain the trust of our creditors and our partners, but also to help creating the stable environment that investment so much requires.

Even more important, I would say, is Portugal's commitment to improve its external position. This means overall gains in competitiveness, a substantial move to the production of tradable goods, a solid increase in exports and also the attraction of high quality foreign investment. In fact, this is the only way both to mitigate the negative effects of our current fiscal contraction and to ensure that Portugal will resume a path of strong economic growth and reduce its dependency on external financing, definitely overcoming the reasons behind the current crisis.

In order to succeed, we need to change priorities in terms of production, investment and private entrepreneurship, to take full advantage of the privatization process associated with the assistance program, to diversify our products and markets, to look more closely for opportunities and to improve Portugal's image abroad.

A crucial step in this process is to capitalize on our relative or comparative advantages – a concept that has survived all crises. It is fundamental that we make full use of what distinguishes Portugal for the better.

Some of these advantages can be found at home. We have extremely valuable resources associated with the forest and the ocean, and a strong and growing potential in sectors like high-quality tourism, energy and new technologies.

Moreover, Portugal has made a huge progress with regard to the necessary infrastructures for business and clearly recognizes the importance of creating a friendly environment for those who wish to invest in the country. Major advances have been achieved in reducing bureaucracy and red-tape for business and we are happy to say that Portugal already leads the way in this respect, even though we can admit that there is still room for further gains.

Today, Portugal is home for a highly qualified, dynamic and gifted generation of young entrepreneurs and also for a new generation of local policymakers that recognize the unparalleled importance of business and high-quality investment as an engine for economic and social development.

At the same time, Portugal offers a stable democracy and a peaceful social climate that helps differentiate our country from others equally exposed to this turbulent economic times. Besides, as a member state of the European Union, Portugal is a privileged doorway to a huge market, with a high purchasing power and which I believe will be strong enough to overcome its current difficulties.

Against this background, I would like to make specific reference to another advantage of Portugal, one which I am particularly proud of: the Portuguese community abroad, especially represented here by the members of these Chambers of Commerce.

I know that the Portuguese diaspora has always given a strong direct and indirect contribution to the development and the recognition of Portugal and of the Portuguese economy. However, as I mentioned, one of the major challenges that

Portugal faces now is to drastically improve its image abroad. This means that the role that the Portuguese community and the Chambers of Commerce can play has acquired a renewed importance.

I expect the Portuguese and Luso-American community, the Portuguese American Chamber of Commerce of New Jersey and the Portugal-US Chamber of Commerce, as well as their members and affiliates, to have a major role in promoting Portugal, in revealing our potential and advantages as reliable trading partners and producers of high-quality products that do deserve to be known and tested, and also as a business-friendly country with major investment opportunities and a strong commitment to economic, political and social stability.

Portugal is making a huge effort to overcome its problems, with heavy costs to the Portuguese society. In order to succeed, we will need cohesion and the contribution from all.

I expect the Portuguese community and, more generally, our friends in the United States and elsewhere to join this collective effort and help Portugal reestablish itself in the international stage and create the conditions that will allow us to emerge as a stronger economy and society. The outcome of this effort will shape our future, not only as a country but also as a widespread community.

Thank you very much to you all.

II Encontro de Legisladores, Presidentes de Câmara e Vereadores Americanos de Origem Portuguesa

Washington, 12 de novembro de 2011

É com grande honra que me associo a este II Encontro de Legisladores, Presidentes de Câmara e Vereadores americanos de origem portuguesa.

A Constituição norte-americana, um dos mais antigos textos constitucionais escritos do Mundo, começa com as célebres palavras: “Nós, o povo”. A expressão inscrita na Lei Fundamental desta República ganha particular significado perante o auditório a que me dirijo. Poderei dizer, com propriedade, “Vós, o povo”. Sois, de facto, o povo da República norte-americana, aqueles a quem os cidadãos deste país concederam o privilégio e a responsabilidade de os representarem. Ao representarem o povo norte-americano, vós sois, também, povo soberano. Povo que, em nome dos cidadãos livres, decide os destinos de uma democracia que serviu de modelo a várias nações do mundo.

Os representantes do povo cumprem o sonho dos fundadores e honram a memória de nomes como John Adams, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton, John Jay, Thomas Jefferson, James Madison ou George Washington. São personalidades que não fazem parte apenas da História dos Estados Unidos, mas que integram a memória universal da democracia e da liberdade.

Os trabalhos da Convenção de Filadélfia terminaram em 1787 e, dois anos depois, em 1789, George Washington era eleito e tomava posse como Presidente dos Estados Unidos. A América iniciava o caminho do constitucionalismo democrático na mesma altura em que, em França, a Revolução trazia consigo os ideais da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Mas enquanto na Europa estes ideais só viriam a ser consagrados após um longo e turbulento processo, os Estados Unidos nunca abandonaram o rumo iniciado com a Declaração de Independência e, depois, com a Constituição federal de 1787, prova de que a democracia possui raízes fundas e longínquas na História desta nação.

Perante um passado tão notável, perante os anseios e as grandes esperanças de uma comunidade de cidadãos livres e esclarecidos, é seguramente muito grande

a vossa responsabilidade. A nível federal, estadual e local, o vosso trabalho exige uma permanente dedicação ao interesse público e um grande espírito de serviço.

Senhoras e Senhores

É motivo de particular regozijo para mim, enquanto Presidente da República Portuguesa, verificar que tenho diante dos meus olhos um auditório tão ilustre e numeroso. Porque, se a vossa cidadania é norte-americana, as vossas origens são portuguesas e, ao confiar-vos a responsabilidade de o representarem, o povo norte-americano acaba por prestar homenagem aos valores que vos vêm das vossas origens. Vós sois a prova viva de que a comunidade portuguesa nos Estados Unidos soube integrar-se de forma exemplar neste país, uma terra que sempre acolheu de braços abertos os que aqui chegaram de boa vontade, em busca de um futuro melhor para si e para as suas famílias.

Todos os presentes estão aqui reunidos por três motivos. Em primeiro lugar, porque desempenham funções públicas de grande relevo na governação deste país. Em segundo lugar, porque partilham a cidadania norte-americana. Por último, mas não menos importante, porque têm as suas origens em Portugal. A circunstância de quererem preservar essas origens é, para mim, razão de grande orgulho, alegria e reconforto.

Com a minha presença neste Encontro, quero enaltecer a proximidade histórica entre Portugal e os Estados Unidos, dois países que se encontraram há mais de dois séculos e que sempre mantiveram relações da maior amizade e de franca cooperação. Pelas vossas origens, pelo prestígio de que gozais, podereis dar um contributo do maior relevo para aprofundar os laços de amizade entre estas duas nações. Podereis, de igual modo, defender, melhor do que ninguém, os valores, os princípios e os interesses legítimos das comunidades portuguesas e de luso-descendentes nos Estados Unidos.

Conheço bem as difíceis exigências de uma vida dedicada à causa pública. Afinal, fui Ministro das Finanças, Primeiro-Ministro de Portugal durante dez anos e sou Presidente da República, desde 2006. Por isso, estou consciente do muito que se exige daqueles que exercem funções ao serviço do povo. O facto de o povo vos ter escolhido para o representar é uma prova de confiança, mas também um mandato de grande responsabilidade. Quero felicitar-vos por isso, na certeza

de que, no exercício das vossas funções, sabereis estar à altura do orgulho que tem em vós a nação, quase milenar, que é Portugal.

É nesse espírito que convido todos a juntarem-se a mim, num brinde ao êxito deste Encontro, à felicidade pessoal e profissional de todos vós e ao futuro das relações entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Muito obrigado.

Gala do Encontro Anual do Concelho de Liderança Luso-Americano dos Estados Unidos

Washington, 12 de novembro de 2011

Há mais de um século, em 1854, o grande homem de letras e pensador norte-americano, Henri David Thoreau, escreveu:

“Quando, numa pequena localidade rural, os agricultores se reúnem num *town meeting* para expressar a sua opinião sobre qualquer assunto que esteja a afetar a sua terra, isso é, em minha opinião, o verdadeiro Congresso, o mais respeitável de todos os que alguma vez se reuniram nos Estados Unidos”.

Os *town meetings* são das instituições políticas e cívicas mais antigas da América, com uma origem que remonta ao século XVII. Já nos tempos coloniais, era costume que os homens de uma dada localidade se reunissem sob a copa generosa de grandes árvores seculares, para decidirem, em conjunto, sobre temas de interesse comum. As decisões eram tomadas coletivamente por um punhado de cidadãos livres e iguais, em dignidade e direitos, que se vinculavam mutuamente pelo valor da honra e da palavra dada.

O espírito comunitário precede a existência dos Estados Unidos e constitui a matriz inspiradora de uma democracia republicana construída por cidadãos livres e iguais, que um dia decidiram trilhar o seu próprio caminho, o caminho da independência. Aqui, os valores da liberdade e da igualdade foram postos em prática antes de serem proclamados em declarações solenes.

Os Estados Unidos converteram-se numa grande Federação e, com o passar dos anos, tornaram-se uma das nações mais poderosas do planeta. Modelar na simplicidade da sua forma e na grandeza do seu conteúdo, a Constituição de 1787 inspirou diversas leis fundamentais de vários países, incluindo a primeira Constituição republicana de Portugal, cujo centenário assinalámos.

Não surpreende, pois, que o povo norte-americano continue a destacar-se pelo seu admirável patriotismo, em que o culto da ética e das virtudes republicanas se cruza com um apego profundo pelos ideais da democracia e da dignidade humana. Foi em nome desses ideais que, por duas vezes, milhares de jovens

americanos atravessaram o Atlântico para combater numa Europa dilacerada pela ameaça do totalitarismo. Foi, também, para salvaguardar os valores democráticos do Ocidente que a América participou ativamente na criação da Aliança Atlântica, organização de defesa coletiva a que Portugal se orgulha de pertencer, desde a sua fundação. Ainda hoje, em vários lugares do mundo, existem norte-americanos que se batem e dão a vida em prol do sonho universal da democracia. As grandes nações não se medem pela dimensão dos seus territórios mas pela generosidade dos seus povos. Os Estados Unidos são uma grande nação não apenas por constituírem uma vasta parcela do continente americano ou por terem milhões de habitantes. São uma grande nação porque, ao longo dos séculos, receberam de braços abertos milhares e milhares de homens e mulheres em busca de um futuro melhor. E hoje, nesta sala, vejo nos rostos desta ilustre plateia o exemplo vivo da generosidade norte-americana. Os que aqui se reuniram esta noite, neste *town meeting* da portugalidade, fazem-no porque se orgulham, ao mesmo tempo, das suas raízes portuguesas e dos frutos que cultivaram e colheram nos Estados Unidos. Quem aqui está, ama a terra onde vive, mas não esqueceu a terra de onde partiu, ou de onde partiram os seus antepassados. Foi longo o percurso desde os *town meetings* dos tempos coloniais. Hoje, os Estados Unidos são muito mais do que o conjunto dos seus cidadãos, são um modelo cívico de referência. Os Estados Unidos são uma grande União, mas não perderam o espírito de comunidade. Atrevo-me mesmo a dizer que o que faz a grandeza desta Federação é a vitalidade da cidadania dos seus habitantes, uma cidadania que se constrói em cada bairro, em cada comunidade, em cada lugar, desde as mais remotas aldeias até aos grandes centros urbanos. Como poucos países do mundo, os Estados Unidos souberam conciliar a unidade e a diversidade. A União é forte porque se enriquece com os contributos distintos de cada uma das comunidades que a integram. É neste contexto que se afirma a comunidade portuguesa e de lusodescendentes. Orgulho-me de ser Presidente da República Portuguesa porque me orgulho de Portugal e dos Portugueses. Os portugueses dos Estados Unidos, os seus filhos e os seus netos, são a imagem do melhor de Portugal. Aqui souberam formar uma comunidade integrada e organizada, feita de gente que se revê no apego americano à família e ao trabalho. É essencial que a nossa comunidade mantenha o

prestígio que indiscutivelmente detém na sociedade norte-americana. Graças a esse prestígio, o nome de Portugal projetou-se através de destacados líderes políticos, de empresários dinâmicos, de trabalhadores dedicados, a que agora se junta uma nova geração de jovens investigadores e cientistas que se notabiliza em centros universitários de excelência mundialmente reconhecida.

Esta integração exemplar dos portugueses e lusodescendentes na vida pública norte-americana, ao nível político federal, estadual e local, ao nível económico, social e cultural é um ativo que Portugal deve acarinhar, porque constitui um elemento fundamental de projeção da credibilidade do País.

A diáspora portuguesa, graças ao prestígio que adquiriu nos Estados Unidos, é um elemento essencial para que Portugal ponha em prática uma diplomacia económica que evidencie as potencialidades do País e a qualidade dos seus produtos e que seja capaz de mobilizar investimento externo de qualidade.

É neste contexto que quero sublinhar a ação desenvolvida, desde a data da sua criação, em 1991, pelo PALCUS, Conselho de Liderança Luso-Americano dos Estados Unidos, que tem desempenhado um papel notável no apoio à comunidade portuguesa e lusodescendente. O PALCUS afirmou-se, ao longo destes anos, como um grande interlocutor da diáspora portuguesa junto das autoridades norte-americanas, sendo múltiplos os exemplos que atestam este seu papel.

Desde o primeiro dia do meu mandato como Presidente da República, tenho procurado que os portugueses que vivem em Portugal reconheçam o esforço notável e a importância das comunidades da diáspora. Essas comunidades são exemplos que devemos ter presentes, pela sua capacidade de trabalho e pelo seu extraordinário dinamismo, mas também pela forma como se souberam integrar e prosperar nos países de acolhimento. As comunidades da diáspora são a prova de que os Portugueses são gente de fibra e com vontade de vencer.

O espírito do PALCUS é solidário. Apelo, pois, a que o PALCUS aprofunde a sua ação em prol das comunidades portuguesas e, tirando partido do prestígio que soube granjear, seja um agente mobilizador da redescoberta das potencialidades de Portugal, um país que dispõe de oportunidades de investimento que a criatividade e o engenho dos portugueses da América podem e devem aproveitar.

Vivemos tempos de grande incerteza em todo o Mundo. Mas, nesses tempos de incerteza, há certezas profundas que nos devem unir. Temos a certeza de que

entre os portugueses e os lusodescendentes existe um património comum. Cabe a organizações como o PALCUS a grande responsabilidade de preservar essa herança do passado, dando-lhe um sentido de futuro. Estou certo de que o futuro será um tempo em se aprofundarão os laços políticos, culturais e económicos entre os Estados Unidos e Portugal.

Portugal é hoje uma democracia estável e consolidada, um país dotado de infra-estruturas de excelência, que pretende fazer da crise atual uma oportunidade para sanear, por uma vez, a sua situação financeira e para introduzir reformas que garantam a competitividade da sua economia.

Os efeitos de uma crise de natureza sistémica, que em larga medida nos ultrapassa, expuseram as fragilidades da nossa situação financeira e da nossa economia e obrigaram-nos a recorrer à assistência financeira da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, com os quais subscrevemos um ambicioso programa de ajustamento orçamental e de reformas estruturais. O mais importante a sublinhar é que a determinação de Portugal tem vindo a ser positivamente avaliada pelos seus parceiros europeus e pelas instituições internacionais e que existe na sociedade portuguesa um amplo reconhecimento da necessidade de prosseguir esse esforço, apesar dos sacrifícios que daí decorrem.

Tenho confiança na maturidade cívica dos Portugueses, que compreenderam a gravidade da situação do País e estão dispostos a mudar de rumo, com realismo e sentido patriótico. Por isso, apelo à Diáspora para que apoie o esforço que está a ser feito pelos seus irmãos de Portugal, quer investindo em Portugal, ou adquirindo bens portugueses, quer exercendo a prestigiada influência de que dispõe junto dos empresários e dos investidores norte-americanos. Estou certo de que Portugal pode contar convosco.

Em nome de Portugal, agradeço-vos o prestígio que alcançaram nos Estados Unidos da América e o que têm feito pela imagem do nosso país, através do vosso esforço, da vossa inteligência, do vosso dinamismo e da vossa honestidade. Agradeço, ainda, tudo quanto tendes feito – e continuareis, certamente, a fazer – para que Portugal retome o caminho do desenvolvimento, num quadro de paz social e coesão patriótica.

Muito obrigado.

Jantar em Honra da Comunidade Portuguesa da Califórnia

Sao José, 13 de novembro de 2011

É com uma emoção muito especial que retorno, agora como Presidente da República, ao convívio com os meus compatriotas da Califórnia.

Foi há mais de um século que os Portugueses se fixaram na Costa Oeste dos Estados Unidos. Vieram em busca de melhores condições de vida, procurando, neste lugar de oportunidades, o que a sua terra lhes negava. Debruçada sobre o Pacífico, esta costa era, para os nossos compatriotas do passado, uma terra longínqua. Simplesmente, para os Portugueses *Não há Longe, Nem Distância*, para usar o título da edição portuguesa de um livro de um popular escritor norte-americano, *There's No Such Place As Far Away*.

Na verdade, para os Portugueses, a distância nunca foi obstáculo, nem razão para desistir. A nossa vontade levou-nos aos recantos mais distantes do planeta, numa aventura que abriu as portas do Mundo à primeira globalização.

Nos nossos dias, uma nova geração tem rumado à Califórnia, e também a outros estados da Costa Oeste e do resto dos Estados Unidos. Uma geração constituída, na sua maioria, por jovens empreendedores, investigadores e cientistas talentosos, que se destacam pelas suas qualificações e pela excelência das suas aptidões nos domínios da ciência e da tecnologia.

No passado como no presente, os Portugueses têm sabido mostrar que não se resignam ao destino, que querem tomar o futuro nas suas mãos. Essa é uma qualidade que o nosso povo nunca perdeu e que representa um enorme capital de esperança para ultrapassar as adversidades com que Portugal atualmente se confronta.

É reconfortante verificar, aliás, como as sucessivas gerações de emigrantes souberam aproximar-se e formar uma comunidade coesa, sólida e prestigiada.

A nova geração compreendeu, com inteligência, que tinha muito a beneficiar da experiência e do prestígio que os Portugueses aqui haviam acumulado. Por seu turno, os que se haviam instalado há mais anos nesta Costa acolheram com

entusiasmo e generosidade os jovens que vieram trabalhar em Universidades de reputação mundial e em centros de investigação que se distinguem pela excelência e pela exigência.

Graças também ao papel agregador de associações, coletividades e líderes locais, que muito têm feito para manter acesa a chama da portugalidade nesta costa dourada dos Estados Unidos da América, a comunidade portuguesa ficou consideravelmente mais forte.

Os portugueses da Costa Oeste são uma comunidade que preserva as suas particularidades culturais e que possui a sua autonomia, mas que se revê inteiramente nos ideais de liberdade, de democracia e de solidariedade que sempre nortearam a História dos Estados Unidos da América. Apraz-me registar, como Presidente da República, que os Portugueses se encontram plenamente integrados nesta terra e que, juntamente com os seus filhos e netos, os lusodescendentes, se destacam pela qualidade do seu trabalho e da sua contribuição cívica e política.

Meus amigos

Portugal tem para convosco uma enorme dívida. Das autoridades portuguesas exige-se que tudo façam para manter e aprofundar os laços que unem as comunidades da diáspora ao seu país de origem.

Segui, com a maior atenção, o filme que acabou de ser exibido. Um filme extraordinário, que nos trouxe a diversidade e o dinamismo das comunidades que integram o vasto espaço desta região consular. Um filme que atesta, de forma tocante, o seu apego ao País de que todos somos filhos.

Tomei boa nota de tudo quanto ali foi dito e das perguntas que foram formuladas, e tenho a certeza que o mesmo terá acontecido com o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, aqui presente. Há um ponto comum em todas elas: o desejo de que as autoridades portuguesas valorizem e apoiem adequadamente o que aqui se faz em prol de Portugal, e de que estejam atentas às vossas necessidades e iniciativas. Posso assegurar-vos que nada do que ali foi dito será esquecido e que não deixarei, pelo meu lado, de tudo fazer para que as vossas preocupações tenham a resposta e o seguimento que merecem.

Caros compatriotas,

Venho até vós, em nome daquilo que nos une, que é Portugal. Um Portugal que para uns será a terra, em muitos casos a ilha onde nasceram, e para outros é uma referência cultural e identitária essencial, que lhes chegou pelos Pais ou pelos Avós.

Venho em nome de um Portugal que, mais do que nunca, precisa de todos, para construir o seu futuro.

É em nome do futuro de Portugal que vos quero falar. É em nome desse futuro que apelo a todos para que se lembrem da vossa origem e sintam que têm um imperativo de portugalidade, dando o melhor do vosso talento em prol do país de onde vieram, ou a que estão ligados por laços de sangue e de afeto.

É sabido que a nossa Pátria enfrenta um período de dificuldades, que implicam muitos e difíceis sacrifícios. Não tenham dúvidas: vamos ultrapassá-las, como tantas vezes aconteceu no passado. Mas, para que isso aconteça, Portugal tem de saber tirar partido de fatores que o distinguem positivamente face a outros países e que constituem uma mais-valia num mundo crescentemente competitivo. Um deles é, inquestionavelmente, o extraordinário potencial que constitui a nossa diáspora, feita de muitos milhões de portugueses e lusodescendentes, espalhados pelos cinco continentes.

A ela se pede que divulgue as potencialidades que Portugal oferece, desde logo, enquanto Estado-membro da União Europeia, o maior mercado do Mundo, com milhões de consumidores dotados de um elevado poder de compra. E a verdade é que em setores estratégicos como a floresta ou a economia do mar, no turismo de qualidade ou nas novas tecnologias, Portugal dispõe de extraordinários recursos e potencialidades, além de uma geração altamente qualificada de empresários dinâmicos e inovadores, de autarcas motivados para apostar no lançamento de iniciativas locais geradoras de emprego.

O nosso país está, aliás, a desenvolver um esforço muito sério e consistente de promoção das suas exportações e de atração de investimento, no quadro de um processo mais vasto de reestruturação empresarial, que aposta na internacionalização e que incluirá a privatização de importantes setores económicos. Àqueles que desejam investir em Portugal deve ser dada a possibilidade de o fazerem sem entraves burocráticos ou constrangimentos administrativos.

Em suma, como a Califórnia, como os Estados Unidos, também Portugal é uma terra de oportunidades, para quem as saiba aproveitar no momento certo. Esse momento é hoje, é agora.

Sei que posso contar convosco para continuar a erguer, bem alto, o nome da terra que vos viu nascer ou a que vos sentis ligados. Para divulgar as suas belezas, a riqueza da sua História quase milenar e do seu património cultural. E para afirmar o valor económico e cultural da nossa língua, a sexta do mundo, falada por mais de duzentos e cinquenta milhões pessoas, nos cinco continentes. Mas sei que posso, ainda, contar convosco para lembrar que Portugal é um destino de investimento atrativo e uma fonte de produtos de alta qualidade, que merecem ser conhecidos, divulgados e testados.

Caros amigos e compatriotas

Quero agradecer, mais uma vez, a vossa presença, tão numerosa, esta noite, o vosso calor e hospitalidade. Permitam-me, aliás, uma palavra de especial gratidão a todos quantos, dentre vós, se envolveram mais diretamente na organização deste jantar e desta minha visita. Quero agradecer-vos, ainda, como Presidente da República e como vosso compatriota, tudo quanto fazeis, todos os dias, para honrar o nome do nosso querido Portugal.

Levarei comigo a saudade do vosso convívio, mas também o vosso exemplo de tenacidade, de vontade de vencer, de amor a Portugal. Ele será, sempre, para mim, fonte de estímulo e de encorajamento. Estou-vos muito grato por isso e desejo-vos, do fundo do coração, em meu nome, e também no de minha Mulher, as maiores felicidades na vossa vida pessoal e profissional.

Até sempre e muito obrigado.

Conferência “Portugal: a outra história – ligação ao futuro”

Universidade de Stanford, 14 de novembro de 2011

É, para mim, um grande prazer e uma honra ser recebido na Universidade de Stanford. À sua Direção, na pessoa do Professor John Hennessy, expresse o meu agradecimento pelo convite que me foi dirigido, bem como a afetuosa recepção no *Hoover Institute*.

Agradeço também ao *Center for Global Business Studies and Economy*, por ter patrocinado a organização desta Conferência. Saúdo todos os presentes e agradeço a vossa participação.

Quero destacar a feliz coincidência desta visita a Stanford e a Silicon Valley com a edição de 2011 da Semana Global do Empreendedorismo, iniciativa que hoje se inicia e à qual tenho dado o meu apoio desde a sua criação.

Esta não é a primeira vez que visito a Universidade de Stanford. Mantenho uma excelente recordação da minha primeira vinda a Stanford, em 1978, no quadro de um *International Visitor's Programme* do *State Department*, uma memória que é alimentada pelas semelhanças desta região com o litoral português.

Na verdade, a costa portuguesa partilha muitas semelhanças com a Califórnia, e em particular com esta região da baía de S. Francisco. Para além de Portugal estar também situado na costa oeste da Europa, entre o Atlântico e os nossos vizinhos espanhóis, e existir na nossa capital, Lisboa, uma ponte gémea da *San Francisco-Oakland Bay Bridge*, usufruímos de um clima temperado muito semelhante ao que predomina aqui na região de Silicon Valley.

Quando, como Professor e Diretor do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal, visitei Stanford pela primeira vez, pude aperceber-me de alguns dos elementos que, ao longo dos anos, tornaram esta universidade uma instituição académica de exceção. Um *campus* de rara beleza natural que estimula a diversidade, os métodos inovadores de ensino e a excelência, infraestruturas de excecional qualidade e oportunidades de investigação que favorecem a atração dos melhores alunos e investigadores. Estes fatores, a que se junta a

proximidade a Silicon Valley, tornam Stanford uma universidade única, verdadeiramente ímpar no mundo.

Senhoras e Senhores

Sou um cidadão da Europa que acredita no projeto da Europa unida. Todos sabem que a União Europeia vive atualmente horas decisivas para o seu futuro. O que está em causa é defender o maior ativo de que os povos europeus dispõem para fazer face aos desafios do presente e às incertezas do futuro: a integração europeia, de que o euro é, hoje, uma componente central.

O tempo que enfrentamos exige ação e, mais do que isso, ação rápida. Os mercados não esperam por discussões labirínticas e negociações intermináveis. Este tempo exige, mais do que nunca, convergência, solidariedade e responsabilidade sem falhas da parte dos Estados e das instituições europeias.

Com a entrada no euro, Portugal beneficiou de uma descida da taxa de juro e de facilidades de acesso ao mercado financeiro internacional. Em consequência, ocorreu uma forte expansão da procura interna – que as autoridades não contrariaram – e uma descida da poupança nacional, ao mesmo tempo que se verificou um crescimento do setor dos bens não transacionáveis em detrimento dos transacionáveis. Daí resultou o desequilíbrio das contas públicas e o aumento do endividamento externo, que a crise internacional de 2008 veio expor e acentuar.

Portugal subscreveu, recentemente, um programa de assistência financeira com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional, que colhe o apoio de uma larga maioria no Parlamento e que o Governo português está firmemente determinado em cumprir.

Quero aqui reafirmar que Portugal honrará plenamente os seus compromissos, restabelecerá o equilíbrio das finanças públicas e levará por diante as reformas estruturais indispensáveis ao reforço da competitividade da sua economia.

Estão a ser exigidos duros sacrifícios ao povo português, que tem respondido com grande sentido patriótico de responsabilidade, mas igualmente com a esperança de que o caminho que estamos a percorrer venha a conduzir a uma economia saudável e competitiva.

Se esse caminho pode parecer incerto e longínquo, vale a pena recordar que

Portugal, ao longo da sua História, enfrentou e venceu desafios que muitos julgariam impossíveis de ultrapassar.

Esta capacidade de contrariar os céticos e pessimistas é uma característica que marca o povo português desde há muitos séculos. Nas últimas quatro décadas temos vários exemplos de resultados que surpreenderam aqueles que desconhecem a realidade portuguesa. Por isso, quero apresentar-vos uma outra visão sobre o meu país, diferente daquela que geralmente é apresentada no simplismo efémero dos rodapés dos noticiários das televisões.

Na década de 70, nos anos que se seguiram à instauração do regime democrático, Portugal acolheu mais de 700 mil cidadãos que viviam nas suas colónias africanas, entretanto tornadas países independentes. O que muita gente julgou que iria ser um processo dramático, de consequências catastróficas, resultou numa integração sem grandes sobressaltos de quase um milhão de pessoas na sociedade portuguesa.

Este fenómeno de integração pacífica foi único quando comparado com outras potências coloniais que atravessaram processos de descolonização. Mas, acima de tudo, este processo atestou a nossa capacidade de rápida adaptação a novos cenários e paradigmas, já que os cidadãos que regressaram a Portugal – muitos dos quais sempre tinham vivido em África – rapidamente se tornaram cidadãos ativos e empreendedores, integrados, protagonistas dinâmicos de desenvolvimento económico e social.

A crescer a isso, Portugal soube criar uma relação exemplar de amizade com as suas antigas colónias. Uma relação virada para o futuro, construída na base do respeito mútuo, e que representa uma extraordinária mais-valia. Os oito países de língua oficial portuguesa estão hoje agrupados numa organização internacional de cooperação, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A iniciativa desta organização partiu do Brasil, uma potência emergente que surpreende pela pujança da sua economia, com a qual mantemos uma relação histórica especial.

Soubemos tirar partido de um dos nossos mais importantes ativos, uma língua universal falada por mais de 250 milhões de seres humanos, nos cinco continentes. O português é a terceira língua mais utilizada na rede *Twitter*. A língua portuguesa tem um indiscutível valor cultural enquanto veículo de comuni-

cação, mas é também um elemento essencial de competitividade económica. Na China, a língua portuguesa garante emprego logo após a conclusão da sua aprendizagem.

Na década de 80, Portugal surpreendeu o Mundo pela sua capacidade de ajustamento à nova realidade da sua integração na Comunidade Europeia. Na altura, muitos apostavam que Portugal falharia as metas da adesão às Comunidades Europeias, dizendo que o país não estava preparado para as exigências de um mercado comum de milhões de produtores e consumidores. Portugal aderiu à Comunidade Europeia em 1986, adaptando as suas instituições e as suas políticas e mobilizando os seus cidadãos em torno desse grande desígnio coletivo. Em pouco tempo, todos reconheceram o caso português como um exemplo a ser estudado enquanto modelo de integração num espaço económico de grandes dimensões.

Em pouco mais de uma década, o rendimento *per capita* português passou de cerca de 50 por cento para 75 por cento da média comunitária.

Nas últimas duas décadas, Portugal presidiu por três vezes à União Europeia, sendo a sua liderança reconhecida como das mais produtivas da história da Europa unida. O *roadmap* económico da União Europeia foi designado com o nome de *Estratégia de Lisboa* e o tratado que hoje rege a União Europeia designa-se por *Tratado de Lisboa*.

Acresce que vários portugueses desempenham com prestígio altos cargos em instituições internacionais. Por exemplo, o Presidente da Comissão Europeia é português, o que atesta a credibilidade e o prestígio de que o País goza entre os outros países da União.

No plano internacional, Portugal é reconhecido pela sua vocação de construtor de consensos e de pontes entre países e culturas. A sua História confere-lhe um capital de conhecimento e de simpatia em todo o Mundo que explica factos que para alguns podem parecer surpreendentes. Portugal foi eleito diversas vezes para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, vencendo a disputa com países de muito maior dimensão e poderio económico.

Para mais, Portugal dispõe de uma Diáspora de milhões de seres humanos em todos os pontos do globo, incluindo nesta região, com um peso económico e social crescente, e isso representa um excepcional agente de mobilização a nosso favor.

Senhoras e Senhores

No plano económico, a capacidade competitiva de Portugal assentou basicamente, durante muitas décadas, na mão-de-obra de baixo custo. Nos últimos 15 anos, a economia tem atravessado um processo difícil de adaptação para alguns setores produtivos, especialmente os chamados setores tradicionais, em consequência dos acordos globais de abertura de comércio e do choque competitivo oriundo da emergência das economias asiáticas na década de 90.

No entanto, setores que foram considerados, a dado momento, em risco de extinção, como os têxteis e o calçado, reafirmam-se hoje com nova pujança nos mercados internacionais, em resultado de uma invulgar capacidade de reinvenção tecnológica e da incorporação de novas dimensões de valor, como o *design* e as marcas.

Por outro lado, muitas inovações audazes nas telecomunicações móveis, nos transportes ou na banca, hoje disseminadas mundialmente, tiveram a sua origem em empresas portuguesas e no mercado nacional. É o caso, por exemplo, do cartão pré-pago para os telemóveis, do sistema automático de portagens e da rede integrada interbancária de ATM.

Portugal é conhecido, nos Estados Unidos, pela sua História e pela beleza das suas paisagens, mas não tanto pelo valor da sua tecnologia. No entanto, a verdade é que temos vindo a alcançar novos patamares de competitividade em diversas áreas científicas, como as neurociências, a eletrónica transparente, as telecomunicações móveis, a nanotecnologia e a computação. As infraestruturas de ciência e inovação foram uma das áreas em que, a par das infraestruturas físicas, Portugal mais progrediu nas últimas duas décadas.

Novos centros científicos e tecnológicos de classe mundial foram instalados em Portugal em áreas de grande potencial de crescimento, comprovando que Portugal tem capacidade de atrair talento, quer o talento produzido nas nossas universidades, quer o que é oriundo de outros países.

O País tem vindo a afirmar-se internacionalmente pela qualidade dos seus investigadores, pela excelência da sua produção científica e pela sua integração plena nas redes científicas globais mais representativas e prestigiadas. Os melhores centros de investigação e universidades portuguesas têm estabelecido programas de intercâmbio e troca de experiências, conhecimentos e mobilidade com as melhores universidades de todo o mundo.

Na qualificação dos recursos humanos, o país teve nas últimas duas décadas um impulso significativo. A geração que nasceu na década de 80, a geração de muitos dos presentes neste auditório, é a mais qualificada de sempre em Portugal. Em apenas duas décadas, o número de diplomados cresceu cinco vezes.

No mesmo período de tempo, Portugal registou um dos maiores crescimentos na Europa no número de novos doutorados, dos quais metade se situa no campo das ciências exatas, da engenharia e da tecnologia. Em algumas áreas, como a biotecnologia, o número de doutorados por milhar de habitantes excede mesmo a média da União Europeia.

Na última década, em termos agregados, Portugal duplicou o seu investimento em I&D em proporção do PIB. Neste momento, o valor é de 1,7 por cento, o que situa Portugal acima da média da União Europeia, sendo que a maioria destas atividades de investigação se realiza em ambiente empresarial.

Em consequência de todos estes progressos na qualificação das novas gerações, verificaram-se avanços notáveis nos campos da produção científica, onde Portugal atingiu uma presença reconhecida internacionalmente em diversas áreas do conhecimento. A comunidade científica nacional registou na última década a segunda melhor taxa de crescimento da produção científica de todos os países da União Europeia. E é precisamente com os Estados Unidos, a par do Reino Unido, que os investigadores mais colaboram em termos de produção científica conjunta.

As universidades portuguesas na área da ciência e tecnologia, num espaço de duas décadas, passaram a integrar a primeira linha das redes de conhecimento europeias e mesmo globais. As instituições académicas nacionais são reconhecidas pela sua abertura ao exterior e pela qualidade dos seus investigadores.

Em síntese, Portugal tem sido um dos países que, nas últimas décadas, mais tem evoluído, quer na União Europeia, quer no conjunto dos países da OCDE, nos indicadores que medem o progresso na capacidade de inovar, com taxas de crescimento muito superiores à média europeia.

Por outro lado, em resultado do esforço de incorporação de novas tecnologias de informação por parte dos organismos públicos, Portugal é hoje líder na Europa na disponibilização e qualidade dos serviços públicos *online*.

Estes exemplos reforçam o argumento de que não há atalhos nem acasos na emergência de uma economia inovadora e criativa, aberta à exploração de novas ideias e novas tecnologias. Só uma visão de longo prazo e uma aposta persistente na qualificação dos recursos humanos e atração do talento, no reforço das infraestruturas científicas e na cultura de produção e aplicação prática do conhecimento permitirão colher os frutos esperados. Este é o caminho que estamos a trilhar. Esta é a outra história do meu país, que vos quero transmitir hoje, na Universidade de Stanford. Um país que se quer ligar com o futuro.

Senhoras e Senhores

Como escreveu, no século XVIII, Thomas Astley, citado por David S. Landes, no livro *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, referindo-se aos descobrimentos realizados pelos europeus, “no mérito e na glória desses feitos, os Portugueses têm direito, sem qualquer controvérsia, à primeira e maior parcela e cumpre admitir que eles foram os primeiros a empreender a navegação do oceano e a inculcar no espírito das outras nações o desejo de prosseguirem no descobrimento de regiões distantes.”

Sabemos que a aventura épica das descobertas, que se iniciou no século XIV, também não foi obra do acaso. A história da expansão portuguesa decorreu de um processo sistemático de aprendizagem, que fez de nós a primeira potência de alcance global da época. A história dos descobrimentos portugueses é uma narrativa inspiradora de criação de novas tecnologias e de empreendedores audazes.

No centro desta história, está a capacidade de o nosso Príncipe Henrique atrair para Portugal uma elite de cientistas oriundos de outras partes da Europa, fundando uma rede pioneira de conhecimento, conhecida por Escola de Sagres, onde sábios e peritos de várias áreas do conhecimento da navegação e da construção marítima – navegadores, astrónomos, cartógrafos – partilhavam informação e experiências.

A Escola de Sagres materializou uma operação audaciosa de atração de talento, de trabalho científico de alto nível de realização tecnológica, de produção e gestão de conhecimento. Um filósofo português chamou a este movimento “a construção de um cais” e um historiador comparou-o com o “Cabo Canaveral da

NASA dos anos 60". Para mim, o espírito da Escola de Sagres é semelhante ao da Universidade de Stanford. Há um claro paralelo entre a Escola de Sagres, com os navegadores e marinheiros e financiadores das diversas empresas marítimas, e a Universidade de Stanford, com a sua ligação aos empreendedores e financiadores de capital de risco de Silicon Valley.

Cada viagem dos Portugueses foi uma experiência, um incentivo ao aperfeiçoamento, à acumulação de conhecimento. Cada viagem era planeada com base nas anteriores, com o propósito de ir sempre mais longe, passo a passo. Com uma alta propensão para aprender com os erros, o medo dava lugar à razão e ao método para incorrer em riscos superiores e recuperar de fracassos. Este poderia bem ser o método do empreendedor dos tempos modernos.

Ao decidir rumar para Leste, aproveitando correntes que os levaram quase até à costa da América do Sul, os Portugueses contrariaram, de forma inovadora, as conceções da época, demonstrando extrema confiança na sua própria capacidade de encontrar sempre um caminho e descobrindo, deste modo, a via marítima para a Índia, que Colombo julgou ter encontrado nas terras da América.

Stanford tem sido, desde há muitas décadas, o grande motor de produção científica e tecnológica que impulsionou Silicon Valley, um lugar internacionalmente reconhecido como uma das regiões de alta tecnologia mais produtivas do mundo.

Desde o seu início, nas garagens de Packard e Hewlett, o segredo do sucesso de Stanford e de Silicon Valley está assente na ligação profunda e virtuosa entre a academia, os empreendedores e a aplicação do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico à criação de inovações de sucesso mundial.

Mas o simples acesso à tecnologia de vanguarda não explica historicamente o êxito das empresas e dos países. Ao comparar estes dois exemplos, é pertinente questionar que tipo de cultura de um povo propicia o surgimento destes “navegadores” e “exploradores”, de Sagres e de Stanford.

O fascínio pela aventura e pelo risco parece ser um elemento fundamental. O espírito de descoberta é, possivelmente, um outro. A coragem de aprender com a experiência e com os erros é certamente essencial. Este é, sem dúvida, o perfil dos empreendedores em Silicon Valley, incluindo os muitos portugueses que aqui têm aportado em busca da realização dos seus sonhos.

Senhoras e Senhores

Silicon Valley tem uma dimensão crítica de recursos e uma cultura que lhe conferem uma singularidade excepcional. É difícil replicar noutra lugar as condições ímpares que aqui existem. Mais do que imitar o que é certamente um sistema de inovação único, o nosso caminho deverá ser o de erguer pontes entre as melhores instituições científicas portuguesas e americanas, e os empreendedores mais talentosos dos dois países, para que as suas ideias possam chegar a Silicon Valley. E para que o espírito e a cultura de Silicon Valley possam contagiar positivamente as nossas instituições de inovação em Portugal.

Alguém disse, há muito tempo, que se os lucros do comércio de produtos podem ser substanciais para os países, são contudo menores quando comparados com o intercâmbio de ideias.

A mobilidade de estudantes e de professores entre universidades permite trocas frutuosas de experiências, intercâmbio de culturas e inspiração mútua, pela diversidade e pela complementaridade.

Considero, por isso, do maior interesse a possibilidade de estabelecer programas de intercâmbio de estudantes entre universidades portuguesas e Stanford, de forma similar ao que tem acontecido com outras universidades norte-americanas de grande prestígio, como Carnegie Mellon, MIT ou Austin. Sei que muitos alunos portugueses desejariam integrar estes programas e estou certo de que estudantes de Stanford poderiam, também, realizar parte dos seus trabalhos em universidades portuguesas.

Estamos em Stanford, vivendo um clima de incerteza no plano internacional, marcado por enormes desafios. Mas estamos animados por um espírito de confiança e estou certo de que novamente encontraremos o caminho do futuro. Plantar sementes para o futuro é o propósito que me trouxe aqui. Queremos construir pontes de conhecimento entre as nossas universidades. Queremos, no fundo, aplicar o que chamaria a fórmula dos três “S”: *de Sagres, a Stanford, para o Sucesso.*

Muito obrigado.

Sessão de Abertura da Conferência sobre a Estratégia Marítima da União Europeia para a Região Atlântica

Lisboa, 28 de novembro de 2011

É com especial interesse que participo hoje, aqui em Lisboa, na Conferência organizada em torno do lançamento da Estratégia Marítima da União Europeia para a Região Atlântica.

Esta Estratégia é um produto da Política Marítima Integrada da União, em boa hora desenvolvida por iniciativa da Comissão Europeia, e que tem contado com o apoio das regiões marítimas europeias, dos agentes económicos ligados à economia do mar e, igualmente, com a aprovação do Conselho e do Parlamento Europeu.

A recente aprovação, por uma expressiva maioria do Parlamento Europeu, do regulamento financeiro da Política Marítima Integrada para os próximos dois anos é um sinal claro da importância atribuída a esta nova política europeia.

Portugal, pelo facto de ser o país da União Europeia com a maior jurisdição marítima, tem um interesse, e, espero, uma voz especial na discussão dos assuntos marítimos europeus. Aliás, o nosso país pode orgulhar-se de ter sido um dos inspiradores da iniciativa da Comissão Europeia, através do trabalho realizado pela Comissão Estratégica dos Oceanos.

Além disso, desde os primeiros sopros de vida da Política Marítima Integrada, que Portugal desempenhou um papel de liderança, apoiando a Comissão em todos os momentos-chave do desenvolvimento desta política. Recordo e destaco o documento tripartido, com uma visão para a Europa e para o mar, apresentado por Portugal, Espanha e França, bem como a ação diplomática portuguesa desenvolvida durante a nossa última presidência da União, que julgo ter contribuído decisivamente para a rapidez com que se deu a aprovação, pelo Conselho Europeu de dezembro de 2007, da nova política marítima, apresentada pela Comissão apenas dois meses antes.

Um dos principais méritos da Política Marítima Integrada é o de trazer uma visão geoestratégica e de longo prazo para a Europa: uma Europa que reconhece

o potencial que têm os assuntos do mar a nível planetário; que vê no mar, nos recursos marítimos e nas suas regiões costeiras um suporte crítico ao bem-estar e à qualidade de vida dos seus cidadãos; e que toma a decisão de passar a governar os assuntos do mar da forma mais abrangente possível, com uma visão de conjunto que, todavia, ainda estamos longe de conseguir materializar. Esta questão da governação integrada é uma questão-chave da Política Marítima Europeia e uma das que mais tem interessado a Portugal. Há quem a considere uma quimera e há quem considere que é um objetivo que importa, de facto, procurar atingir. Portugal, pela ação de liderança que tem desenvolvido, como referi, tem direito a exigir progressos neste domínio, mas tem também responsabilidades acrescidas em fazer o seu próprio trabalho na matéria.

Devemos, por isso, passar com mais vigor da definição estratégica à ação, transformando o princípio da governação integrada numa prática, não limitada à tutela do mar, mas transversal ao Governo do país. O mesmo será válido para a Assembleia da República, que nesta legislatura tem dado indicações de pretender ocupar-se mais com os assuntos do mar.

Acontece que só através de uma governação genuinamente integrada Portugal, como aliás qualquer outro Estado-membro da União Europeia, poderá concretizar as reformas necessárias para tornar o país mais atrativo ao investimento na economia do mar e criar, assim, uma nova base produtiva para a economia nacional. Estas reformas, que não devem ser adiadas pela conjuntura difícil que atravessamos, devem incidir na criação de um ordenamento do espaço marítimo que, preservando o ecossistema marinho, seja amigo da economia do mar, havendo que simplificar os licenciamentos e as concessões administrativas do espaço no domínio público marítimo; e incluir o recurso a regimes fiscais mais favoráveis para o setor dos transportes marítimos.

Importa, igualmente, encontrar meios de estimular o investimento dos grupos económicos portugueses e o investimento estrangeiro direto no uso do vasto mar português, bem como criar condições para trazer a investigação e o conhecimento do mar para fora das universidades e dos laboratórios e alimentar, com essa matéria-prima, a inovação de que precisamos.

O mesmo devemos esperar da Comissão Europeia: que concretize o *slogan* do seu *Livro Azul*, “Um Mar de Oportunidade”, passando das estratégias aos atos,

designadamente através de medidas que reforcem a competitividade da economia do mar europeia, que gerem procura interna para essa economia e que lhe confirmem vantagens comparativas face à economia marítima global.

A responsabilidade da Comissão é grande, até porque as expectativas criadas com o lançamento da Política Marítima Integrada da União Europeia foram, também elas, muito elevadas. Para Portugal, devo dizê-lo, as expectativas do sucesso dessa nova política foram, pelo menos, proporcionais aos esforços que aplicámos em apoiá-la e dar-lhe vida.

Penso ser da maior importância relançar a Política Marítima Integrada Europeia, iniciando um novo ciclo da sua vida, e apostando em políticas que desenvolvam, efetivamente, a economia europeia e que contribuam para melhorar, em concreto, a vida dos cidadãos europeus.

Nesse sentido, e a título de exemplo, seria positivo desenvolver uma política dirigida a manter na Europa a indústria da construção naval, hoje tão seriamente ameaçada. Dever-se-ia pensar em articular o apoio à construção naval com um estímulo forte ao transporte marítimo de curta distância intraeuropeu e às autoestradas do mar. Através do incentivo ao transporte marítimo, a União Europeia poderia reduzir a fatura energética do setor dos transportes, e, com a modernização da frota de curta distância, poderia reduzir a emissão de gases poluentes ou de efeito de estufa, assim contribuindo para atingir os objetivos das políticas europeias para o ambiente e o clima.

Seria igualmente muito positivo desenvolver uma política especificamente de apoio às energias renováveis *offshore*, que nos permita explorar a imensidão dos nossos espaços atlânticos, extravasando o atual enfoque da Comissão na região do Mar do Norte.

Uma tal política deveria apoiar formas de energia como a eólica *offshore* flutuante, em que algumas empresas portuguesas têm apostado, assim como a energia das ondas, ou a produção de biocombustíveis com origem em macroalgas marinhas.

Outras áreas há que mereceriam, igualmente, em meu entender, ser alvo de medidas por parte Comissão Europeia, como seja a adaptação das zonas costeiras europeias às alterações climáticas, devidamente suportada pelos fundos europeus do período 2014-2020; e a atribuição, no âmbito do futuro Programa “Hori-

zonte 2020”, de fundos para a investigação científica e tecnológica dirigida às ciências do mar. Para realizar este tipo de políticas, que são transversais a vários setores da governação, torna-se essencial que a Comissão Europeia reforce a coordenação entre os seus serviços e que colabore ainda mais estreitamente com as demais instituições e com os Estados-membros e as suas regiões costeiras.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Deixem-me acrescentar algumas palavras sobre a Estratégia Marítima para a Região Atlântica, que está no cerne dos trabalhos desta Conferência, e que, estou certo, será um tema forte da intervenção de outros oradores, a começar, nomeadamente, pela Senhora Comissária Maria Damanaki.

Para Portugal, um país que dispõe de uma grande zona económica exclusiva e de uma vasta plataforma continental projetada sobre o Oceano Atlântico, que tem mais de 2.500 quilómetros de linha de costa no continente e ilhas e que conta com duas regiões ultraperiféricas europeias no Oceano Atlântico, a importância desta Estratégia Marítima é evidente.

Mais, ainda, quando detetamos na comunicação da Comissão a vontade de promover temas que são caros a Portugal, como articular, na bacia atlântica, programas sobre cooperação territorial financiados pela União Europeia, promover a segurança da navegação, o desenvolvimento do turismo marítimo, dos transportes e da aquacultura, ou promover a cooperação transatlântica.

Para o nosso país, estes temas, a par de outros, como é o caso particular da exploração do mar profundo, são temas estruturantes da aposta no mar que desenhámos. Daí que aguardemos com especial interesse o Plano de Ação que o novo Fórum do Atlântico deverá desenvolver.

Creio que a União Europeia tem muito a ganhar se der ao mar a atenção que este ativo merece, tendo em conta o importante contributo que ele pode trazer à qualidade de vida e ao desenvolvimento económico do nosso Continente.

A Estratégia para a Região Atlântica, hoje aqui apresentada, pode ser um passo importante para o desenvolvimento económico dos Estados-membros e das regiões dessa bacia marítima.

Não obstante, estou convencido de que o aprofundamento da Política Marítima Europeia terá de passar pela abertura de um novo ciclo. Um ciclo que possa

gerar políticas transversais às tutelas dos assuntos do mar e pôr em prática medidas como as que aqui aponte. Tais políticas requerem, naturalmente, um trabalho de conjunto, das instituições europeias, dos Estados-membros e das suas respetivas regiões marítimas.

A Europa, que sempre beneficiou com o mar, tem tudo a ganhar com a “redescoberta” dos seus recursos marítimos, sendo que, para isso, precisa de transformar as suas palavras em atos.

Neste contexto, Portugal deverá ser exemplar e, através do seu exemplo, contribuir ativamente para que a Europa preserve, neste século XXI, a supremacia mundial no desenvolvimento sustentável dos oceanos e mares.

Muito obrigado.

Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio de Queluz, 11 de janeiro de 2012

Agradeço, muito sensibilizado, as amáveis e inspiradoras palavras que Sua Exce-
lência Reverendíssima, o Núncio Apostólico, entendeu dirigir-me em nome de
todos, bem como a sua reconfortante expressão de confiança no futuro de Por-
tugal.

Quero, também, agradecer a honrosa presença de todos vós e desejar-vos, bem
como às vossas famílias, um feliz e próspero ano de 2012.

Senhoras e Senhores Embaixadores,

O ano que terminou foi difícil e exigente, repleto de factos que atestam a estreita
interdependência que, nos dias de hoje, marca as relações entre os países.

Permitam-me que sublinhe dois exemplos que me parecem particularmente
ilustrativos do que acabo de dizer: a natureza sistémica que rapidamente assu-
miu uma crise que alguns insistiram, durante demasiado tempo, em apresentar
como confinada a um único Estado-membro da zona euro, e o alargamento, a
toda uma vasta região, dos acontecimentos ocorridos na Tunísia, num fenómeno
hoje conhecido pela designação de “primavera árabe”.

A crise financeira na zona euro veio expor graves fragilidades e desequilíbrios
estruturais nas economias de vários Estados-membros e a dificuldade das ins-
tituições europeias em responder adequadamente à situação.

Menosprezou-se o grau de interdependência económica e financeira e deixou-se
instalar um clima de desconfiança e de dúvida, quer quanto à capacidade de cer-
tos Estados satisfazerem os seus compromissos financeiros, quer relativamente
à existência, na própria União Europeia, dos meios e da vontade política para
garantir a sobrevivência da moeda única.

Levou tempo a perceber que o fracasso do euro poria em causa o mercado
interno, alimentaria os protecionismos e enfraqueceria a voz da União Europeia
na cena internacional.

O combate eficaz a este estado de espírito, a esta crise de confiança, exige que as instituições europeias e os Estados-membros da zona euro atuem de acordo com os parâmetros de uma verdadeira União Económica e Monetária, em que à disciplina orçamental corresponda uma ação empenhada em favor de uma real convergência económica, em que o necessário rigor na gestão das contas públicas vá de par com políticas promotoras do crescimento económico e do emprego. Aos países mais endividados e financeiramente mais fragilizados, cabe sanear as contas públicas e aplicar reformas que promovam o aumento da competitividade; aos que dispõem de margem de manobra e registam excedentes nas contas externas, cabe adotar políticas mais expansionistas; à União Europeia, cabe promover uma estratégia que favoreça o crescimento económico e o emprego, em particular dos jovens; e às autoridades financeiras, designadamente ao Banco Central Europeu, cabe assegurar a solidez do sistema financeiro, o financiamento das economias e afirmar, sem margem para dúvidas, a sua determinação em defender a integridade da zona euro e a credibilidade da moeda única.

A coordenação das políticas económicas dos Estados-membros, prevista nos Tratados, e de cujo reforço muito se tem falado ultimamente, tanto se aplica à exigência de disciplina orçamental como à necessidade de promover a expansão económica.

Portugal fará a sua parte, o que significa que, como sempre aconteceu no passado, cumprirá escrupulosamente os compromissos assumidos no quadro do programa de ajustamento orçamental e de reformas estruturais que subscreveu com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional. Um programa que foi endossado por forças políticas que representam mais de oitenta por cento dos deputados no Parlamento.

Estamos cientes das dificuldades, que são muito consideráveis, mas não maiores do que a nossa determinação em as vencer. Estamos certos de que o sucesso de Portugal será, também, um sucesso para a União Europeia.

O ano de 2011 ficou, ainda, marcado pelas revoltas populares, que atravessaram o Norte de África e o Médio Oriente, em favor de sociedades onde os cidadãos possam exercer livremente os seus direitos de participação cívica e política, onde possam aspirar a um futuro de liberdade e de bem-estar.

Devemos olhar para estes desenvolvimentos com a esperança de quem acredita

no valor supremo da vontade popular, livremente expressa. Por isso, Portugal condena a violência e a repressão que continuam a ser utilizadas para conter as aspirações dos povos a sociedades mais livres e justas, como acontece atualmente na Síria, e apoia todos os esforços que visam pôr cobro a esta situação, em particular os que vem desenvolvendo a Liga Árabe.

O apoio à construção de sociedades mais justas não se pode ficar pela retórica. Há que lembrar que, na origem de muitos destes movimentos, está a frustração, principalmente nos jovens, com a ausência de perspectivas de progresso económico e social.

A comunidade internacional, em geral, e a União Europeia, em particular, devem, por isso, permanecer disponíveis para apoiar a criação de condições de desenvolvimento das economias dos países da margem sul do Mediterrâneo.

O nosso desafio, que será um dos mais importantes do corrente ano, é o de contribuir para cimentar, em bases sustentáveis, os progressos alcançados em matéria de liberdade, democracia e prosperidade, assim reduzindo os riscos de um retorno ao obscurantismo da repressão e da privação dos direitos e das liberdades individuais.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Este foi um ano em que tivemos o privilégio de acolher as visitas de Chefes de Estado de alguns dos vossos países, momentos de que guardamos as mais gratas recordações e que constituíram um contributo de inestimável valor para o aprofundamento das nossas relações bilaterais.

Um ano, também, de participação empenhada de Portugal na Cimeira Ibero-Americana, em Assunção, no Paraguai, que assinalou o vigésimo aniversário da fundação de um projeto que é hoje uma referência na cena internacional e um ativo de inegável valor estratégico.

A minha recente visita aos EUA permitiu reforçar, ainda mais, os laços de grande proximidade e de frutuosa cooperação que mantemos com a nação norte-americana, tanto no quadro bilateral, como no âmbito das organizações multilaterais em que participamos.

Foi, também, mais uma vez, uma ocasião para confirmar o papel inestimável das vastas comunidades de portugueses e lusodescendentes espalhadas pelo mundo

no reforço das relações entre Portugal e os países onde estão instaladas, bem como a sua firme e patriótica determinação em contribuir para ajudar Portugal a ultrapassar as dificuldades do presente.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Portugal concluiu, há pouco mais de uma semana, o primeiro ano do seu mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Cumprindo os compromissos que assumimos perante os vossos países, defendemos uma maior transparência deste órgão e a reforma dos seus métodos de trabalho.

Promovemos, ainda, um aprofundamento da discussão sobre os novos desafios que se colocam à segurança internacional – incluindo as deslocações forçadas das populações afetadas pelas alterações climáticas, o crime organizado e as pandemias – e sobre a forma como o Conselho de Segurança poderá fazer-lhes face, na perspetiva da prevenção de conflitos.

Fiz questão de presidir, pessoalmente, ao primeiro debate aberto do Conselho de Segurança, sob Presidência Portuguesa, que incidiu sobre a proteção de civis em conflitos armados.

Pretendi, desta forma, assinalar a importância que atribuímos ao multilateralismo e ao papel das Nações Unidas, no mundo de hoje.

Na ocasião, tive oportunidade de discursar em português, afirmando claramente que o fazia num dos idiomas em maior expansão no mundo, justificando, dessa forma, a elevação do seu estatuto a língua oficial nos diferentes organismos internacionais de que sejam membros os Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como é o caso, desde logo, das Nações Unidas.

Contámos, nos últimos doze meses, com o apoio da generalidade dos vossos países para levar por diante as prioridades que definimos para o nosso mandato no Conselho de Segurança. Um apoio que muito nos honra e que quero, hoje, uma vez mais, agradecer.

Senhoras e Senhores Embaixadores

O ano de 2012 será, novamente, um ano intenso e exigente.

Desde logo, no quadro da União Europeia. O que está em causa é defender o maior ativo de que os povos europeus dispõem para fazer face aos desafios do

presente e às incertezas do futuro: a integração europeia, de que a União Económica e Monetária e a moeda única, o euro, são, hoje, pilares estruturantes. Estamos confiantes de que a União Europeia, à semelhança do que ocorreu noutras situações difíceis do passado, emergirá da presente crise revitalizada, mais forte, mais coesa e mais bem apetrechada para responder aos desafios que tem pela frente.

Para os países da “primavera árabe”, os anos que se seguem serão de reformas e de consolidação das estruturas e instituições democráticas. Portugal, país vizinho e amigo, continuará a sublinhar a necessidade de um apoio efetivo a este processo, assente no diálogo e na cooperação com as forças políticas democraticamente eleitas e em iniciativas que contribuam para o desenvolvimento económico e social das populações.

Continuaremos, ao longo de 2012, a conferir um importante destaque ao aprofundamento do relacionamento com os nossos parceiros da CPLP, apoiando os esforços que nesse sentido vêm sendo prosseguidos pela Presidência angolana. A Cimeira da CPLP de Maputo constituirá, seguramente, um ponto alto no esforço comum de fortalecimento da nossa comunidade, valorizando os ativos que partilhamos na abordagem aos desafios do mundo global e incerto dos nossos dias.

O mesmo sucederá em relação aos nossos parceiros ibero-americanos e ao aprofundamento da nossa parceria especial no contexto das cimeiras anuais. Quero renovar os votos de sucesso à atual Presidência *Pro Tempore*, detida pela Espanha, país vizinho e amigo, e reiterar a nossa determinação em contribuir para que a Cimeira de Cádiz constitua mais um marco na consolidação da comunidade ibero-americana.

Este será, também, o “Ano de Portugal, no Brasil, e do Brasil, em Portugal”, que vemos como uma oportunidade privilegiada para estreitar ainda mais os especiais laços de amizade e de cooperação que unem os nossos dois povos e países irmãos.

Ao longo do ano, continuaremos a assinalar os 500 anos da chegada dos Portugueses a diversos pontos do continente asiático, um acontecimento histórico que deixou marcas indeléveis em Portugal e em muitos desses países, seja na língua, no património, ou nas tradições.

Essas comemorações serão, de resto, uma oportunidade para aprofundarmos a cooperação bilateral que mantemos com os nossos parceiros asiáticos, numa perspetiva de futuro.

Neste contexto, tenciono efetuar um périplo que incluirá a participação nas comemorações do décimo aniversário da independência de Timor-Leste e um programa de visitas a alguns países da região.

No quadro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, continuaremos a participar, de forma ativa e responsável, na discussão dos temas na agenda do Conselho, designadamente o Processo de Paz no Médio Oriente, onde esperamos que seja possível alcançar progressos tangíveis e satisfatórios para todas as partes envolvidas, bem como a situação na Síria e o respeito, pelo Irão, dos compromissos assumidos com a comunidade internacional. A promoção mais alargada do respeito pelos Direitos Humanos no mundo constituirá, neste âmbito, uma das nossas prioridades.

Por muito difícil que seja o contexto económico e financeiro internacional em que nos movemos, não podemos esquecer os nossos compromissos para com as populações mais desfavorecidas do planeta.

Devemos ser capazes de fazer mais e melhor com os recursos disponíveis, o que só será possível através de uma maior conjugação e coordenação de esforços de toda a comunidade internacional.

Em junho, terá lugar, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Crescimento Sustentável. Vinte anos depois da primeira Conferência do Rio e dez anos transcorridos desde a Conferência de Joanesburgo, teremos a oportunidade de abordar, de forma integrada, questões como as alterações climáticas, a crise alimentar, o direito de acesso à água e a preservação dos oceanos, conferindo-lhes a prioridade política que merecem no quadro de uma estratégia coletiva de desenvolvimento sustentável.

Senhoras e Senhores Embaixadores

A crescente interdependência entre as nações, que referi no início da minha intervenção, a incerteza que marca o mundo dos nossos dias e a natureza global de muitos dos desafios que acabo de mencionar exigem, mais do que nunca, o aprofundamento do diálogo e da cooperação entre povos e países.

Portugal tem sido, ao longo da sua História, um país aberto ao mundo, um país de pontes para outros espaços, culturas e civilizações. Essa é uma característica essencial da nossa política externa.

Quero garantir-vos que assim continuará a ser, em nome de um futuro melhor, um futuro de paz, justiça e prosperidade. É na esperança desse futuro que quero renovar os meus votos de um próspero 2012 para todos vós.

Obrigado.

Cerimónia de Inauguração da Sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Lisboa, 6 de fevereiro de 2012

É com uma satisfação muito especial que me encontro hoje, aqui, partilhando, entre amigos, as emoções da inauguração desta nossa nova casa comum.

Permitam-me que comece por dirigir uma saudação particular ao Senhor Vice-Presidente da República de Angola, cuja presença nos honra, e felicita-lo pela forma empenhada como Angola tem conduzido o seu mandato à frente dos destinos da CPLP.

Quero, ainda, nesta ocasião, dar público testemunho do meu reconhecimento, como Presidente da República e como cidadão da CPLP, pelo esforço de todos quantos se empenharam para que este dia fosse possível. Uma palavra de especial apreço, desde logo, à Presidência angolana, que fez deste objetivo uma das suas prioridades, ao Secretário Executivo, cuja ação tem sido determinante para mostrar que a CPLP merecia esta nova sede, e ao Governo português, o qual, reconhecendo a importância do que estava em causa, soube pôr termo a uma situação de indefinição que se prolongava há demasiado tempo e encontrar uma solução que dignifica a nossa Comunidade.

Sendo em Lisboa, esta casa traz com ela a evocação do porto de partida de uma aventura que nos trouxe séculos de uma História partilhada, inserindo-se, simultaneamente, na realidade contemporânea de uma cidade onde a lusofonia se enriquece, todos os dias, com o contributo das múltiplas formas de estar, de ser e de dizer que marcam os povos e nações que a constituem.

A lusofonia é, antes do mais, um estado de espírito, que está presente na naturalidade com que constatamos, sem surpresa, que nenhum de nós é estrangeiro perante o outro e que jamais nos sentimos ou sentiremos estrangeiros, na terra do outro.

A CPLP reflete a visão de quem foi capaz de discernir o enorme potencial estratégico desse sentimento, no mundo de hoje. Foi esse o caso, desde logo, do Embaixador José Aparecido de Oliveira, cuja memória todos compreenderão

que evoque, de forma especial, neste dia. Esta seria, para ele, não tenho dúvidas, uma hora de júbilo. Mas também, tenho a certeza, de palavras de grande exigência quanto ao futuro.

De facto, o progresso que alcançámos merece ser realçado. A despeito da sua juventude, a nossa Comunidade é hoje um eixo central da política externa dos Estados que a integram, um valioso elemento de valorização do papel de cada um dos nossos países no contexto regional e internacional em que se inserem. É, ainda, um importantíssimo instrumento de cooperação e de concertação política, em domínios cada dia mais vastos e envolvendo um número cada vez maior de setores das nossas sociedades. É, por fim, um fator de aprofundamento da relação entre os nossos povos, promovendo o sentimento de pertença a um espaço comum, assente na língua e no código de valores que partilhamos.

Em suma, soubemos edificar uma obra comum, reconhecida e respeitada internacionalmente, como bem atesta o crescente número de Estados e de Organizações regionais e internacionais que acompanham de perto, ou que pretendem, de alguma forma, associar-se aos trabalhos da CPLP.

Esta constatação permite-nos encarar o futuro com confiança e ambição. Porque é assim que devemos olhar para esta sede: como um sinal do muito que realizámos, em conjunto, mas também de uma aposta partilhada, e ambiciosa, para o futuro.

E é desse futuro que vos quero falar.

Senhoras e Senhores

Caros amigos

Não obstante as nossas diferenças, acreditamos em princípios comuns, que elegemos como valores estruturantes da nossa Comunidade e orientadores da nossa ação conjunta: a defesa da liberdade, da democracia, dos Direitos Humanos e do desenvolvimento económico e social dos nossos povos.

Foram esses os valores que ditaram, entre outras ações, o apoio que a CPLP prestou e vem prestando à consolidação dos regimes democráticos, em alguns dos nossos países irmãos.

Foram esses os valores, nunca o esqueçamos, que granjearam à CPLP o respeito e a credibilidade de que beneficia na cena internacional.

É, por isso, fundamental que continuemos a deixar claro, no presente e no futuro, que são esses os valores que determinarão as nossas decisões e as nossas iniciativas.

Outro aspeto a que devemos prestar uma atenção acrescida é o envolvimento da sociedade civil de cada um dos nossos países na vida da CPLP. É verdade que muito foi já feito nesse sentido, mas há que ir mais longe: alargando os domínios de cooperação, atraindo uma maior diversidade de setores da sociedade para as iniciativas da nossa Comunidade, divulgando, mais e melhor, aquilo que somos e fazemos, mas também o que queremos ser e fazer. Em suma, a CPLP tem de descer à rua e de se abrir mais ao contributo dos seus cidadãos, começando, desde logo, pelos mais jovens, para que estes a sintam como algo que lhes pertence, com que se identificam, como uma real mais-valia nas suas vidas.

A prossecução destes objetivos não é tarefa que caiba exclusivamente a um Secretariado, por muito determinado e empenhado que ele seja. É algo que nos convoca a todos, que convoca cada um dos nossos países.

A concertação política, entre nós e no seio das organizações internacionais a que pertencemos, é outra área onde foram feitos progressos importantes.

A forma articulada e consistente como a CPLP se apresentou na eleição de Portugal como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e na escolha do novo Diretor Geral da FAO foram exemplos eloquentes do que acabo de dizer, não deixando dúvidas de que a CPLP é hoje uma força com que há que contar, em decisões desta natureza.

No entanto, podemos e devemos ir mais longe. Estes sucessos devem constituir um estímulo para que estendamos a concertação de posições entre nós aos muitos desafios com que todos nos confrontamos no Mundo de hoje. Quanto mais essa concertação for evidente, aos olhos dos nossos parceiros internacionais, maior será o peso de cada um dos nossos países.

Senhoras e Senhores

Caros amigos

A promoção da língua portuguesa, esteio da nossa Comunidade, e a sua afirmação a nível internacional são objetivos prioritários, reconhecidos como tal, por todos nós, ao mais alto nível.

A nossa língua é, já hoje, a sexta mais falada no Mundo, e, ainda mais importante, é um dos idiomas em maior expansão, fruto não só do crescimento demográfico dos nossos países, mas, também, do aumento exponencial no interesse que vem suscitando a nível global. Um interesse que tenderá a acompanhar o crescente peso económico e político, na cena internacional, da nossa Organização e, em particular, de alguns dos seus membros.

Esta realidade, que constitui um extraordinário ativo estratégico, em termos políticos e económicos, impõe-nos, também, enormes desafios para o futuro.

Desafios que começam em cada um dos nossos países, onde a aposta na educação e na formação em língua portuguesa deve ser vista como uma prioridade.

Sabemos que nem todos temos os mesmos recursos, no domínio da língua. Impõe-se, por isso, uma concertação de esforços a nível político, que permita criar condições logísticas e financeiras para que aqueles que dispõem de meios humanos possam apoiar quem mais deles necessita. A CPLP poderia ser o fórum ideal para essa reflexão conjunta e para a adoção de programas de cooperação abrangendo todos os seus membros, com base numa bolsa única de recursos humanos e financeiros.

Mas a língua portuguesa como língua estrangeira deverá ser, igualmente, uma aposta firme e sustentada. A expansão da língua portuguesa como verdadeira língua universal favorece a afirmação da voz de cada um dos nossos países e da própria CPLP no palco internacional, com as consequentes oportunidades de índole política e económica.

Importa prosseguir os esforços no sentido da implementação efetiva das orientações dos Chefes de Estado e de Governo nesta matéria e, em particular, das medidas previstas no Plano de Ação de Brasília.

Foi neste espírito, na forte convicção da importância da internacionalização da Língua Portuguesa para a afirmação dos nossos países e para a defesa dos nossos interesses que, quando recentemente presidi ao primeiro debate aberto do Conselho de Segurança, sob Presidência Portuguesa, entendi discursar em português, afirmando, claramente, que o fazia num idioma que de há muito justifica a sua elevação a língua oficial nos diferentes organismos internacionais de que são membros os Estados da CPLP, começando, desde logo, pelas próprias Nações Unidas.

Senhoras e Senhores

Caros Amigos

Estes são alguns dos muitos desafios que temos pela frente. Que este dia de festa, em que este Palácio renasce para a História com as cores do futuro, seja bem o sinal do nosso empenho, da nossa ambição e da nossa confiança no futuro da nossa Comunidade.

Muito obrigado.

Anexos



Comunicação ao País na sequência da reunião do Conselho de Estado

Palácio de Belém, 31 de março de 2011

Decidi hoje aceitar o pedido de demissão apresentado pelo Senhor Primeiro-Ministro, dissolver a Assembleia da República e convocar eleições legislativas para o próximo dia 5 de junho.

Após o Primeiro-Ministro me ter apresentado formalmente o seu pedido de demissão, por considerar que não dispunha de condições políticas para se manter em funções, convoquei de imediato os partidos políticos representados na Assembleia da República, que recebi em audiências realizadas no passado dia 25.

Nessas audiências, todos os partidos políticos, sem exceção, expressaram a opinião de que, no atual quadro parlamentar, não é possível gerar uma outra solução de governo com condições para resolver os problemas do País.

Os partidos reafirmaram, aliás, a posição que haviam tomado quando os ouvi em outubro de 2009, na sequência das eleições desse ano. Em consequência, todos defenderam a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições legislativas.

Ouvi hoje, nos termos constitucionais, o Conselho de Estado, que, por unanimidade, se pronunciou favoravelmente à dissolução da Assembleia da República. Tomei a decisão de convocar eleições legislativas tendo em conta a objetiva e indiscutível degradação da situação política nacional, que é evidenciada, desde logo, pela crescente dificuldade do Governo minoritário que resultou das eleições de 2009 e da Oposição em estabelecerem entendimentos em torno das medidas necessárias para ultrapassar os problemas económicos e sociais com que Portugal se defronta.

É visível para todos os Portugueses o aumento da falta de confiança recíproca entre as diversas forças políticas e a ausência de diálogo e de negociação entre o Governo e os partidos da Oposição.

Concluí, assim, que só através da realização de eleições e da clarificação da situação política poderão ser criadas novas condições de governabilidade para o País.

Sendo crescentes as dificuldades de financiamento da nossa economia, entendi ser necessária uma resolução rápida do atual impasse político, restituindo a palavra ao povo, a quem cabe, em Democracia, manifestar a sua vontade soberana nas alturas decisivas.

A maioria dos partidos manifestou a sua preferência pelo dia 5 de junho para a realização das eleições. O dia 29 de maio, outra data possível, implicava, no quadro da legislação em vigor, um período mais reduzido para o desenvolvimento do processo de preparação das candidaturas, pelo que decidi convocar as eleições para a data que melhor permita a todas as forças políticas apresentarem as suas propostas e os seus candidatos de forma esclarecedora para o eleitorado.

Estas eleições irão ter lugar num momento crítico da vida nacional, sendo a atual situação extremamente grave no que se refere ao desequilíbrio das contas públicas, ao desequilíbrio das contas externas, ao endividamento externo e às necessidades de financiamento do Estado.

É bastante elevado o montante dos pagamentos a fazer ao estrangeiro ainda este ano sob a forma de juros e empréstimos vencidos. A par disso, a situação social dá também sinais de agravamento, verificando-se existirem já mais de 600 mil desempregados, a que se junta o aumento das situações de pobreza e de precarização do emprego, sobretudo entre os jovens.

As eleições do próximo dia 5 de junho irão, pois, decorrer num momento em que o País é confrontado, em simultâneo, com uma crise política, com uma crise económica e com uma crise social.

Tenho reunido e analisado toda a informação sobre a nossa situação atual e quero reafirmar claramente perante os Portugueses que considero fundamental, para a salvaguarda do interesse nacional, que as eleições permitam alcançar um compromisso estratégico de médio prazo, que resulte de um alargado consenso político e social.

As eleições do próximo dia 5 de junho, para além de renovarem a legitimidade da representação parlamentar, devem criar condições propícias à negociação e ao compromisso entre as diversas forças políticas. Como afirmei no meu discurso de tomada de posse, o País precisa que os responsáveis políticos assumam uma atitude inclusiva e cooperante.

O próximo Governo tem pela frente uma crise económica e financeira sem precedentes. As dificuldades do País são tão profundas que ninguém pode ter a ilusão que elas irão desaparecer de um dia para o outro.

Na campanha eleitoral que se irá iniciar em breve, todos os partidos deverão ter bem presente a situação em que nos encontramos.

A campanha eleitoral deve ser uma campanha de verdade e de rigor. Ninguém deve prometer aquilo que não poderá ser cumprido. Este não é o tempo de vender ilusões ou falsas utopias. Prometer o impossível – ou esconder o inadiável – seria tentar enganar os Portugueses e explorar o seu descontentamento. Confio na maturidade cívica do nosso povo.

A próxima campanha deve ser sóbria nos meios e esclarecedora nas propostas que cada partido irá fazer ao eleitorado. Estas propostas têm de ser construtivas, realistas e credíveis e a campanha deve decorrer com elevação nas palavras e nas atitudes.

Na situação atual do País, não é admissível que os partidos políticos fomentem um ambiente de crispação que inviabilize, após as eleições, os compromissos imprescindíveis com vista a encontrar uma solução de governo que assegure a estabilidade política, promova a credibilidade de Portugal no plano externo e tenha a capacidade para resolver os graves problemas nacionais.

Nos termos constitucionais, o pedido de demissão do Primeiro-Ministro, que hoje aceitei, implica a demissão do Governo, o qual se manterá em funções para assegurar a gestão dos negócios públicos.

A atuação do Governo fica, portanto, a partir de hoje, circunscrita à prática dos atos estritamente necessários à gestão dos assuntos do Estado.

Mantendo-se em funções para assegurar a gestão dos negócios públicos, o Governo não está impedido de praticar os atos necessários à condução dos destinos do País, tanto no plano interno, como no plano externo, dever tanto mais acrescido quanto o momento que atravessamos é de grande exigência e responsabilidade. Neste contexto, compete ao Governo atuar de forma imparcial e transparente na utilização dos recursos do Estado.

Quero publicamente, perante os Portugueses, garantir que o atual Governo contará com todo o meu apoio para que não deixem de ser adotadas as medidas indispensáveis a salvaguardar o superior interesse nacional e assegurar os

meios de financiamento necessários ao funcionamento da nossa economia. No mesmo sentido, apelo a uma atitude de cooperação responsável por parte dos partidos da Oposição.

O Governo encontra-se em gestão, mas o Estado português permanece, como permanecem as dificuldades do País e as preocupações dos Portugueses no seu dia-a-dia. Por isso, o Estado tem de cumprir os seus compromissos e ninguém pode deixar de fazer tudo aquilo que tem de ser feito para proteger o nosso futuro.

À garantia que dou de que, pela minha parte, colocarei sempre em primeiro lugar o interesse nacional, quero associar uma palavra de esperança aos meus concidadãos.

Nunca iludi os Portugueses nem lhes escondi a verdade. Hoje, reafirmo o que tenho dito: vivemos em dificuldades e nos próximos tempos iremos continuar a viver numa situação muito difícil, para a qual todos devemos estar preparados. É nestas alturas que se vê o sentido de responsabilidade de cada um, desde os mais altos representantes do Estado até cada cidadão em concreto. Se cada um estiver à altura das suas responsabilidades, se os Portugueses compreenderem que estamos perante um grande esforço coletivo, se os nossos cidadãos não se alhearem de um futuro que é de todos, Portugal irá vencer este enorme desafio. Este é, porventura, um dos momentos mais críticos da vida nacional desde que foi instaurado o nosso regime democrático. Temos a obrigação de defender o regime democrático, a nossa economia e o bem-estar dos cidadãos e das suas famílias.

Se cada um fizer o que lhe compete, Portugal irá vencer.

Este é o tempo das grandes decisões, a hora em que o sentido de responsabilidade dos Portugueses, de cada português, irá ser posto à prova. Juntos, conseguiremos ultrapassar as adversidades do presente e dar aos nossos filhos um melhor futuro.

Boa noite.

Comunicação ao País a propósito do acordo de assistência financeira internacional a Portugal

Palácio de Belém, 6 de maio de 2011

Como é do conhecimento público, o Governo português estabeleceu com três instituições internacionais um entendimento de assistência financeira nos termos do qual Portugal irá receber, a título de empréstimo, 78 mil milhões de euros, o que permitirá atenuar as dificuldades imediatas de financiamento do Estado e da nossa economia.

As condições do programa de ajustamento foram ontem conhecidas.

Tais condições traduzem, no essencial, o diagnóstico e a avaliação da situação económica e financeira nacional que foram realizados pela missão tripartida, integrada por membros da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional.

Nos últimos anos, o endividamento da economia portuguesa aumentou de forma persistente e a um ritmo incomportável.

O Estado e o sistema bancário ficaram mais expostos face ao estrangeiro, tornando o funcionamento da nossa economia excessivamente dependente do exterior. As taxas de juro suportadas pelo Estado nos últimos meses, para assegurar o seu financiamento, tornaram-se insustentáveis e o sistema bancário passou a depender quase exclusivamente do Banco Central Europeu para satisfazer as suas necessidades de liquidez.

Os riscos de um colapso do financiamento da economia portuguesa tornaram inadiável o pedido de ajuda externa, que o Governo formalizou no passado dia 7 de abril.

Neste período, em que a nossa economia viveu em situação de emergência financeira, desenvolvi uma ação permanente de informação e contacto com os agentes políticos, económicos e sociais, e com as instâncias internacionais.

A gravidade da situação exigiu sentido de responsabilidade e discrição, numa atitude ponderada e reservada, colocando sempre em primeiro lugar os interesses dos Portugueses e das suas famílias.

Não compete ao Presidente da República, nas presentes circunstâncias, pronunciar-se publicamente sobre os aspetos específicos do acordo.

Cabe-me antes salientar que a trajetória da nossa economia, para a qual fui fazendo sucessivos alertas, de há muito demonstrava a insustentabilidade do desequilíbrio das nossas contas externas e do aumento do endividamento do País relativamente ao estrangeiro, como as conclusões da missão tripartida vieram confirmar sem margem para dúvida.

A partir de agora, é essencial perceber que este acordo não é o fim de um processo, mas o início de um longo caminho que os Portugueses terão de percorrer, num espírito patriótico de coesão e de unidade.

Importa que os cidadãos compreendam que o acordo corresponde a um compromisso necessário para que Portugal obtenha um empréstimo, e não uma dádiva que estejamos desonerados de pagar no futuro.

O programa de ajustamento estabelecido é vasto e muito exigente e a sua execução irá ser acompanhada de forma rigorosa. Daí dependerá o acesso aos recursos financeiros de que Portugal necessita, bem como a credibilidade junto dos nossos parceiros europeus e dos mercados externos.

Cabe-nos demonstrar que somos capazes de aproveitar este tempo difícil e fazer dos compromissos agora assumidos uma oportunidade para mudar de vida e construir uma economia saudável. O acordo é o sinal mais evidente da necessidade de alterarmos o rumo das políticas e de mudarmos de atitudes e de comportamentos.

Não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades, a gastar mais do que aquilo que produzimos e a endividar-nos permanentemente perante o estrangeiro.

Este acordo tem um horizonte temporal limitado, não representa um cheque em branco que os países europeus e as instituições internacionais nos concedem para que tudo permaneça na mesma.

Insisto, o compromisso assumido constitui uma oportunidade que não é gratuita, é temporária e não se irá repetir nos próximos anos.

É essencial que na execução do acordo alcançado seja encontrado espaço para duas preocupações cruciais para o nosso futuro: a justiça social e o crescimento da economia.

Há que minimizar o impacto negativo dos sacrifícios exigidos ao comum dos Portugueses. Muitos cidadãos já ultrapassaram a sua capacidade de contribuir para o todo nacional.

Em nome de um imperativo de justiça social e de equidade é fundamental canalizar os recursos que são escassos para os que verdadeiramente precisam de apoio.

Por outro lado, é fundamental criar condições para alcançarmos uma trajetória de crescimento económico sustentado a médio e a longo prazo e para defendermos o emprego.

Limitar a nossa dependência face ao exterior é uma condição essencial para que este programa de ajuda não seja um exercício em vão ou uma oportunidade perdida.

De uma forma muito clara, quero dizer aos Portugueses que, se não mudarmos, estaremos, daqui a três anos, ou até antes disso, pior do que nos encontramos hoje.

Existem três objetivos que não podem falhar. Caso contrário, voltaremos a ter problemas graves de financiamento.

Em primeiro lugar, tem de ocorrer um aumento significativo da poupança interna. Sei bem que numa altura de sacrifícios pouco sobra, a muitas famílias, para conseguirem poupar. Mas sei, também, que muitos Portugueses terão de alterar os seus padrões de consumo, adiando despesas, evitando gastos superfluos e desnecessários, preferindo produtos nacionais, reduzindo o endividamento.

Além da poupança das famílias, que deve ser uma medida de precaução para acautelar o futuro, é decisivo que o Estado dê o exemplo de contenção dos gastos e de combate ao desperdício dos dinheiros públicos.

Em segundo lugar, é imprescindível que se verifique um aumento substancial da produção de bens que concorram com a produção externa. Há que reforçar o potencial de exportação da nossa economia, do mesmo modo que temos de investir seriamente na inovação e na produção de bens que até agora têm sido importados e que podemos produzir em condições competitivas.

Em terceiro lugar, temos de reconquistar a confiança dos mercados financeiros internacionais.

Já houve um tempo em que Portugal projetava no exterior uma imagem prestigiada de Estado cumpridor e rigoroso, em quem os investidores acreditavam e confiavam. Restaurar essa confiança é essencial para podermos beneficiar do crédito do exterior em condições de normalidade, num horizonte temporal de dois a três anos.

Nessa altura, os mercados têm de olhar para Portugal como um país credível, que fez um esforço consistente para corrigir os seus erros e desequilíbrios, e para aproveitar as suas múltiplas potencialidades.

Insisto: se não aumentar a poupança interna; se não aumentarem as exportações e diminuírem as importações; e se não reconquistarmos a confiança dos investidores internacionais, Portugal voltará a enfrentar graves problemas de financiamento.

Portugueses

Os tempos de crise são momentos de oportunidade. Portugal dispõe de uma possibilidade única para construir uma economia saudável, que não podemos desaproveitar.

Está nas mãos dos agentes políticos e dos cidadãos agarrar esta oportunidade de mudança. Se nada fizermos, não iremos ficar na mesma, iremos ficar pior do que hoje estamos.

Estou confiante que os Portugueses compreendem o desafio que têm pela frente. Não será fácil mudarmos hábitos instalados, acabarmos com vícios que afetam o funcionamento do Estado, das empresas e dos mercados. No entanto, não temos outra opção.

Só há um caminho: trabalhar melhor e poupar mais. É isso que se pede aos Portugueses e é isso que os Portugueses têm o direito de exigir do Estado.

Também o Estado, sobretudo o Estado, tem de trabalhar melhor, funcionar com maior eficiência e gastar com mais critério.

O presente irá exigir muito de nós.

Mas é do sentido de responsabilidade dos Portugueses que se faz a esperança de um futuro melhor.

Boa noite.

Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que aprova o regulamento orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto nº 116/XI da Assembleia da República, que aprova o regulamento orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, decidi, nos termos do artigo 136º da Constituição, não promulgar aquele diploma, com os fundamentos seguintes:

1 – O Decreto submetido a promulgação procede a uma alteração substancial do regime aplicável ao pessoal integrado nos serviços de apoio à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

2 – O diploma agora aprovado contém soluções normativas, designadamente no que se refere aos respetivos efeitos remuneratórios, não coincidentes com o regime aplicável à generalidade dos funcionários públicos.

3 – A aprovação de um regime remuneratório especial na atual conjuntura económica e financeira do País deve ser precedida de uma adequada ponderação que permita sustentar, com clareza, os fundamentos que conduziram à adoção de tal regime e a sua justificação à luz de critérios de equidade.

4 – Entre outras disposições, é questionável, tendo em conta precisamente o critério da equidade, a previsão de um acréscimo remuneratório como contrapartida pela disponibilidade permanente daquela categoria de trabalhadores. Tal acréscimo remuneratório diverge dos princípios que têm vindo a ser adotados no tratamento desta matéria na generalidade da Administração Pública ou, mesmo, em organismos similares.

5 – Acresce que a aprovação do novo regime em final de legislatura, e tendo em conta as dúvidas suscitadas, não permite concluir ter havido lugar a uma discussão aprofundada das soluções nele contidas.

Por estas razões, entendi devolver o Decreto nº 116/XI, sem promulgação, à

Assembleia da República, de modo a que esta matéria seja objeto de uma análise mais aprofundada por parte dos Senhores Deputados, com vista a uma adequada ponderação dos diversos interesses em presença.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

24 de maio de 2011

Artigo de Opinião “A Economia do Mar”

Revista CADERNOS DE ECONOMIA, n.º95, abril/junho de 2011

É surpreendentemente ténue a relação que Portugal mantém, pelo menos em termos económicos, com um dos mais importantes recursos naturais de que dispõe. A exploração do mar e do enorme potencial que ele encerra tem sido matéria bastante ignorada pela generalidade dos decisores nacionais - tanto políticos como económicos - e até, em alguma medida, pelos académicos.

Daí que, ao longo do meu primeiro mandato, tenha apelado por diversas vezes a uma renovada aposta na exploração do mar, que entendo dever tornar-se um verdadeiro objetivo estratégico nacional.

Todos sabemos que o País vive hoje uma das mais graves crises da sua História recente e que será necessário muito trabalho e um exigente esforço de rigor e concertação para conseguirmos ultrapassar a difícil situação em que nos encontramos. Poderemos, por esse motivo, ser facilmente tentados a pensar que não nos devemos dispersar por novas ideias ou novos rumos, mas antes restringir-nos a fazer melhor aquilo que temos vindo a fazer.

Sucedem que a exploração do mar nos remete, naturalmente, para lá da realidade das últimas décadas, em que a nossa ligação ao mar se foi desvanecendo, mas também para lá da realidade vigente. A exploração económica da plataforma continental portuguesa, por exemplo, não faz ainda parte da nossa realidade, embora se perspetive, a vários títulos, como um imperativo nacional. É, pois, uma visão prospetiva, a longo prazo, assente na capacidade de sabermos antecipar aquilo que já se vislumbra, que muitas vezes está em causa quando falamos numa renovada aposta na exploração do mar.

Mas é também à luz da própria crise profunda que vivemos que nos cabe questionar se nos poderemos dar ao luxo de continuar a não aproveitar devidamente um dos nossos mais valiosos recursos naturais. A situação das finanças públicas e do nosso endividamento externo é particularmente séria, também, porque a economia portuguesa não conseguiu crescer na última década. Precisamos, pois, para além de reduzir a despesa, de reencontrar uma estratégia e uma trajetória de crescimento.

Se olharmos para trás, encontraremos erros nos caminhos que trilhámos. Sem prejuízo de outros, um deles será, seguramente, termos passado anos e décadas a desprezar a nossa ligação ao mar, esquecendo-nos da verdadeira geografia de Portugal e tornando-nos mais periféricos. Urge, neste aspeto, retomar essa ligação, usando-a na criação de novas oportunidades de negócio e até de novas indústrias e setores.

São muitas, a meu ver, as razões que justificam uma aposta no mar. Primeiramente, Portugal conta com um conjunto de vantagens físicas, que resultam da sua localização atlântica, de país projetado sobre o oceano, entre continentes, no centro de importantes rotas do comércio internacional e do transporte marítimo. É possuidor, além disso, da maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia e está a trabalhar na delimitação de uma das maiores plataformas continentais do mundo. São estas vantagens – centralidade da localização no mundo e dimensão – que, desde logo, conferem realismo ao potencial do mar português.

Depois, Portugal encontra no mar, ainda hoje, a sua melhor imagem de marca, construída por séculos de ligação aos oceanos. Essa imagem de marca, já de si prestigiante, poderá, se bem orientada e explorada, conferir uma apreciável mais-valia à qualidade dos novos produtos e dos serviços marítimos portugueses.

Em terceiro lugar, Portugal conta já hoje com suficientes estudos e planos, incluindo os vertidos no Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos, ou no Estudo do *Hypercluster* do Mar, para poder dar passos seguros na direção da aposta no mar. Existe, pois, um corpo de pensamento estruturado estratégico – o que nem sempre sucede entre nós – que devemos prezar e saber utilizar. A grande vantagem que nos advém desses estudos é o facto de traçarem as coordenadas do caminho que devemos iniciar, permitindo-nos poupar tempo e minimizar o risco de erro na tomada de decisões.

Uma outra razão que me parece justificar um investimento nas atividades ligadas ao mar é o manifesto subaproveitamento deste recurso: somos um dos países costeiros da Europa Ocidental que menos empregos e riqueza consegue criar a partir do mar. Se isto é, por um lado, altamente insatisfatório, denota, por outro, a medida do potencial que temos pela frente. Ou seja, os anos de abandono deste setor e a ausência de investimentos significativos implicam que, em muitas

indústrias ou atividades ligadas ao mar, o nível de partida sempre nos permita beneficiar de um considerável potencial de crescimento.

Finalmente, ao apostarmos na economia do mar, estaremos também a apostar num reposicionamento de Portugal. Em vez de nos vermos como um país da periferia da Europa, passaremos a ver-nos como um país que se encontra na charneira de vários continentes, no centro das rotas da logística de transporte mundial, e que pode tirar partido dessa sua posição geográfica, retomando também, de algum modo, a sua vocação ancestral de país aberto ao Mundo.

A chamada economia do mar não se circunscreve, hoje em dia, às atividades marítimas tradicionais, abrangendo, de facto, muitas outras, incluindo os novos usos do mar.

Os portos e os transportes marítimos, setores tradicionais do mar, permanecem, em todo o caso, essenciais à sua exploração. Trata-se de dois setores que estão intimamente ligados e que constituem o núcleo duro de qualquer *cluster* do mar. Caímos por vezes, em Portugal, na tentação de pensar que estes setores – que são setores pesados, ligados às infraestruturas de transporte e intensivos em capital – estão irremediavelmente condenados e que não devemos perder tempo e recursos financeiros com eles, antes nos devendo focalizar em novos setores ligados à ciência e à tecnologia. Trata-se, no entanto, de uma visão errada. Sem portos e sem transportes marítimos competitivos, Portugal não poderá relançar-se como um país verdadeiramente marítimo.

Tem havido, nos últimos anos, uma dinâmica positiva a nível do setor portuário, resultante, por um lado, de uma aposta na simplificação das operações portuárias, em especial das administrativas e burocráticas, e, por outro lado, de um aumento do planeamento e do investimento, nomeadamente em plataformas logísticas e na interligação de modos de transporte. Apesar disso, a reforma plena do sistema portuário continua por completar, havendo espaço para melhorias substanciais nas estruturas de gestão, na lógica da concorrência entre portos, na conquista de espaço no mercado ibérico, na competitividade dos serviços, na diminuição dos procedimentos administrativos e na própria relação dos portos com os cidadãos.

Não devemos duvidar de que os portos serão, para Portugal, peças estratégicas essenciais no atual contexto de globalização e de crescimento do comércio mun-

dial e, logo, do transporte internacional de mercadorias. Mais ainda, se atentarmos aos sinais que nos chegam da União Europeia relativamente à penalização gradual, mas crescente, do transporte rodoviário, através de políticas (as designadas políticas de *greening transport*) que visam a sua substituição parcial por outros meios, inclusivamente pelo transporte marítimo.

Daí que não nos possamos conformar com o reduzido setor de transportes marítimos que hoje temos em Portugal. Torna-se necessário expandi-lo e, para isso, é imperativo torná-lo mais competitivo e, desde logo, mais atrativo, o que exige a adoção de novas políticas públicas que o apoiem ou, pelo menos, que não deixem o setor numa posição de inferioridade relativamente ao tratamento que recebe nos demais Estados costeiros da União Europeia.

O País precisa também de contar com portos e transportes marítimos competitivos, na medida em que eles são instrumentais para o desenvolvimento de outro grande domínio da economia do mar: a energia.

Com efeito, é pelos nossos portos que nos chega uma grande parte da energia que importamos, o que demonstra bem que existe uma estreita ligação entre o setor do mar e o setor da energia em Portugal. Aliás, o transporte marítimo de energia fóssil – gás e petróleo – é importante não apenas para Portugal, mas para a segurança energética de toda a Europa, que assim dependerá menos de *pipelines* originários de países com quem teve diferendos sobre energia nos últimos anos. Portugal possui, no porto de Sines, um dos poucos terminais de gás natural liquefeito da Europa. Trata-se de um ativo estratégico nacional que não deve ser menosprezado.

Ainda no que diz respeito aos combustíveis fósseis, é evidente que o mar não releva apenas como meio de transporte, sendo já hoje essencial à própria produção: cerca de 40 por cento do petróleo e 60 por cento do gás natural que consumimos na Europa provêm de jazidas subaquáticas. A previsível exaustão de fontes de combustíveis fósseis em terra firme e o tendencial aumento da procura, associado ao crescimento das grandes economias emergentes, leva-nos a crer que Portugal deverá perspetivar, no futuro próximo, uma prospeção séria e ambiciosa dos fundos marinhos e do subsolo das áreas marítimas que se encontram sob sua jurisdição.

O mar é interessante, também, para o desenvolvimento de indústrias de ener-

gias renováveis. O Pacote Europeu para a Energia e o Clima não deixa margem para dúvidas: estas indústrias serão essenciais para o cumprimento dos objetivos acordados para 2020, nomeadamente o que estipula a obrigação de gerar, na União Europeia, 20 por cento de energia renovável. Por essa razão, temos assistido, nos últimos anos, a uma verdadeira corrida à promoção e ao desenvolvimento de grandes parques eólicos *offshore* no Mar do Norte. No contexto europeu, Portugal dispõe dos maiores espaços marítimos e de relevantes recursos naturais, pelo que deverá juntar-se a essa corrida. Nessa perspetiva, seria importante, entre outras medidas, a preparação de infraestruturas (a começar pela instalação de cabos elétricos submarinos e a sua ligação à rede elétrica nacional) e a existência de um enquadramento legal facilitador de licenciamentos e da atribuição de concessões de espaço no domínio público marítimo.

Também no domínio dos recursos vivos do mar há muito por fazer em Portugal. Face ao nosso nível de consumo de peixe *per capita* – que é mais do dobro do que se verifica, em média, na União Europeia –, surpreende que não se desenvolvam mais esforços para aumentar a produção nacional, quer em termos de capturas quer através de criação de pescado e de outros produtos do mar. Ao invés, as pescas têm vindo a decair paulatinamente e a aquacultura, com algumas honrosas exceções, continua por emergir em larga escala nas nossas águas costeiras. O resultado é a repetição, ano após ano, do défice da balança comercial de pescado com o exterior, que ultrapassou os 800 milhões de euros em 2009. Para um país que tem imperativamente de reduzir as suas importações e/ou aumentar as exportações, esta situação deve obrigar-nos a uma séria reflexão.

Um outro grande setor, ou conjunto de setores, a merecer uma aposta forte por parte de Portugal, é o turismo costeiro e marítimo. Portugal conta com uma oferta de turismo costeiro de dimensão apreciável, concretizada, em particular, nas centenas de hotéis e nos milhares de restaurantes que tem à beira-mar. É importante que os seus responsáveis compreendam as várias dimensões da ligação do seu negócio ao mar, começando por se preocupar com os desafios societários, como é o caso da qualidade da água, da biodiversidade e da força dos ecossistemas marinhos, ou da erosão costeira, intimamente ligados, afinal, à sustentabilidade daquela ligação. Mas, igualmente, tirando partido da sua proximidade do mar para criar sinergias com o turismo marítimo, isto é, com as

indústrias marítimo-turísticas, os desportos náuticos, as marinas e a náutica de recreio, setor que se encontra, também, consideravelmente subaproveitado em Portugal, em comparação com os demais países costeiros da Europa Ocidental. Uma referência, neste contexto, ao turismo de cruzeiro, que tem vindo a ser um caso de sucesso, na Europa e em Portugal, nesta última década. Face ao potencial que apresenta no plano turístico e ao crescimento do número de passageiros e de visitantes das costas portuguesas, que se aproxima já de um milhão por ano, importa traçar objetivos ambiciosos no sentido de aumentar o número de barcos que nos visitam e de cruzeiros com partida de Portugal. Isso implica não só continuar a criar infraestruturas de acolhimento portuário, ou seja, os terminais de passageiros, mas, acima de tudo, desenvolver uma concertação alargada aos diversos agentes envolvidos, incluindo as autarquias das cidades portuárias, os hotéis e os aeroportos.

Outros segmentos económicos se perfilam, ainda que de forma mais pulverizada, como relevantes para o futuro da economia do mar. É o caso das empresas dedicadas às tecnologias marítimas ou à gestão e monitorização ambiental do mar – incluídas na designada economia verde –, as quais, juntamente com setores como o da biotecnologia marinha, deverão beneficiar de uma considerável expansão nos próximos anos.

Foi no mar que construímos uma parte significativa da nossa História e da nossa identidade, e estou convencido de que é no mar que podemos encontrar um manancial de oportunidades para o nosso desenvolvimento económico e, até, um renovado sentido para a nossa existência como País.

Mensagem a propósito da realização de Eleições Legislativas

Palácio de Belém, 4 de junho de 2011

A campanha eleitoral para as eleições legislativas chegou ao fim.

Os diferentes partidos tiveram oportunidade de apresentar as suas ideias e as suas propostas.

O sentimento de que nesta campanha nem sempre se terá discutido o essencial e de que muitas vezes, na comunicação social, se privilegiou o acessório, não deve ser motivo para nos abstermos de votar.

Amanhã, os Portugueses são chamados a votar e a eleger os deputados à Assembleia da República. Da composição do novo Parlamento resultará o Executivo que irá ter a responsabilidade de governar Portugal nos próximos quatro anos, numa altura crucial para o nosso país.

Em democracia todas as eleições são importantes. No entanto, a grave situação em que o País se encontra faz com que as eleições de amanhã sejam particularmente decisivas. O momento que vivemos é de grande exigência e responsabilidade para todos.

Os Portugueses sabem que o seu país está mergulhado numa profunda crise económica e social.

Como é do conhecimento de todos, e ninguém pode negar esta realidade, foi mesmo necessário pedir ajuda financeira externa para que Portugal pudesse cumprir as suas obrigações para com os credores e para assegurar o financiamento da nossa economia.

Na sequência da avaliação da situação portuguesa feita por uma missão internacional tripartida e dos compromissos assumidos por Portugal, a União Europeia aprovou a concessão de um empréstimo de 78 mil milhões de euros pelo prazo de sete anos e meio.

O Governo que resultar das eleições de amanhã terá a responsabilidade de honrar os compromissos assumidos, que são de uma grande exigência.

A ação do novo Governo, ao contrário do que por vezes se diz, não vai estar limi-

tada ao cumprimento do memorando de entendimento que foi acordado com as instituições internacionais. O novo Governo terá muito mais para decidir e fazer, de modo a garantir a justiça social, o crescimento da economia e o combate ao desemprego.

Como os Portugueses se recordam, foi precisamente pela impossibilidade de gerar uma solução governativa com condições para resolver os graves problemas do País que a Assembleia da República foi dissolvida.

Devolveu-se a palavra ao povo, e é ao povo que cabe manifestar a sua vontade soberana, para que se encontrem as soluções de governo necessárias nas alturas decisivas.

É por tudo isto que apelo a todos os Portugueses para que amanhã não deixem de votar.

Neste tempo de grandes dificuldades, cada um de nós tem o dever de escolher, em consciência, o caminho que quer para Portugal.

O facto de as eleições terem lugar num tempo de sacrifícios e de grandes interrogações quanto ao futuro é uma razão acrescida para que cada um manifeste a sua vontade e diga quem deve assumir a responsabilidade de governar. Em democracia, a decisão do povo é soberana.

Seria incompreensível que, no momento crítico que o País atravessa, os cidadãos se abstivessem de votar e deixassem aos outros uma escolha que é essencial para todos. Também fora do nosso país não seria compreendido que, nesta hora difícil, os Portugueses se demitissem do seu próprio futuro.

Se abdicarem de votar, não têm depois autoridade para criticar as políticas públicas. Só quem vota poderá legitimamente exigir o melhor do próximo governo.

Abster-se é fugir no tempo decisivo das grandes responsabilidades.

Abster-se é não querer dar o seu contributo para um País melhor.

Os jovens, que manifestam algum desinteresse pela vida política, devem encarar o resultado destas eleições como decisivo para o seu futuro.

As novas gerações devem fazer ouvir a sua voz nas eleições de amanhã.

Os milhares de portugueses que estão desempregados devem ver as eleições de amanhã como uma possibilidade de escolherem um caminho para o País que lhes traga a esperança de dias melhores. Não devem deixar de votar.

Neste dia de reflexão que antecede o ato eleitoral, reitero junto dos Portugueses o meu apelo para que amanhã vão votar.

O nosso voto, o voto de cada um de nós, é um passo decisivo na direção de um futuro melhor para Portugal.

Boa noite.

Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que altera a regulamentação do apoio do Estado aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto n.º 118/XI da Assembleia da República, que aprovou a “Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 138-C/2010, de 28 de dezembro, que ‘Regula o apoio do Estado aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, procedendo à quarta alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro’”, decidi, nos termos do artigo 136.º da Constituição, não promulgar aquele diploma, com os fundamentos seguintes:

1 – O Decreto submetido a promulgação limita-se a aditar um novo preceito, o artigo 4.º-A, ao Decreto-Lei n.º 138-C/2010, de 28 de dezembro, que regula o apoio do Estado aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo.

2 – De acordo com a alteração aprovada, “até à entrada em vigor da portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 15.º, são mantidos os valores atribuídos às escolas com contrato de associação verificados entre janeiro e agosto de 2011”.

3 – Ora, sucede que tal portaria já foi aprovada e encontra-se em vigor. Com efeito, a Portaria n.º 1324-A/2010, de 29 de dezembro, invocou como norma habilitante o n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 138-C/2010, de 28 de dezembro.

4 – Neste sentido, não tendo sido aprovada qualquer alteração à norma habilitante ou ao seu regime, suscitam-se fundadas dúvidas sobre que alcance pretendeu o legislador atribuir a este diploma e sobre que efeitos concretos e reais poderia o mesmo ter na ordem jurídica, pelo que se considera que a Assembleia da República deve proceder a uma nova e adequada ponderação sobre o sentido e a utilidade do Decreto n.º 118/XI.

Entendi, assim, devolver o Decreto nº 118/XI, sem promulgação, à Assembleia da República, de modo a que esta matéria seja objeto de reapreciação pelos Senhores Deputados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

6 de junho de 2011

Artigo de Opinião “Os Jovens Agricultores”

Semanário EXPRESSO de 10 de junho de 2011

Se há alguma coisa consensual em Portugal no domínio da agricultura, é, sem dúvida, a necessidade de um sistema de apoio público ativo aos jovens agricultores, à sua instalação e à expansão do seu número e da sua atividade.

Todos os especialistas o reconhecem, todos os partidos políticos o mencionam nos seus programas, todos os governos têm sublinhado atribuir-lhes grande prioridade e atenção.

Apesar disso, os resultados, completamente contrários aos objetivos, estão à vista. Os jovens agricultores com menos de 35 anos representam apenas 2 por cento e aqueles com menos de 45 anos apenas 10 por cento do número total de agricultores portugueses.

Portugal é o país agricolamente mais envelhecido da União Europeia, uma vez que tem a mais elevada percentagem de agricultores com mais de 65 anos (48 por cento, a comparar com 27 por cento na União Europeia). Além disso, estes valores têm vindo a agravar-se de ano para ano. Entre 1999 e 2009 (entre os dois últimos recenseamentos), a redução dos jovens até 35 anos foi de 60 por cento e, no escalão entre 35 e 45 anos, foi de 51 por cento.

Alguma coisa estará, portanto, a impedir o sucesso das políticas públicas nesta matéria e a merecer uma atenção aprofundada, de modo a que possamos rapidamente inverter a tendência e melhorar a situação.

As razões serão certamente mais do que uma. Muito provavelmente, decorrerão do efeito do carácter depressivo que acompanha há largos anos o nosso setor agrícola, conjugado com as dificuldades naturais da profissão, com o apego à terra das gerações mais idosas, com a má imagem pública que, muitas vezes erradamente, se tem difundido da profissão de agricultor e, naturalmente, com o afastamento acentuado dos rendimentos agrícolas relativamente aos rendimentos das atividades não agrícolas.

Outras razões haverá, consequência indireta das anteriores, tais como as dificuldades de acesso à terra por parte dos jovens, o elevado risco da profissão,

a burocracia, as dificuldades de financiamento, a insuficiência de acompanhamento e apoio técnico, quer público, quer privado.

E, no entanto, nunca como hoje foi tão necessário interessar os jovens portugueses nas atividades do setor agrário. Só eles poderão alavancar e apressar o salto qualitativo de que a nossa agricultura necessita para poder contribuir, como se espera, de forma muito significativa para atenuar a crise em que vivemos.

Todos os agricultores, de todas as idades, podem, e devem, contribuir para esse efeito, mas são os jovens os únicos que poderão trazer-nos a sustentabilidade futura de que necessitamos. Só eles nos poderão trazer a abertura de espírito, a energia, a inovação, a criatividade e o conhecimento, sem o qual não deixaremos de nos afastar da Europa e do mundo.

Se tivesse dúvidas sobre isso, tê-las-ia dissipado durante o encontro que recentemente promovi, no Palácio de Belém, com um conjunto de jovens agricultores e agricultoras de todas as regiões do país, com diversas formações, representando diferentes tipos de agricultura e quase todas as atividades praticadas no nosso país, dirigidas ao mercado interno e à exportação.

Se tivesse dúvidas sobre o valor acrescentado para o País que representa cada um destes jovens, teria ficado esclarecido.

Nenhum deles se mostrou arrependido da profissão escolhida. Todos revelaram a sua criatividade, na escolha das atividades e dos produtos, nas relações com o mercado, nas soluções técnicas adotadas e, sobretudo, no entusiasmo, dedicação e, até, amor, que têm pela sua atividade.

Queixaram-se da burocracia e das dificuldades de financiamento. Alguns, do acesso à terra e do insuficiente acompanhamento e apoio técnico, por parte das instituições públicas com responsabilidade na matéria.

Foi quase uma lição de vida, de entusiasmo e de fé no futuro, o que recebi destes jovens e, no fim, várias certezas. A certeza de que se torna absolutamente vital para Portugal a abertura de um espaço de diálogo construtivo e permanente entre os jovens agricultores e o Governo, para que os seus problemas e aspirações sejam examinados à luz das nossas necessidades e aspirações; a certeza de que os jovens agricultores ocuparão a linha da frente de um vasto e patriótico movimento nacional que coloque a agricultura como setor fundamental para a sustentabilidade futura do nosso país; e a certeza de que Portugal só tem a

ganhar se acreditar nos seus jovens e se lhes proporcionar os meios e as condições para que estes possam mobilizar a sua inesgotável generosidade, vitalidade e energia criadora.

Entrevista concedida ao semanário EXPRESSO

30 de julho de 2011

– Festejaram-se os resultados da Cimeira [*Cimeira Extraordinária da Zona Euro, realizada em 21/7/2011*]. Mas, depois disso, há sinais que fizeram acalmar a euforia. As decisões tomadas são uma solução ou terá de se ir mais além?

– As decisões foram um importante passo em frente, mas isso não significa que tenham desaparecido as ameaças de instabilidade financeira na zona do euro. Até porque ao longo de muitos meses se criou um ambiente de desconfiança em relação a vários países quanto à capacidade de satisfazerem os compromissos. Tudo vai depender da determinação, vontade política e rapidez com que as decisões passem à prática. E nos últimos dias surgiu alguma cacofonia, diferentes declarações e interpretações quanto às decisões tomadas, que não vão no bom sentido.

– Já tínhamos assistido a isso...

– Sim, mas de qualquer forma ocorreu uma decisão muito importante: a flexibilização do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, fazendo dele um mecanismo de solução de crises e dando-lhe capacidade de evitar contágios e combater movimentos especulativos. O Fundo passa a poder atuar no mercado secundário comprando títulos, a conceder empréstimos aos Estados para capitalização dos bancos, a poder abrir linhas de crédito para países com problemas de liquidez e, muito importante, pode continuar a apoiar os países com programas de assistência quando, ao terminar este e mesmo tendo cumprido tudo, os países não conseguirem ter acesso ao mercado para obterem financiamento. Tudo isto faz do Fundo um instrumento importante para a gestão de crises.

– Uma espécie de FMI europeu, de FME?

– É um passo no sentido da criação do que poderíamos chamar um Fundo Monetário Europeu. O abaixamento das taxas de juro e o alargamento do prazo dos empréstimos pelo menos para 15 anos, mas podendo ir até 30 e com um período

de carência de 10 anos, significa que afinal se aceitou a ideia dos *eurobonds* para os países com assistência financeira. O Fundo emite no mercado internacional obrigações com garantias dos Estados e depois empresta, praticamente à mesma taxa, aos países que se encontram em situações de crise.

– São boas notícias?

– São, agora temos de saber se há vontade política clara dos Estados-membros para implementarem em pleno o que foi decidido e com rapidez. Espero que depois da decisão tomada no dia 21 os líderes estejam bem conscientes da ameaça que continua a pairar sobre o euro se não manifestarem essa determinação.

–Porque não há essa vontade política?

– Ela devia ser mais visível neste momento. O Conselho foi uma manifestação de vontade política, pelo menos no dia 21 de julho. O que interessa agora é a rapidez de pôr tudo aquilo em prática, sem hesitações e de forma clara.

– Portugal poderá renegociar o acordo da *troika* com base nas decisões tomadas?

– As decisões em nada alteraram os compromissos sobre políticas a executar pelo Governo português nos termos do Acordo de Assistência aprovado. Mas é sabido que ao longo destes três anos de execução haverá um diálogo continuado entre as autoridades portuguesas e a *troika*, e admito que podem chegar à conclusão que são necessários alguns aperfeiçoamentos. Ninguém dirá que o que está acordado é 100 por cento perfeito, mas não devemos falar nunca em renegociação, isso não deve passar pela cabeça de ninguém. Isto é, podem existir melhores formas de alcançar os mesmos objetivos, nem todas as soluções constantes do acordo podem ser 100 por cento perfeitas. Portugal vai beneficiar da descida das taxas de juro e do alargamento dos prazos, mas o mais importante é a declaração de que o nosso país, tal como a Grécia e a Irlanda, se cumprirem o programa, continuam a ser apoiados, caso o necessitem no final da vigência do programa. Se Portugal cumprir, seremos diferentes da Grécia. Devemos olhar para as decisões do Conselho Europeu como um estímulo, não como qualquer facilidade que nos foi concedida, porque nos vai ser exigido o cumprimento. E o cumprimento integral do memorando é o que melhor serve o interesse nacional.

– **Mas há quem fale na necessidade de Portugal vir a pedir novo empréstimo...**

– Se Portugal cumprir, não necessitará de outro programa de austeridade, pode é continuar a necessitar de apoio, caso os mercados continuem a revelar desconfiança. Isto é diferente do que aconteceu agora com a Grécia, que teve um novo programa de austeridade a troco de um novo empréstimo.

– **As novas decisões não poderão ajudar a suavizar as duras medidas que se anunciam para Portugal?**

– As medidas que estão previstas no memorando, na substância, não irão ser alteradas, porque são consideradas indispensáveis para que Portugal restabeleça os equilíbrios fundamentais nas finanças públicas e para que o país ganhe competitividade e credibilidade junto dos mercados. Mas pode-se chegar à conclusão, dos dois lados, que existem melhores respostas para alcançar os objetivos. Portanto, nós vamos ter mesmo de mudar de vida, temos que adaptar aquilo que gastamos à produção que conseguimos realizar e temos que poupar mais.

– **Não há uma contradição entre o facto de as decisões do Conselho serem de maior integração (não quero dizer federalistas) e ao mesmo tempo estar a aumentar o euroceticismo na Europa?**

– Vamos por partes. A criação de um mercado único instituiu a liberdade de circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas e abriu a porta para o federalismo monetário. Isto é, um Banco Central Europeu, uma moeda única, uma política monetária única e uma política cambial única. O federalismo monetário abriu por sua vez caminho para a coordenação das políticas orçamentais e de outras políticas económicas entre os Estados-membros, para que estas fossem coerentes com a política monetária única, de forma a assegurar a estabilidade macroeconómica da zona euro. Decidiu-se, por outro lado, que essa estabilidade seria realizada pela via do Procedimento dos Défices Excessivos e dos Programas de Estabilidade e Crescimento. Mas este mecanismo de coordenação falhou, a Comissão e o Conselho não realizaram a supervisão adequada dos Estados. Deixaram os Estados endividar-se em grande escala e construir grandes défices públicos. Vários foram os culpados, desde logo a Alemanha e a França, que flexibilizaram o Pacto quando violaram o défice. Quer dizer que os mecanismos

de coordenação não estavam preparados para fazer face a uma crise da dívida soberana como aquela que veio a ocorrer. Agora, começou a trabalhar-se no reforço dos mecanismos de coordenação, o chamado Semestre Europeu, que passa a ser prévio à elaboração dos orçamentos pelos Estados. O caminho que se está a seguir é para colocar ao lado do federalismo monetário um federalismo orçamental mitigado. Não existe um grande orçamento comunitário, mas existe uma coordenação reforçada dos orçamentos dos Estados, de forma a que o conjunto seja algo que vai para além da simples soma das políticas orçamentais dos Estados-membros.

– **Que pensa da criação do ministro das Finanças Europeu?**

– O Senhor Trichet lançou a interrogação sobre se no longo prazo não teremos um mercado único, uma moeda única e um ministro das Finanças europeu. Este teria responsabilidades de supervisão nas políticas orçamentais e de competitividade e faria o acompanhamento direto – uma interferência maior – das políticas económicas dos países sujeitos a acordos de assistência. Não sabemos o que será a União Europeia no longo prazo, mas neste momento falar de um ministro das Finanças europeu é pura especulação. Mas olhemos para os acordos de assistência financeira que têm vindo a ser negociados: são já uma interferência bastante forte e direta nas políticas económicas nos países em situação de crise, estão a limitar a soberania! Temos que reconhecer que se todos nós na União Europeia vivemos num regime de soberania partilhada, em relação aos que se encontram em situação de crise...

– **É uma soberania limitada?**

– É limitada em maior grau, embora seja resultado de uma negociação.

– **E como vê o fenómeno crescente do euroceticismo?**

– Há muitas razões para a existência deste desencanto em relação ao projeto da União Europeia, que se apresenta com menor capacidade de mobilização, embora não de atração. Mas recordo-me de situações semelhantes no passado, da chamada *euroesclerose* europeia dos anos 80, e a Europa foi capaz de se renovar, criando o mercado único, Schengen, a moeda única. Espero que a Europa,

talvez com outro tipo de lideranças, se venha a reencontrar. O facto de os líderes europeus já não terem memória da guerra e de a ameaça da União Soviética ter desaparecido, conta. Assim como conta o facto de os líderes europeus, com grande frequência, face aos insucessos domésticos, atribuírem as culpas a Bruxelas. Não os vemos sublinhar as mais-valias do projeto europeu. Depois, espalha-se a ideia de uma união europeia à deriva, com todas estas contradições, discursos populistas, cacofonias, hesitações. E os cidadãos também parecem ter hoje uma certa insegurança em sentido lato, por falta de emprego, sobre o seu futuro, a debilidade do crescimento económico. Tudo combinado favoreceu os movimentos eurocéticos e os nacionalismos. Mas não podemos julgar o projeto da União Europeia pelas dificuldades de hoje. É bom sublinhar, por exemplo, que o sistema de proteção social europeu não seria o que é hoje sem os 50 anos de progresso económico do projeto europeu, que é um caso notável.

–E as políticas conduzidas, a somar à falta de lideranças, não contribuem para a falta de fé na Europa?

– Uma Europa a 27 é muito diferente da Europa a 12, a que Portugal aderiu. Esse espírito de família de que falava Delors é muito mais difícil. Com o alargamento, avançou o intergovernamentalismo e enfraqueceram-se as instituições, de que é expressão clara a criação do cargo de presidente do Conselho Europeu. Eu sempre fui defensor do fortalecimento da Comissão, que é a expressão do interesse comum. É neste quadro que os grandes países emergem com uma influência muito grande. Desde o início que a Alemanha e a França são forças motoras do projeto europeu. Sempre foram influentes, mas hoje parece que estes dois Estados se substituem às instituições: reúnem-se e até convocam para participar os responsáveis das instituições! Ainda por cima de uma forma ostensiva. Nós precisávamos de instituições fortes e há uma deriva intergovernamental que não tem sido positiva.

– Mas isso ficou consagrado no Tratado de Lisboa...

– O Tratado, ao fazer a reforma das instituições, deu margem maior ao intergovernamentalismo. Nunca fui favorável à criação da figura do presidente do Conselho Europeu. Mas voltando à Alemanha, ela sempre beneficiou bastante da

construção europeia e interrogo-me se a sua unificação teria sido possível sem a integração europeia. O chanceler Kohl dizia sempre que queria uma Alemanha europeia e não uma Europa alemã.

– **A Senhora Merkel defende o contrário?**

– Não quero julgar a Senhora Merkel. Mas seria positivo para a Europa que existisse uma Comissão forte onde o método comunitário se afirmasse mais. O intergovernamentalismo trouxe o peso acrescido de alguns Estados, o que acarreta maior desconfiança de outros, porque sentem que não estão a participar, o que contribui para o esbatimento do sentimento de pertença dos cidadãos a um projeto comum.

– **O projeto europeu não corre o risco de desintegrar-se?**

– Não. Isso só aconteceria em situações absurdas de total irresponsabilidade, que não me atrevo a antecipar. Seria dramático para a Europa, e muito negativo para o sistema económico e financeiro internacional. Os problemas são de tal complexidade que não têm solução apenas com a ação de um Estado isolado, mesmo que grande. Só pela atuação conjunta os problemas podem ser de facto resolvidos. Não acredito que algum líder queira ficar com a responsabilidade da desintegração do projeto europeu, que aconteceria no caso do fracasso total do projeto da moeda única. Nem que seja no último minuto, virá ao de cima a sabedoria dos líderes europeus. Esperamos que a tenham.

– **O fracasso do euro podia ser esse fator de desintegração?**

– Não acredito que vá acontecer.

– **Considera que a atual crise é uma crise sistémica do euro?**

– A princípio muitos pensaram que era só de alguns Estados. Curiosamente, é Portugal que acaba por desempenhar um papel importante no despertar para a necessidade de o Eurogrupo atuar, porque havia uma real ameaça sobre o projeto da moeda única.

– **Está a falar dos acontecimentos recentes?**

– Sim, na baixa de notação da agência Moody's. Dissiparam-se as hesitações em relação ao caso da Grécia e tomou-se consciência de que era uma crise sistémica, que ia muito para além de um Estado individualmente considerado. Claro que há o reconhecimento da irresponsabilidade por parte de alguns Estados, mas – sublinho – houve também um falhanço da supervisão, que é uma responsabilidade de todos.

– **Foi criticado por no passado não ter criticado as agências de rating, como agora o fez. O que mudou neste ano?**

– A redução da notação da Moody's no princípio de julho é uma situação totalmente diferente da que tinha acontecido no passado e a prova disso é que houve uma condenação quase unânime por parte dos países europeus e instituições. Isto nunca tinha havido anteriormente! Nunca se tinha assistido a uma reação dos países e instituições condenando a baixa de notação por uma agência de *rating*. É completamente diferente, porque havia factos novos positivos e nenhum negativo: as autoridades portuguesas estavam a começar a executar um programa de assistência financeira, comprometendo-se a aplicar as medidas necessárias à correção dos desequilíbrios internos e externos e ao reforço da estabilidade do sistema bancário. Esse programa tinha o apoio das três maiores forças políticas, representando mais de 85 por cento do Parlamento. E havia um Governo, dispendo de uma maioria confortável no Parlamento, determinado a aplicar na íntegra as medidas negociadas pelo anterior Executivo, e afirmando mesmo que ia mais além. Foi perante este quadro que começou a tornar-se mais forte a consciência da ameaça dirigida a toda a zona do euro, até porque depois começam alguns ataques especulativos em relação à Espanha e à Itália. Surprende-me que pessoas que percebem alguma coisa de política económica não percebam a diferença da situação do início de julho face ao que tinha acontecido anteriormente. Nunca se tinha assistido a uma coisa destas.

– **Mas isso também prova que a Moody's nunca ligou ao que se passava na situação interna...**

– Mas no passado não havia este Acordo, em que o País se comprometia de forma

formal a concretizar as medidas necessárias para corrigir os desequilíbrios e reforçar a competitividade e a estabilidade do sistema financeiro. Não havia até julho falha nenhuma. Era a grande diferença. E talvez isso tenha influenciado a decisão europeia de reduzir a dependência das agências de rating.

– **Acha positivo criar uma agência de rating europeia?**

– Pode ser mais do que isso. Penso que estão a ser estudadas outras formas de reduzir a influência dessas instituições. Por exemplo, o BCE não devia mais ter em atenção as notações das agências para decidir se cede liquidez a um país. Como é que os líderes europeus aceitam que as suas decisões possam ser condicionadas por três agências americanas de *rating*? Surpreende-me. Falta aqui alguma liderança.

– **Há uma falha de legitimidade democrática na Europa?**

– Houve o reforço do papel dos parlamentos nacionais e dos poderes do Parlamento Europeu. Se alguma coisa ocorreu nas sucessivas revisões dos Tratados, foi a preocupação de reforçar a legitimidade democrática das instituições. O que há é uma dificuldade de os líderes europeus explicarem às suas opiniões públicas a importância do projeto europeu.

– **Ainda se sente europeísta?**

– É o nosso projeto. Isto é um projeto político, claramente, e a prova está no federalismo monetário, em que os países cedem um dos símbolos mais visíveis da sua soberania. Dir-se-á que, se cedem a moeda, estão preparados para outras cedências de soberania, para fazer a união política. No fundo, é este federalismo monetário, acoplado com a cooperação aprofundada das políticas económicas, a que se junta outro tipo de políticas, como a segurança interna, a justiça e outras. Agora, só falta o tal passo mais final, que é termos um dia um orçamento comunitário de dimensão federal, que financie as políticas de emprego, proteção social, inovação, ambiente, infraestruturas europeias e outras. Mas isso já não será na nossa geração. E depende da vontade dos povos da Europa.

**Mensagem à Assembleia da República
a propósito da promulgação do diploma
que transfere competências dos governos
civis e dos governadores civis
para outras entidades
da Administração Pública
em matérias de reserva
de competência legislativa
da Assembleia da República**

Tendo promulgado, para ser publicado como lei orgânica, o Decreto da Assembleia da República n.º 12/XII, que transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República, entendi dirigir a essa Assembleia, no uso da faculdade prevista na alínea d) do artigo 133º da Constituição, a seguinte mensagem:

O artigo 6.º do referido Decreto altera o artigo 20.º, n.º 4, do regime do estado de sítio e do estado de emergência, constante da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, transferindo para os comandantes operacionais distritais de operações de socorro a coordenação a nível local, na área da respetiva jurisdição, da execução da declaração do estado de emergência no território continental.

Esta opção do legislador não é compatível com a solidez normativa e eficácia operacional do regime jurídico do estado de sítio e do estado de emergência, essencial para a salvaguarda do Estado de direito democrático.

Resulta claramente do artigo 19.º da Constituição, particularmente dos seus n.ºs 2 e 3, a identidade dos pressupostos do estado de sítio e do estado de emergência – agressão efetiva ou iminente por forças estrangeiras, grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional ou calamidade pública –, devendo o estado de emergência ser declarado quando estes pressupostos comuns se revistam de menor gravidade. Este regime constitucional tem tradução normativa, ao nível

legal, nos artigos 1.º, n.º 1, 8.º, n.º 1, 9.º, n.º 1, e 14.º, n.º 2, da Lei nº 44/86, de 30 de setembro.

Isto é, o estado de sítio e o estado de emergência diferem quanto à gravidade concretamente verificada dos seus pressupostos comuns.

Assim, ainda que a calamidade pública possa conduzir ao estado de emergência, não pode sustentar-se que a declaração de estado de emergência se encontra confinada às situações de calamidade pública.

Com efeito, não só a Constituição determina que todas as matérias – incluindo as relacionadas com a agressão efetiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática – podem ser objeto de declaração de estado de emergência – apenas variando o grau da gravidade – como a própria lei utiliza a expressão “nomeadamente”, que aponta para um catálogo aberto, não exaustivo, incluindo, pois, matérias para lá das relacionadas com a calamidade pública.

Aquela opção do Decreto da Assembleia da República n.º 12/XII de substituir os governadores civis pelos comandantes operacionais distritais do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, regulado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, na coordenação local da execução da declaração do estado de emergência, parece pressupor uma coincidência necessária – que é afinal inexistente – entre o estado de emergência e as situações que delimitam as atividades de proteção civil.

Nos casos em que o estado de emergência se justificar em pressupostos distintos dos da proteção civil, a imposição legal de uma coordenação da respetiva execução nos distritos, feita necessariamente pelos comandantes operacionais distritais de operações de socorro, poderá, muito provavelmente, não apenas revelar-se inadequada como, sobretudo, obstar à designação do titular das competências necessárias a uma tal coordenação em concreto, com consequências gravosas que urge evitar.

Tendo decidido promulgar este diploma, por se inscrever numa orientação que o Governo decidiu assumir enquanto órgão responsável pela política geral do País, considero, em todo o caso, que o ponto em apreço deveria ser objeto de uma reponderação por parte dos Senhores Deputados, seja pela falta de harmonia

que introduz no ordenamento jurídico da segurança nacional, seja pelas consequências gravosas que pode provocar sempre que se revele necessário fazer face a situações que justificaram a declaração de estado de emergência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

20 de novembro de 2011

Entrevista concedida à revista TIME

12 de dezembro de 2011

– **One year from now, will the euro be a viable currency?**

– It will be a worldwide credible currency. Integration is the most important asset Europe has, and the key component to European integration is the euro. In one year's time, in 20 years' time, the euro will be here.

– **What is the next phase of the crisis?**

– The next phase is a solution. Political changes are taking place in Greece and Italy. But it took too much time for European and world leaders to recognize that no country, no region, is safe from the risk of contagion.

– **How realistic is China participating in a euro-zone rescue?**

– China's per capita GDP is less than half of that in Greece. And they have to ask, If Europeans don't want to put enough money in the European Financial Stability Facility, why would we? What they said is that they are prepared to perhaps put additional resources in the International Monetary Fund.

– **What went wrong in Portugal?**

– After the accession to the euro zone, interest rates declined substantially in Portugal. So domestic demand increased, indebtedness increased, external debt increased and deficits increased – and we are now correcting those mistakes.

– **Is Portugal on track to meet all its obligations for the bailout it received this year?**

– We are going to achieve the targets that we negotiated with the IMF and the European Union for the public debt, and we are implementing structural measures to improve productivity.

– What are the challenges Portugal faces?

– The Portuguese economy may decline 2.8 per cent next year, so our challenge is to prove it's possible to do better than that. The locomotive of the Portuguese economy is exports. Investment is going to improve, but that depends on confidence and the trust of investors.

– What happened with Greece?

– Sometimes we are compared with the situation in Greece – no comparison at all. In the end, it was recognized that it was impossible for Greece to repay in full. Italy, it's a completely different problem.

– And what problem is that?

– The savings rate in Italy is high, but the markets do not trust Italy even though it's the third largest economy in the European Union, and the eighth in the world. So it's not a problem of solvency; it's a problem of liquidity.

– Is Prime Minister Silvio Berlusconi's departure a positive development for Italy?

– A President from a partner nation should not make comments on Italian politics. The new Prime Minister, Mario Monti, is a very able man. The markets do not just care about the measures, but also about politicians, about the person who is in charge.

– What impact do you think the Arab Spring will have on Portugal?

– I think it's a positive development. They're neighbors of ours. There are important Portuguese companies operating in Libya, operating in Egypt, in Algeria, in Morocco. Now it's a matter of how to help them build healthy democratic institutions. Europe should be deeply involved in the consolidation of the democratic process.

Passos da Agenda



9 de março de 2011. Tomada de Posse.

MARÇO 2011

Dia 09 • Tomada de Posse para segundo mandato como Presidente da República, perante a Sessão Plenária da Assembleia da República.



16 de março de 2011. Abertura do Ano Judicial.

9 de março de 2011. Chegada ao Palácio de Belém.



Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Médicos.

Dia 15 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Homenagem aos Combatentes, por ocasião do 50º aniversário do início da Guerra em África.



15 de março de 2011. Homenagem aos Combatentes.

Dia 16 • O Presidente da República preside à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Partido Social Democrata, Dr. Pedro Passos Coelho.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Farmacêuticos.

• O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro para a reunião semanal.

• O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Câmara de Comércio Luso-Britânica.

Dia 22 • O Presidente da República preside à Sessão Solene Comemorativa do Centenário da Universidade do Porto.

Dia 23 • O Presidente da República

recebe, em audiência, o Secretariado da União das Misericórdias Portuguesas.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro, o qual lhe apresenta o seu pedido de demissão.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Arquitetos.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Augusto Santos Silva.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Governador do Banco de Portugal, Dr. Carlos Costa.

Dia 25 • Na sequência do pedido de demissão apresentado pelo Primeiro-Ministro e nos termos constitucionais, o Presidente da República recebe, em audiências separadas, os partidos com representação parlamentar.

Dia 28 • Visita Oficial a Portugal de Suas Altezas Reais o Príncipe de Gales e a Duquesa da Cornualha.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama.

Dia 29 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul à ex-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a canadiana Louise Arbour, e ao ex-Presidente da República Federativa



28 de março de 2011. Visita Oficial do Príncipe Carlos e da Duquesa da Cornualha.



29 de março de 2011. Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa.

do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Dia 30 • O Presidente da República assiste à Cerimónia de Doutoramento *Honoris Causa*, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, do ex-Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Dia 31 • O Presidente da República confere posse aos cinco membros do Conselho de Estado por si designados e preside à reunião do Conselho de Estado convocada nos termos constitucionais.

• O Presidente da República anuncia, em Comunicação ao País, a sua decisão de aceitar o pedido de demissão apresentado pelo Primeiro-Ministro, dissolver a Assembleia da República e convocar eleições legislativas.

ABRIL 2011

Dia 01 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires.

Dia 02 • Visita do Presidente da República aos Concelhos da Batalha e de Paços de Ferreira.

Dia 07 • O Presidente da República assina o decreto que dissolve a Assembleia da República e que fixa o dia 5 de junho de 2011 para a realização das eleições legislativas.

Dias 08 e 09 • Encontro Informal de Chefes de Estado do Grupo de Arraiolos, em Budapeste, Hungria.

Dia 11 • O Presidente da República confere posse aos novos Representantes da República nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Embaixador Pedro Catarino e Juiz Conselheiro Ireneu Cabral Barreto, respetivamente.

• O Presidente da República completa os contactos com os líderes dos partidos da oposição tendo em vista, no quadro da grave crise económica e financeira em que Portugal se encontra, sublinhar a necessidade urgente do recurso à assistência externa, de modo a assegurar o financiamento do Estado e da economia.

Dia 12 • O Presidente da República confere posse ao juiz do Tribunal Constitucional, Juiz Conselheiro José da Cunha Barbosa.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Caixa Central das Caixas de Crédito Agrícola.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Autoridade da Concorrência, Prof. Dr. Manuel Sebastião.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Médicos Veterinários.

• O Presidente da República participa na cerimónia de entrega do Prémio Pessoa 2010 à cientista e investigadora Maria do Carmo Fonseca.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Procurador-Geral da República, Conselheiro Fernando Pinto Monteiro.



8 de abril de 2011. Reunião de Chefes de Estado do Grupo de Arraiolos, Budapeste.



• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Conselheiro Lúcio Alberto Assunção Barbosa.



18 de abril de 2011. Entrega do Prémio Pessoa 2010.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Augusto Santos Silva.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção

da Ordem dos Médicos Dentistas;

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da Nato, Anders Fogh Rasmussen.

Dia 25 • Comemorações do XXXVII Aniversário do 25 de abril no Palácio de Belém, com a participação dos anteriores Presidentes da República, General Ramalho Eanes, Dr. Mário Soares e Dr. Jorge Sampaio.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Juiz Conselheiro Fernando Costa Soares.



25 de abril de 2011. Comemorações no Palácio de Belém.



MAIO 2011

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Enviada Especial do Presidente da República da Coreia e deputada à Assembleia Nacional, Park Geun-hye.

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direção da União Geral de Trabalhadores (UGT).

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Diretor da Escola de Gestão Empresarial INSEAD, Dipak C. Jain.

Dia 05 • O Presidente da República preside, no Porto, à Sessão de Abertura do Congresso do Empreendedor Lusófono.

Dia 06 • O Presidente da República preside, na Universidade do Minho, à Cerimónia de Entrega dos Prémios BIAL

e visita o município de Póvoa de Lanhoso.

• O Presidente da República dirige uma Comunicação ao País a respeito do Programa de Assistência Económica e Financeira internacional a Portugal.

Dia 07 • O Presidente da República preside à Cerimónia Comemorativa do 100º Aniversário da Guarda Nacional Republicana.

Dia 08 • Visitas do Presidente da República à Vidigueira e à 28ª edição da Ovibeja.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiências separadas, a Direção da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e a Direção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Dia 12 • O Presidente da República



6 de maio de 2011. Visita ao município de Póvoa do Lanhoso.



7 de maio de 2011. 100º aniversário da Guarda Nacional Republicana.



6 de maio de 2011. Entrega dos Prémios Bial, Braga.



recebe, em audiência, os promotores do Manifesto de Convergência Nacional em Torno do Emprego e da Coesão Nacional.

Dia 19 • O Presidente da República reúne-se, no Palácio de Belém, com Jovens Agricultores de todas as regiões do País.

Dia 22 • O Presidente da República assiste, no Estádio do Jamor, à Final da Taça de Portugal de Futebol.

Dia 23 • O Presidente da República preside à Sessão Solene comemorativa do 100º Aniversário do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

• O Presidente da República preside à Sessão Solene comemorativa do 100º Aniversário do Instituto Superior Técnico (IST).

Dia 25 • O Presidente da República

preside às comemorações do 100º Aniversário do Instituto dos Pupilos do Exército.

Dia 26 • O Presidente da República preside à Sessão de Abertura da Conferência do Centro Europeu de Fundações.

Dia 30 • O Presidente da República reúne-se com o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, o Procurador-Geral da República, o Bastonário da Ordem dos Advogados, o Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e o Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, a quem oferece um almoço de trabalho.



8 de maio de 2011. Visita à Ovibeja.



23 de maio de 2011. 100º aniversário do ISEG.



22 de maio de 2011. Final da Taça de Portugal.



23 de maio de 2011. 100º aniversário do IST.

JUNHO 2011

Dia 01 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Economistas.

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Fórum de Administradores de Empresas.

Dia 05 • O Presidente da República exerce o direito de voto nas Eleições Legislativas.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Partido Social Democrata, Dr. Pedro Passos Coelho.

• O Presidente da República assiste ao espetáculo de homenagem ao pintor moçambicano Malangatana, promovido pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

Dia 08 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa.

Dias 09 e 10 • Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Castelo Branco.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Partido Social Democrata e dá início à audição dos partidos políticos



5 de junho de 2011. Eleições Legislativas.



6 de junho de 2011. Homenagem a Malangatana, Teatro Municipal de São Luiz.



8 de Junho de 2011. Entrega do Prémio "Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa".

representados na Assembleia da República.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro indigitado, Dr. Pedro Passos Coelho.



9 e 10 de junho de 2011. Comemorações do Dia de Portugal em Castelo Branco.





18 de junho de 2011. X Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas, Arganil.

Dia 18 • O Presidente da República participa, em Arganil, na Sessão de Encerramento do X Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

Dia 21 • O Presidente da República confere posse ao Primeiro-Ministro, aos Ministros e aos Secretários de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Adjunto do Primeiro-Ministro do XIX Governo Constitucional.



21 de junho de 2011. Tomada de Posse do XIX Governo Constitucional, Palácio da Ajuda.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República de Cabo Verde, Comandante Pedro Pires.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o navegador açoriano Genuíno Madruga, que realizou duas voltas ao mundo à vela e em solitário.

Dia 28 • O Presidente da República confere posse aos Secretários de Estado do XIX Governo Constitucional.

• O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 8º Encontro Nacional Inovação COTEC e à Assembleia-Geral da COTEC-Portugal.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Presidente da Nokia Networks, Dr. Armando Almeida.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Dr. José Ramos Horta.

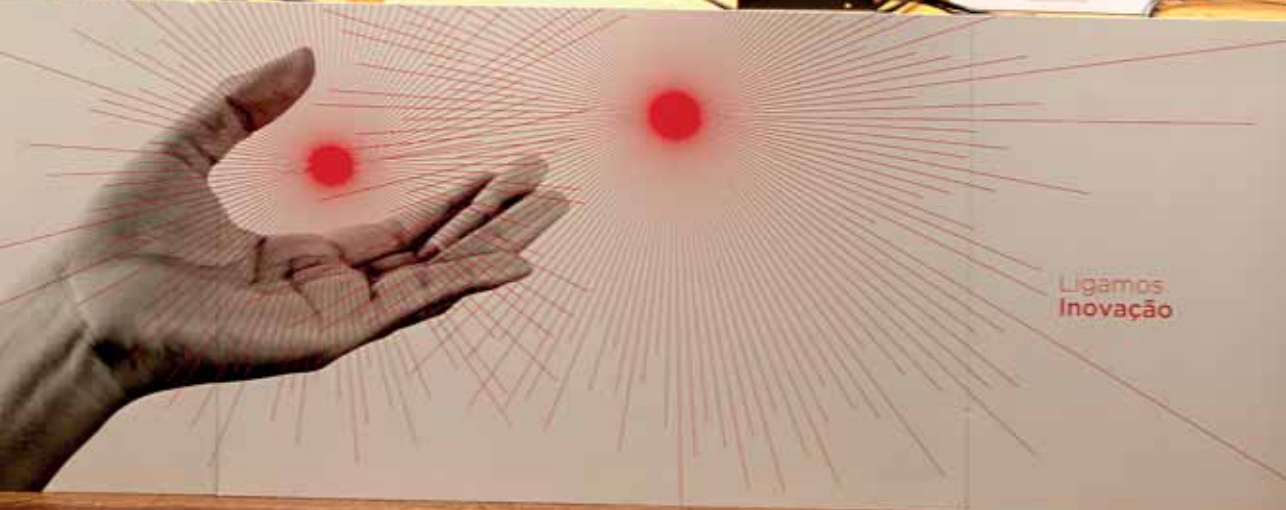
À direita: 28 de junho de 2011. 8º Encontro Nacional de Inovação COTEC-Portugal.



Presidente do Conselho

Presidente da República

Carlos Wilson da Silva



Ligamos
Inovação

JULHO 2011

Dia 01 • O Presidente da República preside à Cerimónia Comemorativa do Dia da Polícia de Segurança Pública.

• O Presidente da República encontra-se com um grupo de jovens estudantes de vários concelhos do país, participantes nos programas apoiados pela Associação Empresários pela Inclusão Social (EPIS).

Dia 02 • O Presidente da República preside, no Barreiro, à Cerimónia de Inauguração do Monumento ao Fuzileiro.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas.

• O Presidente da República preside à cerimónia de entrega dos Prémios EDP Solidária 2011.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Economia e do Emprego, Prof. Dr. Álvaro Santos Pereira.

Dia 07 • O Presidente da República confere posse ao Secretário de Estado

Adjunto do Ministro da Administração Interna, Dr. Juvenal Silva Peneda.

Dia 08 • Visita do Presidente da República à Herdade Vale da Rosa, em Ferreira do Alentejo, e ao Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho, em Castro Verde;

• O Presidente da República inaugura a recuperação e ampliação do Hospital de Loulé.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, os membros da Mesa da Assembleia da República, que lhe apresentam cumprimentos.

Dia 16 • O Presidente da República visita o Município de Caminha e inaugura a 16ª Bienal de Vila Nova de Cerveira.

Dia 18 • O Presidente da República encontra-se, no Dia de Nelson Mandela, com um grupo de jovens participantes no projeto educativo Academia Ubuntu,



1 de julho de 2011. Comemoração do Dia da Polícia de Segurança Pública.



2 de julho de 2011. Inauguração do Monumento ao Fuzileiro, Barreiro.



6 de julho de 2011. Visita ao Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalvesinho e à Herdade Vale da Rosa.





18 de julho de 2011. Encontro com jovens participantes no projecto Academia Ubuntu, Palácio de Belém.

promovido pelo Instituto Padre António Vieira.

Dia 19 • Visita do Presidente da República ao Instituto Gulbenkian de Ciência, por ocasião do 50º Aniversário da instituição.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Amnistia Internacional – Portugal.

• O Presidente da República confere posse aos membros dos Conselhos da Ordens Honoríficas Portuguesas.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional.

Dia 22 • O Presidente da República



19 de julho de 2011. Visita ao Instituto Gulbenkian de Ciência.



23 de julho de 2011. Concerto de homenagem ao Cardeal Patriarca de Lisboa.



26 de julho de 2011. Visita à Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.

recebe, em audiência, os representantes da Associação Aprender a Empreender e as equipas de jovens empreendedores participantes na competição europeia “Junior Achievement”.

Dia 23 • O Presidente da República assiste, na Fundação Calouste Gulbenkian, ao Concerto de Homenagem ao Cardeal Patriarca de Lisboa.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiências separadas, os representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, com vista à marcação da data das eleições para aquele órgão regional.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União Geral de Trabalhadores (UGT).

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar Branco.

• O Presidente da República inaugura as Casas da Granja da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, em Odivelas.

• O Presidente da República visita a Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras e inaugura o Complexo residencial *Domus Misericordiae*.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da



27 de julho de 2011. Treino de Busca e Salvamento.

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil (São Paulo).

• O Presidente da República assiste a um treino de Busca e Salvamento, conduzido em conjunto pela Marinha e pela Força Aérea.

Dia 28 • O Presidente da República recebe a Presidente e os Vice-Presidentes da Assembleia da República e os Presidentes dos Grupos Parlamentares, a quem oferece um almoço.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Dr. António José Seguro.

AGOSTO 2011

Dia 27 • O Presidente da República
preside à Cerimónia de Abertura Oficial
das Festas do Povo de Campo Maior.



27 de agosto de 2011. Abertura das Festas do Povo de Campo Maior.

SETEMBRO 2011

Dia 01 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Partido Popular, de Espanha, Mariano Rajoy.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Reitor da Universidade Nova e os responsáveis pelo Projeto NOVA 2020, da respetiva Faculdade de Economia.

Dia 07 • O Presidente da República recebe, em audiência, o ex-Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o novo Chefe da Missão da União Europeia na Índia, Prof. Dr. João Gomes Cravinho.

Dia 09 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio António Champalimaud de Visão 2011.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da Conferência Ibero-Americana, Enrique Iglesias.



• O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Angel Gurría.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chicoti.

Dia 16 • Visita do Presidente da República aos Concelhos de Murça, Valpaços e Peso da Régua.

• O Presidente da República preside, em Vila Real, à Cerimónia de Entrega do Prémio D. Dinis.

Dias 20 a 24 • Visita do Presidente da República à Região Autónoma dos Açores.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Eng. António Guterres;

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão.

Dia 28 • O Presidente da República preside à Cerimónia Comemorativa da Reconversão da Refinaria de Matosinhos.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o enviado do Presidente da Federação Russa, Embaixador Dmitry Rogozin.

Dia 30 • O Presidente da República participa no jantar comemorativo dos 100 anos da Bosch em Portugal.



16 de Setembro de 2011. Visita ao Museu do Douro, Peso da Régua.

À direita: 21 de Setembro de 2011. Visita à ilha da Graciosa, Açores.



5 de outubro de 2011. Comemorações da Implantação da República na Praça do Município, Lisboa.



OUTUBRO 2011

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Dr. António José Seguro.

• O Presidente da República preside à cerimónia de entrega dos Prémios Literários Agustina Bessa-Luís e Fernando Namora.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-

7 de outubro de 2011. Visita ao concelho do Cartaxo.



13 de outubro de 2011. VII Encontro COTEC-Europa, Génova.



-Ministro da República da Sérvia, Mirko Cvetkovic.

Dia 05 – Cerimónias comemorativas do 101º aniversário da Implantação da República.

Dia 07 • Visitas do Presidente da República aos Concelhos de Oliveira do Bairro e do Cartaxo.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Advogados.

Dia 11 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta 2010, atribuídos pelo Clube de Jornalistas.

Dia 12 • O Presidente da República profere uma intervenção subordinada ao tema “União Europeia: lições de uma crise” no Instituto Universitário Europeu, em Florença.

Dia 13 • O Presidente da República participa, em Génova, na Sessão de Encerramento do VII Encontro

COTEC-Europa, com a presença do Rei de Espanha e do

Presidente da República Italiana.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Defesa do Brasil, Embaixador Celso Amorim.

Dia 19 • O Presidente da República preside à cerimónia de abertura do 4º Congresso Nacional dos Economistas.

Dia 22 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores.

Dia 25 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Estado, antecedida da tomada de posse dos cinco membros do Conselho designados pela Assembleia da República.

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do Grupo de Trabalho “Assistência Espiritual a Doentes”.

Dia 27 • O Presidente da República participa, em São Paulo, no Jantar Comemorativo do 99º Aniversário da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil.

Dias 28 e 29 • O Presidente da República participa na XXI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que tem lugar em Assunção, no Paraguai.



28 e 29 de outubro de 2011. XXI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Assunção.





10 de novembro de 2011. Homenagem às vítimas do 11 de Setembro. Memorial Plaza, Nova Iorque.

NOVEMBRO 2011

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União Geral de Trabalhadores (UGT).

Dia 03 • Visita do Presidente da República ao Concelho de Sintra.

Dia 06 • Visita do Presidente da República aos Concelhos de Carregal do Sal e de Nelas.

Dias 09 a 14 • O Presidente da República visita os Estados Unidos, deslocando-se a Nova Iorque e Washington, e, na Califórnia, a San José, Stanford e Silicon Valley.



9 de novembro de 2011. Encontro com o Presidente Barack Obama. Casa Branca, Washington.



14 de novembro de 2011. Conferência sobre Portugal na Universidade de Stanford, Califórnia.



13 de novembro de 2011. Jantar em honra da Comunidade Portuguesa. São José, Califórnia.



23 de novembro de 2011. Inauguração da exposição "Jogo da Glória". Palácio da Cidadela, Cascais.

Dia 17 • Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Academia Portuguesa de História.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Esteves Araújo.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim.

- O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma).

- O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento da Semana Global do Empreendedorismo.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Provedor de Justiça Europeu, Prof. Nikiforos Diamandouros.

- O Presidente da República realiza uma reunião de trabalho com representantes das Instituições de Solidariedade Social,

tendo em vista recolher informação sobre a situação social do País e sobre o papel desempenhado por estas organizações no apoio às famílias e aos cidadãos mais carenciados e desprotegidos da sociedade portuguesa.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

Dia 23 • O Presidente da República condecora a Universidade de Lisboa, que celebra o seu centenário, com o grau de Membro Honorário da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.

- O Presidente da República visita o Palácio da Cidadela de Cascais por ocasião da sua reabertura, após obras de reabilitação, e inaugura a exposição "Jogo da Glória – O Século XX Malvisto pelo Desenho de Humor".

Dia 24 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 25 • O Presidente da República preside à Sessão de Abertura do Fórum COTEC “Portugueses reencontram-se”.

Dia 26 • O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do Congresso do Centenário do Crédito Agrícola.

Dia 28 • O Presidente da República preside à Sessão de Abertura da Conferência sobre a Estratégia Marítima da União Europeia para o Atlântico.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Conselheiro Lúcio Alberto Assunção Barbosa.

• O Presidente da República recebe, em audiência seguida de jantar, o Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza.

Dia 30 • Visitas do Presidente da República a explorações agrícolas do Sudoeste Alentejano.



2 de dezembro de 2011. Homenagem ao Fado e aos seus protagonistas, Palácio de Belém.



16 de dezembro de 2011. Visita do Presidente da República da Estónia.

DEZEMBRO 2011

Dia 02 • O Presidente da República presta homenagem, no Palácio de Belém, ao Fado e aos seus protagonistas, e assiste, no Coliseu dos Recreios, à Gala celebrativa da inscrição do Fado como Património Cultural da Humanidade.

Dia 05 • O Presidente da República inaugura a Exposição de Natal “Menino de Barro – Imaginário do Mestre José Franco”, no Palácio de Belém.

Dia 06 • O Presidente da República recebe a Direção da Confederação Empresarial de Portugal (CIP).

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Guido Westerwelle.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN).

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Esteves Araújo.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Médicos;

- O Presidente da República recebe o Presidente da República da Estónia, Toomas Hendrik Ilves;

- O Presidente da República confere posse ao novo Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Artur Neves Pina Monteiro.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho Económico e Social, Dr. José Silva Peneda.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da

Confederação Nacional da Agricultura.

Dia 21 • Apresentação de cumprimentos de Boas Festas pelo Presidente, Vice-Presidentes e Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

- O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Federação Nacional das Associações Juvenis.

- O Presidente da República visita o Centro de Bem-Estar Social de Santo Estêvão, em Benavente.

Dia 22 • O Presidente da República recebe a Ministra da Justiça para apreciação anual dos processos de indulto.

- O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Conselheiro Ireneu Cabral Barreto.



22 de dezembro de 2011. Apreciação anual dos pedidos de indulto, Palácio de Belém.

JANEIRO 2012

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Alain Juppé.

• O Presidente da República recebe os cumprimentos dos Embaixadores de Portugal acreditados junto de vários Estados e organizações internacionais, por ocasião do Seminário Diplomático que decorre em Lisboa.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Autoridade Nacional de Comunicações, Prof. José Manuel Amado da Silva.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, no Palácio de Queluz, os cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP).

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da

Confederação Internacional dos Empresários Portugueses.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Conselheiro António Francisco de Almeida Calhau.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção dos Trabalhadores Social Democratas (TSD).

Dia 17 • O Presidente da República recebe os cumprimentos de Ano Novo do Presidente e Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Presidente e restantes Juizes do Tribunal Constitucional, do Presidente do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral da República.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC).

Dia 20 • Inauguração das novas instalações das Faculdades de Medicina e de Farmácia e do Instituto



11 de janeiro de 2012. Cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático, Palácio de Queluz.



20 de janeiro de 2012. Inaugurações na Universidade do Porto.



20 de janeiro de 2012. Visita ao Centro Social do bairro da Fonte da Moura, Porto.

21 de janeiro de 2012. Abertura de "Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012".



de Ciências Biomédicas Abel Salazar, na Universidade do Porto.

- Visita do Presidente da República ao Município do Porto.

Dia 21 • O Presidente da República desloca-se à Zona Industrial da Maia, a Santo Tirso e a Esmeriz, concelho de Famalicão.

- O Presidente da República preside à cerimónia de abertura de "Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012".

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Governador do Banco de Portugal, Dr. Carlos Costa.

Dia 24 • O Presidente da República

recebe, em audiência, o Presidente do Governo de Espanha, Mariano Rajoy.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência seguida de almoço, os Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Eng.º Domingos Simões Pereira.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Economia e Finanças do Peru, Rafael Roncagliolo e Luís Miguel Castilla, respetivamente.

Dia 31 • O Presidente da República preside à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial.



6 de fevereiro de 2012. Inauguração da sede da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Lisboa.



9 de fevereiro de 2012. Apresentação sobre o cluster de nanotecnologia finlandês, Universidade de Aalto.

FEVEREIRO 2012

Dia 2 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Dia 6 • O Presidente da República preside à Sessão Solene de inauguração da sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Reino de Marrocos, Saâdedine El Othmani.

Dia 7 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Dia 9 • O Presidente da República visita, por ocasião da sua deslocação à Finlândia, o Centro Tecnológico da Nokia-Siemens e a sede da Nokia Internacional, o Laboratório Micronova da Universidade de Aalto e a empresa de nanotecnologia Picosun, assistindo, na sede da Agência FINPRO, a uma apresentação sobre o *cluster* finlandês do Mar.

Dias 10 e 11 • Reunião Informal de Chefes de Estado do “Grupo de Arraiolos”, em Helsínquia, Finlândia.

Dia 13 • O Presidente da República

recebe, em audiência, a Direção da Federação Portuguesa de Futebol.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Parlamento Alemão, *Bundestag*, Prof. Norbert Lammert.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Câmara dos Solicitadores;

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Tunísia, Dr. Rafik Abdessalem.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior.

Dia 17 • No âmbito da iniciativa Roteiros do Futuro, o Presidente da República participa na Conferência “Nascer em Portugal”, dedicada aos temas da demografia e da natalidade, no Palácio da Cidadela, em Cascais.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel da Cruz Serra.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Princesa Maha



11 de fevereiro de 2012. Reunião Informal de Chefes de Estado do Grupo de Arraiolos, Helsínquia.



17 de fevereiro de 2012. Conferência "Nascer em Portugal". Palácio da Cidadela, Cascais.



Chakri Sirindhorn da Tailândia, a quem oferece um almoço.

Dias 24 e 25 • 6ª Jornada do Roteiro para a Juventude – “Os Jovens nas Indústrias Criativas: inovar para crescer” –, no decurso da qual o Presidente da República preside, no Porto, à cerimónia de entrega do Prémio Jovem Empreendedor, instituído pela Associação Nacional de Jovens Empresários.

Dia 29 - O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União Geral de Trabalhadores (UGT).

MARÇO 2012

Dia 1 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Fundação Centro Cultural de Belém, Dr. Vasco Graça Moura;

- O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do I Congresso Mundial de Empresários das Comunidades Portuguesas e Lusofonia.

Dia 2 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Dia 5 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da COTEC-Portugal, Eng.º Carlos Moreira da Silva.

Dia 6 - O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN).

Dia 7 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Esteves Araújo.

Dia 8 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Banco Europeu de Investimento, Prof. Werner Hoyer.





Coordenação
Casa Civil da Presidência da República

Fotografias
Luís Filipe Catarino

Design Gráfico
Teresa Olazabal Cabral
Tipo de Letra: MayeurText e Flama de Mário Feliciano

Acompanhamento de edição
João van Zeller

*Da presente edição
fez-se uma tiragem de 2.000 exemplares
em papel Munken Lynx certificado pelo
"Forest Stewardship Council",
(papel produzido por métodos
respeitadores do ambiente)*

*Acabou de imprimir-se em Abril de 2012
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*

ISBN
978-972-27-2058-8

Depósito Legal
257726/07

“ *Eu acredito nos Portugueses.
O civismo, a coragem e a serenidade
com que têm enfrentado estes tempos difíceis
são dignos de todo o respeito e de enorme admiração.
Portugal é maior do que a crise que vivemos.* ”

Aníbal Cavaco Silva

1 DE JANEIRO DE 2012